

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA**

**Desilusão Republicana – percursos e rupturas no  
pensamento de Sílvio Romero, Euclides da Cunha  
e Lima Barreto**

**Professor Orientador: Dr. João Hernesto Weber  
Orientando: Luiz Alberto Scottto de Almeida  
Objeto: Tese de Doutorado**

**Florianópolis, novembro de 2008.**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA**

**Desilusão Republicana – percursos e rupturas no  
pensamento de Sílvio Romero, Euclides da Cunha  
e Lima Barreto**

Tese de doutoramento apresentada ao curso de Pós-Graduação em Literatura, da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do prof. Dr. João Hernesto Weber, como requisito parcial para obtenção do título de doutor.

**Florianópolis, novembro de 2008.**

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho é o resultado de algumas dívidas pessoais, préstimos institucionais e favores inesquecíveis. Antes de tudo devo agradecer ao meu orientador prof. Dr. João Hernesto Weber que me mostrou por onde seguir, confiou em minhas sugestões e corrigiu equívocos que durante o percurso tentei inúmeras vezes cometer – sempre com sua maneira discreta de quem sabe do que está falando. Preciso agradecer aos meus amigos do Departamento de Jornalismo, Hélio Schuch, Fernando Crocomo, Clóvis Geyer, Ricardo Barreto, Daisi Vogel, Regina Carvalho e Maria José Baldessar pelo apoio que deram desde o momento em que apresentei o projeto – a Regina e a Zeca por livros e dicas que me ajudaram demais. Um reconhecimento especial ao Curso de Pós-Graduação em Literatura da UFSC, na pessoa da funcionária Elba Ribeiro, pela acolhida carinhosa, pelo espaço verdadeiramente democrático, pela maturidade e segurança de seu corpo docente. Agradeço ao professor Dr. Stélio Furlan pela leitura atenciosa e observações pertinentes. E a professora Dra. Tânia Ramos, minha orientadora na dissertação de mestrado, e que me conduziu nos primeiros estudos de literatura, deixo aqui meu reconhecimento. Preciso dizer que esta formação me mudou intelectualmente porque me transformou também numa pessoa diferente. E, por fim, minha gratidão a Marta Scherer por uma montanha de coisas coloridas em todos os momentos.

## **RESUMO**

Este trabalho trata das conseqüências da desilusão política na obra de três intelectuais: Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto. A utopia republicana, imaginada por gerações, frustrou ideólogos e militantes com conseqüências nas atividades intelectuais e na composição da esfera política. A tese procura demonstrar a mudança de rumo em suas produções a partir da situação de excluídos do projeto político-cultural republicano que viria a ser dominante. Por essa razão, suas obras, marcadas pela desilusão política, ganharam em maturidade e penetração ao tentar desvendar a complexidade cultural, social e antropológica da realidade nacional que impedia a concretização efetiva do novo sistema de governo. O resultado foi o surgimento de visões críticas e pessimistas sobre o entendimento do que, de fato, era a nação e que se tornaram matriciais nos estudos brasileiros modernos.

**PALAVRAS CHAVES:** literatura; política; república; desilusão; intelectuais; imprensa; cultura; exclusão social; cidade; pessimismo.

## ABSTRACT

This work deals with the consequences of the political disillusion in the production of three intellectuals: Sílvio Romero, Euclides da Cunha and Lima Barreto. The republican chimera, imagined by generations, had frustrated ideologists and militants with consequences in the intellectual activities and in the establishment of the political scene. This thesis seeks to show the change on their work, once they were excluded of the republican social and political project. For this reason, the work of the three authors was marked by political disillusion, maturity growth and dissemination, upon trying reveal the anthropological, social, and cultural complexity of the national reality as a obstruction to the new system of government. The result was the development of critical and pessimist visions about the understanding of the nation, becoming the basis of the modern Brazilian studies.

**KEY WORDS:** literature; politics; republic; disillusion; intellectual; press; culture; social exclusion; city; pessimism.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	07
<b>Capítulo 1 – A construção discursiva do Brasil republicano</b> .....	25
1.1 “Não era a república dos meus sonhos” .....	26
1.2 A sombra republicana na formação da nação .....	38
1.3 As repúblicas de cada um .....	54
1.4 Os sonhos excluídos de República .....	66
<b>Capítulo 2 – A República de Sílvio Romero</b> .....	76
2.1 A trajetória político-intelectual .....	77
2.2 O sonho de liberal republicano .....	92
2.3 Os pensamentos da exclusão .....	111
2.4 A herança reacionária .....	126
<b>Capítulo 3 – A República de Euclides da Cunha</b> .....	144
3.1 A trajetória político-intelectual .....	145
3.2 Euclides e seu dilema positivista .....	161
3.3 O militante está de volta .....	178
3.4 Euclides e sua vingança: <i>Os Sertões</i> .....	195
<b>Capítulo 4 – A República de Lima Barreto</b> .....	212
4.1 A trajetória político-intelectual .....	213
4.2 Sonhando com a “república das letras” .....	228
4.3 O bêbado vai à luta .....	241
4.4 Na centro, na periferia – na cidade .....	256
<b>Capítulo 5 – Os precursores da crise: estado-nação e modernidade</b> .....	271
5.1 República: a voz dos rebeldes .....	272
5.2 Brasilidade: a voz dos fundadores .....	286
5.3 Modernidade: a voz dos críticos .....	300
<b>Bibliografia</b> .....	314

# **Introdução**



## 1 PALCO DO ENUNCIADO

Este trabalho pretende se situar no campo da História da Literatura, embora seja um período difícil de definir campos e determinar fronteiras. O seu tempo é um tempo híbrido, onde o futuro tecnológico e industrial finca suas bases num presente ainda agrário e oligárquico. O espaço é o da cidade afetada e delicada da “belle époque”, mas ilhada num infinito de sertões e cafezais. E os personagens/intelectuais são escritores e são jornalistas, são políticos e são teatrólogos, músicos e engenheiros, críticos e artistas. Muitos cheios de otimismo, alguns carregados de desilusão. Este trabalho, portanto, é sobre um período cinza da vida política e intelectual brasileira. Cinza no sentido de que as definições são difíceis, há muita diluição no ar. Esse tempo, tão rico e profundo, resolveram caracterizá-lo pelo prefixo: pré-modernismo, pós-romantismo. Ou como afirma Flora Sussekind:

É como se desde a última década do século XIX aos anos 20 do século XX a literatura brasileira apresentasse uma estranha suspensão de sentidos por três decênios. Ou melhor, como se só fosse possível compreendê-la, neste período, enquanto pré ou pós alguma coisa. Enquanto vampirização diluidora de marcas e estilos anteriores ou ‘embrião’ de traços modernistas futuros.<sup>1</sup>

Talvez as palavras apropriadas sejam mesmo “suspensão de sentidos”. O campo da política foi o promotor dos acontecimentos, causador único das mudanças que vamos procurar demonstrar e as razões são fatos históricos. É certo que a República trouxe poucas alterações na estrutura econômica da sociedade, mas houve mudanças significativas nos espaços simbólicos, e muitas na produção intelectual efetiva do país. É fato também que o sentimento, decorrente dos acontecimentos da Proclamação, foi de desilusão nos anos iniciais e parece ter atingido grande parte da atividade intelectual do período.<sup>2</sup> No entanto, aos poucos a adesão ao projeto republicano, às idéias do novo

---

<sup>1</sup> SÜSSEKIND, Flora. “O Figurino e a Forja” In: *Papéis Colados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1993, p.195.

<sup>2</sup> “Todos se presumiam e diziam republicanos, na crença ingênua de que a República, para eles palavra mágica que bastava à solução de problemas de cuja dificuldade e complexidade não desconfiavam sequer, não fosse na prática perfeitamente compatível com todos os males da organização social, cuja injustiça os

tempo e também ao novíssimo modo de vida urbano se encarregou de conquistar ou cooptar os intelectuais. E rapidamente estavam mergulhados num mundo de afetação, de superficialidades e de formalismo ornamental que se convencionou chamar de “belle époque”.

Os intelectuais e escritores mergulharam naquela “fantasia cada vez mais forte de Civilização”<sup>3</sup>, num falso otimismo de superficialidade e intensa atividade social. Houve, de fato, uma valorização do “homem de letras” e, principalmente, uma remuneração através da atividade jornalística que naquele momento se constituía em empresa comercial. A rápida urbanização, as trocas comerciais, a evolução dos meios de transportes - muitas coisas contribuíram para o maior consumo de bens culturais e o intelectual se viu em meio a uma sociedade que lhe atribuía valor. “Mundanismo e Esteticismo comandavam, sob o signo da Futilidade, não só o movimento social como o literário também. E ainda o político. Ser mundano constituía título, razão de prestígio...”<sup>4</sup>

## **2 O OBJETIVO É A RUPTURA**

Um pequeno grupo de intelectuais permaneceu crítico ao novo sistema. Este estudo analisará a postura e as mudanças na produção intelectual de três personagens da vida cultural brasileira a partir da desilusão com a chegada do regime republicano. Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto permaneceram céticos ao constatarem, na República, o continuísmo do modelo econômico e da estrutura social arcaica herdada do tempo imperial. Céticos também ao não identificarem no novo regime as diretrizes ideológicas e doutrinárias prometidas durante a propaganda republicana.

Vários pesquisadores constatarem neles uma flagrante inadequação com a mentalidade dominante e com os valores ostentados na “belle époque”. O principal deles, Antonio Candido, reuniu Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto “como os que procuraram desfazer a cortina de fumaça retórica e ideológica para

---

revoltava.” Palavras do crítico José Veríssimo citadas por Sevcenko, Nicolau. *Literatura como Missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.108.

<sup>3</sup> NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.209.

<sup>4</sup> Palavras de Gilberto Amado, citado por NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical*. op. cit. p.216.

mostrar o país mais de perto (...) contrastando com certo grã-finismo reinante no seu tempo.”<sup>5</sup> Também estudiosos de outros campos constataam esta “desarmonia”, mas não avançam nas razões deste desacordo.<sup>6</sup>

A pergunta que me fiz e que se sobrepõe à estruturação da tese foi sobre as razões que os levaram a esta condição. A resposta a esta pergunta é um dos objetivos do presente trabalho. Vamos procurar rastrear a trajetória da obra de cada um, as causas e os percursos que fizeram com que se tornassem desfazedores de “cortinas de fumaça”. Buscamos também caracterizar mais precisamente a natureza intelectual e política de seus pensamentos para encontrarmos elos de continuidade e desenvolvimento ainda hoje presentes nos estudos sobre o Brasil.

Pretendemos demonstrar também que suas obras não apresentam unidade e, só mais tarde, se constituíram em peças direcionadas a denunciar a farsa republicana. Há em dois deles – Sílvio Romero e Euclides da Cunha – uma produção que antecede ao rompimento pontual, marcado e datado, a partir da qual suas obras tomam outro caráter e outra direção. Com Lima Barreto o caráter desagregador de seu pensamento vem por fases, radicalizadas a cada novo momento. É essa desarmonia com que passam a ver o período pós-proclamação e, mais tarde, a “belle époque”, que lhes deu a notoriedade da visão pessimista sobre a realidade brasileira.

Outra questão proposta no estudo que segue - e talvez a mais importante, porque é central - é demonstrar a descontinuidade de suas obras e atribuir razões políticas para explicar a postura destes intelectuais e suas leituras sobre a realidade brasileira. Na busca das origens que fizeram suas atividades intelectuais se colocarem de forma contrária ao pensamento hegemônico no período, vamos traçar a trajetória intelectual e política de cada um. Para tanto, tratamos do mundo intelectual e da esfera política como um único campo, onde se encontram o pensar e o sentir. Não há autonomia na esfera intelectual do período, de modo que suas trajetórias se confundem com seus percursos políticos.

---

<sup>5</sup> CANDIDO, Antonio. *Sílvio Romero – Teoria crítica e história literária*. São Paulo: EDUSP, 1978, p.30.

<sup>6</sup> Octavio Ianni, Florestan Fernandes, Jeffrey Needell são alguns nomes fora da crítica literária a apontar o grupo a “destoar” da produção intelectual do período.

Desta aproximação resulta a constatação de que as obras sofreram profundas modificações, até rompimentos radicais de enfoques e conteúdos, para se colocar em antagonismo com o novo sistema de governo e o universo ideológico que lhe dava sustentação. Portanto, estamos diante de escritores que direcionaram suas atividades – e, por conseguinte, suas obras – norteadas muito mais por interesses políticos do que por preocupações intelectuais. Desta desilusão política, que procuraremos demonstrar em Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto, nasceu o olhar pessimista nos estudos brasileiros que buscaram, de forma incessante, explicar as causas da formação da nação.<sup>7</sup>

Pretendemos também comprovar que foi a motivação política a força propulsora do redirecionamento de suas obras. O caráter destoante do pensamento hegemônico não surgiu do entendimento doutrinário ou de estudos científicos como eles próprios insistem em afirmar. Originam-se de interesses políticos claros, de promessas políticas não cumpridas e utopias sociais jogadas ao esquecimento. De modo que nos três é possível constatar o empenho em fazer parte daquela república e influir no seu destino. Os três são excluídos do projeto republicano vencedor e é a partir desse fato que surgem como formuladores de uma visão pessimista nos estudos brasileiros.

### 3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A tese transita por uma metodologia clássica nos estudos literários e que tem retornado com força nas últimas décadas. Trilhando o caminho histórico-biográfico, procuraremos demonstrar que razões políticas imediatas influenciaram de forma definitiva a vida e a obra destes autores. Portanto, o texto “vai exigir um momento de reflexão extraliterária”<sup>8</sup>, para usar as palavras de Roberto Schwarz, em que o contexto social e político acabaram por envolvê-los nos quentes momentos que uma nação proporciona aos seus quadros de inteligência.

---

<sup>7</sup> Este esforço em explicar os elementos formadores da nação foi tratado por inúmeros críticos e aparece de forma evidente na produção de tantos outros. Roberto Schwarz ao analisar a *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, valoriza o papel da produção literária na leitura do nacional. Ver: ‘Os sete fôlegos de um livro’, In: *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

<sup>8</sup> SCHWARZ, Roberto. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo – Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades e Editora 34, 1990, p.35.

Há, portanto, ao longo do texto, a preocupação em documentar as afirmações e isso se deve, em parte, a uma característica do trabalho apresentado. Como estou imbuído da tarefa de comprovar que a desilusão política provocou uma mudança de rumo na obra e na visão de mundo dos três autores, tentei demonstrar com seus próprios textos o momento da ruptura. Para isso tive que utilizar da factualidade documental, seja nos textos avulsos, nos diários, nos livros, nas correspondências pessoais. Também tratamos deles como personagens, ou seja, tomamos como relevante a forma como foram vistos e a maneira como a crítica os construiu ao longo dos anos. Deste modo, procuramos tirar a importância de fatos e acontecimentos puramente biográficos, de caráter personalíssimo ou íntimo, que a princípio nada acrescentariam para o entendimento de suas concepções de mundo e das obras que produziram, para conjugá-los com a sua atividade intelectual e, por extensão, políticas.

A pesquisa que nos propomos neste trabalho trata de obras não ficcionais. Atemo-nos aos ensaios literários, sociológicos, antropológicos, jornalísticos, artigos, estudos de crítica ou pesquisas de caráter informativo e opinativo. Buscamos restringir a pesquisa aos campos discursivos onde a expressão de suas visões de mundo pudessem se realizar sem a mediação artística que a obra ficcional exige para a sua plena realização.

Estudos recentes, que buscam “a vida intelectual” do período, têm se mostrado poderosos instrumentos para revelar aspectos das complexas relações que se estabelecem entre os objetivos (políticos, intelectuais) das obras e os desejos (e no presente caso, as frustrações) em que mergulharam seus autores. Flora Sussekind e Roberto Ventura, Beatriz Resende, Walnice Galvão, nos últimos anos, apresentaram pesquisas submetendo a vida cultural coletiva ou as convicções individuais de determinado autor a um conjunto de critérios encontrados na vida cotidiana do período, ou em outros espaços discursivos, que resultam reveladores de aspectos fundamentais da formação intelectual do autor.

Um outro caminho seria o conceitual: nele, os autores seriam contraditados por valores e conceitos absoluto (moral, ético, filosófico, ideológico, estético, etc), sem tempo e sem espaço, e seriam julgados pelo pesquisador deste trabalho que, afinal de contas, tem conhecimento do fim da história, desta história. Optamos por respeitar os

mortos, seus pensamentos e suas vozes, e por isso vamos comparar eles com eles – presos, como todos nós, em sua contemporaneidade ou em suas “caravanas”, nas palavras de Ortega y Gasset.<sup>9</sup>

É preciso salientar que para cada capítulo existe uma bibliografia central proposta – não por mim, mas pela preocupação intelectual do autor estudado. Fiz isso na tentativa de manter o foco do capítulo, referente ao autor, nos elementos que detiveram sua atenção na época. Assim, vamos ler Brito Broca, por exemplo, somente no capítulo de Lima Barreto porque foi onde entendi ser mais adequada a temática cultural e urbana proposta, embora ele pudesse ser citado em toda a extensão do trabalho. A discussão sobre definição doutrinária e caráter nacional, tão ao gosto da “Geração de 70”, ficou restrita ao capítulo de Sílvio Romero, embora seja uma preocupação contida nos três personagens estudados. O clima de descontentamento popular com o novo regime e todos os embates que se sucederam – inclusive com guerras e revoltas – ficaram contidos no capítulo de Euclides da Cunha, porque ali está um republicano perdedor, dilacerado no seu sonho positivista.

A interpretação que estamos propondo vai por este caminho ao aproximar biografias – com suas trajetórias humanas e seus desejos políticos – à construção de obras interpretativas da realidade brasileira, ou seja, supostamente impregnadas exclusivamente por critérios científicos e utopias intelectuais. No caso dos autores estudados, no entanto, apesar da intensa bruma criada pela retórica científicoista, pretendemos demonstrar como a utilização de conceitos – alguns até contraditórios em suas concepções originais – está a serviço dos interesses políticos pessoais, alguns até de circunstância imediata.

Para cada um propusemos um roteiro específico de estudo e de percurso. Com Sílvio Romero temos o mundo das idéias e das doutrinas. Seu campo de atuação é este e, portanto, é a partir dele que vamos observar sua movimentação. Sua perspectiva ideológica se deu dentro da esfera do liberalismo – a rigor, Sílvio Romero é uma dissidência de dentro da força vitoriosa nos embates internos do republicanismo. Sua exclusão se realiza de dentro da proposta vitoriosa dos cafeicultores paulistas. Já a

---

<sup>9</sup> “Idea de las generaciones”. In: *En torno de Galileo: esquema de las crisis*. Madrid: Espasa-Calpe. 1965

crítica de Euclides da Cunha se dá ao governo inepto, estrangeiro em sua própria terra, incapaz de ver o povo brasileiro fora de suas instâncias institucionais e burocráticas. Seu palco é o interior do Brasil, o campo, o país esquecido do interior da Bahia ou do Amazonas. A exclusão de Euclides é pelo viés positivista, seu alvo é a mesquinhez política e a incompetência governamental. Com Lima Barreto, traremos a cidade – este é seu palco – e a exclusão da população carente que chega à grande cidade. É o povo “bestializado”. Mas, mais do que isso, Lima Barreto tem como alvo a elite republicana em todas as formas de representação de seus valores.

#### **4 A HIPÓTESE PESSIMISTA**

A resposta que apresentaremos gira em torno de uma hipótese factual e histórica como causadora da forma singular do pensar e ver o mundo destes intelectuais. Encontramos na desilusão com o projeto republicano – desilusão comum entre os intelectuais nos anos iniciais do novo regime, mas que se transformou num desencanto permanente e irremediável na vida intelectual de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto.

Mas se pretendemos dar relevância ao pessimismo consubstanciado no pensamento destes autores, devemos começar com o otimismo que constituía o discurso dominante nos estudos sobre o Brasil. Eles dominavam porque a propaganda pela Independência e, mais tarde, a campanha republicana, justificava e atribuía o atraso à forma de governo constituída. A utopia de o Brasil ser ou estar destinado ao futuro de grande nação – ideal construído pelo romantismo, que trataremos no capítulo primeiro – era senso comum, palavra dada como verdadeira porque, se não tínhamos castelos e nobres, sobravam-nos florestas belíssimas e também índios altivos. Éramos um país jovem. Éramos uma grande nação porque tínhamos um grande território. E se a nação não havia dado certo até ali, a culpa estava no regime monarquista que a implantação do novo sistema político trataria de solucionar. Estes eram os argumentos que fundamentavam uma base de otimismo dominante no pensamento brasileiro. Os textos giravam em torno dos erros cometidos pelo monarca, mas a nação era viável, sempre.

Sílvio Romero, durante a propaganda anti-monarquia, também afirmara a viabilidade da república. Para ele a consangüinidade (raça), que juntamente com a geografia (meio), garantiam a existência da Pátria, estava consubstanciada na figura do

mulato – cujo “branqueamento” através da imigração europeia era dado como certa. “A *História da Literatura Brasileira* é um imenso tratado destinado a fazer saltar um país de suas páginas, inclusive sua literatura”.<sup>10</sup>

No futuro, o brasileiro seria branco e formaria uma grande nação. Depois da Proclamação, mergulhado num processo de desilusão política, refez seus conceitos e passou a ver no mulato, sem um futuro branco, a causa principal do atraso presente e futuro do Brasil. Sua visão passou a atribuir às raízes ibéricas e africanas a causas da inviabilidade da nação – o que mais tarde se denominou “o mito” das três raças. O Brasil era formado por um povo sem perseverança, fraco, que se deixava dominar facilmente por uma elite oligárquica e mesquinha. Este foi seu pessimismo fundador: atribuir ao povo, no seu conceito racial e, mais tarde cultural, as razões para a inviabilidade do Brasil como grande nação:

O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra (...) os defeitos e taras transmitidas pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro.<sup>11</sup>

A base do pessimismo de Euclides da Cunha também era predominantemente racial, com o mestiço do litoral e do interior se digladiando em Canudos, com vantagem infinita ao do sertão cujo atraso e isolamento o mantiveram puro na mestiçagem. Esta definição do “caráter nacional” é o centro das discussões propostas por ele, tendo como base de apoio a figura do mestiço. “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”.<sup>12</sup> Mas ao raquítico mestiço do litoral estava reservado o futuro do Brasil porque o sertanejo forte fora eliminado no interior da Bahia.

Em Euclides da Cunha vamos encontrar também um segundo olhar, o de forte conotação política. É a leitura de um Brasil litorâneo e um Brasil interiorano. Esta idéia, além da questão racial, aponta para uma realidade que se desenvolve anormalmente.

---

<sup>10</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Silvio Romero, hermenêuta do Brasil*. São Paulo: Annablume Editora, 2005, p.15.

<sup>11</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.21

<sup>12</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1976, p. 176.



Um país dividido, um estranho ao outro. Esta segunda interpretação pessimista sobre o futuro do Brasil vai encontrar em Lima Barreto um aliado muito forte. Com ele, vamos ver a cidade e a sociedade também partida em seus projetos distintos e profundamente excludentes no sertão agreste ou no sertão simbólico das grandes cidades. É destas duas visões que vai nascer o olhar pessimista sobre as coisas do Brasil: uma que acentua a figura do mestiço, do ‘Brasil cadinho’, e outra que dá relevância a uma nação conflituosa.

## **5 ESTRUTURA DESTA PESQUISA**

Se o motor de suas obras é, portanto, a desilusão política com o novo regime, é importante resgatar a construção discursiva e o imaginário proposto pela propaganda republicana durante todo o século XIX. O capítulo primeiro, portanto, vai demonstrar que a expectativa criada pelas idéias do novo sistema sempre foi intensa, embora tendesse a ser ofuscada pelo brilho e pela emoção da campanha abolicionista que reuniu republicanos e monarquistas sob a mesma bandeira. Contudo, o ideário político republicano esteve presente nas crises institucionais vividas pelo Brasil desde o tempo colonial.

Para chegarmos aos autores, seus interesses contrariados e suas interpretações da sociedade brasileira, vamos buscar a historicidade daquele momento e tentar contextualizar uma utopia política e social que parece ter se tornado o paradigma do desenvolvimento brasileiro para inúmeras gerações. República e desenvolvimento ou Monarquia e atraso – foi nestes termos que a campanha republicana colocou os destinos da nação.

Com a modernização da sociedade nos anos de 1860, e com o desenvolvimento das grandes cidades, o conceito de república foi sendo associado ao de crescimento econômico. Foi assim que a propaganda trabalhou nas redações dos jornais, nas universidades, nos espaços públicos da jovem burocracia estatal e militar – enfim, nos setores mais intelectualizados da população. Ser republicano era estar de acordo com a modernização que já invadira a América e proporcionava o desenvolvimento da Europa.

Procuraremos demonstrar que a expectativa dos setores médios da população ganhou alento quando cafeicultores paulistas, exigindo mais infra-estrutura e percebendo o modelo escravista se tornar inviável economicamente, começou a engrossar fileiras de um republicanismo que até ali não era levado a sério por D. Pedro II. E são eles, os cafeicultores paulistas, os patrocinadores da mudança de regime efetivada pelo Exército. Ali estavam as duas forças, aglutinadoras do movimento republicano, disputando o poder do novo sistema de governo: os militares, com os ideais positivistas de August Comte; e os cafeicultores, com os conceitos liberais de Herbert Spencer. Dois conceitos de república que não chegaram a empolgar o povo que assistiu ao acontecimento “bestializado”, nas palavras da época.<sup>13</sup> O que se seguiu ao 15 de Novembro foi o continuísmo de uma ordem econômica guiada pelo café e a desilusão política dos intelectuais.

No segundo capítulo pretendemos acompanhar os efeitos dessa desilusão na vida e na obra de Sílvio Romero, representante da “Geração de 70”, republicano histórico, um dos ideólogos do liberalismo que antecedeu a Proclamação. Sílvio Romero teve sua obra influenciada profundamente pelos acontecimentos políticos da virada do século. Primeiramente produziu sua *História da Literatura Brasileira*<sup>14</sup> com a evidente intenção política de difundir as idéias republicanas, daí a descoberta do “mestiço” como alma e vida da nação brasileira. Em Sílvio Romero, a dura realidade republicana doeu ainda mais, pois aquele regime foi o sonho de sua geração. Foi a “geração de 70”, dentro e fora da “escola de Recife”, positivista ou liberal, jacobina ou moderada, quem articulou o discurso republicano, deu-lhe um discurso histórico com o resgate de heróis e vítimas, concedeu-lhe uma tradição e colocou em xeque o futuro da Monarquia na condução dos destinos do Brasil. Portanto, foram os da “geração de 70” que “fizeram” e “criaram” o mito do republicanismo salvador.

Atingido – e neste caso a palavra se coloca pela forma violenta e repentina como as coisas aconteceram – pelo sentimento de desilusão, Sílvio Romero tornou-se um pensador furioso, mas não destemperado como muitas vezes o querem representar.

---

<sup>13</sup> “Permanece o fato de que os republicanos não conseguiram a adesão do setor pobre da população, sobretudo os negros”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.30.

<sup>14</sup> ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio/ Instituto Nacional do Livro, 1980.

Radicalizou a crítica na direção de que a literatura deveria expressar as condições *do meio*, ou seja, deveria espelhar a realidade social na qual está inserida. De forma que, apesar de respeitado, tornou-se também personagem destoante naquele ambiente formado por uma “cultura de cartolina”, na expressão irônica de Werneck Sodré. Sílvio Romero enveredou pela política, tornou-se deputado federal, afastou-se do ambiente cultural do Rio de Janeiro, mas manteve uma produção intelectual crítica e ácida a tudo aquilo que julgou deformações do sonho republicano. O cosmopolitismo, o abandono social do povo brasileiro e a postura submissa dos intelectuais diante das novas elites foram seus alvos de denúncia e rancor.<sup>15</sup>

Foi também o período de revisão de sua obra para, agora, adequar-se aos seus novos interesses políticos. A produção crítica passou a revisar conceitos fundamentais da sua *História da Literatura* e características que julgava boas no povo brasileiro passaram a ser péssimas – o próprio “mestiçamento” foi uma delas. Surge um novo Sílvio Romero, tudo nele mudou muito e até a vida pessoal passou a dar vazão ao sentimento essencialmente político. Quando ainda sonhava com a Câmara de Deputados, deixava muito claro seu novo momento:

Para tudo dizer. Senhores, de uma só vez: desejo pura e simplesmente ocupar na política do Brasil a mesma posição que me cabe na literatura, - afastamento completo de todas as coteries, de todos os bandos, de todas as malocas que a infestam.<sup>16</sup>

O intelectual que emerge desse processo vai olhar a República com pessimismo. Quase dezoito anos após a Proclamação, o ideólogo republicano, liberal e spenceriano, estava cansado e desiludido com o regime:

O Brasil atravessa uma fase de ilusionismo. Fascinados por um otimismo, barato, para quem o exerce e caríssimo para quem o paga, eis que não prestamos o menor cuidado à deplorável miséria em que se debatem nove décimos da população.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> “A nação tinha adormecido monárquica e na bela manhã de 15 de novembro de 1889 acordou republicana. Era muito rápido para ser sério, era único em todo o mundo...” In: ROMERO, Sílvio. *O Brasil na primeira década do século XX*. Lisboa: Editora Limitada, 1912, p.22.

<sup>16</sup> ROMERO, Sílvio. “As Oligarquias e sua classificação”. In: CANDIDO, Antonio. *Sílvio Romero – Teoria crítica e história literária*. São Paulo: EDUSP, 1978, p.198.

<sup>17</sup> ROMERO, Sílvio. “Realidades e Ilusões no Brasil”. In: *Provocações e Debates*. Porto: Livraria Chardron, 1910, p.171.

No capítulo três vamos tratar da desilusão de Euclides da Cunha, criado intelectualmente no ambiente de louvação à ciência e seu envolvimento com a propaganda republicana e a fé positivista. Apesar da profunda desilusão com seus mestres militares e os governos que se seguiram, manteve-se na defesa pública do governo ditatorial de Floriano Peixoto, acreditando sempre que o Exército era a única força capaz de impor um projeto político transformador para a sociedade brasileira. Como Sílvio Romero, enxergava nas presidências civis o continuísmo imperial dos setores agrícolas veiculados ao café. Foi para Canudos, como correspondente de guerra do jornal *O Estado de São Paulo*, porta-voz dos cafeicultores paulistas, e produziu uma cobertura jornalística adequada à visão dos militares: oficialista, ufanista, com matérias dando “vivas à república”, mas que também atendia aos interesses do jornal que acreditava ser Canudos um levante monarquista.<sup>18</sup> Chegou a ver no episódio de Canudos a oportunidade de “depurar o regime” e recolocar os militares na condução do país. Produziu reportagens em tons muito diverso da crueza dos demais correspondentes.

Quatro anos depois lançou o que chamou de “livro vingador”<sup>19</sup> – *Os Sertões*. A mudança foi radical e a condenação à ação do Exército, em Canudos, absoluta. É evidente que Euclides da Cunha esteve norteado, em seus dois momentos distintos, por interesses políticos e entendimentos sociais de natureza diversa. O repórter que havia escondido o massacre de Canudos deu lugar ao escritor corajoso, verdadeiro na denúncia do morticínio realizado pelas tropas republicanas. Torna-se claro que o escritor se deixava levar pelo sentimento mais genuíno de desilusão política com o novo regime.

---

<sup>18</sup> É interessante observar que no fim da guerra, quando fica claro que não existem monarquistas envolvidos em Canudos, a direção do jornal perdeu o interesse em publicar o livro *Os Sertões* que, afinal, havia sido o principal objetivo ao enviar Euclides da Cunha. “Levou os originais a Júlio Mesquita, certa vez em que esteve na capital. Em vão esperou em Lorena que o jornal começasse a estampá-lo. Longos seis meses se passaram. Voltando à redação do *Estado de São Paulo*, encontrou o seu grande pacote de originais cobertos de poeira, no mesmo lugar que deixara.” In: RABELO, Sílvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editora CEB, 1944, p.210.

<sup>19</sup> CUNHA, Euclides da. Carta ao amigo Escobar. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1906 (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: GALOTTI, Oswaldo e GALVÃO, Walnice Nogueira (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 306.

Neste sentido, *Os Sertões* e a escassa obra que se segue têm como objetivo a denúncia de um sistema político que havia traído suas idéias de positivista e seus sonhos de republicano. A guinada no pensamento de Euclides da Cunha se expressa num livro que traz os excluídos do campo, do interior do Brasil, até então abandonados pelo projeto republicano vencedor. No capítulo três, portanto, vamos tratar da desilusão de Euclides da Cunha que colocou na Rua do Ouvidor seus jagunços, “cerne da nacionalidade”, massacrada pelas forças civilizadoras do novo regime.

Sua atuação política/intelectual, a partir daquele momento, está em revelar um Brasil que não existia para o mundo “civilizado e letrado” da Primeira República. Pretendemos demonstrar que foi a ação política que dirigiu e deu rumo as suas obras. Para quem havia sido um republicano fervoroso de primeira hora, sua opinião sobre o novo regime mudara bastante:

(A República) triunfo das mediocridades e na preferência de atributos inferiores, já de exagerado mando, já de subserviência revoltante (...); é seleção natural invertida: a sobrevivência dos menos aptos, a evolução retrógrada dos aleijões, a extinção de toda uma linha das belas qualidades de caráter (...)<sup>20</sup>

Outra voz “áspera e amarga” a ressoar “no meio da alegre superficialidade”, nas palavras de Lúcia Miguel Pereira<sup>21</sup>, foi a do escritor Lima Barreto. No capítulo quatro, vamos tratar de Lima Barreto e de uma desilusão demonstrada de forma diferente. Ele era bem mais jovem e começou sua vida intelectual no início do século XX, portanto, não temos uma produção ou uma ação política anterior que pudesse contrastar com suas opiniões nos anos seguintes. De modo que não teremos um momento, a ruptura pontual, como é o caso de Sílvio Romero e Euclides da Cunha. Mas também nele vamos encontrar a desilusão e a desesperança evoluindo num crescendo de radicalizações.

Quando fazia as leituras de minha dissertação de mestrado sobre Lima Barreto<sup>22</sup>, lembro de ter ficado fascinado com o ambiente intelectual da época em que as críticas

---

<sup>20</sup> CUNHA, Euclides da. Citado por SEVCENKO, Nicolau. *A Literatura como Missão – tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.177.

<sup>21</sup> PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da Literatura Brasileira: Prosa de Ficção – 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988, p.274.

<sup>22</sup> ALMEIDA, Luiz Alberto Scotto de. *Lima Barreto: o Cânone e o Bêbado*. Florianópolis: Ufsc, 1997. (Dissertação de Mestrado)

ao regime republicano já eram normais e corriqueiras, institucionalizadas por livros como *Os Sertões*. De certa forma, mostrar-se descontente e entediado fazia parte da moda intelectual do momento. Era a maneira como o sistema, a inteligência que sustentava o discurso hegemônico, havia encontrado para manter o regime pairando num discurso de descompromisso e de superficialidade.

Sua esperança de participação naquele projeto político se mantém através da vida intelectual, ou seja, através da “república das letras”. Seu sonho de ser reconhecido como escritor e desfrutar de um espaço merecido no mundo intelectual foi, de fato, seu otimismo naquela sociedade republicana. Era, afinal, o regime republicano que prometia fama e glória aos mais capazes e, em alguns momentos de sua vida, Lima Barreto acreditou nestas palavras. A maneira como se aproximava de críticos, seus esforços em manter publicações literárias, sua amizade com famosos escritores da época, suas tentativas de ingressar na Academia Brasileira de Letras, são fatos de seu momento de otimismo e crença no regime.

Quando o reconhecimento não apareceu e continuou – já como escritor maduro – a publicar seus livros em edição de autor<sup>23</sup>, vai se afastando do desejo de reconhecimento. É neste instante que percebemos cada vez mais evidente sua aproximação das novas forças sociais que nascem naquele cenário urbano. Lima Barreto tornou-se um colunista político da imprensa operária, ligado aos sindicatos anarquistas que exigiam espaço e participação no projeto político republicano. A partir da Revolução Russa, Lima Barreto passou a apoiar os movimentos socialistas e sindicais atuando ainda com mais vigor na imprensa burguesa, como dizia.

Ao se aproximar da classe operária, Lima Barreto torna-se o narrador de uma vida urbana até então desconhecida no país. Sua linguagem é a linguagem das ruas e seu carinho é para com a cidade suburbana, o negro e o operariado – moradores de regiões distantes e desconhecidas da população letrada. Lima Barreto mostra sua desilusão ao denunciar o caráter falso e artificial de uma república que era a continuidade dos velhos interesses da oligarquia cafeeira. Daí seu ataque a todos os símbolos urbanos que a República utilizava para se representar como fundadora de um novo tempo: a figura do

---

<sup>23</sup> Única exceção foi a primeira publicação de *Vida e Morde de M J Gonzaga de Sá*, editado por Monteiro Lobato que agia mais como admirador e companheiro de letras do que verdadeiramente editor.

funcionário público, a figura do doutor, a imagem do morador de Botafogo, as feministas burguesas, o capitalista paulista. Enfim ataca todos os tipos novos – símbolos falsos, em sua opinião – de representações urbanas nascidos durante a República.

O sarcasmo e a ironia são as armas de sua desilusão. Se Romero é a voz das forças liberais e Euclides dos positivistas, Lima Barreto é a voz das forças nascidas do novo momento econômico: o operariado urbano. Sua morte acontece no ano da fundação do Partido Comunista Brasileiro. Combateu tudo o que de alguma forma fosse expressão do pensamento, da política, do patrimônio ou dos hábitos da elite brasileira.

No capítulo cinco, de proposição mais interpretativa, vamos demonstrar como cada um desses intelectuais soube localizar, em seu campo de reflexão, elementos que indicariam as fissuras do projeto capitalista numa sociedade periférica como a brasileira e “as crises” de um novo tempo chamado de modernidade.<sup>24</sup> As rupturas provocadas na harmonização discursiva destes intelectuais acabaram se revelando verdadeiros caminhos de leitura e de estudos da realidade brasileira.

Minha preocupação neste capítulo final foi aproximá-los, de maneira a demonstrar semelhanças e diferenças. Mas mais importante de tudo, foi tentar demonstrar que suas vozes tornaram-se constantes na crítica política e na produção intelectual por mais de 30 anos. Por isso é que as definições temáticas dos estudos nascidos do desencanto político destes intelectuais tornaram-se símbolos das contradições que se estabeleceram na sociedade brasileira. O debate, iniciado por Sílvio Romero, sobre a definição do que seria o “caráter nacional”, tornou-se, ainda nos dias de hoje, uma das questões mais importantes nos estudos da indústria cultural e do imperialismo econômico. O tema civilização versus barbárie, proposto por Euclides da Cunha, mesmo na atualidade é colocado como demanda fundamental quando se trata das relações entre o Estado e as bases organizadas da população. Lima Barreto traz toda a complexidade da convivência urbana marcada por divisões de classes e interesses diversos. A cidade é seu tema.

---

<sup>24</sup> Usamos modernidade como “difusão dos produtos da atividade racional, científica, tecnológica, administrativa (...)”. Conceito de TOURAINE, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, p.18.

Estes três tópicos – resumidamente apontados aqui – são inaugurais no discurso intelectual do fim do século XIX e deram aos seus autores o caráter moderno e fundador da crítica social, política e intelectual da sociedade brasileira. Mais do que isso: seus rompimentos, suas guinadas, foram motivadas pelo sentimento característico e sintomático dos tempos modernos – a desilusão. O que os atualiza, portanto, são os instrumentais discursivos e a temática que escolheram para representar o país, mas também a motivação proporcionada pelo sentimento de desencanto que vai pautar a vida moderna.

Cada um dos três escritores terá um palco político de luta contra os valores estabelecidos por aquele projeto político e seus significados: Euclides usara o sertão – (interior geográfico ou social do país e seu personagem símbolo: o nordestino ou o excluído) para atacar o poder; em Romero serão grandes bandeiras sociais: o nacional e o estrangeiro, reforma agrária, imigração, latifúndio e oligarquias; e em Lima Barreto será a cidade e suas representações modernas (o doutor, o funcionário público, o suburbano, o bonde). São, no conjunto de suas obras, vetores constantes a denunciar um país deformado pelo povo, pela elite ou pelo governo. Vozes incansáveis a repetir e a apontar os culpados.

A maneira que cada um encontrou de se opor ao projeto político tornou-se até os nossos dias bandeiras de oposição a todos os governos ao longo de mais de cem anos. De todos se cobrou a inclusão dos miseráveis do interior do país (Euclides da Cunha); de todos se exigiu reforma agrária e o fim das oligarquias (Sílvio Romero); de todos se falou de favorecerem a elite despreparada e corrupta (Lima Barreto). Podemos dizer que muitas das bandeiras políticas levantadas ao longo do século XX nasceram de suas interpretações do Brasil.

Assim não parece estranho que tantos estudiosos tenham detectado o caráter desarmônico com que estes três personagens da vida intelectual brasileira se destacaram na dessemelhança cultural de seus pares e dos valores daquela época. Procuraremos demonstrar que o peso histórico e o valor político dos acontecimentos que resultaram na Proclamação da República foram os responsáveis por este caráter “destoante” que afetou a obra dos três intelectuais. Foram, sem dúvida, os acontecimentos políticos que



provocaram o rompimento e construíram as obras de Euclides da Cunha e Sílvio Romero e conduziram o olhar de Lima Barreto. Desta forma, pretendemos apontar as causas que moveram estes três intelectuais na direção contrária ao pensamento dominante. E levaram a um ponto de radical intensidade esta postura que alteraram até suas vidas. A desilusão parece ser a marca indelével de suas existências.

## **Capítulo 1**

### **A construção discursiva do Brasil republicano**

A Monarquia – “Não é por falar mal, mas com franqueza... eu esperava outra coisa”.

A República – “Eu também! ...”

(Capa da *Revista Fon Fon* de 13.11.1913)

## 1.1 “NÃO ERA A REPÚBLICA DOS MEUS SONHOS”

A República tem uma puberdade triste e apagada. Dizem alguns que a menina chegou à velhice, sem ter passado pela primavera e nem pelo outono....Outros, mais otimistas, dizem que a moça está com o desenvolvimento retardado, aguardando ainda adormecida dentro do corpo as forças criadoras...O certo é que ninguém está satisfeito. A República festeja o seu décimo quarto aniversário no meio de um descontentamento geral (...)<sup>25</sup>

As palavras de Olavo Bilac sobre o regime político, escritas no ano de 1903, perderam-se em meio a tantas outras crônicas e cronistas da época que – como ele – viviam a desilusão com a república há pouco proclamada. O entusiasmo dos primeiros anos ficara para trás. O país já havia vivido o fechamento do Congresso Nacional, estados de sítio, ditadura, censuras, prisões, fugas (como a do próprio Bilac), assassinatos, exílios, guerras civis no Rio Grande do Sul e em Canudos, duas revoltas da Marinha, suicídios acidentais ou propositais (como o de Silva Jardim e Raul Pompéia), atentado à vida do presidente, tudo em nome do novo sistema de governo. Muitos outros acontecimentos ainda estavam por vir até que solidificasse o regime político. Mas na época desta crônica, através do humor ou de textos graves, o sentimento de decepção já estava estampado em grande parte dos jornais e era consenso entre a população.

(...) Ide à Câmara, ide ao Senado, lede os jornais políticos, entrai nos botequins em que se reúnem os republicanos sem emprego, - e por toda a parte encontrareis esta frase magoada, soando como uma campanada de réquiem: ‘não era essa a república que eu sonhava!’ Dizem que o velho Saldanha Marinho pronunciou essa frase pouco antes de morrer; a moda pegou e, até nos colégios os rapazolas impúberes, no salão de estudo e no

---

<sup>25</sup> BILAC, Olavo. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1903. In: DIMAS, Antônio. *Bilac, o Jornalista: crônicas*. v.1. São Paulo: Imesp. 2006. p.605.

recreio, murmuram entre si, com um ar desconsolado: ‘não era esta a república que sonhávamos..’<sup>26</sup>

No ano da publicação dessa crônica, a imprensa representava a República de forma jocosa e irônica. Era o sentimento de desilusão que alcançava a todos. A imagem da mulher, jovem e determinada, como símbolo da República – que Décio Villares e Belmiro de Almeida passaram para as telas – presentes nas ilustrações de jornais e até nas cédulas de mil réis, tornara-se símbolo do escárnio. Jornais e revistas usavam a ilustração de uma velha prostituta, fumando e bebendo, acabada e decadente, para representar o novo regime. Sobre os humoristas da imprensa da época, Elias Saliba escreve: “A primeira e mais elementar atitude desse grupo de humoristas acompanha o sentimento generalizado daquilo a que chamamos de ‘humorismo da desilusão republicana’, presente na maior parte da *intelligentsia* brasileira no período.”<sup>27</sup>

A sensação de estarem todos – imprensa, população e até algumas autoridades – vivendo um engano institucional, chamado regime republicano, foi se alastrando até ganhar esse consenso de que fala Olavo Bilac. A República que não era o sonho de ninguém foi se construindo a partir do próprio golpe militar que a realizou. Até ali, naquele 15 de novembro de 1889, para a decepção dos revoltosos, a participação popular tinha sido nula.

Os relatos desta perplexidade são inúmeros. O mais conhecido é o artigo, na coluna “Cartas do Rio”, do republicano histórico Aristides Lobo, membro do primeiro gabinete do Marechal Deodoro da Fonseca:

Como trabalho de saneamento, a obra é edificante (refere-se à Proclamação). Por ora, a cor do Governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada.<sup>28</sup>

Essa declaração, vinda de um republicano de primeira hora, subscritor do manifesto de 1870, redator do jornal *O Republicano*, é reveladora. A imagem do povo

---

<sup>26</sup> Ibidem.

<sup>27</sup> SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p.77.

<sup>28</sup> LOBO, Aristides. “Cartas do Rio”, *Diário Popular*, São Paulo, de 18 de novembro de 1889.

“bestializado” é forte e ganhou destaque em toda a historiografia da época. Outro intelectual amargurado com a ausência da população civil nos acontecimentos que mudaram o regime foi Raul Pompéia:

Dirão que o povo fluminense fez a agitação abolicionista e a agitação republicana (...) o povo não fez nada disso. Um grupo de homens denodados, bastante ativo é certo, para parecer a multidão, fez o movimento abolicionista e o movimento republicano no Rio de Janeiro. Em volta desses campeões devotados acercavam-se curiosos; e foi só.<sup>29</sup>

A ingenuidade e o romantismo como haviam imaginado uma república brasileira não se resumia a sonhar com o povo nas ruas, tinham certeza que a pujança econômica viria da simples troca do sistema de governo. Mas os problemas se agravaram nas contradições que o sistema agora deixava à mostra. Um exemplo: os negros alforriados e as imigrações recentes formavam quase 40 por cento da população brasileira e não havia trabalho regular para acolher essa gente. O cenário econômico e político fazia setores da sociedade sentirem saudade do Império. O “encilhamento”<sup>30</sup>, que foi apresentado como a solução de todos os males, provocou uma inversão total de valores na população que assistiu à elite ganhar dinheiro com o processo inflacionário e imoral que se estabeleceu.

Por dois anos, o novo regime pareceu uma autêntica república de banqueiros, onde a lei era enriquecer a todo custo com o dinheiro da especulação.”<sup>31</sup> A ânsia de enriquecimento a qualquer preço tomou conta das elites e de setores médios da população. As elites pressionavam o governo em busca de concessões, empréstimos e privilégios de maneira acintosa e a jovem classe média em busca de empregos públicos (“as cavações”, como diziam). Raul Pompéia, que se suicidaria no

---

<sup>29</sup> POMPÉIA, Raul. *Obras Completas*. Vol.IX. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p.135.

<sup>30</sup> “Encilhamento” foi o fenômeno de apostas e jogos – na bolsa de valores – em que se transformou a política de emissão de moeda, por parte do governo federal, iniciada durante o Império para ajudar a lavoura de café do Vale do Paraíba. Atinge seu ápice na gestão de Rui Barbosa, no Ministério da Fazenda, quando a emissão chega a quase 80 por cento em papel moeda sem lastro em ouro que as garantisse. A inflação, o desemprego, a falta de investimentos e a sensação de que tudo não passava de vigarices e vigaristas tomam conta da população e da imprensa. As oscilações do câmbio foram brutais, fazendo e desfazendo fortunas. A inflação e o custo de vida foram às alturas, uma vez que os produtos importados dominavam o mercado. O café é nacional, mas as xicaras são importadas, diziam as pessoas na época para justificar os preços. FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder – formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo, 2000, p.575.

<sup>31</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.20.

período, escreveu: “O que há agora é pão, pão; queijo, queijo. Dinheiro é dinheiro”. E com uma amarga ironia concluía: “A República discute-se consubstanciada no Banco da República.”<sup>32</sup>

Esta fartura de dinheiro teve como objetivo “industrializar o país”, bandeira messiânica da propaganda republicana. Se a agricultura tinha sido durante séculos a força motriz do Império, a indústria o seria na República e assim o país teria o crescimento econômico que a nova sociedade exigia. “O ideal do progresso rápido e crescente até ao infinito casa-se ao misticismo da abundância americana, numa utopia industrial”.<sup>33</sup> Toda emissão de dinheiro só serviu para provocar a violenta elevação da inflação e reforçar a posição das forças do agrarismo cafeicultor que aproveitou o crédito fácil para expandir suas lavouras no interior paulista. Ao mesmo tempo atuavam contra a industrialização sob o argumento de que a substituição do produto importado pela produção nacional acabaria por impedir a colocação do “seu café” em muitos países exportadores de manufaturados para o Brasil. E impuseram sua vontade.

Lúcia Miguel Pereira escreveu que cada época tem uma atmosfera moral e intelectual própria que impregna a todos que vivem nela. “Na era do progresso industrial, do evolucionismo, do materialismo histórico, não foi necessário ler Darwin, Comte e Marx para sentir, mais clara ou confusamente, que a razão dominava o sentimento...”<sup>34</sup> O texto da afirmação é para explicar correntes literárias daquele momento histórico. Mas podemos usar sua imagem também para a realidade política da época. Houve uma atmosfera cientificista e moderna pairando sobre a palavra “república” durante dezenas de anos. Mesmo para quem ignorasse os ideais e o projeto do sistema de governo, república tinha significado de tempo futuro, ou de novos tempos.

E a atmosfera daquele tempo ganhou outros ares, no transcorrer dos acontecimentos, que em nada lembravam os sonhos de direitos civis e liberdade individual. Com as bases econômicas ainda por se definir, instalou-se uma Assembléia Constituinte, fisicamente longe de tudo e politicamente isolada de todos. Foi para o

---

<sup>32</sup> POMPÉIA, Raul. *Obras Completas*. Vol.IX. Org. Afrânio Coutinho. Op.cit., p.351.

<sup>33</sup> FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder – formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo, 2000, p.581.

<sup>34</sup> PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prosa de Ficção (1870-1929) – História da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988, p.28.

Paço de São Gonçalo e apartou-se das poucas lideranças republicanas capazes de juntar povo em torno de suas falas. Lopes Trovão e Silva Jardim sequer fizeram parte da Assembléia. Em compensação, o senador Rui Barbosa, um ano antes membro do Conselho de sua Majestade, portanto, conselheiro do Imperador, assumiu a redação da nova e primeira constituição republicana do país.

Entre os inúmeros antagonismos e embates daquela Assembléia Constituinte estava o projeto defendido por Rui Barbosa – um governo republicano federativo e liberal, de pouca intervenção, e de amplos espaços para as “forças sociais”, aos moldes do Estado Norte-Americano. E estava também o projeto dos republicanos positivistas, exigindo um estado interventor e forte (ditatorial) que impusesse um projeto industrial e desenvolvimentista “e incorporasse o proletariado à nova sociedade brasileira”.<sup>35</sup> A oligarquia paulista, defensora do projeto liberal de Rui Barbosa, saiu vitoriosa da Constituinte depois de enfrentar fortes resistências dos positivistas militares e civis, representantes dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco que não aceitavam aquela federação.

Quando saiu do regime colonial, a unidade do país tinha sido o tormento do Império, e seria novamente agora, nesta passagem para a República. O poder monárquico, quase transparente dos últimos anos – por causa das freqüentes licenças médicas do imperador – criara certo tédio reconfortante nas longínquas regiões do país. O centro do poder estava esvaziado e muito longe da existência das pessoas comum. Era assim na província e foi assim na capital. De modo geral, a vida nacional ainda não existia. Vivíamos em províncias, sob o domínio de suas oligarquias, com a literatura regional, conversas provincianas e separatistas. A própria república chegou como uma notícia de curiosidade.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> FREIRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Editora Global, 2004, p.551.

<sup>36</sup> Os relatos sobre a impassibilidade provocada pela novidade institucional são inúmeros e muitos comoventes. Na vila de Brejo Seco de Araripe, no interior do Ceará, a notícia da mudança de regime chegou na manhã do dia 16 de dezembro. José Alves de Figueiredo, menino de dez anos na época, conta como a população reagiu à Proclamação. “...neste dia, minha professora, Da. Maria Alves Feitosa, senhora inteligente, quando iniciou a aula fez uma preleção, explicando o que era a nova forma de governo e suspendendo (as aulas), mandou que nós saíssemos agrupados dando vivas à República. Obedecemos e depois de andar um bom trecho calados, sob o olhar curioso da população, eu entusiasmei-me e dei o primeiro viva. Meus colegas responderam e tocando fogo no estopim do patriotismo, andamos cerca de uma hora pelas ruas do vilarejo, aturdindo os ouvidos da população com os nossos vivas. Fui portanto o proclamador da República naquela localidade...” Ibidem, p. 341.

Esta vida isolada e provinciana, em que diferentes confins do país estava mergulhada, é facilmente comprovada pela força da literatura regional. De modo geral é possível dizer que o nativismo foi o caminho descoberto pela literatura para revelar o homem regional com sua linguagem, sua geografia, seus hábitos. É claro que isso era realizado com a visível intenção política de se diferenciar do todo nivelador. O Brasil se descobria ao ver o gaúcho de Apolinário Porto Alegre (*O Vaqueano, Paisagens*) impregnado de republicanismo, ao reconstruir a Guerra dos Farrapos. Ou na figura do nortista de Franklin Távora (*O Cabeleira, O Matuto*) que pretendeu criar uma “literatura do norte”, centrada nos tipos da terra e com forte conotação política. E, se por acaso isto não era visto com satisfação pelo país todo, bastava aos escritores das províncias serem reconhecidos por seus conterrâneos.

Com expectativas políticas tão diversas e interesses econômicos até opostos, grande parte dos parlamentares retornou a suas províncias contando uma história de desgosto e traição. A nova Constituinte, a primeira republicana na história da nação, havia conseguido retirar obrigações do Estado, como o de fornecer ensino primário e promover os primeiros socorros – aliás, assegurado pelo texto imperial. O espírito da carta era no sentido de fortalecer os mais fortes, dar valor aos organizados e instituir mecanismos de proteção ao capital.

Intelectuais provincianos, que na maioria dos casos eram também parlamentares, dividiram-se na escolha do projeto republicano que melhor atendia seus interesses regionais. Intelectuais paulistas viam no liberalismo econômico a expressão política republicana mais adequada às aspirações de uma província rica, voltada exclusivamente à exportação de café. Sua necessidade, portanto, estava posta no controle de câmbio e na desobstrução de qualquer impasse no comércio externo. A realidade local, com suas complexas relações trabalhistas, ou com o desenvolvimento de um mercado interno, através da criação de indústrias e geração de empregos, não estava entre seus interesses. Por isso mesmo, o discurso de seus intelectuais mais atuantes girava em torno mítica da liberdade individual e do estado mínimo.

Em termos de direitos civis e construção da cidadania, dois golpes praticamente eliminaram a participação popular do projeto republicano. O primeiro foi dado na própria Constituinte quando excluiu a população analfabeta do processo eleitoral. A



população negra, recém alforriada com o fim da escravidão, estava fora da vida política. Numa sociedade com índices de analfabetismo de 80 por cento, isso representou um recuo nas lutas coletivas da época, agravando a distância cultural e social entre a elite e o povo. O outro golpe veio mais adiante. Foi uma frustração geral. Províncias – agora estados – sentiram-se colocadas de lado no novo quadro institucional.

Outros fatores reforçavam o sentimento de não ser aquela a república dos sonhos. Um deles foi a placidez, o sossego, com que houve a mudança do regime e a forma, quase fraterna, com que os monarquistas foram se integrando ao novo projeto. Desde o primeiro governo, o provisório de Deodoro da Fonseca, estavam lá o conselheiro Rui Barbosa e, em seguida, o Barão de Lucena servindo de guias político/jurídico ao Marechal. No governo militar seguinte, o do presidente Floriano Peixoto, a banda republicana positivista, derrotada na Constituinte, teve seu momento através dos políticos gaúchos e cariocas defendendo um estado poderoso, ditatorial, de modo a disciplinar as forças sociais e enquadrar as bases econômicas que dominavam o país desde o Império.

Apesar do furor com que esses dois grupos se enfrentaram, o fato é que se tratava de uma revolução política e não uma revolução social, como afirmam os pesquisadores.<sup>37</sup> De maneira inevitável, intelectuais de todos os matizes se sentiram traídos pela república recém instalada ao verem as forças econômicas de sempre, os velhos monarquistas de D. Pedro II, dominando o novo regime recém inaugurado.<sup>38</sup>

Olavo Bilac escreveu com ironia sobre o comportamento dos monarquistas:

Ao terceiro dia levantaram um cantinho da persiana, e espiaram medrosamente as ruas. Não havia motins...O sangue não rolava, em ondas vivas e rubras, pelos regos das calçadas; não passavam

---

<sup>37</sup> “A própria Proclamação da República não passou de uma revolução política. A única revolução social, a da Abolição da escravatura, foi diluída politicamente pela composição do Partido Republicano com os fazendeiros de café e pela rápida consolidação dos compromissos políticos emergentes através da implantação de uma República antidemocrática e oligárquica.” FERNANDES, Florestan. “Os de Baixo.” In: *Que tipo de República?* São Paulo: Editora Brasiliense. 1986, p. 171.

<sup>38</sup> “Foi aí que os intelectuais abolicionistas e republicanos se sediarão...na resistência “anti-sebastianista”. Ali mesmo, decepcionados com o novo regime, seriam duramente perseguidos por Floriano, no mesmo passo que recebiam o olvido e o desprezo dos novos políticos oportunistas, de conjunto dos arrivistas da Bolsa e da especulação mercantil. A República desabou sobre esses autores como uma tormenta.” SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.117.

carroções, atulhados de condenados à morte, a caminho do patíbulo; não avermelhavam o horizonte os fogarêus da reação...Os burgueses trabalhavam; os políticos especulavam; os jornalistas pediam empregos públicos; os poetas sonhavam...Então, desafogadas do medo pânico, saíram a aderir, não grandes gestos de entusiasmo, nem com retumbantes frases campanudas, mas com aquele calmo silêncio sorridente, que ainda é e sempre será o melhor meio de aderir a tudo...E foram vivendo e sorrindo, vendo que dos abusos velhos nasciam abusos novos, que, sob formas várias, as paixões eram as mesmas, e que, se o regime havia mudado, não havia mudado a essência da política (...)<sup>39</sup>

O tempo imperial – através de personagens, práticas políticas excludentes e pensamentos retrógrados – invadiu o espaço republicano tomando conta e tornando tudo igual ao passado. A convivência diária e próxima com as conseqüências da economia imperial era inevitável. Massas humanas de desempregados e desamparados aumentaram de maneira assustadora nos primeiros anos da República. O fim da escravatura, sem um plano de recolocação da mão-de-obra, trouxe às grandes cidades os ex-escravos e suas famílias vindas dos cafezais decadentes do Vale do Paraíba. A população negra, agora liberta, provocava medo pela sua origem escrava e estimulava o aparelho policial a agir com rigor – o Estado instituiu o cadastramento nacional e identificação neste período. Discussões e debates sobre a realização de uma reforma agrária para inserir aquelas populações na vida econômica do país ocorreram no parlamento e na imprensa.

Nos debates, entre Silvio Romero e Euclides da Cunha, sobre a formação e característica do povo brasileiro, por diversas vezes a questão é citada, como veremos mais adiante neste trabalho. Por enquanto, ficam as palavras de Silvio Romero:

(...) o que precisamos e teria sido de uma vantagem máxima, incalculável, era que não tivéssemos desmentido a lei histórica; era que no século XVIII e mais ainda no século XIX a massa enorme de três milhões de escravos, ou mais, levando em conta as libertações parciais operadas em todo o correr dos dois séculos, tivesse sido transformada num corpo sólido de proprietários e operários agrícolas.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> BILAC, Olavo. Revista Kosmos. Rio de Janeiro, julho de 1906. In: DIMAS, Antônio. *Bilac, o Jornalista*. op.cit., p.362.

<sup>40</sup> ROMERO, Silvio. “O Brasil Social de Euclides da Cunha”. *Realidades e Ilusões no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p.176.

O empobrecimento da população, as péssimas condições de vida, o analfabetismo reinante, as precárias condições de saúde com sucessivas epidemias – o quadro todo era de que com República, ou com Império, o Brasil continuava o mesmo. No caso da literatura, o crítico José Veríssimo se mostrava angustiado:

Com exceção dos governantes, sempre em toda parte, em todos os tempos, até nas vésperas e na iminência das revoluções e das catástrofes, otimistas, todos sabem e sentem as desgraçadíssimas condições, materiais e morais, do nosso país. É claro que em tal momento a literatura, a poesia, a alta cultura do espírito, os estudos liberais, as artes tanto da escrita como do desenho, não podem absolutamente florescer. Já é assombro que não desapareçam de todo, e que contra as circunstância do meio e do momento teimam em viver.<sup>41</sup>

Também no estado de São Paulo, apesar da riqueza proporcionada pelo café, as populações viviam em péssimas condições. Na virada do século, o estado paulista já convivia com a multiplicação das greves e das reivindicações trabalhistas dos sindicatos e das organizações operárias. A influência da imigração italiana na organização dos trabalhadores foi absoluta. O estado de São Paulo, neste período, tinha três milhões de habitantes, sendo um milhão os italianos vindos para substituir o trabalho escravo nas lavouras de café. Mas, como mão-de-obra qualificada, espalhou-se por diversos setores da economia. Trabalhavam, organizavam os demais operários e divulgavam os ideais socialistas e anarco-sindicalista. De 1891 a 1894 foram expulsos do país 36 estrangeiros por crimes políticos, sendo 19 sob a acusação de anarquismo. Massas urbanas com características de sociedades modernas – como o operariado – organizavam-se em partidos políticos socialistas na tentativa de dar rumo às lutas e promessas republicanas do passado. Com atuações políticas nesta direção, representavam perigo igual ou pior ao dos negros recém libertos na visão da elite e da nova ordem que a República produzia.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira*, 4ª série. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo USP, 1977, p.43.

<sup>42</sup> As discussões que pautaram a produção intelectual sobre definição étnica do povo brasileiro até a Segunda Guerra Mundial são compreensíveis quando constatamos que, num espaço relativamente curto de tempo, quase metade da população é formada por origens e culturas absolutamente distintas. São dois tempos metidos no mesmo espaço: a memória recente da escravidão e da chibata convivendo com os operários anarquistas de uma sociedade industrial relativamente avançada. A idéia de um povo despreparado e causador da inviabilidade do projeto nacional – como pensamento da elite – foi uma maneira de descartar-se de um problema cuja complexidade ainda hoje é espantosa. Como veremos mais adiante, esses tempos irão se encontrar para desafiar o projeto republicano.

Para grande parte dos intelectuais que haviam sonhado a república o quadro era desolador. Aos poucos começaram a se afastar da realidade política e social do país para viver de idéias, pensamentos e modelos estéticos em discussão na Europa. Foi como uma espécie de fuga que os empurrava para outra realidade inexistente entre os brasileiros. Os problemas que o país apresentava eram bem maiores que as idéias que buscavam no pensamento europeu. E aos poucos – até por falta de público – começaram a viver intelectualmente um tempo europeu.

E assim bandeiras que o republicanismo acenou durante anos iam sucessivamente sendo guardadas. Do dia para a noite, a industrialização tornara-se um mal de custo altíssimo e ameaçava a própria lavoura; o analfabetismo era impossível reverter dada a quantidade de pessoas nesta condição; a imigração, que traria mão-de-obra qualificada, tornara-se uma escravidão branca; e a crença no voto, no exercício pleno da cidadania, resultou na fraude institucionalizada – com que o país conviveu por 30 anos – chamada até hoje com eufemismo e engodo de “política dos governadores”.<sup>43</sup> Esse foi o segundo golpe – de que falamos anteriormente – com que se eliminou a participação popular do projeto republicano.

O século começava de forma terrível para a jovem república. Um comportamento individual e predador se espalhou na sociedade gerando atritos e ódios recíprocos. Os republicanos cariocas e gaúchos começaram a atribuir o comportamento de ganância e egoísmo – não ao espírito capitalista e burguês que agora tinha imposto seu sistema de governo – , mas ao “espírito bandeirante”, trazido como valor à sociedade republicana pela oligarquia cafeeira de São Paulo. Ganhar dinheiro havia deixado de ser algo vergonhoso, pelo contrário, era motivo de orgulho e deveria ser de conhecimento de todos. De forma semelhante reagiram todos diante das altas taxas de

---

<sup>43</sup> A fraude foi absoluta nos anos iniciais. Chegou-se a ponto de abandonar as urnas em seus locais de votação - a única coisa que importava era constar na lista montada pelo governador. Mais tarde, quando a fraude começou a assumir proporções assustadoras, desenvolveu-se a prática do “coronelismo” e o voto “a cabresto”. Isso era possível porque, a mesma legislação eleitoral de 1904 que incluiu as listas de eleitos, criou o “voto a descoberto”. O eleitor votava e assinava duas cédulas, que eram firmadas também pelos membros da seção eleitoral. Uma cédula era colocada na urna e a outra ficava com o eleitor. A idéia foi do presidente Campos Salles para acabar com as crises institucionais que atravessaram os governos do Marechal Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Prudente de Moraes. Entre os anos de 1898 e 1926 compareceram às urnas um número que oscilou entre 3,5 e 2,5 por cento da população em cada eleição. NICOLAU, Jairo. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 2004.

desempregados: a culpa era do imigrante – do imigrante português, como sempre – que tirava trabalho de gente nascida aqui. E esta forma de patriotismo sectário e radical começou a se expressar na imprensa com notícias do tipo “a patriótica febre amarela matou mais 20 portugueses”.<sup>44</sup>

O novo regime foi de consagração de quem “sabia ganhar dinheiro”, de quem sabia tirar proveito da inexperiência administrativa dos novos governantes e da má fé de muitos deles. O cinismo começava a aparecer numa imprensa de deboche, onde o povo era apontado como responsável pela inoperância do governo e não realizações do regime. Ele, povo, despreparado e incapaz, não assumiu o papel histórico que lhe foi entregue. Era esse o tom das críticas. O resto era zombaria. A figura do “Zé Povinho” enganado, ludibriado, e respeitos aos novos governantes era a piada da hora.

Uma crônica de Olavo Bilac para ilustrar o tipo de humor que fazia sobre o preparo do povo para exercer o voto:

(...) Sou também cioso dos meus direitos: quero saber por quem vou ser governado. Pelo povo. Bem. Vejamos o que é o povo. Oito horas da manhã. Abro a janela. Aqui está o povo diante de mim. Um quitandeiro. Preto. Tem talvez cinqüenta anos, tem frutas de todas as espécies (...) Chegou, encostou à parede o tabuleiro, sentou-se, acendeu o cachimbo e começou a fumar e a cochilar: devo perguntar-lhe qual a sua opinião sobre o direito público federal?<sup>45</sup>

Mas foi sobre o intelectual engajado nas lutas pela abolição da escravatura e na adoção do regime republicano que se abateu o pior dos castigos: a república “desabou sobre ele”, na expressão de Nicolau Sevchenko:

Situação bastante insólita: campeões do utilitarismo social no momento mesmo do triunfo do seu ideal, vêm-se transformados em personagens socialmente inúteis. Sem dúvida, o advento concatenado da Abolição em 1888 e da República em 1889, com sua promessa de democratização, significou ironicamente a

---

<sup>44</sup> “Os patrióticos trens eliminaram com toda a perícia cinco suínos humanos e os valentes bondes deceparam nobremente algumas pernas de galegos que andavam de boca aberta pelas ruas a servirem de palhaços à garotagem.” “O Jacobino”, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1997. Citado por QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.103.

<sup>45</sup> BILAC, Olavo. Correio do Povo. Rio de Janeiro, 23 de março de 1890. In: DIMAS, Antônio. Bilac, op. cit. p.220.

experiência mais traumática e desagregadora dessa geração. (...)Conspicuo pelas adesões maciças e disputas canhestras pelo poder e cargos rendosos, o novo regime esvaziara rapidamente os sonhos que os seus arautos acumularam ao longo de três décadas.<sup>46</sup>

O tempo presente e o tempo futuro passaram por transformações. Até para afirmar-se como novo regime político, alimentava o temor da reação monarquista com a tentativa de restauração do antigo regime. Sob o pretexto da ameaça, a censura foi implantada nos jornais. A acomodação dos interesses econômicos, as adesões e as semelhanças do novo com o velho afastaram os intelectuais que haviam formulado o discurso do modelo republicano. Não existiam mais espaços políticos para o debate e o estudo. A visão pragmática da nova elite republicana imperou e o intelectual perdeu seu papel de crítico social, desempenhado até então.

O fato era que não interessava a mais ninguém do poder lembrar compromissos assumidos durante a campanha republicana. Vozes que falaram da “cidadania”, “da representação popular”, de “governo para o povo”, de “modernização” das bases sociais e de “industrialização” tornaram-se de uma impertinência absoluta. Muitos intelectuais republicanos foram perseguidos nos primeiros anos de Floriano Peixoto e a maioria foi desprezada nos governos civis seguintes. É esse o tempo que se convencionou chamar de “desilusão republicana”, uma forma de pensar e de sentir a produção artística e intelectual profundamente impregnada pelo ceticismo e o desencanto. Monteiro Lobato escreveu sobre este período e sua influência na produção intelectual brasileira.

Essa urdidura de situações malsinadas deu origem a uma sensação permanente de pesar e melancolia, que constitui um sinal indelével das obras do período. Era o efeito do ‘desencanto’, o esvaziamento repentino das fantasias e dos ideais e o choque brutal com a realidade.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Op.cit, p.108.

<sup>47</sup> Neste texto, Monteiro Lobato lista vários poetas, romancistas e pensadores declarando-se absolutamente desiludidos com tudo. Alguns exemplos: Clóvis Bevilacqua: “Falarei no deserto, o que é inócuo para todos, a não ser para mim mesmo”; Farias Brito: “Encontramos, quase invariavelmente, para toda e qualquer manifestação do pensamento, todas as portas fechadas”; Paula Ney: “Sou um homem ao mar! Soçobrou a galera do meu futuro e aqui ando a braçadas aflitas no oceano de imbecilidade..”; Jackson Figueiredo: “ Não tens mais ilusões, não tens mais sonhos..” Citado por SEVCENKO, Nicolau, Idem, p. 337.

Em meio a este desencanto é fácil entender por que aquela república não era a dos sonhos. Não há registro de alguém ter sido levado a crer que a República seria implantada nos moldes da França de 1789. Mas também ninguém concebeu que chegaria num golpe militar. E pior: que governos civis fossem se sucedendo - Prudente de Moraes, Campos Sales - num fastio de idéias e de aborrecidas palavras grandiosas que se caracterizaram como a Era do Conselheiro Acácio – tempo do óbvio e do tédio.

## **1.2 A SOMBRA REPUBLICANA NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO.**

No início do século XIX ser republicano era pertencer a um grupo de pessoas consideradas radicais e perigosas, mesmo nos países europeus<sup>48</sup>. No Brasil, esse discurso ganhou representação política e literária numa simbologia de liberdade que pairava no ar desde a Independência e acompanhou a fundação do país.

Após a proclamação da Independência, coube aos escritores a tarefa de construir a identidade nacional. Eles assumiram com natural entusiasmo o nacionalismo que deveria se ufanar da nova pátria. O Brasil passara a existir como nação, não mais como colônia e a sua frágil vida institucional agora era outra: havia uma economia autônoma, regulamentação judicial, havia vida institucional, território vastíssimo. Teria que existir também, como discurso, a afirmação da ordem comum para que populações esparsas de regiões longínquas se sentissem participantes de um único projeto. Porque o problema fundamental era construir esta unidade: não havia povo, nem no sentido numérico (para a ocupação do território), nem no sentido político (na representação de força social) e muito menos a homogeneidade cultural ou racial que lhe servisse de afirmação. Era uma elite branca, pouco numerosa, dominando massas de índios, de negros e de mulatos num território vastíssimo.

O discurso que nasceu da euforia intelectual pela Independência tratou de aproximar o conceito de nação ao do território. Temos um vasto território, portanto, somos uma grande nação. Antonio Candido explora bem a aproximação do conceito de pátria ao de natureza: “A idéia de pátria se vinculava estreitamente à de natureza e em

---

<sup>48</sup> HOBSBAWM, E.J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p.23.

parte extraía dela a sua justificativa.”<sup>49</sup> O ufanismo do céu mais azul, das matas mais verdes tratava de ignorar a existência de um solo pouco fértil, de uma mão-de-obra negra que se movia pela chibata, pela população indígena silenciosa. Passava por cima e criava uma visão onde o pitoresco e heterogêneo tornavam-se fatores de caracterização da vida nacional.

Ao representar a nova nação por sua natureza ou, dito de outra forma, ao estabelecer a natureza como expressão da nação, também a literatura passou a ser identificada pela representação da natureza nacional.<sup>50</sup> A partir da Independência, a produção literária era vista como prova de que a nação, de fato, existe. E esta literatura pertence a determinada nação porque reflete sua natureza física. Portanto, uma literatura brasileira deveria mostrar coisas do Brasil, da natureza nacional: frutas, paisagens, coisas que nos tornavam únicos. Esse era o critério principal para caracterizar uma literatura nacional. E o escritor tinha a responsabilidade de criar esta literatura que representava a nação. João Hernesto Weber escreveu:

(...) percebe-se que a literatura é vista como expressão e, conseqüentemente, como prova da existência da ‘Nação’, na medida em que patenteia, torna manifesto, o caráter nacional. Pode-se dizer, vendo assim a questão, que a pretensão não era pouca: cabia aos nossos literatos publicistas, pelo menos assim o imaginavam, afirmar a própria existência da nação pelos caminhos da literatura.<sup>51</sup>

Imagine-se a responsabilidade e o prestígio que foi atribuído ao intelectual neste período. Ao “homem de letras” foi dado o poder de construir “uma brasilidade”, um sentimento que fosse comum a todos os habitantes daquele vasto território. Foi ele, o jovem letrado, também o senhor da administração, da gerência da máquina estatal, o formulador das bases de ensino, o construtor das profissões e, acima de tudo, o guardião do que era “ser” brasileiro – o poder do intelectual só está abaixo do poder do rei.

---

<sup>49</sup> CANDIDO, Antonio. “Literatura e Subdesenvolvimento”. In: *Educação pela Noite e Outros Ensaios*. São Paulo, Editora Ática, 1989, p.141.

<sup>50</sup> É importante registrar que este foi o receituário de Ferdinand Denis que em 1826 aconselhava os brasileiros a se concentrarem em sua natureza e costumes – com relevo para o índio – na representação do Brasil.

<sup>51</sup> WEBER, João Hernesto. *A Nação e o Paraíso – a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p.36.



Para este intelectual foi criado, em 1827, os cursos jurídicos de Olinda e São Paulo, um pouco mais tarde os de Medicina de Salvador e Rio de Janeiro. É este aristocrata, com memória das batalhas dos tempos coloniais, que trocará seu nome de batismo, adotando a origem regional ou indígena ao receber o título aristocrático oferecido pelo imperador. Era a liturgia de afirmação da nacionalidade que lembrava a cultura indígena em oposição à cultura portuguesa. Nomes com muitas vogais para parecerem impronunciáveis aos portugueses<sup>52</sup>. O índio com sua impávida dignidade tinha condições de se comparar ao fidalgo e nossa natureza exuberante substituiria a ausência de castelos. O índio foi adotado como figura símbolo do Império e de nossa nacionalidade.

A jovem monarquia iniciou seu momento de afirmação nacional e com ela o discurso fortemente oposicionista dos republicanos. A rigor, as idéias republicanas apareceram de forma evidente e impositiva antes mesmo da Proclamação da Independência. A “Revolução Republicana” ou “Revolução Pernambucana”, de 1817, está inserida no contexto de revoltas contra os portugueses, mas foi a primeira vez que se exigiu, além da independência, também a mudança de regime. Pernambuco era a província mais rica da colônia e sua elite já previa a continuidade do regime. A questão republicana, embora posta e defendida abertamente pelos revoltosos, era ofuscada pelo descontentamento geral diante da situação colonial do país e, claro, a cobrança alta de impostos.

O discurso republicano apareceu novamente durante a Constituinte de 1823. O arranjo político que manteve o continuísmo monárquico atrelado a Portugal sofreu tensões e desgastes no enfrentamento entre o grupo monarquista de José Bonifácio – representando os interesses estabelecidos e privilegiados na Corte – e do republicano Joaquim Gonçalves Ledo – representando os interesses da elite oligárquica enriquecida com o açúcar na província pernambucana. Joaquim Ledo e seus partidários, ligados à maçonaria, são expulsos da Constituinte sob acusação de “conspiração republicana”. E somem da vida nacional para reaparecerem propagando a revolta armada.

A resposta ao centralismo monárquico veio no ano seguinte, com a “Confederação do Equador”, novamente em Pernambuco, que criava um novo país, à

---

<sup>52</sup> Como exemplo: Marquesa de Itamaraty, Marquês de Itanhaém, Marquês de Jundiáí, Marquês de Paranaguá, Marquês de Quixeramobim, Conde de Itapajipe, Conde de Nioaque.

moda norte-americana, junto com os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O movimento foi esmagado com violência. Nos anos seguintes, com a Monarquia fragilizada pela impossibilidade do príncipe herdeiro e ainda menino assumir, eclodiram revoluções federalistas e republicanas por todo o país. Foi nos anos 30 do século XIX que o pensamento republicano jogou sua grande cartada e o país mergulhou em guerra civil.

Dez anos depois, a “Guerra dos Farrapos” (1835-1845). Manifestos e mais manifestos jurando por uma república e por um novo país. Assim começa a carta de 29 de Agosto de 1838: “Desligado o Povo Rio-Grandense da Comunhão Brasileira reassume todos os direitos da primitiva liberdade; usa destes direitos imprescritíveis constituindo-se *República Independente...*”<sup>53</sup> E Bento Gonçalves assumiu a presidência da República Rio-Grandense para lutar pelas idéias republicanas e, é óbvio, pelo fim das taxas de quinze por cento cobradas sobre “a carne, o couro, o sebo e a graxa”, em qualquer porto do Império. E também porque “tirou-nos o dízimo do gado mular e cavalariço e o substituiu pelos direitos...”<sup>54</sup>

Apesar das claras e prementes reivindicações econômicas, é impossível acreditar que o movimento farroupilha – na dimensão e na violência com que se realizou – teria capacidade de manter uma guerra por dez anos consecutivos com o objetivo de conseguir aumento no preço do charque. É evidente que parte – ao menos uma parte – da oligarquia gaúcha estava movida por ideais de liberdade, de representação civil e pelo federalismo. É interessante observar que as reivindicações dos gaúchos e das demais províncias, em seus manifestos, repetem de maneira muito semelhante a idéia, ainda relativamente fresca na memória popular, das lutas pela Independência.

É preciso reviver estes fatos para rastrear a dimensão do sonho republicano, dentro de sua própria historicidade, para compreendermos por que ele estará tão presente no período posterior a Proclamação. O discurso esteve presente desde a fundação do Brasil, nas investidas contra a condição colonial, na Independência e durante o Segundo Reinado. A república pairou sobre a Corte porque sempre, em algum

---

<sup>53</sup> PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A Idéia Republicana no Brasil, Através de Documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973, p. 17.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p.21.

lugar do país, havia uma província brandindo as bandeiras republicanas. E um intelectual para difundir seus ideais e sua modernidade.

Este foi o momento fundador da imprensa oposicionista ou republicana. Alguns historiadores consideram os anos da Regência inaugural também do jornalismo brasileiro. O fato é que a imprensa foi utilizada como arma política, de forma contundente e eficaz na propaganda e na divulgação de idéias. Ao contrário da campanha pela Independência, quando a imprensa oposicionista era formada somente por pasquins – apócrifos, sem periodicidade e sem organização -, o jornalismo da metade do século XIX tinha o vigor e a organização de veículos de comunicação independentes da Corte e determinados em seus objetivos políticos.

E não foi um fenômeno novo. Em todos os períodos revolucionários – em especial, na França, nos anos que antecedem o ano de 1789 – a imprensa foi utilizada como instrumento político de bandeiras partidárias. Foi o período de proliferação de jornais e de avanços tecnológicos importantes na qualidade de impressão e nos números de exemplares por tiragens. No Brasil, esses avanços tecnológicos vieram mais tarde, mas a imprensa se notabilizou pelo embate corajoso, pela independência nas idéias e pelo engajamento no cenário político que a realidade social do período apresentava. A maioria dos jornais e “folhas acadêmicas” era de tendência liberal. A imprensa oficial respondia com publicações fortes, mas em quantidade restrita.

Em todos os manifestos, a partir dos de Bento Gonçalves, o tom da propaganda é muito próximo do empregado pelos brasileiros contra os portugueses. Vejamos:

Há muito desenvolvia o Governo Imperial uma parcialidade imérita, um desprezo insolente e revoltante a respeito de nossa província. O sangue que derramamos na guerra com as Repúblicas Argentinas, o sacrificio das vidas de nossos irmãos, a destruição de nossos campos....Éramos o braço direito e também a parte mais vulnerável do Império. Agressor ou agredido, o Governo nos fazia sempre marchar a sua frente (...)<sup>55</sup>

Na Sabinada (1837), na Bahia, o caráter republicano e separatista é aberto e o governo central tratado como se fosse o Império Português e as províncias como se fossem suas colônias. Isso é dito: “...as bem conhecidas más intenções do governo

---

<sup>55</sup> Ibidem, p.20.

central, que todas às vezes procura enfraquecer as províncias do Brazil, e tratá-las como colônias com notável menoscabo de sua dignidade..”<sup>56</sup> Eram manifestos duros e suas conseqüências foram guerras com gastos militares que dilapidaram economicamente as províncias e também o governo central. E, na verdade, as guerras só terminaram quando acabou o dinheiro para financiá-las.

As derrotas republicanas no campo militar foram seguidas por um violento discurso de afirmação da nacionalidade brasileira em todos os cantos do país. Quando o jovem imperador D. Pedro II assumiu, no início dos anos quarenta, iniciou a substituição dos velhos conselheiros e auxiliares de barbas brancas, vindos dos tempos coloniais, pelas primeiras gerações de bacharéis, filhos da elite agrária e comercial. Esta juventude letrada foi ocupando, ainda muito jovem, com seu “romantismo jurídico” os melhores cargos, os mais influentes postos.<sup>57</sup> É a figura do bacharel, com canudo e desenvoltura na oratória – filho do grande proprietário rural ou do incipiente e forte comerciante da cidade – quem se capacita a gerir o país, exercendo cargos administrativos e políticos na presidência das províncias, tomando conta do aparelho burocrático do estado. E as cidades aumentaram com a chegada desta elite agrária que trazia o filho para os estudos ou para participar da administração, ou da gerência de novos negócios, e vinha com seu séqüito de escravos e agregados – era a substituição da casa-grande pelo sobrado.

O filho do grande proprietário, que continuava buscando sua formação bacharelesca na Europa, voltava cada vez mais impregnado de idéias liberais: principalmente a valorização social, oriunda do novo estilo de vida urbano. A substituição da igreja pelo teatro; a carruagem substituindo o cavalo; roupas mais escuras para os homens; a espada pela bengala; a nobreza advinda do título de doutor e bacharel em substituição à de senhores de escravos e de terras, a vida urbana em troca de uma vida rural que julgava entediante. Talvez tenha sido com eles que surgiu a tradição bacharelesca da política brasileira. “Porque ninguém foi mais bacharel nem mais doutor neste País que D. Pedro II. Nem menos indígena e mais europeu. Seu reinado foi o reinado dos Bacharéis.”<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> Ibidem, p.34.

<sup>57</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos – decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento urbano*. 1º Tomo. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1981, p.86.

<sup>58</sup> Ibidem, p.575.

Estes bacharéis que assumiram com D. Pedro II tinham, como geração, algumas características interessantes. Eram absolutamente jovens, mas de uma juventude espantosa mesmo para a época. Muitos eram imberbes de vinte e poucos anos e ostentavam a presidência de províncias, cargos de ministros e conselheiros do rei. Os poetas e bacharéis do segundo reinado vinham todos da mesma cepa intelectual: “As academias de Direito de São Paulo e Olinda foram o ninho de onde abriram vôo os condores do Romantismo”, escreveu Haroldo Paranhos.<sup>59</sup>

Dito assim pode parecer que a monarquia de D. Pedro II mudou muita coisa. Não mudou nada na essência. “O Brasil do Império é o mesmo da Colônia”, nas palavras de Werneck Sodré.<sup>60</sup> Mas havia vigor nesta primeira fase do império de D. Pedro II. Ele ainda adolescente, cercado de jovens com força de trabalho e energia, viviam uma situação favorável em todos os sentidos. O aumento da lavoura de café, a abundância de trabalho escravo vindo da mineração e da África e a imprensa reprimida consolidaram o poder monárquico. O fim da Revolução Farroupilha foi também o fim de um ciclo de revoltas e revoluções. A pregação republicana afirmada nestes movimentos chegara ao fim. “Essa pregação foi esmorecendo, pouco a pouco, à medida que a repressão preparava o ambiente do domínio absoluto do latifúndio. Império e latifúndio consolidam-se”.<sup>61</sup>

Neste período, os gabinetes de D. Pedro II foram formados com o Partido Conservador à frente. Os liberais não passavam de uma ficção política. Na década de quarenta, por exemplo, houve momentos de o parlamento ser integrado por cem conservadores para um liberal. Mas eles existiam, dentro ou fora do partido. Nos anos seguintes, o perfil dos dois partidos ficou um pouco mais claro. Os conservadores eram originários da oligarquia carioca que detinha a produção econômica dominante do Império: o café. Já os liberais, é possível afirmar, vinham de províncias mais distantes da Corte, agrupados depois da Abdicação e representantes de uma burguesia urbana nascida do próprio comércio exportador e com participação de progressistas, escritores,

---

<sup>59</sup> Citado por CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira – momentos decisivos (1750-1836)*. Vol.1º, 5ª Edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975, p. 309.

<sup>60</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira – fundamentos econômicos*. São Paulo: DIFEL, 1982, p.202.

<sup>61</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1983, p.185.

magistrados, jornalistas.<sup>62</sup> Mas tinham também origem nas oligarquias regionais. E havia jovens, também bacharéis com títulos na Europa ou nas escolas nacionais, e que não integravam partido algum, mas propagavam o pensamento liberal radical, o federalismo e até o republicanismo para reivindicar menos imposto e mais liberdade administrativa. Muitos foram mecenas de jornais panfletários no período seguinte.

O único desgosto visível contra o regime monárquico brasileiro, nesta metade do século XIX, tinha origem nas repúblicas latino-americanas, principalmente da região da Bacia do Prata. Elas olhavam o Império do Brasil como uma monarquia escravista, forma de governo superada pela História e que representava uma ameaça de retrocesso para todo o continente americano. Apesar de mergulhadas e submetidas a governos de caudilhos que iniciavam e perpetuavam guerras de pouco significado para a sociedade, estes países sentiam-se à frente política e socialmente em comparação ao Brasil. Para eles o Brasil era a encarnação do próprio expansionismo português que ainda mantinha o controle de grande parte da América, uma ordem mundial superada e de que as jovens nações republicanas, originadas do antigo Império Espanhol, haviam se libertado.

Pelo lado da Monarquia, as coisas não eram diferentes. Tomavam as experiências republicanas das jovens nações, com suas intermináveis guerras civis, seus sucessivos golpes de estado e toda ordem de instabilidade política, para demonstrar que o novo regime político só havia trazido guerra ao continente americano. Os conflitos no Prata eram as provas reais dos prejuízos do regime republicano. D. Pedro I e depois seu filho encarnavam figuras protetoras, estáveis e confiáveis. Era o Poder Moderador – a figura do pai. Tudo dominava, tudo sabia e tudo organizava. A Monarquia era o porto seguro de estabilidade diante das guerras, da anarquia institucional, da violência e da destruição que a República representava. “A democracia coroada”, como diziam os apoiadores do regime. Era a unidade imperial versus a fragmentação republicana; o imperador e sua tradição consangüínea e clerical contra caudilhos provincianos que se sucediam em sangrentos levantes armados. Eram nestas bases que a diplomacia brasileira tratava e era tratada pelos demais países americanos. Diante desta animosidade natural que um único império provocava diante de inúmeras fronteiras republicanas, a afirmação da nacionalidade, através do discurso patriótico, tornava-se uma necessidade fundamental.

---

<sup>62</sup> SILVEIRA, Rosa M. G. *Republicanism e Federalismo*. Brasília: Senado Federal, 1978, p.79.

Dissemos que a monarquia de D. Pedro II – passado o período das guerras – desenvolveu uma campanha de afirmação da nacionalidade brasileira. Além do gosto natural pelas ciências e artes, D. Pedro II queria ser um monarca da estirpe de um Luiz XIV, um construtor da nacionalidade e história do país. E seus esforços concretos, nesta direção, iniciaram antes mesmo de assumir o reinado do Segundo Império. Em 1838 foi criado o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição com a função de desenvolver pesquisas sobre a nação e que teve papel de destaque na construção do discurso nacionalista. O próprio Imperador participava de suas reuniões e para lá atraía escritores e poetas do romantismo para assentar as bases de uma produção intelectual constituída por “um nítido caráter brasileiro”.<sup>63</sup>

Através do IHGB, D. Pedro II incentivou a produção de dicionários e gramáticas das línguas Tupi e Guarani; patrocinou a publicação de livros enaltecendo vultos da história brasileira, como *O Plutarco Brasileiro* (1847) ou *Varões Ilustres do Brasil Durante os Tempos Coloniais* (1856) – tudo muito “romanceado”, livros de ficção sobre pessoas reais. Também financiou pesquisas científicas no território nacional, atraindo estrangeiros estudiosos de botânica, geologia, cartógrafos e viajantes intelectuais que produziam “relatos de observação”. Houve também incentivos em outras direções da cultura nacional: a Academia Imperial de Belas Artes, fundada em 1826, recebeu verbas e o mecenato do próprio imperador para pintores como Victor Meirelles. Mais tarde, o maestro Carlos Gomes vai estrear *O Guarani* sob o patrocínio de D. Pedro II.

Citamos Victor Meirelles e Carlos Gomes porque são dois artistas fundamentais na representação do índio e do Brasil. E a direção intelectual, dada por D. Pedro II, era a de que o índio seria eixo condutor de nossa nacionalidade, único ponto de apoio na representação simbólica do povo brasileiro. De fato, as opções eram poucas. De um lado, uma elite branca e numericamente pequena, originada em grande parte do colonizador que todos queriam esquecer; e, de outro, uma massa numerosa de escravos, cuja condição de vida, embora ainda legal, já se constituía numa vergonha moral. Só sobrara o índio, que no seu silêncio – que a ausência de uma escrita reforçava – tornara possível sua utilização pitoresca na história nacional.

---

<sup>63</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.136.

Mas o papel mais importante na construção deste “caráter nacional” coube à literatura. Primeiro no movimento de intelectuais, em torno da revista *Niterói*, em Paris, em que o viés indianista e romântico foi assumido pelo grupo. Mais tarde esses intelectuais vão integrar o IHGB, participar de sua revista e das discussões com o imperador, onde faziam um inventário sobre as “características nacionais”. O primeiro escritor marcado pelo romantismo indianista foi o poeta Gonçalves Dias (*Os Timbiras*, 1846). Um pouco mais tarde, o grupo lançou a revista *Guanabara* e foi nela que apareceu um texto importante para a construção da prosa indianista. *A Confederação dos Tamoios* (1856), de Domingos J. G. de Magalhães, construiu o “bom selvagem”, apresentou o colonizador e incluiu o próprio imperador como o equilíbrio, a justiça entre as partes.

Nos anos seguintes, José de Alencar solidificou a fórmula indianista com uma série de romances que tiveram sucesso e foram aceitos como representações do Brasil. A fórmula, como todos sabem, era uma aproximação do romance histórico europeu para as condições nacionais – influência e imitação de Chateaubriand e Walter Scott. Havia a preocupação clara de criar um passado para o Brasil. E, nestes tempos remotos, o bandeirante e o índio tinham um código de lealdade e de coragem. Antonio Candido diz que:

(...) o indianismo dos românticos, porém, preocupou-se sobremaneira em equipará-lo (o índio) qualitativamente ao conquistador, realçando ou inventando aspectos do seu comportamento que pudessem fazê-lo ombrear com este – no cavalheirismo, na generosidade, na poesia.<sup>64</sup>

Esta preocupação em apresentar o índio e o Brasil foi a marca da vertente mais poderosa do romantismo brasileiro. A construção da nacionalidade, através da literatura, tornou este caminho graças ao romantismo. Como escola, o romantismo europeu tratou de criar um saudosismo literário de louvação ao passado e a estimar sentimentos e valores que já não existiam na recente sociedade burguesa. Era uma construção artística idealizada que atendia aos saudosos do “ancien régime” e à pequena burguesia que ainda não havia conseguido ocupar seu espaço na nova ordem. Sua utilização política, pela saudação as origens do povo e da nação, foi amplamente explorada nas guerras e revoluções que eclodiram na Europa após a derrota de Napoleão.

---

<sup>64</sup> CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira (1750-1836): momentos decisivos*. op.cit, p.20.



O romantismo teve papel fundamental na construção de discursos ideológicos que sobrevivem até os dias de hoje. Da resistência emocional e racional aos tempos modernos que se aproximavam, surge o romantismo restaurador tradicional, voltado ao passado, e o romantismo revolucionário que busca a utopia coletivista do passado em direção ao futuro. Deste caráter revolucionário do romantismo, vão derivar o marxismo na perseguição da utopia e poetas rebeldes como Rimbaud. No primeiro caso, a versão mais popular do romance medieval, de glorificação de valores nobres e de castelos. Os críticos socialistas dirão que é a alma burguesa que busca conforto nos valores morais que já não existem.<sup>65</sup>

No Brasil, a representação indianista – como vimos – de Gonçalves Dias, depois de José de Alencar até o caráter libertário de Castro Alves, foi preponderante. Além de afirmar essa brasilidade como identidade nacional, o romantismo de José de Alencar teve o importante papel de suavizar – sublimando ou disfarçando – o caráter violento e aterrador que havia sido a ocupação portuguesa do país.<sup>66</sup> A idéia de convívio pacífico e ordeiro do “bom selvagem” e do “nobre português” havia, de fato, construído a unidade possível através de seu único representante natural. Mas o índio ingênuo e cordato de Alencar não dava mais conta da representação do tipo nacional dos tempos modernos que estavam se aproximando.

Apesar da hegemonia desta idéia indianista de unidade nacional, os derrotados regionais de tantos levantes e revoluções continuaram existindo nas províncias e de maneira quase invisível dentro do Partido Liberal. De maneira discreta, idéias e utopias republicanas e separatistas reapareceram numa literatura regional que afirmava outros tipos brasileiros: gaúchos, nordestinos, caboclos. É interessante observar que foi também o romantismo que permitiu o surgimento de conceitos nativistas, regionais e manteve viva a chama dos sonhos perdidos nos campos de batalha. De fato, o passado

---

<sup>65</sup> “A burguesia revolucionária de 89, depois de descansar das guerras napoleônicas, atira-se, com verdadeiro furor, à luta pelo dinheiro. O *romantismo* era o desencanto da realidade, a fuga às asperezas, à brutalidade da luta pela vida, criava um mundo novo, de ilusória aparência, em que o dinheiro passava a um plano inferior e só os bons sentimentos importavam, os sentimentos que a burguesia se atribuía a si própria e só usava nos livros”. BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República – das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria São José, 1957, p.230. (Grifo do autor)

<sup>66</sup> BOSI, Alfredo. “O Mito Sacrificial: o indianismo de Alencar”. In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

também poderia levar ao futuro como pretendiam os românticos revolucionários do século XIX.

Esta vertente do romantismo, expresso na literatura regionalista, fez com que surgisse um escritor como Apolinário Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, trazendo o drama farroupilha para a literatura. Mais tarde apareceu Franklin Távora, por quem a temática do nordeste é apresentada como um mundo à parte. Antonio Candido é esclarecedor quando diz:

Desta autonomia derivou bem cedo um sentimento regionalista que encontra a expressão típica na Confederação do Equador, tentativa, à maneira da República de Piratinin, de dar expressão política à referida diversidade e que, se faltou no terreno político, persistiu teimosamente no plano da inteligência.<sup>67</sup>

A partir da década de 1850, o tempo muda. A proibição do tráfico de escravos não abalou em nada o latifúndio e nem o Império. A lavoura estava forte e contava com escravos trazidos de outras regiões do país. Mas foi neste contexto que iniciou timidamente a luta nos jornais pelo fim da escravidão. Novamente a imprensa conseguiu espaço para um discurso oposicionista. Primeiro em jornais estudantis como *O Guiana* e no *A Academia*, de São Paulo, em 1856, e em jornais locais de algumas cidades do interior do país. Foi neste período que os escritores começam sua participação na imprensa de forma mais forte, com José de Alencar, Machado de Assis.

E novamente vamos encontrar o intelectual como portador da “nova” mensagem política à nação. As forças econômicas e sociais, insatisfeitas com o regime monárquico, não se apresentam claramente diante da instituição imperial, receosas de perder as inúmeras vantagens que o próprio sistema lhe proporcionava. Mais uma vez cabe aos intelectuais, estudantes e profissionais liberais, assumirem o discurso defendendo reformas, a inclusão do país no cenário internacional, a libertação definitiva dos escravos – enfim, são eles que pedem a modernização das instituições imperiais.

As redações dos jornais eram formadas, em sua maioria, por jovens recrutados nas “folhas acadêmicas”, onde suas vocações republicanas já haviam sido colocadas à prova, com razoáveis danos pessoais. Era comum a transferência de estudantes de outros estados para o Largo São Francisco, em consequência de delitos de opinião nos

---

<sup>67</sup> Ibidem, p. 298.

jornais que mantinham em seus estados de origem. Pela Faculdade de Direito de São Paulo passaram Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Castro Alves, Júlio de Castilhos, Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães, José de Alencar, Campos Salles, Silva Jardim, Rodrigues Alves. Os nomes são sempre os mesmos e, por isso, soam familiar. Sílvio Romero explicaria essa proximidade entre literatura, jornalismo e política: “No Brasil, mais ainda do que noutros países, a literatura conduz ao jornalismo e este à política que, no regime parlamentarista e até no simplesmente representativo, exige que seus adeptos sejam oradores. Quase sempre as quatro qualidades andam juntas: literato é jornalista, é orador e é político”.<sup>68</sup>

O pensamento liberal tão vivo no partido e presente para esta jovem elite econômica que passeava na Europa e estudava no Largo São Francisco estendeu-se também a círculos intelectuais de grupos de estudos, de jornais, de organizações abolicionistas. A identificação com um estilo de vida fortemente liberal, por parte desses jovens, foi anterior ao conhecimento das idéias políticas e da ordem econômica que dominava aquele novo mundo que era construído na Europa. E as idéias monárquicas sofreram um envelhecimento, a partir da década de sessenta. Esta elite letrada, mesmo quando convocada pelo Imperador a fazer parte da Corte e dos privilégios, não deixava de ser ácida àquela estrutura tão antiga e arcaica. José de Alencar denunciava “a extorsão da soberania popular”, ele próprio um deputado, apontando a ausência do voto do povo na representação da Câmara de 1849.

A sociedade brasileira passou por transformações originadas no declínio do modelo econômico, herdado do tempo colonial, e pelo crescente processo de urbanização. Com o fim do tráfico escravo naquela década, somas consideráveis de capital foram se espalhando para outros setores da economia nacional. Ganharam principalmente as cidades - comércio e indústria seus primeiros objetivos. A nova lavoura de café, do interior paulista, permitiu um acúmulo maior de recurso e as disparidades estaduais tornaram-se mais evidentes. Algumas províncias precisavam de trabalho escravo, outras o dispensavam; algumas produziam para o consumo interno e outras somente para a exportação; havia as que concentravam o trabalho escravo e

---

<sup>68</sup> ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Vol.2. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1954, p. 865.

outras que se esvaíam na ausência dele.<sup>69</sup> Assim como a própria sociedade, que se inquietava com as mudanças, também o equilíbrio entre as províncias tornava-se mais difícil.

As divergências entre as províncias se aprofundavam e o projeto econômico/político que havia perdurado desde a “Conciliação” – pacto de governabilidade estabelecido entre os dois partidos monarquistas –, no fim da Regência, começou a esvaziar a harmonia política. A questão estava colocada na seguinte perspectiva: ou manter as estruturas atendendo – como sempre havia atendido – exclusivamente suas bases sociais e o monopólio de poder ou expandir as bases sociais, deixando que as novas condições econômicas atuassem livremente. A solução não foi uma nem outra. Decidiu-se por uma solução moderada: controlar a expansão econômica e social; ou seja, implementar a modernização do arcabouço jurídico/estatal para continuar sob o controle da mesma elite econômica.

De certo modo, pode-se dizer que os liberais passaram a defender reformas que garantissem espaços a estas novas forças sociais e econômicas dentro do projeto monarquista. Uma pauta política em sintonia com o mundo exterior – principalmente no plano econômico – passou a ser palavra de ordem entre as bases do partido liberal. Eram representados por parlamentares de províncias mais distantes da Corte e que pressionavam por mais autonomia para alavancar o desenvolvimento local. Um projeto nacional tão antigo já não dava conta de atender a interesses tão diversos e de conflitos em seu conjunto. As bandeiras do federalismo se tornavam claras e as ameaçadoras idéias do republicanismo apareceram novamente no horizonte.

O distanciamento entre o partido Liberal e o Conservador, a desordem interna do partido Liberal, a Guerra do Paraguai, a posição dos militares contra a escravidão, a necessidade de capital internacional – uma série de fatores passou a pressionar ainda mais a já desgastada ordem política monárquica. De maneira que se tornaram inevitáveis as reformas do estado imperial e, em 1871, o conservador Visconde de Rio Branco assumiu o ministério para estabelecer uma nova ordem legal procurando

---

<sup>69</sup> “O desequilíbrio crescente entre a população escrava do norte e o sul do país acabaria por alarmar os políticos do sul que viram nesse desequilíbrio uma ameaça à manutenção do sistema escravista.” *Ibidem*, p.300.

modernizar o estado e inserir o país no contexto internacional. Significava ampliar espaços para as novas forças econômicas e sociais dentro do aparelho de estado e do próprio poder e atrair capitais com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico para além das elites de sustentação do Império.

Para a surpresa de seus companheiros de partido, Visconde de Rio Branco se apropriou de bandeiras liberais e deu início às reformas, que até ali só estiveram nos discursos: seu ataque ao regime escravista, apesar de gradativo, foi frontal e a Lei do Ventre Livre aprovada à força no Parlamento. “Durante vários dias procissões cívicas se encaminharam à residência do Visconde de Rio Branco, encabeçadas por ruidosas filarmônicas e bandas de música. Em São Paulo, os estudantes da Faculdade de Direito organizaram brilhantes reuniões festivas.”<sup>70</sup> Durante quatro anos conduziu o país a uma série de reformas sociais importantes, além de atacar de forma efetiva o trabalho escravo instituindo leis para trabalho livre, atraindo a imigração européia, como a naturalização de estrangeiros, registro de terras públicas em nome da União.

Foi no ministério do Visconde de Rio Branco que o Brasil modernizou o transporte para permitir a expansão econômica de estados como São Paulo e Minas Gerais. Adotou o sistema métrico, reformou o código comercial, implantou um cabo telegráfico e expandiu a comunicação interna e externa, atraiu companhias inglesas para o desenvolvimento da infra-estrutura – pessoas e cargas passaram a circular como nunca pelo país. O ensino ganhou espaço de programa de governo com a profissionalização do magistério, criação de escolas técnicas nas províncias e também a escola Militar e Politécnica para a formação de engenheiros. De modo geral, a idéia central era formar minimamente uma mão-de-obra capacitada a iniciar o processo de substituição do trabalho escravo. A camada pobre, formada por homens livres, tinha que se aperfeiçoar. É evidente que foram reformas incapazes de incluir a maioria desta população, mas tiveram efeito sobre o tecido social e também no seu modo de vida.

Alterações sociais dessa grandeza produzem implicações inimagináveis e foi o que aconteceu. Para o que nos interessa neste trabalho, duas conseqüências foram fundamentais. A intensidade com que pessoas e informação, produtos e riquezas

---

<sup>70</sup> BESOUCHET, Lúcia. *José Maria Paranhos – Visconde do Rio Branco: ensaio histórico-biográfico*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985, p.175.

passaram a circular pelo país foi uma destas decorrências impossíveis de serem previstas. A queda nos preços das passagens permitiu a mobilidade de populações entre as províncias, a imprensa ampliou o número de publicações com a modernização dos parques gráficos, uma agência de notícias francesa se instalou no país, baixaram os custos de importação e publicação de livros e, ao contrário do que o governo previa, aumentou ainda mais o número de bacharéis formados a cada ano. “Significa dizer que a nova situação gerou tanto motivações quanto espaço para que grupos sociais até então alijados da grande política se manifestassem publicamente”.<sup>71</sup>

Os jornais liberais voltaram com força total. Os periódicos abolicionistas radicalizam e alguns chegaram a criar entidades para comprar a liberdade de negros escravos, como foi o caso do jornal liberal e abolicionista “Sete de Abril” – vinculado à sociedade abolicionista “Fraternização”. A luta política pela abolição fazia velhos republicanos sacudirem a bandeira antiga da federação e dos símbolos de liberdade civil. Estudantes se organizaram e Castro Alves fez ressoar nas arcadas do Largo São Francisco os versos em memória do herói Pedro Ivo: “A Praça, a praça é do povo; como o céu é do condor”.<sup>72</sup>

Mas o grande embate da imprensa republicana estava no Rio de Janeiro. Em 1860 ressurgiu o “Diário do Rio de Janeiro”, dirigido por Saldanha Marinho, com a ajuda de Quintino Bocaiúva e Machado de Assis, fazendo este a cobertura jornalística do Senado. Eclode a Guerra do Paraguai e o conflito, que se mostrava fácil e rápido, avançou, interminável, e foi ganhando espaço nos jornais um certo fastio diante de uma situação que não se resolvia, mas que desgastava politicamente o governo monárquico.

As idéias e os conceitos republicanos que até ali tinham pertencido aos tempos do radicalismo das grandes revoluções ou tinham estado restritos às confrarias estudantis ganharam as ruas porque receberam apoio político de parte significativa do partido Liberal que se sentiu traído pelo Imperador. Foi a queda do gabinete liberal de Zacarias de Góis. No ano seguinte apareceu a “Ala Radical” que indicaria, em manifesto, o regime republicano como a alternativa política para o Brasil. Um pouco

---

<sup>71</sup> ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento – a geração de 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002, p.95.

<sup>72</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Op. Cit., p.197.

antes deste episódio, já se notava em jornais liberais, como “Opinião Liberal”, a crítica mais aguda pela demora do fim da escravidão ou pela interminável Guerra do Paraguai.

Dois anos depois, as idéias republicanas saem do ambiente fechado do Partido Liberal e se apresentam à população, longe do calor revolucionário dos manifestos separatistas. Utilizavam-se argumentos que vinham, agora, do cientificismo da revolução industrial e não somente da utopia francesa de 1789. As bandeiras eram novas, havia também novos protagonistas e também o Brasil se preparava para um outro momento. Aglutinados num partido político, com um jornal porta-voz, os republicanos brasileiros se organizam para construir a república “dos sonhos.”

### 1.3 AS REPÚBLICAS DE CADA UM

Alguns historiadores apontam a crise política/parlamentar do ano de 1868, quando D. Pedro II substituiu o gabinete liberal, como uma das responsáveis pelo surgimento das organizações republicanas. O gabinete do liberal Zacarias de Góes e Vasconcelos foi substituído pelos conservadores por exigência de Duque de Caxias que, na ocasião, ameaçou abandonar o comando das tropas na Guerra do Paraguai. O episódio, considerado um golpe do Imperador, uma vez que os conservadores sequer tinham maioria do Congresso, enfraqueceu a participação dos liberais e abriu espaço para bandeiras políticas alheias aos interesses da Monarquia.<sup>73</sup>

Este foi o momento de Machado de Assis, cronista político do jornal liberal *Diário do Rio de Janeiro*, chamado na época de Machadinho, diminutivo revelador do modo carinhoso e também inofensivo de seu jornalismo. Numa crônica de vinte anos mais tarde, Machado de Assis falaria com nostálgica ironia daquele Senado: de homens

---

<sup>73</sup> Neste momento histórico, ao contrário da década de 30/40, os partidos apresentam um perfil bem definido. O Partido Conservador era representante da alta burocracia da Corte, da Igreja, de setores financeiros, de decadentes usineiros de açúcar do Nordeste e dos cafeicultores do Vale do Paraíba. Para ser ter idéia da força desses últimos, o partido era chamado de saquarema porque era nesse município fluminense que estavam as propriedades agrícolas, isto é, os cafezais, de José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí. Os conservadores defendiam a centralização do poder. O Partido Liberal, de modo geral, era formado pelas elites provinciais, principalmente comerciantes, setores urbanos de serviço e das oligarquias regionais que tinham seus interesses localizados nas províncias. Os dois grupos fortes do Partido Liberal, nos últimos tempos, eram os cafeicultores do oeste paulista e a chamada “oligarquia da banha” do Rio Grande do Sul. Defendiam, é claro, um governo central com menor poder político e econômico.

austeros e sérios, todos com ares de instituição. E Machado, passando por cima das divergências políticas, se fixava nos contornos coloridos, às vezes opacos, outros brilhantes, de seus personagens. Alfredo Bosi iria escrever sobre o olhar de Machado de Assis para aquele senado: “Vem-lhe à memória os nomes, mas, sobretudo a capacidade, que sempre demonstraram, de “não perder a linha”. Foram nisso mestres, e pouco mais se saberá deles o leitor da crônica.”<sup>74</sup>

Enquanto intelectuais flertavam com o positivismo e com o liberalismo, as idéias republicanas assumiam importante papel dentro do Partido Liberal e se apresentaram longe do calor revolucionário dos manifestos separatistas. Criado o Partido Republicano, com um jornal porta-voz, os primeiros republicanos “de direito” se organizaram para construir um “sonho” de república. E lançaram o manifesto que “é considerada a primeira página verdadeiramente política do movimento republicano”.<sup>75</sup> De fato, é o primeiro documento que expõe a ação política coordenada e coerente com um sistema de governo diferente e detalhado nos seus objetivos e nas suas vantagens para a população brasileira.

Em 1870, o primeiro clube republicano foi fundado por quinze sócios e no final daquele mesmo ano começou a circular o jornal *A República*, que no primeiro número trazia o manifesto do novo partido. A autonomia das províncias ou federalismo, a industrialização e a participação popular na escolha de seus governantes foram bandeiras do manifesto republicano. O texto criava um histórico para o movimento, elogiando personagens e momentos da vida política brasileira. Bastante sóbrio se comparado com outras publicações de caráter panfletário, agradou e ajudou a divulgar as idéias. O jornal passou a ser o órgão oficial do novo partido, tinha circulação diária e entre seus redatores estava Aristides Lobo. Foi um importante instrumento de propaganda na medida em que conquistou leitores e ganhou respeitabilidade. Até o surgimento do *A República* as idéias eram difundidas por pequenos jornais de vida curta e de tom muito agressivo. Mesmo assim o jornal foi assaltado várias vezes por capoeiras e por policiais e desapareceu em 1874.

---

<sup>74</sup> BOSI, Alfredo. “O Teatro Político nas Crônicas de Machado de Assis”. In: *Brás Cubas em três versões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.83.

<sup>75</sup> Citado por PESSOA, Reynaldo Carneiro. In: *A Idéia Republicana no Brasil Através de Documentos*. São Paulo: Ed. Alfa-omega, 1973, p.39.



Os primeiros anos da propaganda republicana foram apagados e melancólicos. Os próprios radicais, nas suas mais expressivas figuras – Silveira Martins, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa –, não se afastam do trono (...). O imperador, jovem de quarenta e cinco anos, ria-se da rebeldia de seus súditos, recusando a negar-lhes os empregos públicos... Passados quinze anos, parecia, aos olhos do político da Corte, que o Partido Republicano não vingara, incapaz de fixar uma direção única... Enganara-se a opinião dos salões e dos políticos da capital – o republicanismo, espalhando-se pelas cidades e fazendas de São Paulo, encontrara o leito para engrossar e crescer. Por coincidência, a riqueza corria na mesma direção (...)<sup>76</sup>

O partido começou a deixar de ser “côcegas da juventude”, como diria Raimundo Faoro, coisa passageira, para ganhar a simpatia de setores urbanos e também de forças do interior paulista. O movimento republicano dos últimos anos que antecederam à Proclamação teve suas vertentes divididas entre quatro províncias: o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais. Duas concepções teóricas distintas dentro do pensamento republicano tiveram atuação marcante na Proclamação e tencionaram o novo regime durante toda a Primeira República: os positivistas e os liberais. Cada uma representando concepção de Estado distinta; cada uma com forte atuação em região diferente do país; cada uma com apoio em forças sociais também diversas.

Durante a campanha abolicionista – e também na propaganda republicana – duas vertentes se mostram de forma clara: os abolicionistas paulistas que queriam a substituição da mão-de-obra escrava pela imigração branca de forma lenta e, se possível, com indenização por parte do Estado; e os abolicionistas gaúchos e cariocas que defendiam um fim radical para o trabalho escravo – que além de aviltante era considerado também um dos responsáveis pelo atraso do país. É natural que essas formas de pensar expressassem políticas de classes diferentes, cujas fontes doutrinárias eram também distintas.

Os abolicionistas e republicanos gaúchos e cariocas tinham origens urbanas com forte influência doutrinária do positivismo de August Comte. Eram militares e profissionais liberais – como médicos, jornalistas, professores, homens de formação intelectual – que viam no positivismo o projeto de industrialização radical do país, a

---

<sup>76</sup> FAORO, Raimundo. *Os donos do Poder, formação do patronato político brasileiro*. Op. cit., p.513.

imposição dos valores do estado-providência e a ditadura republicana. Essa se constituiria na única forma de governo capaz de vencer a estrutura social arcaica e ainda colonial que dominava a sociedade brasileira. No Rio de Janeiro, com seus cafezais decadentes e improdutivos, a bandeira de uma sociedade industrial e moderna tornou-se a utopia para setores mais organizados da cidade. No estado do Rio Grande do Sul, o positivismo ganhou força na medida em que as bases escravocratas e monarquistas da economia gaúcha começaram a sofrer com a concorrência dos países platinos que desenvolveram charqueadas mais produtivas, em estruturas capitalistas e republicanas. O jornalista Ambrose Bierce, correspondente do *The Tribune*, de Nova York, escreveu:

O senhor Castilhos e seus adeptos são fervorosos sectários das doutrinas do filósofo francês Augusto Comte, que prega a monocracia e a ditadura científica. Se o sistema prevalecer, o senhor Castilhos passará à história como o inventor de uma ditadura eletiva.<sup>77</sup>

Já as origens dos abolicionistas e republicanos de São Paulo eram outras. Em primeiro lugar porque as bases escravistas ainda resistiam fortemente em razão das reformas na infra-estrutura física do estado – com a criação de estradas de ferro e modernização do porto de Santos – que o tornaram o maior produtor mundial de café. O pensamento que norteava o republicanismo paulista mostra-se fortemente influenciado pelas doutrinas de “Darwin, Haeckel e Spencer...a cartilha da livre concorrência de que resultaria a seleção natural dos mais aptos”.<sup>78</sup> De modo geral, a “Convenção de Itu”, que criou o Partido Republicano Paulista, foi realizada por cafeicultores ou bacharéis envolvidos na exportação do produto. O clamor pelo fim de escravidão foi uma ausência constada no manifesto daqueles republicanos. Daí a resistência, mais tarde, aos republicanos paulistas que eram chamados de “republicanos de 13 de maio” ou de “cafezistas”.<sup>79</sup>

Estas posições não abrangiam a totalidades dos interesses políticos de nenhum dos lados, sejam positivistas ou liberais. Tanto em São Paulo como no Rio Grande do Sul ou Rio de Janeiro, as posições políticas variavam e se subdividiam em correntes

---

<sup>77</sup> Citado por FREITAS, Décio. *O Homem que Inventou a Ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2000, p.11.

<sup>78</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. Op cit., p.278.

<sup>79</sup> Ibidem.

internas e dissidências. Aqui tratamos apenas de estabelecer as bases doutrinárias dominantes nos agrupamentos sociais com interesses na implantação do regime republicano. Quando o escravo tornou-se economicamente inviável, as bandeiras pelo fim da escravidão apareceram no Rio Grande do Sul como também em São Paulo.<sup>80</sup> O fim do escravismo, como o defendeu o liberal Sílvio Romero, por exemplo, aconteceria de maneira “natural”, sem saltos porque assim se portava a natureza. Também a república viria “ao natural”. As idéias de Comte de um Estado forte e interventor e as idéias de Darwin de uma sociedade que evoluía naturalmente estiveram presentes nas campanhas abolicionistas e republicanas. Por isso, alguns historiadores falam em republicanos revolucionários e republicanos evolucionistas.

As oligarquias regionais, com suas peculiaridades provinciais, sempre se mantiveram alimentando o rancor dos descontentes. Sentiam-se longe territorialmente da Corte para julgarem-se atendidas minimamente em suas reivindicações. As formas de produção eram muito distintas para sentirem-se representadas num único mandatário. E as contradições dentro do poder eram graves. Um conjunto de idéias e doutrinas, que se ajustavam aos ideais republicanos, tornou-se moda intelectual e política no período. Sílvio Romero disse com razão que os homens mais importantes, dos anos derradeiros da Monarquia e começo da República, foram Tobias Barreto, pela difusão das idéias de Spencer; e Benjamin Constant, pelas idéias de August Comte.<sup>81</sup>

Os positivistas acreditavam na formação de um Estado que era resultado do conhecimento e do estudo intelectual, portanto, expressão e decorrência de uma racionalização. Um Estado forte, planejado, interventor para organizar e impedir que a “ganância” individual pudesse se impor aos interesses coletivos. Em nome da “utilidade pública”, o estado se dava o direito de interferir e direcionar os serviços, a economia e a vida social. O Rio de Janeiro e, claro, o Rio Grande do Sul foram as bases geográficas do pensamento positivista e a classe média urbana – formada por profissionais liberais -, cuja existência era ainda recente na sociedade brasileira, sua base política. Engenheiros, médicos e advogados, aliados aos funcionários civis e militares de escalão médio do

---

<sup>80</sup> No plano internacional, pode-se dizer que os países ligados à Revolução Industrial passaram a condenar a escravidão, porque agora tinham na mão-de-obra livre e na produção manufaturada as novas bases de seus desenvolvimentos nacionais. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2000.

<sup>81</sup> Trataremos das idéias dentro do pensamento republicano no próximo capítulo, referente a Sílvio Romero.

aparelho estatal, formaram o caldo da cultura típica de classe média positivista. Mas as idéias eram, de fato, coisas da juventude. Principalmente aquela juventude que passou pelos bancos do curso de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. A primeira geração gaúcha de republicanos “puros” – Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Pinheiro Machado – teve sua formação política por lá.<sup>82</sup>

Apesar de a doutrina positivista condenar a participação política direta, abria um espaço razoável ao papel do intelectual na concepção teórica de uma proposta política. E a república seduzia os positivistas naquilo que era o forte da doutrina: a ciência. A idéia de um governo dirigido pela razão científica, buscando a modernização, a industrialização, educação, o conhecimento do povo, suas cidades, seu comércio – enfim, esta idéia de estudar e decidir através da racionalidade era tudo o que não havia existido no Brasil. A República, resumidamente, representava a possibilidade de serem usados critérios científicos e racionais para ajudar o povo brasileiro a viver melhor. Para realizar tudo isso – que seria alvo de resistência por parte das forças sociais que impunham seus desejos em detrimento dos interesses do país – um governo forte, ditatorial, era a única forma de o projeto ser implementado.

De fato, as idéias positivistas ganharam espaços também entre instituições militares e tiveram papel fundamental no ato de Proclamação da República e nos governos seguintes. Benjamin Constant será a figura chave dentro do Exército. A ele será atribuída – pelos positivistas, é claro – o próprio fato da Proclamação da República. Diante da vacilação de Deodoro da Fonseca, teria sido o pulso firme de Benjamin – junto aos cadetes militares e ao próprio marechal – quem conduziu os acontecimentos. Independente das imagens que a propaganda criou, de Silva Jardim a Demétrio Ribeiro, todos foram fundamentais para a divulgação dos ideais positivistas e republicanos.

José Murilo de Carvalho diz que os positivistas no Brasil atuavam como um grupo político, com idéias muito precisas sobre a tarefa e os meios para utilizar e “...que propunham um bolchevismo de classe média, isto é, um voluntarismo político que acreditava poder forçar a marcha da história pela ação de uma vanguarda política bem

---

<sup>82</sup> Pode parecer irônico, mas foi no chamado “berço do liberalismo republicano”, as Arcadas do Largo São Francisco, que se formaram bacharéis o núcleo positivista gaúcho que fará oposição durante toda Primeira República.

organizada”.<sup>83</sup> A idéia de uma ditadura republicana, - governo forte, centralizador e planejador das ações do Estado - era o modelo republicano proposto por eles e apresentado em todos os detalhes. Era essa forma de governo que, conforme ele, traria o progresso e a inclusão social do povo pobre brasileiro.

A idealização do regime político republicano, nas classes médias urbanas do Brasil, teve origens distintas: a maçonaria, o positivismo, liberalismo, os jacobinos. Mas foi o positivismo quem teve maior influência entre os intelectuais.

Para simplificar, todo mundo era positivista, isto é, darwinista, monista, fenomenista, evolucionista, mas ninguém propriamente prosélito de Augusto Comte. Nenhum dos meus contemporâneos, ao que me recordo, queria ser positivista de igreja, nenhum queria adorar o Grande Ser e Clotilde de Vaux.<sup>84</sup>

Euclides da Cunha foi o intelectual símbolo do positivismo pré-republicano. Oficial do Exército brasileiro, aluno de Cálculo do professor Benjamin Constant, tornou-se engenheiro de formação e com atenções voltadas para a literatura, jornalismo, história, sociologia, para todas as áreas que lhe permitissem uma atuação política efetiva.<sup>85</sup> Apesar de colaborar durante muitos anos com o jornal *O Estado de São Paulo*, do liberal Júlio Mesquita, em momentos decisivos mostrou sua forte formação positivista. Foi assim que deixou o jornal ao defender a ditadura de Floriano Peixoto e foi assim também que Júlio Mesquita se recusou a publicar *Os Sertões*, obra encomendada ao seu correspondente na guerra de Canudos, como veremos no capítulo referente a Euclides da Cunha.

Do outro lado, como adversário político na disputada hegemonia dentro do partido republicano, estava o projeto liberal, representante da força econômica e política dos cafeicultores paulistas. O conjunto de idéias que abrigava seus intelectuais girava em torno da figura de Herbert Spencer. O eixo central de seu pensamento coloca o indivíduo e o estado em posição de contrários. A função do estado estaria restrita à proteção das fronteiras contra um eventual ataque inimigo e o indivíduo só teria como limitador de sua liberdade a liberdade do outro. E esse indivíduo se constituiria no

---

<sup>83</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas – o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 139.

<sup>84</sup> AMADO, Gilberto, *Minha Formação no Recife*. IN: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira – fundamentos econômicos*. Op cit., p.356-7.

<sup>85</sup> ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. Rio de Janeiro. Ed. Academia Brasileira de Letras, 2002.

centro da própria evolução social, sendo que sua capacidade de adaptação ao meio iria garantir-lhe um meritório papel diante de seus pares. A idéia da sociedade como um organismo, com função e disfunção, está presente em seus estudos de forma bastante clara. A liberdade do indivíduo de desenvolver suas potencialidades, e representada justificadamente na “vitória” do mais capacitado, estão na base do pensamento liberal.<sup>86</sup>

O modelo dominante dentro do Partido Republicano Paulista era liberal nos moldes da federação norte-americana. A idéia era de um estado mínimo, onde a liberdade individual fosse parâmetro para o projeto coletivo. O estado não interventor deixava as forças sociais atuar como soma das vontades individuais das maiorias. Este pensamento consagrava os direitos individuais em detrimento de salvaguardas sociais coletivas. E justificava a exclusão que iria se estabelecer de forma institucionalizada nos anos seguintes. Além dos republicanos paulistas e mineiros, o baiano Rui Barbosa foi o rosto mais visível.

Esse modelo idealizava a opção política da elite cafeeira paulista e foi representado, nas articulações que resultaram na proclamação, por Quintino Bocaiúva. Era conservador no que se referisse ao social e propunha uma sociedade onde o mérito determinava o destino de cada um. Foi também a fórmula vitoriosa na Constituinte de 1891 e que consagrou o caráter excludente e socialmente desigual já instituído na sociedade brasileira desde o tempo da colônia. Seu exemplo foi divulgado no Brasil pelo republicano paulista Alberto Sales – irmão do futuro presidente Campos Sales.<sup>87</sup>

Silvio Romero pode ser colocado como representante deste liberalismo spenceriano. Sua aproximação com o projeto político paulista esteve apoiado na idéia da liberdade absoluta do indivíduo e no reconhecimento – quase romântico – das potencialidades individuais. A “escola do Recife”, que tantas influências sofreu e exerceu, pode ser vista como um campo de inúmeras convergências, mas inegavelmente

---

<sup>86</sup> É evidente a aproximação de seus conceitos aos de Charles Darwin. E a confusão vem de muitos anos: dizem seus estudiosos que ele teria formulado a teoria da evolução antes de Darwin. Em todo caso, as referências que faz, dizem respeito unicamente ao campo social.

<sup>87</sup> É necessário termos em mente que este pensamento puro, da forma como expomos aqui, não existiu na realidade. É claro que a prática política diária, assim como as influências e subjetividades da formação intelectual dos indivíduos, fazem com que pensamento nunca se apresente – pelo menos, na fase adulta das pessoas – de forma tão dogmática. Tratamos aqui de diferenciar formas de pensamento genericamente dominante em determinado tempo e em determinadas regiões. De modo algum podemos afirmar que gaúchos pensavam exclusivamente assim e pernambucanos ou paulistas pensavam exclusivamente de tal maneira.

Herbert Spencer é a mais forte. A atuação de Silvio Romero, tanto no campo das idéias como no campo político, será ao lado dos liberais Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho.

O papel de respeito e consideração que o intelectual – positivista ou evolucionista ou qualquer escola que seguisse - desfrutava naquele ambiente revolucionário tinha como origem sua capacidade de articular o discurso, ou seja, a propaganda, de interesse republicano. Tanto o desgaste do regime monárquico como também a defesa dos novos ideais dependia de sua capacidade intelectual, de articulação verbal, tirocínio e argumentação. É surpreendente a qualidade dos textos de propaganda e divulgação de idéias do período. E isso tudo foi dando aos intelectuais um orgulho e um valor social que ninguém, através do uso das palavras, havia desfrutado até ali. Mesmo escritores como José de Alencar não haviam gozado de tamanho prestígio. Não podemos esquecer, como nos conta Lúcia Miguel Pereira, que a literatura pertencia, até então, à mesma categoria do bordado.<sup>88</sup>

No Brasil, esses intelectuais postavam-se como lumes, “os representantes dos novos ideais de acordo com o espírito da época”, a indicar o único caminho seguro para a sobrevivência e o futuro do país. Seu orgulho, o do papel que se arrogavam, beirava a soberba quando advertiam a nação vacilante em seguir-lhes os passos, de que “ela corre hoje em dia riscos os mais sérios, se não souber ver a hora e não tiver a energia necessária para colocar-se como exigem os seus problemas vitais.”<sup>89</sup>

A despeito de todas essas idéias novas – algumas novíssimas mesmo na Europa – e apesar deste “toque” de racionalismo que os intelectuais passaram a dar à cultura política brasileira, as bases da economia nacional continuavam na lavoura de café. A hegemonia continuava nas mãos do cafeicultor, mas do oeste paulista. Esta força que provinha do café já há muito sustentava o governo Imperial. O Vale do Paraíba, dos “barões do café”, tinha deixado de ter o desempenho econômico dos anos quarenta. Toda a região já havia entrado em decadência e a força política daqueles cafeicultores havia mudado de região. A extinção econômica da região foi retrata por Monteiro

---

<sup>88</sup> PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prosa de Ficção (de 1870 a 1920) história da literatura brasileira*. Op. cit., p.30.

<sup>89</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Op. cit., p.102.

Lobato, em *Cidades Mortas*.<sup>90</sup> Agora os nomes fortes na propaganda e organização do Partido Republicano vinham deste oeste paulista e eram Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves – proprietários de lavouras que representavam sessenta por cento das exportações brasileiras.

As duas décadas que antecederam a Proclamação da República significaram a decadência do Vale do Paraíba como força econômica e representação política. Os problemas começaram com a mão-de-obra: houve o envelhecimento dos escravos; o nordeste não os tinha para fornecer ao sul, como havia feito no passado; e seu custo tornou-se muito alto, chegando a representar setenta a oitenta por cento do investimento de uma fazenda.<sup>91</sup> A velha oligarquia cafeeira fluminense, sustentação do Império, foi dizimada também pelas dívidas bancárias e pela exaustão do solo montanhoso.

O mesmo período corresponde à ascensão do novo cafeicultor paulista. Atrás das “terras roxas”, a produção invadiu Campinas sempre em direção ao oeste, viabilizando fazendas e criando municípios por todo o lado. As linhas férreas e infra-estrutura básica para o escoamento da produção tornaram-se necessidades urgentes. Em 1866 saíram de Jundiaí, em direção ao porto de Santos, meio milhão de mulas carregadas de café. No ano seguinte a produção foi escoada pelas linhas férreas e os cafezais chegaram a Ribeirão Preto. As novas fazendas já foram instituídas sem o trabalho escravo, usando mão-de-obra imigrante, mais rentável e que não despendia de altos recursos iniciais para a sua implantação. Além disso tudo, a nova maneira eficiente de administração – num modelo capitalista – tornou o estado paulista responsável por setenta e cinco por cento da produção nacional e o Brasil o maior produtor de café do mundo. Este desempenho econômico iniciou vinte anos antes da Proclamação da República e teve seu ápice vinte anos depois.

Precisamos voltar aos acontecimentos que antecederam a Proclamação. A chamada “crise militar”, que se arrastava há anos, colocara os militares em oposição direta ao governo central. Os jornais simpáticos à República – *O Paíz* e o *Diário de Notícias, Correio do Povo* (RJ) – aproveitavam o conflito e ajudavam a aumentá-lo. A campanha de Rui Barbosa, pela imprensa, atacando a Coroa e incentivando os militares

---

<sup>90</sup> LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo; Brasiliense, 1982.

<sup>91</sup> FAORO, Raimundo. *Os donos do Poder – formação do patronato político brasileiro*. Op. Cit., p.518.



ao confronto com as forças legalistas seria suficiente para desestabilizar qualquer governo.

A estes projetos republicanos – rurais e urbanos –, compostos por forças econômicas exportadoras e setores médios urbanos, um outro elemento político somou-se para desgastar a Monarquia e acelerar os acontecimentos: os próprios monarquistas. Dentro do poder monárquico surgiu a dúvida quanto à possibilidade de um terceiro reinado com a Princesa Isabel. Com uma mulher carola e conservadora, casada com um conde estrangeiro e antipático, os próprios monarquistas viam pouca possibilidade de futuro político. E este fato acabou por tornar-se um argumento forte em favor da instalação da república. Estas são as justificativas a um comportamento de crítica ácida ao modelo monárquico, feito pelos próprios membros da Corte, a partir da doença do Imperador na metade da década de oitenta.

A começar por Rui Barbosa que, sete meses antes ainda exibia o título de Conselheiro, membro e deputado pelo Partido Liberal, transformou-se no propagandista mais eficiente da causa federalista e, mais um par de meses, republicana. Como colunista e diretor do Jornal *Diário de Notícias* escrevia com níveis de agressividade e acidez jamais conseguidos, em tempo algum, por Quintino Bocaiúva em seu jornal republicano *O Paiz*. Um exemplo do texto de Rui Barbosa. Quando o Visconde de Ouro Preto começou a distribuir títulos nobiliárquicos, entre militares e cafeicultores em busca de apoios político (foram 180 títulos de nobreza em menos de dois anos), Rui chamava de “essa legião de fidalgos baratos”, contra a “aristocracia castrada para formar sopranos e contraltos de uma Corte senil”. E concluindo: “esta nobiliarquia de cabala, esta fidalguia de baiúca eleitoral mostra, por mais de um sintoma, que se não estamos no Baixo Império, como liberais vociferavam ainda ontem, caminhamos para a Nápoles do rei Bomba”.<sup>92</sup>

Textos como esses podem parecer provas da coragem e das convicções republicanas de seu autor. Não são. Evaristo de Moraes escreveu que “havia mais coragem em se dizer alguém monarquista do que em se proclamar republicano...”<sup>93</sup> Convém não esquecer que são do próprio Joaquim Nabuco estas palavras: “Há neste país duas instituições que eu não sei se se estimam ou se odeiam, mas sei que se unem

---

<sup>92</sup> Citado por SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Op. Cit., p.239.

<sup>93</sup> MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*. Brasília: Ed. UnB, 1985, p.46.

para avassalar tudo o que quer ser independente e livre – a Monarquia e a Escravidão”.<sup>94</sup> Essas são palavras de um monarquista convicto e civilizado. Mas outros disseram muito mais: ainda em 1876, o monarquista Silveira Martins declarava: “A ignorância, a desmoralização, a bancarrota, o ódio dos estrangeiros e o descrédito de tudo e de todos são os funestos resultados dos 25 anos do governo do sr. D. Pedro II”. O liberal Ferreira Lima dizia coisas do tipo: “O Imperador estragou todas as forças vivas do País”; “A Monarquia é pródiga, injusta e governa o País só pela corrupção e pela violência”; Afonso Celso, pai, do Partido Conservador: “A Monarquia no Brasil não produziu ainda um único bem”.<sup>95</sup>

Esta foi a razão de não ter havido reação algumas dos partidários da Monarquia quando a República chegou. Pelo contrário, ainda no dia 15 de novembro começaram a chegar as adesões públicas, individuais e coletivas. “Andou em voga a afirmação de que nada havia a fazer diante do fato consumado...”<sup>96</sup> Uma das primeiras foi a do senador Antonio Prado, que publicou anúncio no jornal *Correio Paulistano* solicitando que seus correligionários conservadores e também os liberais respeitassem o novo regime, confiando no Governo Provisório.

Apesar da grande campanha política publicista dos últimos anos, das revoltas sangrentas e dos manifestos incendiários, o movimento republicano nunca conseguiu atrair as camadas populares. O medo de republicanos radicais como Silva Jardim, Raul Pompéia e tantos outros se realizou de maneira plena e concreta. Sem povo para pressionar por reformas e por inclusão, os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade foram desaparecendo da vida política no dia seguinte à Proclamação. E o “sonho de república” nunca se realizou. Nas palavras de José Maria dos Santos:

Seja pelas decisões de seus governantes, seja pelas reações que estas produzem sobre os sentimentos e interesses coletivos, os brasileiros são sempre levados a situações diametralmente opostas àquelas que faziam, de início, objeto de seus cuidados... Nós nunca nos afastamos tanto da República como no momento em que a proclamamos e constituímos. Este fato é significativo e essencial, que devemos fixar bem e ter como base de todas as

---

<sup>94</sup> Ibidem.

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Ibidem, p.103

nossas cogitações, se realmente temos a vontade de encontrar o remédio para os males atuais da nossa pátria.<sup>97</sup>

A constatação, de historiadores, de que a República foi implantada pelos monarquistas, vem do fato de nada haver se alterado com a mudança do regime. Nem os personagens. As crises intermináveis que se sucederam nos governos militares tiveram como origem a disputa entre positivistas e liberais, que defendiam a manutenção de seus interesses no novo governo e mantiveram até os mesmos quadros políticos – conselheiros, barões e viscondes do velho regime. “O que valeu à República é que os monarquistas se tornaram republicanos. Foi com os homens da Monarquia que Deodoro e Floriano consolidaram a República”.<sup>98</sup> Este foi o “sonho de república” sonhado pelos monarquistas.

#### **1.4 OS SONHOS EXCLUÍDOS DE REPÚBLICA**

A importância da Proclamação da República vem sendo revista e estudada ao longo dos anos. A cada tempo, uma explicação; e para cada explicação, a atribuição de tantos elementos e mais tantas conseqüências. Não nos cansamos de revisar este acontecimento na medida em que atribuímos diversos e diferentes valores para seus personagens.

Os primeiros relatos são da imprensa do dia, das memórias de seus participantes, como Wenceslau Escobar, Eduardo Prado, Evaristo de Moraes, Visconde de Taunay e seus testemunhos emocionais e partidários, mas os jornais logo são submetidos a censura e a leitura recente dos fatos históricos desaparecem; os intelectuais de 20, como Oliveira Viana e José Maria dos Santos atribuem o fim da Monarquia aos próprios monarquistas e valorizam o papel golpista do Exército e os problemas decorrentes da “questão militar”; a geração seguinte, nascida com a República, faz uma análise mais sociológica dos acontecimentos: Vicente Licínio Cardoso e Paulo Prado percebem conexões entre instituições e infra-estrutura econômica, entre a abolição da escravatura e o papel das elites agrárias e, de maneira perspicaz, vêem o Exército como representante de uma força social emergente; na década de 30, Nelson Werneck Sodré e

---

<sup>97</sup> SANTOS, José Maria dos. *A Política Geral do Brasil*. J. Magalhães Editor. São Paulo: 1930, p.6-7.

<sup>98</sup> SILVA, Hélio. *1889: A República Não Esperou o Amanhecer*. Porto Alegre: L & PM. 2004, p.72.

Leôncio Basbaum destacam o papel das elites paulistas cafeeiras na origem dos acontecimentos, uma leitura de viés marxista que enfatiza as tensões sociais do episódio, mas avaliam pela primeira vez que nada em substancial mudou com a Proclamação; nos anos 40, as leituras de Costa Pinto e Vitor Nunes Leal revelam que os acontecimentos que geraram a República são explicados pelo gigantismo da vida privada e do nanismo do público, pelo papel das famílias oligárquicas e dos “coronéis” na estrutura da sociedade brasileira; na década de 50, o desenvolvimento de escolas de ciências políticas fez surgir leituras como a de Raimundo Faoro e Hélio Silva, em que a mudança de Império para a República não altera a natureza do poder; durante os anos 60, os historiadores se utilizam da sociologia e da antropologia para ler a proclamação como resultado de um “vazio de poder”, causado pelo afastamento do imperador, como diz Sergio Buarque de Holanda, ou como consequência de uma ausência de amarração jurídico-institucional e a realidade sócio-econômica do país, como nos conta Edgar Carone; na década de 70, Emilia Viotti da Costa apresenta os sujeitos do movimento republicano: parte do Exército positivista, a incipiente classe média urbana e intelectualizada, e os grandes cafeicultores do oeste paulista. Atualmente os historiadores têm trabalhado com temas marginais como a análise do discurso republicano, o papel feminino, o papel do negro, a simbologia republicana.

Estas diferentes interpretações ocorreram na medida em que seu significado se desdobrou em consequências políticas graves e transformações sociais marcantes ainda nos dias de hoje. O embate pós-Proclamação foi entre forças agrárias, que exigiam um governo central que se colocasse a serviço da nova produção cafeeira, com investimentos pesados na infra-estrutura do estado paulista, com câmbio favorável aos produtores, com subsídios estatais para atrair o imigrante europeu e, se possível, com indenização aos proprietários de escravos, sob o predomínio das idéias liberais; e de outro lado, as forças militares aliadas às camadas médias urbanas que queriam a industrialização do país, um governo centralizador e que contemplasse os setores urbanos da sociedade, sob o domínio das idéias positivistas.

Estes dois projetos de repúblicas vinham dos tempos do Império e sempre se mostraram unidos durante a propaganda. Suas divergências teóricas não chegavam a comprometer o objetivo principal que era acabar com o regime monárquico. Quando da proclamação – nos instantes que se seguiram ao golpe - enfrentaram-se. Os dois sonhos

republicanos se representavam na figura de Benjamim Constant, com a república sociocrática dos positivistas; e a de Quintino Bocaiúva, a dos históricos, que representava a república liberal. Militares versus civis. Ou na versão seguinte: Rui Barbosa versus Pinheiro Machado, ou ainda, o “comtismo gaúcho” e o “liberalismo paulista”.<sup>99</sup>

As forças que momentaneamente se tinham unido em torno das idéias republicanas entraram em choque. Os representantes do setor progressista da lavoura, fazendeiros de café das áreas mais dinâmicas e produtivas, elementos ligados à incipiente indústria, representantes das profissões liberais e militares, nem sempre tinham as mesmas aspirações e interesses. As divergências que os dividiam repercutiam em conflitos no Parlamento e eclodiam em movimentos sediciosos que polarizavam momentaneamente todos os descontentamentos, reunindo desde monarquistas até republicanos insatisfeitos.<sup>100</sup>

Além dos liberais e positivistas, outras concepções republicanas surgiram no cenário ideológico como resultado de novas necessidades políticas e da desilusão com o projeto vencedor. Os jacobinos, de forte atuação no Rio de Janeiro, radicais admiradores da Primeira Revolução Francesa, trabalhavam e apostaram na participação popular para a deposição da Monarquia<sup>101</sup>. Figuras como Lopez Trovão destaram-se no discurso e “no radicalismo” das idéias. Propuseram que a participação popular – através do voto e com soberania – decidisse o futuro do país. A atuação dos jacobinos foi discreta como grupo organizado antes do 15 de novembro. Foi se fazer atuante – quando se apresentou, através de jornais próprios, como jacobinos, nacionalistas – em apoio ao governo militar de Floriano Peixoto. Os grupos patrióticos, criados por Floriano, foram as bases dos jacobinos militares, formados por jovens oficiais do Exército e setores

---

<sup>99</sup> São as forças políticas que de alguma forma ou de inúmeras formas vão atravessar o século XX na disputa pela hegemonia política brasileira. Não estamos nos referindo, é claro, à força estadual nem aos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Falamos de dois modelos de representação republicana que disputam o poder.

<sup>100</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. Op. Cit., p.396.

<sup>101</sup> E foi também uma das dificuldades na organização do partido republicano no Rio de Janeiro durante muitos e muitos anos. Campos Sales, em carta, queixava-se ao chefe do Partido Republicano do Rio de Janeiro, Saldanha Marinho, de que as coisas não iam bem. O “velho republicano” (é assim chamado em quase todos os relatos históricos independente da data em que ocorreu o que está sendo narrado) ameaçava renunciar em função das divergências interna do partido. Positivistas civis, positivistas militares, republicanos históricos, republicanos radicais, republicanos liberais – todas as correntes do movimento republicano parece se fazer representar no partido do Rio de Janeiro. Sua força é dissolvida em tendências que vão se mostrar despreparadas e são – com exceção dos positivistas – afastada dos movimentos conspiratórios que antecederam a Proclamação.

médios da população. De modo geral, jacobinos como Raul Pompéia se aproximaram dos militares constituindo uma corrente única.<sup>102</sup>

A outra força que surgiu – mais da desilusão com o novo regime e espelho dos novos tempos – foram os anarco-sindicalistas e os socialistas. Estes se tornaram expressivos pela participação dos imigrantes italianos. Representou o incipiente operariado urbano, trabalhador de tecelagens, artesões e prestadores de serviço. Estes novos trabalhadores tiveram crescimento acelerado nos anos que se seguiram à Proclamação, principalmente com a proximidade da Primeira Guerra Mundial e o processo de industrialização. Porém, as idéias marxistas chegaram ao Brasil ainda antes da virada do século, originadas pela curiosidade intelectual de nossos pensadores.<sup>103</sup>

Um escritor que representou este momento das cidades e se identifica com os novos setores urbanos foi Lima Barreto. Ele não foi contemporâneo da Proclamação da República e muito menos do período de propaganda. Sua relação com a política se realizou quando D. Pedro II era somente uma lembrança e a república desilusão. Ele foi um pensador símbolo destas novas forças sociais que surgiram em decorrência do crescimento das cidades, do projeto de república “belle époque” e da imigração. Engrossou as fileiras dos jovens intelectuais desapegados das grandes correntes do pensamento anterior à proclamação.

Neste nosso propósito de trilhar os caminhos dos acontecimentos históricos e, de maneira concomitante, rastrear o pensamento intelectual de cada momento, voltamos ao início deste texto, quando Olavo Bilac lamentava a desilusão com o novo regime. Passados quinze anos da Proclamação da República, depois de um longo período de ostracismo e descaso, os intelectuais voltaram a desempenhar papel social de relativa importância no contexto ideológico do novo regime. Quando o presidente Rodrigues Alves (1902-1906) assumiu, sucedendo Campos Sales, politicamente o projeto do PRP estava solidificado: para o grande público, a Monarquia deixara de ser uma ameaça de retorno; e na disputa interna do poder, os liberais haviam se sobreposto aos positivistas. O presidente Rodrigues Alves decidiu que era hora de dar um rosto moderno ao novo

---

<sup>102</sup> José Murilo de Carvalho atribui a Raul Pompéia a teoria de que o Exército se identificava com o povo. De fato, Raul Pompéia expõe claramente a idéia do Exército ser a salvaguarda de uma “democracia armada”. É curioso porque esse pensamento circulou durante muitos anos, principalmente durante a ditadura militar, por setores da intelectualidade brasileira que defendia uma aproximação e um “diálogo” com as forças militares. In: *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Op. Cit.

<sup>103</sup> No capítulo referente a Sílvio Romero vamos tratar das idéias no período.

regime brasileiro que na Europa era visto com certo desdém e até descaso.<sup>104</sup> Também tentava evitar que os grandes navios do comércio internacional abandonassem em definitivo o porto carioca para não porem em risco a saúde das tripulações. E foi assim que o Rio de Janeiro se tornou um cartão postal dos novos tempos brasileiros.

Neste período de construção de uma nova imagem internacional para o país, os intelectuais foram convocados pelo ministro das relações exteriores, Barão de Rio Branco, a produzir, a pensar e a desenvolver uma mentalidade cosmopolita e urbana. Era o renascimento da vida intelectual do país. No começo, empregos e sinecuras no Itamaraty e em outros órgãos do governo foram distribuídos entre literatos, jornalistas e intelectuais. Era a “República das Letras”. Assim, a República real, que havia desprezado os intelectuais e toda a atividade cultural, passou a atribuir-lhes um valor de consumo fácil, alegre e de puro entretenimento. Surgiu daí uma produção literária conhecida como “sorriso da sociedade”. O intelectual transformou-se num conferencista de coisas banais, polemista da forma e ufanista de um país inexistente. E o Brasil mergulhou no que é estudado hoje como “belle époque”, um tempo de aparências, um tempo de fascinação pelo novo, pelo urbano, por tudo aquilo que nos fizesse sentir parte do “mundo moderno”.<sup>105</sup>

No sonho republicano, o interior do país não existia. O campo havia sido o palco do Império, cujo símbolo era a figura do índio. A República tinha como símbolo uma mulher, seu sonho era a industrialização e seu espaço era urbano. E assim o presidente Rodrigues Alves convergiu seu mandato para a reforma do Rio de Janeiro que passaria a

---

<sup>104</sup> Eça de Queiroz descreveu assim a Proclamação da República: “A revolução do Brasil (tal como a contam os telegramas passados através da censura republicana) é menos uma revolução do que uma transformação -- como nas mágicas. O marechal Deodoro da Fonseca dá um sinal com a espada: imediatamente, sem choque, sem ruído, como cenas pintadas que deslizam, a monarquia, o monarca, o pessoal monárquico, as instituições monárquicas desaparecem - e, ante a vista assombrada, surge uma república, toda completa, apetrechada, já provida de bandeira, de hino, de selos de correio e da bênção do arcebispo Lacerda. Sem atritos, sem confusão, esta república começa logo a funcionar. Nas repartições do Estado, os amanuenses, que já tinham lançado no papel dos decretos a velha fórmula “em nome de sua majestade o imperador”, riscam, ao ouvir na rua aclamações alegres, este dizer anacrônico e, sem mesmo molhar novamente a pena, desenrolam no seu melhor cursivo a fórmula recente -- “em nome do presidente da República”. E quem saíra tranquilamente de sua casa com o seu guarda-sol aberto para ir à secretaria entregar um memorial ao Sr. Albuquerque, ministro do Império - encontra o Sr. Bocaiúva, ministro da República, que sorri e recebe o memorial! Toda essa revolução, segundo os telegramas, foi feita antes do almoço.” QUEIROZ, Eça de. “Ao passar a alfândega, a revolução do Brasil”. In: *Notas Contemporâneas*. Porto: Lello & Irmao, 1945, p.78.

<sup>105</sup> Na verdade, uma cópia forçada e descontextualizada de um momento de prosperidade vivido na Europa, em especial na França, período de expansão de seu poder colonial e de grande desenvolvimento industrial. O “ar de tédio” e de enfado, com a vida urbana e cosmopolita, é importado para um Brasil agrário e provinciano. O resultado é mais cômico do que patético.

representar a cidade dos novos tempos. Empréstimos junto aos ingleses tornaram possível a construção de uma avenida central, a modernização do porto, bulevares e alguns palácios para abrigar a burocracia republicana. Desta forma, estavam lançadas as bases formais – de aparência – de uma nova visão de mundo, o impulso tonificador de uma forma de viver e pensar absolutamente distinto do que se fazia e se via até então.

Mas as mudanças sociais e a construção de um novo país, que o republicanismo prometera, ficaram resumidas a isso: a reforma urbana da capital federal. Alfredo Bosi resume o quadro político de então:

No ramo principal, os interesses da classe dominante manobram uma estrutura federativa, pseudonacional, garantindo-se com um Estado padrinho da lavoura cafeeira à qual tudo o mais se subordina. Reedita-se, nessa República que já nasceu Velha, o modelo da hegemonia saquarema do Segundo Reinado com a agravante de se ter consolidado o coronelismo provinciano.<sup>106</sup>

Por causa disso, o atraso expresso nas cicatrizes deixadas pela chibata, ainda visíveis em ex-escravos nas ruas, convivia com um tempo europeu, de fraque e cartola, direitos civis, francês sem sotaque, sonhos de vida urbana de confeitarias, de cidadania, e automóvel. Amor e apego a tudo que fosse estrangeiro – aos ingleses para os negócios e aos franceses para a cultura. A moda das conferências e do teatro francês para as mulheres; a invasão das prostitutas polacas que se passavam por francesas e que ensinavam bons modos e etiqueta social aos maridos brutos, agricultores do interior do país. Sonho da elite branca que queria agora uma governanta alemã no lugar da mucama liberta; títulos acadêmicos no lugar dos honoríficos; tempo da formação técnica como Engenharia e Medicina, no lugar das Artes e Letras do Império. Este mundo branco e europeu, civilizado e culto, foi possível com o café – período em que o Brasil tornou-se o maior exportador do produto no mundo. Portanto, a mesma base econômica que financiou os sonhos monarquistas, carregava também as ilusões republicanas.

E uma nova elite intelectual foi se formando para o “novo mundo republicano”. Aos embalos do “Rio civiliza-se” surgiu uma visão otimista, urbana e boêmia na intelectualidade brasileira. O intelectual de muitas formas foi integrando-se ao jovem modo de vida que, de certa forma, passou a proporcionar-lhe também melhores

---

<sup>106</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. Op. Cit., p.380.



condições econômicas. A burocracia estatal absorveu parte representativa destes homens; outros tiveram remuneração regular nos jornais – já nitidamente comerciais e não mais ideológicos como no passado. Ele agora era um integrante da classe média urbana e passou a viver de seu trabalho. Houve uma reconciliação de grande parte dos velhos intelectuais e da maioria dos jovens, nascidos no tempo republicano, com a vida literária do país. E uma nova forma de ver o mundo nasceu deste momento contraditório: a “belle époque tropical”.

A novidade foi o cosmopolitismo importado que atribuiu ao povo brasileiro, que vivia nas grandes cidades, valor superior ao do campo. Constatou, de maneira enganosa, uma tradição urbana nestas populações que as aproximava de uma vivência mais estreita da européia do que da latino-americana. Este cosmopolitismo foi apontado por vários pesquisadores como a característica mais marcante da representação republicana no Brasil:

Cosmopolitismo que levou, por exemplo, os nefelibatas a se encerrarem em problemas estéticos e a se alhearem de seu meio, trazendo, para um país em construção, o bizantinismo próprio de sociedades decadentes. O Brasil, que parecera tão ilustre aos românticos, já não interessava tanto aos escritores que o sabiam inculto, quase analfabeto.<sup>107</sup>

Esse cosmopolitismo resultou numa produção literária escassa e efêmera, mas numa vida literária rica em atividade social, esnobismo cultural e acuidade com as formas e aparências. Uma literatura de muito floreio verbal e pouca substância parece ser a opinião unânime da crítica para a produção do período.<sup>108</sup> Nomes como o de Tomás Lopes, Emanuel Guimarães, Afrânio Peixoto, Júlia Lopes de Almeida, Xavier Marques e o velho Coelho Neto são os representantes desta literatura “sorriso da sociedade”. Salas literárias, conferências, encontros, debates, discussões, poesias jocosas e festas dão a sensação de que havia, de fato, alegria naqueles intelectuais mundanos que agora só queriam os cafés da Avenida Central. A alegria deste tempo parece vir da idéia – ou da sensação – de que os bulevares e as confeitarias aproximavam o país da realidade européia. Ou que afastavam a capital federal do Brasil.

---

<sup>107</sup> PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção – de 1870 a 1920*. op. cit., p.23.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p.248.

Apesar de algumas definições, o período foi muito confuso porque o país tentava se representar pelo que não era. No campo político paixões regionalistas se contrapõem ao ideal urbano e cosmopolita de um discurso que ignora o interior. Na literatura até os dias de hoje o período é visto como uma zona acinzentada, quando influências de escolas distintas se sobrepunham umas às outras, tornando difícil a clara definição. Daí a fragilidade do prefixo empregado para designar a época: pós-romantismo, pré-modernismo.

É fato que o papel reservado ao intelectual, neste período de construção ideológica do regime republicano, foi de animador de salão, companhia agradável e anfitrião de autoridades e pensadores estrangeiros que passavam pela capital federal, rumo a Buenos Aires. E de repente, a literatura havia retornado à categoria dos bordados, para usar mais uma vez expressão de Lúcia Miguel Pereira, e os intelectuais – mesmo os de nome e de respeito – voltaram-se ao culto da influência francesa, ao narcisismo elitista e à louvação da cultura institucionalizada. Isso ocorreu também dada a proximidade entre os intelectuais e as elites econômica e política do país – na verdade, seus leitores. Como observou Gilberto Amado: “O intelectual no Brasil é obrigado a conviver com gente de alta classe, ainda que tudo o separe dela, porque essa é a única que sabe ler...e ainda assim! como? o quê? De maneira geral, os ilustrados, os ‘cultos’ vivem no plano do ‘pouco mais ou menos’”.<sup>109</sup>

Mas por ser um tempo confuso e contraditório, havia também outros intelectuais e outras formas de pensar o momento brasileiro, em meio a luzes e a sorrisos sociais. Foram os que permaneceram no pessimismo constatado por Olavo Bilac, no começo deste capítulo. São vozes em harmonia com o sentimento de frustração que vinha das ruas. Sentimento que já se manifestara na revolução federalista dos gaúchos, nas insurreições da Armada e, mais tarde, na Revolta da Vacina e da Chibata, no Rio de Janeiro:

Na República que não era, a cidade não tinha cidadãos. Para a grande maioria dos fluminenses, o poder permanecia fora do alcance, do controle e mesmo da compreensão. Os acontecimentos políticos eram representações em que o povo

---

<sup>109</sup> AMADO, Gilberto. *História da Minha Infância*. Aracaju: Universidade Federal do Sergipe, 1999, p.237.

comum aparecia como espectador ou, no máximo, como figurante.<sup>110</sup>

Na tentativa de explicar a exclusão social que atravessara a Monarquia e já se instalara na República, estes intelectuais voltaram-se para estudos da realidade brasileira: alguns de cunho absolutamente étnicos, outros geográficos, institucionais e até representações artísticas irônicas, cujo foco foram os valores republicanos importados. Mas, de modo geral, o pequeno grupo caracterizou-se pelo absoluto inconformismo com o destino político da nação. Tentou explicar as razões do Brasil não alcançar o sonho de república. “Contrastando com um otimismo estritamente oficial, existia uma espécie de pessimismo russo entre vários escritores...”<sup>111</sup> Estas vozes destoantes tornaram o período um dos mais produtivos no estudo de assuntos brasileiros. E apontaram os problemas e os caminhos teóricos que formam a base das pesquisas sobre o Brasil até os dias de hoje.

A historicidade das idéias republicanas, presente na construção da nacionalidade brasileira, fornece os elementos explicativos para as mudanças radicais no rumo intelectual de Sílvio Romero, Euclides da Cunha. Mais do que doutrinas, além mesmo das escolas de pensamento da época, foram os interesses políticos imediatos, que provocaram o realinhamento da produção intelectual de Sílvio Romero e Euclides da Cunha. Quando aquela República se mostrou antidemocrática e oligárquica, a revolução social não se realizou e eles se colocaram, cada um ao seu modo, a serviço de causas políticas. Trataram de conduzir suas obras com a clara intenção de influir nos acontecimentos. Esta descontinuidade, esse rompimento na harmonia de suas obras ao interpretar a realidade brasileira, como pretendemos demonstrar mais adiante, foi provocada pela desilusão política com o novo regime.

Na tese defendida neste trabalho, portanto, a origem do nacionalismo pessimista na interpretação do Brasil da virada do século, foi provocada por intelectuais que alteram o rumo de suas obras para atender a interesses políticos prementes daquele momento histórico. Lima Barreto vem mais tarde, mas perfeitamente alinhado na perspectiva de transformar a República instalada no objetivo de toda sua atividade intelectual, seja na literatura ou no jornalismo. Num primeiro momento tentando

---

<sup>110</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Op. Cit., p.163.

<sup>111</sup> *Ibidem*, p.273.

integrar-se numa de suas instâncias de representação, para mais tarde negar-se a qualquer participação. De qualquer forma, nas obras dos três é possível demonstrar o instante exato de ruptura, de mudança de caminho. E sempre a motivação política dando rumo ao fazer intelectual.

## **Capítulo 2**

### **A República de Sílvia Romero**

“É quase impossível falar a homens que dançam.”

(“Introdução”. In: *Realidades e Ilusões no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979, p.57.)

## 2.1 TRAJETÓRIA POLÍTICO-INTELLECTUAL

O sonho republicano de Sílvio Romero começou a ser construído no Recife, ao final da década de 60, onde o espírito progressista das novas idéias vinha ao encontro do descontentamento político das elites usineiras decadentes. Com um longo passado de derrotas políticas, econômicas e militares para carregar, os filhos da elite nordestina (como Joaquim Nabuco) encontraram as novas bandeiras para prosseguir na luta contra o centralismo monárquico do império, contra o regime escravocrata, contra o catolicismo institucional – enfim, contra qualquer coisa que representasse o poder hegemônico e absoluto do Rio de Janeiro. A eles juntaram-se os filhos de comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos (como Tobias Barreto) que lutavam em favor da república, do federalismo, industrialização, do liberalismo social, do estado laico – enfim, a favor de qualquer coisa que colocasse o Brasil em harmonia com o modo de vida europeu. Muitas vezes com bandeiras antagônicas, mas sempre envolvidos na paixão pelo novo, pelo moderno, pela incorporação de idéias científicas que proporcionassem a melhoria do país, incluísse a totalidade do povo e a unidade do território. Esses “filhos”, é claro, representavam diferentes forças sociais: uma antiga e ainda forte, com raízes nos tempos coloniais; e outra jovem, ainda incipiente, mas vigorosa. Enfim, os novos ares traziam de volta a tradicional ameaça do republicanismo agora sob bandeiras renovadas.

Da vitória sobre os holandeses e das derrotas para o governo central, restou ao pernambucano da época o espírito rebelde de independência à Coroa. A província desenvolveu a tradição separatista, concebida em vários níveis de representação cultural e em seu entendimento como população periférica da nação imperial. Assim como o Rio Grande do Sul, depois das perdas políticas tratou de utilizar sua distância geográfica para se diferenciar culturalmente do todo nacional. O aparecimento da literatura regional romântica de Franklin Távora, por exemplo, procurando afirmar o tipo

nordestino e sua região (como vimos no capítulo anterior), deu-se em decorrência da sobrevida destes ideais.<sup>112</sup>

Assim como escritores usaram a literatura para representar essa singularidade, as forças políticas locais também trataram de demonstrá-la de forma concreta. O Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), fundado em 1862, reforçou a singularidade do Estado (“o Leão do Norte”), através dos estudos históricos, arqueológicos e raciais.<sup>113</sup> Como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IGHB), também ali se pretendeu fortalecer uma identidade regional e acolher idéias que lhes favorecessem politicamente. “... perante fatos que diziam respeito a Pernambuco, seja perante episódios importantes da história nacional, a postura do IAGP foi sempre a mesma: enaltecer o papel especial da província”.<sup>114</sup>

Essa afirmação regionalista, seja política ou cultural, criou uma clima de animosidade no estado de Pernambuco, e em especial em sua capital.<sup>115</sup> Padres contra militares; usineiros com comerciantes; padres contra comerciantes. O convívio com a polêmica – que tanto caracterizou Sílvio Romero – teve seu início nesta Recife de gosto pela veemência verbal e pelo hábito de trazer as discussões ao conhecimento público, num arremedo de tribunal popular. Assim, era fato cotidiano escrever acusações, réplicas e intermináveis tréplicas, e distribuí-las por debaixo da porta dos moradores da cidade. Prática freqüente era também a compra de espaços nos jornais para expor idéias e acusações que pairavam sobre os adversários do momento.

Apesar de divulgador da “escola do Recife”, Sílvio Romero só chegou à cidade com 17 anos. Nasceu na cidade de Lagarto, em Sergipe, e criado num engenho de cana de açúcar pelos avós, depois que a varíola fez a família se transferir e quase se dissolver.

---

<sup>112</sup> “Desta autonomia derivou bem cedo um sentimento regionalista que encontra expressão típica na Confederação do Equador, tentativa, à maneira da República do Piratinin, de dar expressão política à referida diversidade e que, se falhou no terreno político, persistiu teimosamente no plano da inteligência. A literatura e a oratória tornaram-se, com efeito, a forma preferencial daquela região velha e ilustre exprimir a sua consciência e dar estilo a sua cultura intelectual”. CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira – momentos decisivos (1750-1836)*. 1º Vol. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975, p.298.

<sup>113</sup> Na luta pela afirmação regional, alguns argumentos defendiam a existência de uma “raça pernambucana”. “A vários viajantes parecia que Pernambuco já fora ocupado por uma nação mais adiantada em civilização do que todas as outras localidades do Brasil...”Citado por SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.122.

<sup>114</sup> Ibidem, p.121.

<sup>115</sup> No mesmo período iniciaram longas disputas para a definição territorial do estado. Disputas acaloradas com a Bahia e pelo arquipélago de Fernando de Noronha.

Era um dos últimos filhos e só retornou ao convívio dos pais quando não os reconhecia como parentes. Atribuía muito de seu temperamento agressivo à forma como fora tratado pelos demais irmãos quando retornou ao lar. Seus pais portugueses, com alguns recursos financeiros e bons contatos no Partido Liberal, conseguiram com que o filho fosse para o Rio de Janeiro realizar seus estudos, durante quatro anos, na prestigiosa escola da corte – o *Colégio Ateneu Fluminense*.

Sílvio Romero retornou ao nordeste com a intenção de freqüentar a *Faculdade Livre de Direito* e ficou impressionado com a sua vida cultural e política: Recife fervia no clima das discussões públicas. Muito diferente de um Rio de Janeiro mergulhado no ambiente afetado da Corte.<sup>116</sup> No Recife não. O enfrentamento era diário, o debate das idéias era constante. Religiosos ou políticos, científicos ou filosóficos, morais ou pessoais - qualquer espaço era espaço político. O concurso para ingresso de um professor na faculdade se tornava um ato político, com presença maciça de alunos e da população que aplaudia ou vaiava seu desempenho (como foi o caso da prova de ingresso de Tobias Barreto). Uma banca de final de curso ou uma defesa de doutoramento tomavam-se de tons doutrinários, platéia e gestos teatrais de desacato à autoridade constituída – como foi o caso de Sílvio Romero<sup>117</sup>. Tudo era percebido como ação política, feito com o objetivo de demonstrar o desconforto com o estado de coisas – era o ambiente do publicismo rebelde e republicano.

Um exemplo destes enfrentamentos – acompanhado por Sílvio Romero, em sua chegada a Recife – foi entre o padre Joaquim Pinto de Campos e o general José Ignácio de Abreu Lima. Os dois já senhores e com disposição para o debate e achincalhamento público. Velho general do estado maior de Simon Bolívar, Abreu Lima retornou à terra natal e resolveu se dedicar a algumas obras comunitárias, como a alfabetização de jovens pobres da cidade. O padre era o vigilante conservador dos assuntos referentes à aplicação da doutrina católica na cidade. E o acontecimento ocorreu quando o general comprou e distribuiu de casa em casa bíblias impressas em Londres para ajudar na

---

<sup>116</sup> “Enquanto no Rio de Janeiro os espíritos se diluíam nas divagações das *Cartas de Erasmo*, a mocidade do Recife fremia sob o impulso das tentações republicanas, democráticas, abolicionistas, patrióticas.” ROMERO, Sílvio. “Academia Brasileira de Letras”, In: *Provocações e Debates*. Porto: Livraria Chardron, 1910, p.350.

<sup>117</sup> Na defesa de sua tese de doutoramento, Sílvio Romero brigou com a banca e transformou o episódio num momento político de grande destaque. Sílvio declarava que a metafísica estava morta, sem espaços num mundo novo de racionalismo e cientificidade. Um membro da banca perguntou ironicamente se ele havia matado a metafísica. Sílvio Romero se retirou da defesa depois de intensas discussões.



alfabetização das crianças. Foi quando o padre conservador apareceu acusando o general liberal de distribuir bíblias falsificadas. Ele as chamava “bíblias venenosas”.

A partir daí a discussão ganhou contornos intelectuais, teológicos e pessoais: a história e a doutrina eclesiástica, a inquisição, a invocação de santos, o culto das imagens, questões de direito em decorrência de a igreja estar atrelada ao estado, até a revelação de que o militar era um “hipocentauro da heresia”, numa referência ao general ser filho do padre Roma, herói da revolução pernambucana de 1817. E o debate durou quase quatro anos com a cidade acompanhando com atenção porque ali estavam sendo expostos argumentos a favor e contra a ordem institucional estabelecida. Era o partidarismo do momento que se camuflava na discussão do “deus dos cristãos” ou “o deus dos judeus”; nas bíblias protestantes ou nas bíblias católicas; nos tempos novos ou nos tempos antigos.

“Foi o primeiro entre nós a encetar a crítica sem reserva, profligando as autoridades de palha, engrandecidas por nossa fatuidade...”<sup>118</sup>, escreveria Sílvio Romero anos mais tarde sobre o general Abreu Lima<sup>119</sup>. De fato, a polêmica impressionara a juventude pela capacidade argumentativa e pela sofisticação erudita. Mas, a rigor, travava-se de uma discussão antiga entre conservadores religiosos e liberais militares, debate que havia varado o século e que ainda colocava em relevo a crítica “voltariana” contra o catolicismo institucionalizado, com padres assalariados pelo estado e no controle do registro civil da sociedade (cemitérios, nascimentos e casamentos) como era o caso brasileiro. Enfim, era o tipo de polêmica exemplar para a população – e que se sucediam com frequência e regularidade.

A formação de Sílvio Romero se deu neste palco de discussão e debate. A idéia de uma “escola”, como a caracterizou mais tarde, não pretendeu dar sentido de unidade ou de harmonia a esse grupo de jovens estudantes do Recife que freqüentavam o curso de Direito, que liam as novas doutrinas e assistiam aos debates da velha guarda política do país. Era mais uma postura de aversão a tudo que representasse o passado, “o velho espírito do Direito, a metafísica dos doutores da Igreja, o ‘lamuriento’ romantismo à

---

<sup>118</sup> Citado por RABELO, Sílvio. *Itinerário de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1944, p.24.

<sup>119</sup> Abreu Lima é hoje nome da refinaria de petróleo que o presidente da Venezuela, Hugo Chaves, pretende construir em parceria com a Petrobras, no estado de Pernambuco.

Musset, à Lamartine, à Byron”.<sup>120</sup> Entre esses jovens, destacava-se a figura de Tobias Barreto como o centro de todos pensamentos e doutrinas.<sup>121</sup> Ele representava o novo tratamento dado às idéias: era científico e, partindo de uma plataforma teórica inovadora, submetia a mentalidade monárquica a um outro conjunto de argumentos. Vários autores – principalmente os que viveram intelectualmente a Recife da década de 70 – atribuíram a efervescência política e cultural da cidade à figura de Tobias Barreto. Clóvis Beviláqua, Graça Aranha e, claro, o mais fervoroso de todos, Sílvio Romero, afirmam que Tobias Barreto foi o pioneiro “das idéias científicas”. Com ironia, José Veríssimo escreveria que Tobias Barreto era o Cristo e Sílvio Romero o seu São Paulo.<sup>122</sup>

É interessante salientar que essas idéias científicas e revolucionárias chegaram até aquela juventude de maneira avassaladora. Falando do final da década de 60, Sílvio Romero revela:

(...) naquele período, estávamos, os revolucionários do pensamento brasileiro ali, mergulhados ainda profundamente no positivismo de Comte e Littré. A doutrina era-nos familiar desde muitos anos antes, desde 1868. Já o disse e repito esta verdade para dar com ela na cabeça rude de José (Veríssimo). O certo é, porém que em 1875, ano da defesa de teses, o positivismo já não nos satisfazia de todo. Leituras de Renan, Taine, Scherer, Max

---

<sup>120</sup> Ibidem, p.38.

<sup>121</sup> “Era um homem para quem o estudo das causas era o primeiro dever: saber de onde vimos, saber onde estamos, para onde vamos. Os livros, os autores do seu país não o diziam. Ninguém do seu tempo, no seu meio, se preocupava com isso: tratou de procurar o que queria onde pudesse encontrar. Ao chegar à cultura alemã, ficou como um louco, delirante de alegria, como uma criança que encontra numa loja brinquedos em profusão. E então começou a tirar da prateleira e a arrebanhar para casa tudo o que podia para mostrar às outras crianças que tinham ficado na aldeia e não encontraram o que ele vira e encontrara. Febrilmente, entrou a querer pôr em contato o seu tempo e o seu meio com as maravilhas que o deslumbraram, a encher o meio de todo o que viu, o que sentiu, o que aprendeu: o que se dizia de Deus, o que se dizia do céu, o que se dizia da terra, o que se dizia do homem, o que se dizia da sociedade, o que se dizia do Direito, o que se dizia da matéria, o que se dizia da arte, e o que se queria dizer com o que se dizia. Viajante que saiu do pago e voltou carregado de presentes, distribuiu aos seus o que adquirira, belas coisas e coisas sem importância, diamantes e lantejoulas, estrelas do céu e papel picado, tudo que brilhava, que o encantava e que podia encantar os outros. A indiferença do meio o irritava. Sofria como o pregoeiro de novidades que não acha compradores, como o anunciante que não faz clientela. Quando alguém se aventurava a trazer alguma coisa nova, entrava a depreciar a concorrência, a mostrar que o produto apresentado não era de lei, que não tinha sido adquirido na fonte, que era contrabando.” Gilberto Amado, “A Dança sobre o Abismo”. Rio de Janeiro:1952, pg. 177-178. Citado por SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Difel. 1982, p.372.

<sup>122</sup> Antonio Candido também retira um pouco da importância atribuída a Tobias Barreto e delega a tradição política de Recife à acolhida que as novas idéias tiveram naquele período: “Ora, não se trata da influência de Tobias. Antes e independente dela, o Recife já era centro de fermentação intensa, onde se divulgavam a ciência e a filosofia contemporânea, e dele saíram tanto os cearenses quanto Sílvio Romero. Afirmar, com estes, que ele e Tobias foram os inspiradores do *modernismo* é exagero.” CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Ed. USP. 1988, p.32.

Muller, Spencer, Mill, Buckle, ao lado das de Büchner, Moleschott, Darwin e Häckel, tinham-nos emancipado do dogmatismo positivista.<sup>123</sup>

Nos textos de Sílvio Romero e de membros daquela juventude rebelde do Recife não fica claro de que forma tinham acesso ou referências de leitura. Todas as bibliografias revolucionárias - do positivismo ao darwinismo - parece saírem de Tobias Barreto. Pois é consenso que o caminho percorrido pelas idéias não passou pela instituição escolar onde estavam tendo a formação profissional. Sílvio Rebello escreveu que esta geração foi “criada ao ar livre” e, de fato, não há referência alguma à Faculdade de Direito do Recife.

É evidente que o espírito democrático da instituição – que aglutinava representantes dos dois partidos monárquicos e que mais tarde abriria lugar ao próprio Tobias Barreto em seu corpo docente – contribuiu para que os estudantes tivessem espaço intelectual para as novas idéias. Muitos de seus professores eram políticos, deputados ou senadores, e suas práticas de sala de aula influenciavam os alunos. Além disso, as discussões sobre a filosofia do direito e direitos civis ficaram no centro do debate republicano. No entanto, é o próprio Sílvio Romero quem expressou desdém a qualquer contribuição da instituição para o desenvolvimento intelectual daqueles jovens.

Quem interessa escrever a história daquele instituto de ciência achar-se-ia, de pronto, diante do fato anômalo de um corpo docente, que repete as mesmas noções, repisa as mesmas idéias, declama as mesmas decrepitudes, e, ao todo, ordena as mesmas dissertações no vasto período de meio século.<sup>124</sup>

Seja na Faculdade de Direito, seja no clima político da cidade do Recife, seja na presença marcante de Tobias Barreto, o fato é que neste período estão as bases de todo o pensamento de Sílvio Romero. A defesa intransigente que fez da “escola do Recife”, como vanguarda do pensamento moderno brasileiro, e a figura de Tobias Barreto como intelectual, atestam sua eterna dívida com este período de formação.

O Recife reponta sempre no pensamento de Sílvio, e a Tobias, depois de morto, voltou a exaltar sem desfalecimento, servindo-

---

<sup>123</sup> ROMERO, Sílvio. “Zeverissimações Ineptas da Crítica” In: *Duelos no Serpentário – uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950*. Org: BUENO, Alexei e ERMAKOFF, George. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005, p.560. (parênteses nosso)

<sup>124</sup> ROMERO, Sílvio. “Estudos de Literatura Contemporânea”. In: RABELLO, Sílvio. *Itinerário de Sílvio Romero*. Op. Cit., p.40.

lhe mesmo de clava de combate, dirigindo a publicação das suas obras, repetindo-lhe frases, recitando-lhe poesias. Mas é inegável a unidade de orientação de toda a sua atividade posterior.<sup>125</sup>

Foi durante este tempo em Recife que iniciou sua carreira de intelectual. Colaborava com críticas nos periódicos estudantis, mas logo já publicava artigos – literários e políticos – em jornais de propaganda republicana e mesmo nos liberais de maior circulação<sup>126</sup>. Os textos deste período vão trazer, desde cedo, a marca de Sílvio Romero: a agressividade textual, capacidade argumentativa – principalmente pela abrangência – e um espírito destruidor capaz de provocar inimizades e rancores eternos. Outras características que aparecem desde cedo é seu cientificismo, no mais das vezes ainda confuso, e uma atribuição de valor para a produção literária, “num tempo em que a...crítica brasileira se nutria de abstrações e esquemas retóricos”, escreveu Antonio Candido.<sup>127</sup>

A inovadora crítica literária praticada por Sílvio Romero surgiu, ainda no Recife, de maneira explosiva e assustadora, mesmo para uma cidade acostumada a um nível cotidiano de agressividade verbal. Araripe Junior compara a repercussão como a de um “homem audaz que avança brandindo uma lâmina afiada. Formou-se um vácuo em torno do agressor. Uns fugiram, outros puseram-se, de longe, a invectivá-lo.”<sup>128</sup> Alvos de seu ataque ao romantismo, a “pieguice” de Joaquim Manuel de Macedo e o “indianismo” de José de Alencar – os dois principais escritores do país naquele momento – recebiam um tratamento avassalador do jovem crítico:

É triste que, quando o romance personificou-se em obras sérias pelos largos visos de veracidade, como a Comédia Humana; eloqüentes pelas fundas peripécias do problema social, como Os Miseráveis; mimosos pela magia de um estilo límpido, como Lélia; - é triste que haja vestido os andrajos do pobretão para coxear no Guarani e tombar, morrinhento, no Moço Loiro. É que não foram aqueles mestres que no-lo ensinaram. Não foram

---

<sup>125</sup> GUIMARÃES, Argeu. “Biografia”. In: *Presença de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1955, p.56.

<sup>126</sup> Os jornais nos quais aparecem os primeiros textos de Sílvio Romero foram *A Crença*, *O Americano*, *O Correio de Pernambuco*, *O Diário de Pernambuco*, *O Movimento*, *O Jornal de Recife*, *A República*, *O Liberal* e *O Trabalho*. RABELLO, Sílvio. *Itinerário do Sílvio Romero*. Op. Cit., p.249.

<sup>127</sup> CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. Op. Cit., p.38.

<sup>128</sup> JÚNIOR, Araripe. “Sílvio Romero Polemista”. In: *Araripe Junior – teoria, crítica e história literária*. Org. BOSI, Alfredo. São Paulo: Editora da USP, 1978, p.322.

Balzac, Hugo ou Sand que nos mostraram as maravilhas do gênero, e, sim, as baixas mediocridades do Segundo Império.<sup>129</sup>

Ao mesmo tempo dos primeiros escritos de crítica literária, Sílvio Romero e Araripe Junior mantinham uma publicação de ataque à monarquia e de divulgação das idéias republicanas. Era o jornal *Lucros e Perdas*, em que a crítica política tinha o mesmo espaço da crítica literária. Sílvio Romero agredia principalmente a maneira áulica como D. Pedro II acabava por direcionar a produção cultural do país – seja na condição de mecenas ou na de organizador de associações. Comentado a intromissão do monarca numa nova sociedade de escritores, Sílvio Romero denunciava:

O fato é que não se sabe por que cargas d'água Sua Majestade pôde encartar-se nessa nova sociedade. ...o eterno protetor de tudo no Brasil não entrou ali para fazer com que a vida do homem de letras no Brasil se transforme numa profissão independente e lucrativa.<sup>130</sup>

Com a mesma desenvoltura com que atacava o monarca, Sílvio Romero colocava ciência e perspicácia intelectual para o ataque ao romantismo – a seu ver, a representação literária e cultural dos valores monárquicos. Desde cedo Sílvio Romero tratou de dar aos estudos um contexto tanto político como literário. A partir de 1873 – portanto aos 22 anos de idade – iniciou uma série de artigos sob o título “O Romantismo no Brasil”, que mais tarde fariam parte de seu famoso *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*. Nesse livro está também uma das idéias centrais de toda a sua obra: o “mestiço”, como representação racial do povo brasileiro. No caminho intelectual para esse desvendar, Sílvio Romero acabou por revelar o negro como figura importante na vida cultural e na formação racial do Brasil.<sup>131</sup>

---

<sup>129</sup> Araripe Júnior vai ilustrar a crítica de Sílvio Romero com outros exemplos ainda mais agressivos, mas que dão uma idéia clara de sua visionária lucidez. O contraste entre a produção literária nacional e o realismo praticado na Europa, dá razão a sua crítica feroz e explica a adoração ao naturalismo: “..Os dois romancistas são dois personagens sem significação viva e profunda. Terão de representar, ao que parece, um papel quase todo negativo na história literária, qualquer que possa ter sido a sua importância no mundo oficial...O drama, quando é tecido por mãos semelhantes, é quase nulo. *Mãe e Lusbelá*, por exemplo, estão abaixo de mediocres.” Ibidem, p.328.

<sup>130</sup> BROCA, Brito. “Os intelectuais no advento da República”. In: *Naturalistas, Parnasianos e Decadentistas – Vida Literária do Realismo ao Pré-Modernismo*. Op. Cit., p.117.

<sup>131</sup> “Muito mais do que o aborígene foi a influência do africano, que delinea rapidamente, tocando num ponto magno não apenas para a sua obra como para a nossa história intelectual, pois significa o começo dos estudos sobre o negro.” CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. Op. Cit., p.42.

Mas antes mesmo da publicação deste seu primeiro livro, em 1880, reunindo ensaios de crítica literária<sup>132</sup>, Sílvio Romero já havia escrito algumas obras que o tornaram, de certa forma, conhecido nos meios intelectuais do país – *Etnologia Selvagem* (1875), *Contos do Fim do Século* (1878) e a *Filosofia no Brasil* (1878). Seu compromisso intelectual com a definição do “homem brasileiro” apareceu como preocupação antes dos importantes estudos literários. De modo que, quando chegou à cidade de Parati, nomeado juiz municipal, no ano de 1876, ou quando se estabeleceu em definitivo na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1879, não era desconhecido. Araripe Júnior descreve a recepção à chegada de Sílvio Romero:

Quando, em 1880, apareceu no Rio de Janeiro o autor da História da Literatura Brasileira, a avaliar pelas antipatias que contra ele se levantavam, tanto entre moços como entre velhos homens de letras, dir-se-ia que uma cascavel, vinda dos sertões de Sergipe, tinha-se emboscado à Rua do Ouvidor e ameaçava a todo o mundo com a violência de sua mortífera peçonha.<sup>133</sup>

A sua formação intelectual dominante neste período estava baseada nos conceitos de Hippolyte Taine, Herbert Spencer e Henry Thomas Buckle. Foi com o instrumental teórico baseado neles que desenvolveu grande parte de seu pensamento no período e produziu a *História da Literatura Brasileira*.<sup>134</sup> A aproximação que o naturalismo exigia da realidade – como objeto de estudo literário e como objeto político revolucionário, seja na cientificidade ou na descoberta de novos valores – deu destaque a intelectuais como Taine que unia elementos críticos literários à factualidade da História, como campo de estudos, e à própria realidade. No seu livro *História da Literatura Inglesa* (1863) estabeleceu a ligação entre literatura e história, com foco nas causas que provocaram o surgimento de determinada manifestação cultural. Este catalisador seria o mundo subterrâneo das manifestações espirituais, formada por três fatores: “a raça, disposição inatas e hereditárias do homem; o meio, ambiente físico e

---

<sup>132</sup> Os artigos reunidos no livro *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*, publicado em 1880, reúne artigos escritos entre os anos de 1872 a 1874. Idem, p.42.

<sup>133</sup> JÚNIOR, Araripe. “Sílvio Romero Polemista”. In: *Araripe Junior – teoria, crítica e história literária*. Org. BOSI, Alfredo. Op.cit., p. 319.

<sup>134</sup> Sílvio Romero era um autodidata, devorador de livros, com leituras de sete a oito horas por dia. Estamos destacando aqui apenas três autores em que se apóia sua produção intelectual crítica neste momento, embora seja evidente outras influências, inclusive do Positivismo - combatido por ele. Dos pensadores em que se baseou para desenvolver os conceitos de raça, trataremos mais adiante.

geográfico em que vive uma raça ou povo e o momento, a obra já realizada pelas duas primeiras causas ou fatores”.<sup>135</sup>

Com Taine todo crítico tornou-se uma espécie de pensador maior e mais abrangente. A literatura representando a vida coletiva da nação era algo muito diferente da literatura como expressão do sentimento romântico que atendia aos interesses emocionais de jovens apaixonados. O estudo destas manifestações reveladoras das relações do ser humano consigo ou com a natureza física que o cerca, tornou a crítica literária um campo complexo. Para personalidades como a de Silvio Romero, com o ecletismo de sua formação cultural, os novos estudos vieram ao encontro de teorias que se propunham de entendimento global. Não é sem razão que é tido como um dos intelectuais mais eruditos e cultos daquela geração.<sup>136</sup>

---

<sup>135</sup> VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. Op.cit., p.87.

<sup>136</sup> Para ilustrar a abrangência dos estudos de Silvio Romero, transcrevemos um programa introdutório de estudo das ciências elaborado para seu aluno e discípulo Arthur Guimarães.

“I. Ciência. Noção do conhecimento. Conceito da ciência. Ciência geral e ciências particulares. Classificação das ciências.

II. Lógica. Idéia do método. Seus elementos e várias modalidades. Noções de Lógica.

III. Cosmologia. Uma ciência geral do universo: naturologia ou cosmologia. Ciências particulares em que se decompõe.

IV. Matemática. Física. As ciências matemáticas. As fisico-químicas. As biológicas. Noções de todas elas.

V. A termo-dinâmica ou monismo fisico-químico. O transformismo ou monismo biológico.

VI. Filosofia. Principais sistemas filosóficos. Estado atual da filosofia.

VII. A ciência não é a criação única da humanidade. Outras criações fundamentais.

VIII. Sociologia. Uma ciência geral da humanidade: sociologia. Ciências particulares em que se decompõe. Classificação dos fenômenos sociológicos: De Greef, Le Play, Tourville, Romero.

IX. Escolas principais da sociologia: naturalística ou mecânica, biológica, psicológica, etnográfica, histórica. Comte, Spencer, Le Play, Tourville, De Greef, Tarde, Giddings, René Worms, Durkheim, Novicow, Gumpowics, Lilienfeld, Schaffle e outros.

X. Idéias gerais de pré-história, etnografia, antropologia e lingüística.

XI. Evolução em geral. Sua aplicação à sociologia. Idéia do progresso humano. Evolucionismo de Spencer.

XII. Economia. As produções econômicas; indústrias. Sua classificação. Forças produtoras. Natureza, trabalho, capital. Troca, preço, valor, moeda.

XIII. Questões e problemas fundamentais da economia política. O socialismo. Escolas.

XIV. A arte. Idéias dirigentes da estética. Classificação das artes. Doutrinas diversas.

XV. A crítica. Sua evolução. Seus princípios fundamentais. Que posição ocupa na estética ou na lógica.

XVI. Principais escolas literárias. Lance de vista sobre a evolução literária e artística.

XVII. Como se deve escrever a história literária e artística de um povo. Métodos vários. Exemplificação com o Brasil.

XVIII. Fases diversas da literatura brasileira. Seus principais tipos representativos.

XIX. Direito. Idéia do direito. Escolas diversas. Crítica das principais.

XX. Principais institutos do direito. Explicação das questões fundamentais. Idéia da evolução dos vários institutos ou criações jurídicas.

XXI. Moral. Idéia da moral. Escolas a respeito. A moral evolucionista. O ego-altruísmo. O fundamento da moral.

XXII. A religião. Seu conceito fundamental. Mitologia comparada. Suas idéias capitais. Religiões comparadas. Escolas principais da moderna crítica religiosa.

Mesmo abrindo mão do caráter estético do objeto literário – sua principal deficiência – , ainda assim foi em busca das manifestações culturais do povo que Sílvio Romero desenvolveu importantes pesquisas sobre o folclore brasileiro. A publicação de livros e a própria coleta de versos, toadas, lendas, costumes, superstições demonstram a influência e o caráter político que o conceito de homem, meio e momento adquiriram na obra de Romero.

Na verdade, o que pretendeu Sílvio Romero foi mais do que colecionar lendas...foi alcançar o processo de formação brasileira, pela análise introspectiva das suas origens. [...] A impressão que se tem do plano de pesquisas folclóricas de Sílvio Romero é a de que ele iria desvendar o problema do mestiçamento – o mestiçamento que chamava “moral” – das populações do Brasil.<sup>137</sup>

Se o pensamento de Taine foi o instrumento teórico fundamental para Sílvio Romero<sup>138</sup>, o liberalismo de Herbert Spencer foi importante porque deu ao crítico um ideal de sociedade. A partir da publicação de *A Origem das Espécies* (1858), de Charles Darwin, as teorias científicas passaram a utilizar conceitos aplicados na biologia para outros diferentes campos de estudos, como artes, política, história. Os primeiros estudos de sociologia, que nasceram no período, também se utilizaram deste instrumental teórico para ver a sociedade como um organismo vivo, sofrendo processo de adaptação e desenvolvimento na “luta pela existência”. Esta leitura histórica que destacou a vitória das sociedades – e também dos indivíduos – mais capacitadas, chamou-se de “darwinismo social”, cujo formulador foi Herbert Spencer.

Desse seu entendimento de sobrevivência do mais apto, derivou o “liberalismo spenceriano”: uma idéia de Estado mínimo, pouco interventor, que permitisse que as “leis da natureza” se instituíssem de forma plena. Havia uma confiança inabalável,

---

XXIII. A política. Seu conceito básico. Suas relações com as criações anteriores e seu valor entre elas. Fases principais da política humana. Política antiga, política medieval, política moderna, política contemporânea. Conceitos falsíssimos dos brasileiros, em geral, em relação à política e ao Estado. A política alimentaria ou política-profissão e ganha-pão.

XXIV. A História. Filosofia da História. Sistemas principais. Apreciação dos grandes mestres só no modo escrever senão no de interpretar a História.

XXV. Idéia de Civilização. Elementos principais da civilização moderna no ocidente e no oriente.

XXVI. Fases principais da história da civilização. Estado social do mundo moderno. Os novos processos econômicos, a nova política, o novo viver das nações. O futuro provável.” In: *Presença de Sílvio Romero*. GUIMARÃES, Argeu. Op. Cit., p.40,41 e 42

<sup>137</sup> RABELO, Sílvio. *Itinerário de Sílvio Romero*. Op. Cit., p.74.

<sup>138</sup> É preciso salientar que Sílvio Romero utiliza os conceitos de Taine, mas atribui valores diferentes aos três elementos: raça, meio, momento. Por exemplo, dá mais relevância à raça do que ao meio. Voltaremos ao tema mais adiante.



otimista, na evolução social e humana a se realizar de maneira contínua no futuro. O lado mais escuro do pensamento spenceriano reside na idéia de abandono absoluto dos setores sociais que não conseguem se adaptar ao meio social. Quer dizer, o auxílio a setores mais pobres da população era visto como uma interferência artificial – portanto, anômala – que tornava a sociedade mais frágil. A explicação para que indivíduos ou sociedades não alcançassem o topo desta pirâmide natural era a de que fatores eugênicos acabavam por interferir e determinar a vitória ou o fracasso de muitos.

“O meu critério é o da filosofia evolucionista, encarnada, nas suas grandes linhas gerais, no filósofo magno Herbert Spencer”<sup>139</sup>, escreveu Sílvio Romero. Talvez Spencer tenha sido o pensador de mais influência sobre o crítico durante toda a vida. No último texto, num discurso para estudantes pouco antes da morte, Sílvio Romero iria citar seu filósofo favorito e suas doutrinas liberais.

Outro importante intelectual para Sílvio Romero, na *História da Literatura Brasileira*, foi Henry Thomas Buckle. Há um capítulo inteiro, de interpretação histórica, baseado nele (“A Filosofia da História de Buckle e o atraso do Povo Brasileiro”). São estudos que realçam os elementos do meio físico e geográfico na construção do espírito dos povos. Sua leitura de civilizações passadas, do norte da África, com atribuição de valor ao movimento dos ventos, à umidade do ar, e às estações de chuvas, impressionaram, no seu cientificismo, a leitura de Sílvio Romero sobre a realidade brasileira.<sup>140</sup>

Entre os fatores derivados da ação do meio ambiente estavam a moral e a cultura dos povos. Para citar um único exemplo: o calor era devastador para o desenvolvimento humano porque provocava degradação moral e pouca força de vontade. Esse determinismo mesológico explicaria o apego dos povos europeus por seus países – o nacionalismo tinha muito a ver com o clima frio. O próprio Sílvio Romero estabeleceu alguns limites para a leitura histórica que Buckle faz da realidade. Mas, de modo geral, acreditava nos conceitos e os utilizou com muita freqüência durante toda a vida.

---

<sup>139</sup> ROMERO, Sílvio. *Discursos*. Porto: Livraria Chardron, 1904, p.44.

<sup>140</sup> Leituras sociais derivadas da atribuição de valor ao meio físico, ao calor tropical e à formação geológica do Brasil, quer dizer, ao conceitos de Buckle, vão aparecer em Euclides da Cunha e também em Lima Barreto.

“Buckle é verdadeiro na pintura que faz de nosso atraso, não na determinação de seus fatores”.<sup>141</sup>

Esses foram alguns autores cuja influência é reconhecida – e atestadas por ele próprio. Portanto, estas foram as diretrizes intelectuais mais expressivas e determinantes nos estudos que resultaram na construção de sua *História da Literatura Brasileira*, publicado em 1888, síntese de seu pensamento social e literário e que continuaria a desenvolver.<sup>142</sup> Mas nos anos que se seguiram, a paixão política e os próprios acontecimentos históricos levaram a sua atividade intelectual e energia de vida para outros caminhos. A rigor, os anos que se seguiram tiraram o foco de Sílvio Romero da crítica para jogá-lo de maneira arrebatadora na leitura política e sociológica do Brasil.

Na vida pessoal, essa guinada ocorreu quando Sílvio Romero já estava estabelecido no Rio de Janeiro e era professor do prestigioso Colégio D. Pedro II. Mas apesar da fama intelectual, sua vida pessoal era marcada por dificuldades econômicas delicadas. Sílvio Romero foi casado três vezes, teve dezenove filhos e uma vida modesta. A constante falta de dinheiro o obrigava a freqüentar bibliotecas de amigos, com quem era afetuoso. Os biógrafos contam que no trato pessoal era o oposto do que se deduzia de sua agressiva produção discursiva.

Sílvio era grande, forte. Era principalmente ruidoso. Gostava das altas gargalhadas. Fazia um barulho imenso a propósito de tudo. Quando me acontecia dar um bom argumento, ele batia palmas, ria-se, contente. E as discussões eram acaloradas. Perdemos absolutamente a noção de mestre e discípulo. No fim, ele resumia a questão; fazia a crítica dos seus e dos meus argumentos; mostrava muitas vezes os sofismas de que lançara mão para me embaraçar. E tudo isto era feito alegremente, com muito bom humor. Esse bom humor, que chegava às vezes à inconveniência, ele o conservou até o fim da vida.<sup>143</sup>

Entretanto, os acontecimentos pós-proclamação transformaram seus estudos e também sua pessoa. Toda a energia pessoal, verve, humor e espírito crítico passou a ser

---

<sup>141</sup> ROMERO, Sílvio. “Fatores da Literatura Brasileira”. In: *História da Literatura Brasileira*; Tomo I. Rio de Janeiro: Editora Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001, p. 122.

<sup>142</sup> O corte que estamos dando aqui, neste olhar de influências de e sobre Sílvio Romero, buscando as matizes políticas da sua obra, afasta-nos de uma leitura sobre as inovações desta obra para a crítica literária. Este assunto foi abordado com competência por Antonio Candido nos três primeiros capítulos de seu *O Método Crítico de Sílvio Romero*. Faremos algumas ponderações na parte final deste capítulo.

<sup>143</sup> MEDEIROS e Albuquerque. *Quando eu era vivo... - memórias - 1867-1934*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942, p.50.

canalizada também para a atividade política. Antonio Candido resume assim a guinada na vida de Sílvio Romero. “Olhada em conjunto, esta fase final da sua vida (1888-1914) se apresenta como eminentemente social e sociológica, desde a filosofia até à ação do publicista, que então se envolve.”<sup>144</sup>

Tanto Antonio Candido, quanto Roberto Ventura e demais pesquisadores, constatarem esta mudança na produção intelectual de Sílvio Romero. Mas todos atribuem um valor periférico, acessório, no caminhar do seu pensamento. É como se suas idéias ganhassem novas conotações, alguns significados paralelos. É por isso que Antonio Candido se refere à “fase final” de Sílvio Romero como o desfecho de um percurso linear e coerente. Mas ao iniciar esta “fase final”, a que se refere Candido, Sílvio Romero não havia completado ainda quarenta anos e viveria ainda mais trinta. E o que aconteceu, a partir de então, com seu pensamento foi também o que aconteceu com sua vida.

Durante os anos recentes da República o encontraremos envolvido na redação de mensagens e manifestos “dos homens de letras do Rio de Janeiro”, “aos eleitores da província de Sergipe”; intercedeu em favor da nomeação de Felisbello Freire para o governo daquele estado, usando de sua amizade com o ministro Aristides Lobo; participou da organização do Partido Nacional Republicano; e, quando seu nome foi preterido como candidato, rompeu com o partido. De todo modo, estava sempre mergulhado em intensa atividade política, viajando freqüentemente para Sergipe e direcionando sua produção intelectual também para a atividade partidária.

Deste período encontramos obras como *Parlamentarismo e Presidencialismo na República Brasileira*, *A verdade Sobre o caso de Sergipe*, *O Vampiro de Vasa-Barris e Doutrina contra Doutrina*, no qual faz uma análise dos partidos políticos que atuavam virtualmente no país. De militares a socialistas, de monarquistas a jacobinos, e, principalmente, de positivistas – contra todos – Sílvio Romero escreveu com violência e ódio. Em todos estes textos, seja na luta política e provinciana contra o padre-governador Olímpio de Campos, seja na defesa de um republicanismo renovador, encontramos o furor e a paixão muito além do compromisso de um intelectual

---

<sup>144</sup> CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. Op. Cit., p.80.

“engajado” com as novas idéias. Araripe Júnior salienta este aspecto da personalidade de Romero:

Postas em balanço as suas preocupações literárias como crítico, historiador e etnógrafo, e as suas preocupações políticas como doutrinador de princípios democráticos e republicanos, sociólogo e militante junto aos partidos, é possível afirmar-se que Sílvio Romero se inclinou sensivelmente para as últimas.<sup>145</sup>

Em quase toda a década de noventa e até alguns anos do novo século, encontraremos Sílvio Romero criando expectativas pessoais de uma vida parlamentar que, com muitas dificuldades e até algumas humilhações, conseguiu fugazmente construir.<sup>146</sup> Correspondências enviadas ao Barão de Rio Branco pedindo que intercedesse pela indicação de seu nome junto ao Partido Republicano, assim como solicitações e súplicas a Rui Barbosa<sup>147</sup> para que lhe ajudasse na carreira política, revelam um Sílvio Romero muito diferente do crítico liberto dos conchavos e das “panelinhas” que sempre denunciou. Conseguiu seu mandato de deputado federal no período de 1900 a 1902. E nunca mais.

Durante esse período esteve prioritariamente tentando uma carreira política, no entanto, nunca deixou de ser um crítico feroz e ardente da República. Mas, quando liberto das aspirações políticas, jogou-se na leitura sociológica do Brasil. Foi seu momento mais amargo e pessimista, e quando a sociologia ganhou o plano principal de sua produção intelectual. A maior parte de sua obra, a partir de então, tratou deste viés sociológico de revisão de valores e de verdades em que acreditou até a *História da Literatura Brasileira*. Para isso, seus estudos foram impregnados de novos teóricos, de renovados valores e, principalmente, de uma visão da sociedade brasileira não mais monolítica (centrada na figura unitária do *mestiço*), mas fragmentada na distância e no estranhamento entre a elite e o povo. O Sílvio Romero das leituras abrangentes, mas sempre particulares (por autores, por obras), deu lugar ao intelectual das generalizações, mas agora tratando de forças sociais, grupos humanos, vontades coletivas, civilizações.

---

<sup>145</sup> Ibidem, p.145.

<sup>146</sup> “Tão grande é a sua obsessão em ser deputado que não hesita em restabelecer as boas relações com Olímpio Campos, o ‘vampiro do Vasa-Barris’, atacando os antigos aliados políticos”. FILHO, Evaristo de Moraes. *Medo à Utopia – o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.224.

<sup>147</sup> “Peço que me auxilie recomendando a minha causa a seus dedicados amigos da Câmara. Como sei que não é de balde que se chega a gente à sua sombra, desde já beija-lhe as mãos seu velho admirador e amigo Sílvio Romero.” Ibidem, p.222.

Foi o Sílvio Romero de *Ensaio de Sociologia e Literatura*, *Martins Pena*, *O Alemanismo no Sul do Brasil*, *Outros Estudos de Literatura Contemporânea*, *A Pátria Portuguesa*, *O Brasil Social*, *Da crítica e sua exata definição*, *O Brasil da Primeira Década*, *A Bancarrota do regime republicano no Brasil*. Em todas essas obras – e em outras mais – o caráter de leitura sociológica do país ganhou relevo absoluto e é, de fato, seu primeiro objetivo na maioria das vezes. Por exemplo: o texto em que se propôs a analisar o teatro de Martins Pena acabou por se tornar revisionista de alguns de seus conceitos e onde o pessimismo começou a ser claramente expresso.

Suas preocupações políticas vão além da dedicação a outros campos de estudo e de conhecimento intelectual. Podemos, sim, falar de fases na obra de Sílvio Romero – mas tendo como norte seus interesses políticos. Na primeira, que tem como ápice a publicação da *História da Literatura Brasileira*, em 1888, vamos encontrar um republicano otimista direcionando sua produção intelectual em favor do fim do regime monárquico. No segundo momento, vamos encontrar o intelectual desiludido, mergulhado numa revisão de sua própria obra, retirando-lhe qualquer unidade e atribuindo a si mesmo erros na leitura que fizera do Brasil. O pessimismo com que revisita os temas nacionais têm origens na desilusão com o regime republicano – como pretendemos demonstrar mais adiante.

A última fala pública de Sílvio Romero aconteceu no final de 1913, como paraninfo dos bacharéis da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Rio de Janeiro. O texto foi lido somente em parte, porque se sentia cansado e percebia a ansiedade da jovem platéia para o começo do baile. Passou vários anos lutando contra a arteriosclerose, tentando tratamentos e acreditando nos avanços científicos para a cura da doença. Morreu em casa, em Icarai, no Rio de Janeiro em 18 de julho de 1914.

## **2.2 O SONHO DE LIBERAL REPUBLICANO**

O momento vivido pela cidade de Recife tornou-se ardente no final dos anos 60 quando a propaganda republicana se intensificou e a juventude estudantil da Faculdade de Direito tomou conhecimento das novas idéias que provocavam ou explicavam as transformações vividas pelos países europeus. Eram os ventos da revolução burguesa,

da hegemonia do sistema capitalista e da segunda revolução industrial. Mas estas mudanças eram atribuídas à força geradora de todas as transformações: a ciência. Era a ciência que se apresentava como responsável pelos avanços materiais e a única a possuir explicações para os fenômenos naturais, sociais, culturais e econômicos das grandes nações. O cientificismo fornecia o instrumental teórico para que a sociedade alcançasse o caminho evolutivo do desenvolvimento econômico infundável. Era preciso, portanto, estudar a nação brasileira através do olhar científico, tomar as atitudes saneadoras e aguardar as conseqüências benéficas que inevitavelmente a levariam ao futuro promissor. A ciência, portanto, era a força revolucionária das grandes transformações.<sup>148</sup>

Um grupo de jovens nordestinos – principalmente de Sergipe e do Ceará – envolveu-se com estas doutrinas científicas de forma absoluta. À frente deles estava Tobias Barreto de Meneses – um mulato, do quarto ano do Direito e um pouco mais velho que os demais – que sacudia a cidade com sua verve, cultura desconcertante e uma oratória ilustrativa (“a religião são as hemorróidas da alma”) que punha as pessoas a admirá-lo. Era também poeta e neste campo seu parceiro era o jovem baiano Castro Alves, também estudante de Direito, também republicano e apaixonado pelas novas idéias. Do grupo fazia parte Sílvio Romero, Artur Orlando, Clóvis Bevilacqua, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, Martins Júnior, Urbano Santos, Abelardo Lobo, Vitoriano Palhares, José Higino, Araripe Júnior.

Sílvio Romero chamou o grupo de “escola do Recife” e atribuiu a Tobias Barreto a liderança incontestável na divulgação das novas doutrinas, base das teorias que seriam desenvolvidos dali em diante nos estudos brasileiros. A forte influência de

---

<sup>148</sup> Toda vez que olhamos para o passado, certa superioridade nos invade e tendemos a ver aquelas personagens como ingênuos, inocentes e/ou equivocados. Por isso é importante observar que o cientificismo que invadia suas vidas e suas formas de pensar não nascia de um equívoco ou de uma ilusão. Ele era real e tinha bases sólidas no cotidiano intelectual do período. Nas últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX, as novidades científicas chegavam diariamente e foram apresentadas para uma única geração. Nós que vivemos a revolução da informática já falamos em mundo da arte-web, em ciberespaço e estamos formulando uma psicologia que contemple as relações web-pessoais e uma filosofia da relação homem-máquina.

Então, que tal olhar ao que viveu, em termos de inovações científicas, aquela geração: a eletricidade doméstica, o automóvel, o telefone, a vacina, o cinema, o rádio, a definição de matéria, os refrigeradores, o fonógrafo, o avião, a radioatividade, a anestesia moderna, o fordismo, o Raio X. Isso tudo no espaço de dez anos.

Mas as conseqüências do avanço científico não paravam por aí. Tornaram-se bandeiras de luta nos campos sociais e políticos. Os descobrimentos científicos eram realizações da plebe, não dos nobres. Eram os homens com mais inteligência (os mais capazes) que outros (menos adaptados) quem realizavam os grandes avanços. Daí o cientificismo estar associado aos ideais republicanos, aos direitos civis, à cidadania, ao fim da escravidão; ao voto feminino, ao direito de organização sindical, ao fim do poder hereditário, a separação da Igreja do Estado; as obrigações do Estado para com saúde, educação.

autores alemães – em contraposição ao francesismo já tradicional no pensamento brasileiro – encaminhou os estudos em busca de mais rigor científico, pragmatismo sociológico, e menos reflexões conceituais de caráter especulativo. Foi assim que “um bando de idéias novas” chegou ao Brasil, nas palavras de Sílvio Romero, e que tão bem expressam a quantidade e a desorganização com que foram difundidas – era um bando!

O conjunto teórico que caracterizou o pensamento da “escola do Recife” foi a utilização do instrumental racionalista europeu para apregoar a vitória da cientificidade sobre todos os estudos e paixões humanas. Cientificidade era o império da ciência na intermediação e entendimento da realidade social, política, cultural. Do positivismo de Augusto Comte ao liberalismo de Herbert Spencer, o eixo central do novo pensamento estava na crença que só os instrumentos científicos da racionalidade poderiam fornecer o entendimento pleno da realidade. E essa, por sua vez, deveria ser submetida à vontade humana, dobrada e civilizada, porque em sua forma bruta representava um tempo selvagem de descontrole e de atraso.<sup>149</sup>

Estamos diante, portanto, de um tempo de mudanças e também uma mudança de tempos. Os paradigmas teóricos daí em diante serão outros e Sílvio Romero escreveu sobre aquele momento:

Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora.....De repente, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez....A Guerra do Paraguai...a questão dos cativos se agita e logo após a questão religiosa; tudo se põe em discussão....Nas regiões do pensamento teórico, o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte... Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no

---

<sup>149</sup> É importante observar que a idéia do homem “ordenando” a natureza selvagem - ou a “ética do melhoramento” - já estava estabelecida na Europa há mais de cem anos. Daniel Defoe, seu grande divulgador, já havia demonstrado a capacidade do “homem superior” de se impor ao “meio selvagem” através do conhecimento, através da razão. Raymond Williams trata desse tema em *O Campo e a Cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola do Recife.  
150

Dentro do novo discurso estava a intenção de desvendar a realidade, utilizando-se de um instrumental científico moderno. A busca pela realidade “verdadeira”, na Europa e também no Brasil, resultou no debate sobre o homem – a identificação do habitante – e sobre o meio físico – seu espaço geopolítico. Em outras palavras, num debate sobre a realidade e a especulação política e intelectual sobre a nacionalidade. Definir a nação era tarefa política e também tarefa intelectual. O realismo foi a estratégia de leitura que teve como objetivo o encontro da nacionalidade. É desta perspectiva que vamos compreender a atribuição de valor ao elemento local, a representação dos costumes, a reprodução literária fiel ao retrato vivido pelas pessoas de determinada nacionalidade. A nação, portanto, é o elemento a ser representado nesta nova escrita que se compromete com determinado “povo” de determinado “lugar”.

A experiência européia resultou em textos literários marcados por elementos nacionais. Honoré de Balzac, os irmãos Grimm, Robert Stevenson determinaram, de fato, o caráter nacional de suas escritas a partir de elementos da realidade: seja na representação de uma pequena burguesia, nos contos populares infantis, ou na fixação apaixonada pela ciência. Em todos eles, o caráter nacional está presente nas descrições dos personagens e nas relações que estabelecem. Há uma afirmação clara de nacionalismo na produção literária porque esse foi o tema presente para a Europa (de 1835-1880), que viveu as guerras e as revoltas nacionalistas de alemães, italianos, irlandeses, sérvios e tantos outros.

Desde os primeiros escritos (de Sílvio Romero), é evidente que não lhe basta uma crítica puramente literária. Quer, segundo os modelos cientificistas de seus mestres europeus, descer à análise dos fatores condicionantes – meio, raça, evolução social, tradições – quer atingir setores da vida coletiva – política, ensino. Passa pela filosofia, pela etnologia, pela sociologia. É bem um homem de seu tempo, embriagado pela revelação de tantas disciplinas novas, que pareciam trazer a chave do conhecimento.<sup>151</sup>

---

<sup>150</sup> ROMERO, Sílvio. “O Brasil Social de Euclides da Cunha”; In: *Realidades e Ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Petrópolis: Editora Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979, p. 153.

<sup>151</sup> CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. Op. Cit., p. 96.



As palavras de Antonio Candido dão a dimensão e a abrangência com que a crítica realista (ou naturalista) pretendeu tratar os estudos literários, englobando os tempos sociais e políticos da nação. Este instrumental crítico chegou ao Brasil carregado de um entendimento científico da realidade que tinha como objetivo a definição do caráter nacional: seja nos aspectos referentes ao povo, seja com relação ao meio e suas representações culturais. Isso se tornou inovador porque Sílvio Romero teve que provar a existência do personagem nacional – o mestiço – que dizia existir, e encontrar a expressão de sua forma cultural única. Essa era a prova incontestável de que havia uma nação, porque nela habitava um povo geneticamente homogêneo e com expressão cultural própria. Até aquele momento, a nação era representada pelo indianismo e a literatura nacional contava sua saga épica e romântica. Sílvio Romero foi atrás do nacional rastreando a figura do mestiço e tratando de atribuir a sua representação como a mais genuína do povo brasileiro. E acabou por colocar a crítica literária e os estudos sobre o Brasil em outro enquadramento intelectual.

O “bando de novas idéias” levou o jovem Sílvio Romero ao seguinte entendimento: o Brasil vive uma situação de atraso porque os instrumentos gerenciais – sejam políticos ou econômicos ou culturais – não são científicos, não são racionais e obedecem a uma ordem clerical e monárquica que não permite sua “evolução” natural. Um rei, um ordenamento católico e uma cultura romântica só poderia derivar no país atrasado que resultou. Essas “anomalias” institucionais eram os fatores que impediam o “progresso”, dentro da “ordem” normal da evolução. Era preciso enquadrar o país numa releitura baseada no conhecimento científico e, através dele, descobrir a verdadeira nação brasileira. Antonio Candido escreve: “Se já houve projeto ambicioso no Brasil, poucos terão sido mais que o desse estudante sergipano, embriagado pela divulgação da ciência européia”.<sup>152</sup>

Os primeiros textos de Sílvio Romero deram relevo ao alvo escolhido: o romantismo.<sup>153</sup> Atacar o romantismo era atacar o conceito de nação que o *status quo* monárquico havia construído. Ao mesmo tempo era descobrir elementos nacionais que justificassem o Brasil como uma unidade nacional. Com isso, Sílvio Romero colocava

---

<sup>152</sup> Ibidem, p.42.

<sup>153</sup> É interessante observar que dos primeiros textos de juventude até os últimos da maturidade, vamos encontrar sempre sua lógica expositiva: um contraponto entre a tese que defende e aquilo que julga o oposto do defendido. Esse oposto serve para afirmar a sua verdade e é alvo constante de suas mais ácidas críticas.

os temores políticos de que o país se esfacelaria, numa eventual mudança de regime – como era senso comum na época –, dentro de outra perspectiva de compreensão. O sistema monárquico, por exemplo, era uma destas anomalias irracionais que provocavam o atraso. Junto com ela, o conceito indianista que de modo algum significava a nação, mas a raça condenada à extinção. Desta perspectiva, de fato, o país corria todo tipo de riscos e as razões eram seu próprio desconhecimento e equívocos.<sup>154</sup>

Desde os meados e fins da Idade Média outra não tem sido a marcha o ritmo do movimento nacional na Europa. Sempre a força biológica da história, isto é, a ação étnica, representada pelo sangue e pela língua, foi-se tornando o centro de atração constituidor dos grandes focos nacionais. Assim foi por toda a parte. Os antigos reinos e estados ibéricos se transformaram na Espanha, os antigos condados e reinos que ocupavam o velho solo da Gália produziram a França; a antiga heptarquia anglo-saxônica produziu a Inglaterra, as províncias unidas produziram a Holanda. Esta força de integração étnica foi sempre produzindo a sua ação, dissolvendo uns estados e fundando outros. No século XIX deram-se três exemplos iniludíveis do fato: a unidade dos povos alemães, a unidade da Itália, a quase completa desagregação da Turquia. Ali é a unidade de raça a força atrativa; aqui é ainda o fator étnico que agremia as populações eslavas e as habilita a sacudirem o jugo turco. São as lições da história.<sup>155</sup>

A obra de Sílvio Romero<sup>156</sup>, neste momento, se propôs a apresentar o Brasil aos brasileiros. Foi neste período que se concentraram seus mais relevantes estudos literários, quando foi mais forte o ataque ao romantismo e a afirmação científica de nacionalidade com a definição do “meio”, da “raça” e da “cultura popular”. Neste sentido, sua crítica literária determinista acabou por direcioná-lo a estudos sociológicos da formação do povo brasileiro até então inéditos no Brasil.

O pensamento crítico de Sílvio Romero se apresenta como parte duma interpretação social e como arma de interferência na vida

---

<sup>154</sup> A questão do “ser nacional”, desenvolvida por Sílvio Romero, não era de todo inédita, mas ganhou dimensão a partir de seus estudos. Trabalhos do contemporâneo Capistrano de Abreu e do jovem Manuel Bonfim entram no espaço criado pela obra de Romero. E é fato também que quem o havia iniciado foi Tobias Barreto quando decretou que tínhamos um estado, mas não uma nação. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão – tensões sociais e criação cultural na primeira república*. Op. Cit., p. 103.

<sup>155</sup> ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*; Tomo I. Op. Cit., p.47.

<sup>156</sup> Para Antonio Candido a obra de Sílvio Romero divide-se em três fases: 1870-1880, fase inicial, fase de sua formação, mas que contém a gene de toda sua obra; 1880-1888, fase maior de sua crítica literária que culmina com a publicação da História da Literatura Brasileira; e terceira fase, 1888-1914, quando sua atenção já está na política e nos estudos sociais. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. Op. Cit., p.37.

e na cultura. Só o podemos avaliar, pois, se levarmos em conta a sua relação com o momento em que viçou.<sup>157</sup>

Antonio Candido destaca o contexto da obra porque, de fato, é determinante para seu entendimento. A valorização étnica e cultural do negro (em meio à campanha abolicionista); a contestação do sistema de governo monárquico (em meio à campanha republicana); avaliação do quadro social brasileiro das últimas décadas; o programa de imigração; a constituição da nacionalidade; as conseqüências do determinismo étnico e mesológicos e uma consistente reconstituição de atividades intelectuais – literárias e culturais, seja poesia ou ensaio, romance ou folclore, publicismo ou jornalismo – genuinamente brasileira. Tudo isso constituiu a importância da *História da Literatura Brasileira* que, além de redefinir o caráter nacional, atribuiu à atividade literária uma dimensão absoluta e inovadora. “O grande defeito de certa espécie de crítica, muito comum entre nós, é nunca fazer estudos de conjunto...É sempre uma coisa fragmentada, um punhado de destroços impossíveis de ligar pela imaginação”.<sup>158</sup>

Na busca da interpretação social que justificasse a experiência de uma literatura essencialmente nacional e, portanto, expressão cultural e prova inquestionável da existência de um povo homogêneo e harmônico, Sílvio Romero encontrou o mestiço – uma raça resultante da mistura de índios, negros e portugueses. Essa definição racial do povo brasileiro (“a força biológica da história”) é apresentada como “fato” étnico, habitante do território nacional. “A unidade nacional é garantida, a meu ver, pelos agentes morais e pela energia étnica”.<sup>159</sup> A existência do “homem brasileiro” resolvia todos os problemas: tínhamos um habitante único na imensidão territorial, tínhamos, portanto, um sangue igual que gerava uma só manifestação cultural que estava na base do folclore popular. De certa forma, Sílvio Romero simplesmente substituiu a mítica do índio, pela mítica do mestiço.

A preocupação com a definição racial do povo brasileiro fazia parte do projeto que tentava corrigir, para Sílvio Romero, o erro histórico da construção discursiva do romantismo e, portanto, da própria definição do “caráter nacional”. Ao nos separarmos do português, na busca da representação nacional, caímos na figura do índio,

---

<sup>157</sup> Ibidem, p.15.

<sup>158</sup> ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1992, p.42.

<sup>159</sup> ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 4º Volume. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980, p.1138.

conduzidos pela representação simbólica do romantismo. Isso teria nos levado ao segundo impasse: como a realidade brasileira não era nem portuguesa, nem africana e nem indígena, continuamos a não termos uma representação cultural/literária que construísse a nação a partir da verdade de seu povo. Daí todo seu interesse nas pesquisas de cultura e de folclore popular, a descoberta da figura do “mestiço” e a tentativa de dar unidade genética ao povo brasileiro. E essa unidade havia sido resultado da miscigenação racial, uma fusão de raças.

O índio do romantismo era o problema. Além de representar o objeto e não o sujeito do saber científico, que era visto no século XIX como indolente e omissivo, teve sua mítica construída num passado glorioso na visão do romantismo. Por esse lado, também o mestiço não podia falar do presente. Os mesmos estudos raciais em que se apoiava Romero, tanto serviam para definir a existência de um único povo formando a nação, como para hierarquizar a espécie humana e explicar a colonização de umas nações sobre outras. Internamente, o discurso afirmava que a essência da nação era a unidade racial de seu povo e não a existência da nobreza. Daí o discurso e os estudos voltados ao povo, à criação da “unidade de raça” contida no povo de cada nação e, claro, em favor da república. Mas a visão eurocentrista e colonialista de exploração da África, da Ásia e da América Latina também se servia dos mesmos argumentos para explicar a superioridade da raça branca sobre as demais.<sup>160</sup>

Ao adotar a raça – ou o mestiçamento – como um dos fatores determinante da nacionalidade, Sílvio Romero teve que aceitar o pacote doutrinário inteiro. A partir desses “princípios científicos”, o desenvolvimento da nação se tornaria possível somente com uma população majoritariamente branca. A contradição estava posta: a raça define uma nação, mas é a raça branca quem lhe garante o desenvolvimento. Assim, teve que prometer para o futuro, quando o “branqueamento” da população ocorresse, o encontro da nação com seu destino de prosperidade. João Hernesto Weber chama a atenção para o fato desta “armadilha” ser uma constante no pensamento brasileiro:

---

<sup>160</sup> A influência do diplomata e intelectual francês conde de Gobineau nos estudos de exaltação do branco foi evidente. O fato de ter vivido no Brasil, deu-lhe ainda maior autoridade do que na própria Europa. Gobineau escreveu “Ensaio sobre a desigualdade nas raças humanas” (1854). Morou no Rio de Janeiro em 1869-70, como representante do governo francês. Em suas correspondências revelava o verdadeiro horror à população brasileira, que chama de “multidão de macacos”. Citado por Roberto Ventura. *Estilo Tropical – história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. Op. Cit., p.31.

Essa é, digamos, a grande contradição que mina o texto de Sílvio Romero, contradição a alimentar, na verdade, o modo de produção das idéias no Brasil: buscar, sempre, a última novidade européia para, com ela, reler o país. Do confronto entre a novidade e a realidade resultava, no mais das vezes, um vago sentimento de inferioridade que, para se superar, apostava no futuro, quando, quem sabe, um novo paradigma pudesse vir a dar conta, satisfatória e positivamente, da ‘nação’.<sup>161</sup>

De fato, esse era o impasse de Sílvio Romero. Se por um lado havia encontrado a unidade racial no habitante do Brasil – como exigiam os estudos científicos (e “as lições da história”) para reconhecimento da existência de uma nação – por outro lado, esta unidade racial estava na figura do mulato.<sup>162</sup> Os estudos científicos apontavam o branco como ápice da cadeia de desenvolvimento humano. Na ordem evolutiva das raças (pois na época éramos tantas quanto cores de pele existissem), o branco era o mais capacitado, o mais adaptado e o mestiço era pernicioso para a sobrevivência da espécie. A solução encontrada por Romero foi defender a imigração européia para promover o “branqueamento” do povo num futuro não muito distante.<sup>163</sup> Portanto, assim como o índio, também o mulato não tinha um presente. Mas ao contrário do índio, no discurso de Sílvio Romero, o mulato tinha futuro, mas também desapareceria.<sup>164</sup>

(...) minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir, ao branco: mas que este, para essa mesma vitória, atentas as agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que de útil as outras raças lhe podem fornecer, máxime a preta, com que tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo.<sup>165</sup>

---

<sup>161</sup> WEBER, João Hernesto. *A Nação e o Paraíso – a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p. 79.

<sup>162</sup> O próprio Sílvio Romero escreveu não “constituiremos uma nação de mulatos”. Este seria um estado inicial porque o branco europeu iria influir na constituição racial do povo. ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*; Tomo I. Op. Cit., p. 132.

<sup>163</sup> A homogeneidade racial defendida por Sílvio Romero impregnou todos seus estudos e interferências políticas. Sua crítica mais aguda a Euclides da Cunha estava na diferenciação que o autor de *Os Sertões* fez entre o mestiço do interior e do litoral. Também tem origem aí sua discordância total a concentração de imigrantes alemães e italianos nas províncias do sul do Brasil – queria a distribuição homogênea dessas populações por todo o território nacional.

<sup>164</sup> “A identificação dos letrados com os valores metropolitanos levou à relação etnocêntrica com as culturas indígenas, africanas e mestiças, percebidas pela mediação do discurso europeu. A valorização da mestiçagem e a ideologia do branqueamento foram contribuições originais que atenuaram, ainda que parcialmente, o racismo científico então dominante”. Citado por VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical – história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. Op. Cit., p.60.

<sup>165</sup> ROMERO, Sílvio. *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*. Citado por Evaristo de Moraes Filho. *Medo à Utopia – o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Op. Cit., p.263.

No encargo de construir a nação brasileira, Sílvio Romero foi enfrentando intelectualmente todas as tarefas, mesmo que isso significasse estudos distantes da literatura. Na busca da afirmação deste “mulato brasileiro”, saiu à procura de um passado que assegurasse uma “certa tradição” de unidade, enquanto povo da mesma nação. Neste andar reconheceu a importância cultural do negro e a existência do mestiçamento, se não físico, inevitavelmente moral e intelectual de toda a população brasileira. “O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional. Nossa psicologia popular é um produto desse estado inicial.”<sup>166</sup>

Localizado o personagem fundador na nação brasileira, Sílvio Romero parte para a sua realização positiva, dentro da história do país, alinhando-o na perspectiva política que lhe interessava:

Ora, os dois maiores fatores de igualização entre os homens são a democracia e o mestiçamento. (...) Em um povo destarte argamassado, os mestiços de todas as gradações e matizes estão em maioria e nos governos democráticos a maioria dita a lei. Todos os grandes fatos de nossa história são outras tantas vitórias das populações brasileiras nova, mestiçadas de sangue e de sentimento e intuições.<sup>167</sup>

E como ocorria nas lutas pela criação dos estados nacionais europeus, também Sílvio Romero buscou a “verdadeira” cultura popular, prova legitimadora do autêntico e único espírito nacional.<sup>168</sup>. Seus estudos sobre o folclore tentaram provar essa singularidade, cuja existência nos tempos passados seria o argumento definitivo da unicidade da nação. E assim encontramos Sílvio Romero juntando quadrinhas e versos para demonstrar que ali estava o nascedouro da forma de viver que caracterizava, mais do que qualquer monarquia, a existência do Brasil e do povo brasileiro. A tradição cultural expressa na poesia de Gregório de Mattos Guerra, por exemplo, alavancava a

---

<sup>166</sup> ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*; Tomo I. Op. Cit., p.119.

<sup>167</sup> ROMERO, Sílvio. *Introdução a Doutrina contra Doutrina*. Org. Alberto Venâncio Torres. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.72-75. Obs: a palavra democracia era usada por Sílvio Romero como sinônimo de Republicanismo. Assim também como intuição, é equivalente a idéias.

<sup>168</sup> A atribuição de valor a plebe, na passagem dos sistemas de governo da Europa do século XVIII e XIX, ocorreu no momento de criação do estado-nação. O povo passou a ser o depositário de “um passado” de autenticidade que dava unidade e coesão àquela nação. Na medida em que os reinados decaíam e as famílias reais desapareciam, dava-se a ascensão do republicanismo e a mística do povo aumentava, tornava-se ele a própria nação. Enfim, a valorização do povo foi uma construção política que descentralizou o poder e legitimou as novas nações. HOBBSAWM, Eric; RANGEL, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

defesa inquestionável da cultura própria que tinha como origem o tipo brasileiro genuíno. “No dia em que o primeiro mestiço cantou a primeira quadrinha popular nos eitos dos engenhos, neste dia começou a originar-se a literatura brasileira”.<sup>169</sup>

Há em toda a obra de Sílvio Romero, deste momento, o esforço em provar a viabilidade do Brasil. “...as populações genuinamente brasileira, resultantes das três correntes que confluíram, das três almas que se fusionaram. A República foi uma vitória dessas populações novas...Ela representa a maioria e tem assim um esteio etnográfico.”<sup>170</sup> Ele concentra suas pesquisas na tentativa de demonstrar unidades harmônicas. Foi assim que viabilizou o mulato brasileiro e, também deste modo, encontrou a cultura “verdadeira” do povo. Demonstrar a existência de um país possível foi seu objetivo neste período pré-proclamação. Passando por cima de fissuras já visíveis nas ruas das grandes cidades, onde a convivência do imigrante branco e anarquista esbarrava no negro alforriado e analfabeto; onde a inexistência de uma classe operária mantinha ainda aviltante a forma de trabalho; onde a estrutura agrária era ainda escravocrata; onde os contrastes regionais e culturais eram gigantescos, Sílvio Romero construiu um discurso sócio-cultural harmonizando as diferenças e, de fato, dando unidade a um todo tão diversificado.

Em países como o Brasil, onde o Estado nasceu antes que um sentimento de nacionalidade preponderasse, os intelectuais, escritores e artistas foram essenciais na produção de um imaginário nacional, produção na qual Sílvio Romero se engajou profundamente. O autor se empenhou em narrar cientificamente o Brasil e, a partir desse a priori, discorreu sobre a história, a literatura, a cultura popular, as três raças fundadoras, a mestiçagem, a imigração européia e os ideais políticos. Imbuído de um compromisso vigorosamente nacionalista, Sílvio Romero cunhou o que poderíamos chamar de uma teoria do Brasil.<sup>171</sup>

Esta “teoria do Brasil”, constatada por Alberto Schneider, tornou-se também a prova científica da existência de um país além e acima dos sistemas de governo. Neste sentido é que seus estudos se integravam nas lutas políticas em favor da república. Ao atribuir a “unidade de raça a força atrativa” na formação das nações, o sistema de governo monárquico – que até então se arvorava como o mantenedor da unidade

---

<sup>169</sup> ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*; Tomo I. Op. Cit., p.183.

<sup>170</sup> ROMERO, Sílvio. *Introdução a Doutrina contra Doutrina*. Org. Alberto Venâncio Torres. Op. Cit., p.76.

<sup>171</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Sílvio Romero – Hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Annablume Editora, 2005, p.15.

nacional – deixava de ser sinônimo de coesão. Essa unidade nacional vinha da unidade racial do povo brasileiro.

Profetizando essa verdade, já havia dito, há sessenta anos, o marquês de Maricá, em forma irônica e atacante, é certo: ‘Nosso primeiro imperador foi deposto porque não era nato; o segundo há de sê-lo porque não é mulato’. O velho marquês tinha razão: não há mais lugar na América para o sangue azul da realeza...<sup>172</sup>

O otimismo nacionalista desta geração foi se abrigar na obra de Sílvio Romero porque ali a ciência parecia garantir – mais do que isso, parecia assegurar – um futuro político e racial para o Brasil. A obra toda, desta primeira fase, está impregnada do “espírito civilizador” e de uma empolgante novidade. Sílvio Romero demonstra e prova em sua *História da Literatura Brasileira* a existência da literatura, da poesia, do jornalismo, do romance, enfim de uma produção cultural desvinculada do pensamento português. Demonstra também que essa produção é reflexo e expressão cultural de uma raça única, mestiça no seu padrão genético e formadora do povo brasileiro. Em toda a *História da Literatura Brasileira*, apesar dos ataques ao romantismo indianista que constituiu o fator nacional até aquele momento, perpassa a noção de porvir que impregna a obra com seu caráter otimista. Há ali a descoberta de um povo, depositário legítimo da cultura popular, que conduz o pensamento do autor ao conceito de nacional impregnado – por mais irônico que possa parecer – de romantismo. “O povo brasileiro, como hoje se nos apresenta, se não constituiu uma raça compacta e distinta, tem elementos para acentuar-se com força e tomar um ascendente original nos tempos futuros.”<sup>173</sup>

Assim, os estudos literários, as pesquisas de antropologia, sociologia e folclore, que desenvolveu na busca desta *teoria do Brasil*, integraram-se naturalmente ao projeto político de sua geração. Projeto político/intelectual, hoje plenamente identificado: burguês e modernizador, científico e urbano. E mais do que isso: projeto carregado por uma geração não menos reconhecida na história recente brasileira: “a geração de 1870”. Neste sentido, tanto a “escola do Recife”, como o próprio Sílvio Romero, fazem parte

---

<sup>172</sup> ROMERO, Sílvio. *Introdução a Doutrina contra Doutrina*. Org. Alberto Venâncio Torres. Op. Cit., p.76.

<sup>173</sup> ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*; Tomo I. Op. Cit., p.110.



“desta revolta político-intelectual coletiva. Trata-se de um movimento de contestação à ordem imperial e de demanda por reformas estruturais”.<sup>174</sup>

Esta trajetória de estudos e de otimismo de Sílvio Romero, que estamos tentando demonstrar, nos tempos que antecedem a Proclamação da República, estava integrada ao sonho coletivo da juventude intelectual da época. A própria designação “geração de 70” revela a indefinição, a dúvida na caracterização de um determinado tempo de atividade intelectual ou movimento de atividade política. Mas o fato é que houve uma explosão de idéias e de obras, de vida política e de rebeldia, mas nunca de maneira harmônica ou coordenada. Porque eram grupos independentes, mas com forte produção intelectual e atividade política que, em muitos lugares e momentos, tornaram-se a voz das novas elites agrárias do interior do país. Ao mesmo tempo, também foram representantes de setores incipientes da vida urbana. De todas as maneiras, a década de 1870 tornou-se o momento da vida nacional quando, pela primeira vez, a produção crítica intelectual, em volume e densidade, foi capaz de impor uma pauta de discussão nacional. E nos tempos que se seguiram, o país nunca mais seria o mesmo.

O movimento crítico do Recife, que floresceu desde 1868 ou 1869, ...foi a primeira manifestação orgânica e flagrante do processo de aburguesamento refletindo-se nas esferas mentais. Foi a primeira expressão coerente, no campo literário e filosófico, de uma ideologia burguesa no Brasil. O processo de aburguesamento...dera origem, apenas no século XIX, a uma classe urbana de comerciantes, funcionários, bacharéis, em parte mestiços e filhos de portugueses, que se antepunha ao patriciado decadente, ansiosa por recolher-lhe a herança. Não que o grande domínio rural estivesse para desaparecer, e a República importasse em vitória exclusiva da burguesia urbana. O processo que se desenvolve é o da união desta com a nova potência agrária, o fazendeiro de café, substituto na hegemonia econômica do plantador de cana e levado, pela própria natureza da sua lavoura, a tornar-se partidário da mão-de-obra livre e da descentralização política.<sup>175</sup>

Se o momento intelectual da “escola do Recife” teve a primazia, como assegura Antonio Candido, na divulgação das novas idéias, não significa que outras províncias estivessem vivendo a vida cultural da Corte. Pelo contrário. A juventude gaúcha e paulista, que tinha sua formação na Faculdade de Direito de São Paulo, também

---

<sup>174</sup> ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento – a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Op. Cit., p.45.

<sup>175</sup> CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. Op. Cit., p.116.

mergulhava no cientificismo com a responsabilidade de adequá-lo para carregar as antigas bandeiras federalistas e republicanas de suas províncias. As forças econômicas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, e sua jovem elite intelectual, estiveram juntas na luta e na propaganda que antecedeu a proclamação. E os acontecimentos que se seguiram ao 15 de novembro, com a divisão do movimento e a desilusão de intelectuais como Sílvio Romero (como veremos adiante), deixam dúvidas sobre a natureza distinta do fazendeiro de café e do plantador de cana, de que fala Antonio Candido.

Mas o fato era que, até ali, o tempo era de propaganda e de otimismo pelas novas idéias. Os jornais abolicionistas e republicanos proliferaram a partir da metade da década (como vimos no capítulo um). Jornais como *A República*, do Clube Republicano Acadêmico, demonstram bem a aliança entre gaúchos e paulistas: era dirigido por Júlio de Castilhos e reunia Assis Brasil, Borges de Medeiros e o paulista Alberto Sales. Já Sílvio Romero tinha participação no jornal estudantil paulista *A Luta*, onde escreviam políticos já tradicionais como Campos Sales e Prudente de Moraes. Um exemplo do jornalismo e da propaganda que realizavam e do que eles chamavam orgulhosamente de “política científica”:

(O jornal) *A Luta* tinha uma linha científica de ataque ao Império e de defesa do republicanismo. Seus artigos obedecem a um verdadeiro padrão: apresentam um assunto de debate político do dia; vasculham nas obras de Comte, Spencer, Renan, Darwin, Haeckel, Moleschott, Pichard, Le Bon, Strauss, Stuart Mill, Lewes, Laffitte e Buckle – para mencionar os mais citados –, os princípios científicos gerais aplicáveis ao problema; em seguida enquadram a questão e concluem apresentando uma solução ‘oportuna’. Uma seção literária exibia não as obras românticas, mas romances naturalistas. Havia traduções como a de *Naturalismo em Literatura*, de Zola, por Sílvio Romero.<sup>176</sup>

Nesta reconstrução do ideal republicano de Sílvio Romero, estamos tentando demonstrar que, para ele e sua geração, atividade política e atividade intelectual eram a mesma coisa. Os elementos que balizaram suas pesquisas para a *História da Literatura Brasileira* serviam também para integrá-lo na propaganda republicana e formar sua visão de mundo. A curiosidade intelectual era motivada pela ação política e esta só prosperava para quem tivesse realizado alguma obra artística ou intelectual.

---

<sup>176</sup> ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento – a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Op. Cit., p. 147.

O entrelaçamento entre vida política e intelectual era tão forte, que era quase impossível ascender ao parlamento sem ter escrito antes uns poemas. As faculdades de direito davam sobretudo o treino retórico e a erudição em história e literatura.<sup>177</sup>

A esperança com que conduzia suas lutas políticas é perceptível no otimismo como construiu sua grande obra do período. As críticas, apesar da violência, têm como alvo o *status quo* monárquico na representação do romantismo nacional. Desta forma, sua decepção política com o regime republicano – que provocou as revisões e contradições que pretendemos demonstrar – não chega a se transformar num momento único na obra de Romero na medida em que também produziu, na fase da propaganda, mirando sempre a atuação política e colocando sua produção intelectual em favor de “uma causa.”

Na introdução de sua principal obra de crítica literária, Sílvio Romero vai escrever quinze páginas de texto onde, se imagina, irá apresentar aquele novo e relevante trabalho. Pois bem: dez páginas são sobre a abolição da escravatura e a forma de governo republicano que está no porvir. Fala muito do fim da escravatura. Depois inicia uma discussão sobre a forma de governo republicano: se o federalista ou o centralista. Debate e argumenta que é preciso manter o equilíbrio (“...é bom adiar as paixões e dar entrada à imparcialidade”<sup>178</sup>) e se apresenta como um cientista estudando um campo específico da realidade: o Brasil. Quer um governo centralizador, mas não intervencionista. Depois advoga a idéia de que quem tem condição de usar uma pena deve utilizá-la para ajudar a guiar o povo e discute educação, migração, reforma agrária e latifúndio. Dedicar somente duas páginas para falar de seu trabalho intelectual passado. E nada diz sobre a grande obra que estava ali para ser apresentada.

Pois essa introdução pertence ao livro fundador da crítica literária moderna brasileira: *História da Literatura Brasileira*. Podemos pensar que Sílvio Romero está tão envolto na atmosfera política da época que seu olhar, ao terminar o livro – em 19 de maio de 1888 – já não se contém mais fechado, trancado e contido, nos estudos literários. Mas isso não é verdade. Para ele e sua geração as coisas não eram assim. Muito pelo contrário: a motivação intelectual tinha como base a intenção política. Encontramos isso tido claramente em seus textos políticos, de 1884:

---

<sup>177</sup> Ibidem, p.113.

<sup>178</sup> ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*; Tomo I. Op. Cit., p.15.

O parlamentar brasileiro, com raríssimas exceções, se é que as há, não tem tanto em mira as vantagens do país, como exibir as sua honorífica individualidade, não porque seja ele um homem mau e ambicioso, mas por ser, quase sempre, uma bacharel ignorante e ingênuo (...) Daí a estreiteza de suas lutas...Daí o triste empenho de governar com frases e progredir as escuras; daí a esterilidade dos partidos...- a falta de completa reforma nas idéias, ditadas pela necessidade de uma outra filosofia social....E, todavia, sem esse estudo preliminar, sem o conhecimento exato da civilização brasileira, se é que de uma tal civilização podemos falar, nada de realmente duradouro poderão os políticos fundar. Continuaremos a ser no fundo uma nação semi-bárbara, ainda que trajada à européia. Só um remédio existe para tamanho desideratum – mergulharmo-nos na corrente vivificante das idéias naturalistas e monísticas que vão transformando o velho mundo.<sup>179</sup>

Sua crítica de 1883 aos políticos do Império tinha como eixo a crença que o bom desempenho intelectual era base e garantia de uma competente atuação política. A idéia de uma elite letrada – como tanto defendeu – tem sua origem nesta vertente política e ideológica da propaganda liberal republicana, herdeira do iluminismo. Alguém intelectualmente preparado, portador do espírito civilizador, era o único personagem capaz de guiar o povo. Esse intelectual/político teria o papel fundamental enquanto o povo, através da alfabetização, preparava-se para assumir sua própria história. Portanto, o conceito de unidade, de junção da atividade intelectual e de ação política, não estava consubstanciado somente na obra. Também produzia o próprio sujeito, a liderança completa, capacitado a colocar em prática a “política científica”.

É interessante observar como Sílvio Romero atribui importância histórica para o papel desempenhado pelo próprio indivíduo no processo social de uma nação ou de uma cultura. Além do meio, da raça, do momento – elementos fundadores na interpretação crítica para Hipólito Taine e também para Romero, é claro – acabou agregando um quarto elemento como determinante do processo histórico e cultural de uma nação: a individualidade. “...é preciso que o crítico assinale e dê conta de alguma coisa de inicial, de primitivo, de fundamental, a individualidade, que em cada homem é uma resultante obscura de toda a evolução cósmica e humana...”<sup>180</sup>

---

<sup>179</sup> ROMERO, Sílvio. *Ensaio de Crítica Parlamentar*. Rio de Janeiro: Moreira, Maximino, 1883, p.14-15. Citado por Maria Aparecida Rezende Mota. *Sílvio Romero – Dilemas e Combates no Brasil da Virada do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 38.

<sup>180</sup> ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 4º Volume. Op. Cit., p.1137.

Aí temos a fusão do intelectual e do político:

O país precisa ser dirigido por homens de caráter severo, de patriotismo provado, de ilustração larga, de estudos sólidos. Não basta ter sido declamador de rua ou de gazeta para pretender um posto na direção dos negócios; é mister inspirar confiança por produções sérias.<sup>181</sup>

A derivação, portanto, de doutrinas de ciências humanas para doutrinas políticas era total e, inclusive, exigia o envolvimento pessoal do intelectual travestido de político.<sup>182</sup> Toda esta geração brasileira de pensadores e intelectuais havia se moldado doutrinariamente pelos intelectuais europeus que também tiveram participação política efetiva. Hippolyte Taine, além de historiador e crítico, teve relevante produção política conservadora, com destaque para *As origens da França contemporânea*; Teófilo Braga, adversário intelectual de Sílvio Romero em calorosos debates e discussões, ganhou importância como intelectual a ponto de tornar-se presidente de Portugal. “Daí também a sua necessidade de participação política, a maneira com que intervém em todos os terrenos e em todos os temas, desde os mais simples e especializados aos mais complexos e amplos.”<sup>183</sup>

A importância que se atribuíam e era atribuída ao intelectual era senso comum, valor social e todos davam autoridade e destaque às letras e sua derivação futura, a política. Durante a campanha republicana foram intelectuais/políticos que haviam decretado a “fossilização” do aparelho estatal monárquico. E foram eles também que decretavam a sociedade futura, suas características, suas prioridades e suas condenações. Neste sentido as pretensões intelectuais do autodidata Sílvio Romero, a arrogância e a postura imperiosa como defendia suas idéias, não destoava muito de seus parceiros intelectuais. Nicolau Sevcenko lembra: “O engajamento se torna a condição ética do homem de letras. Não por acaso, o principal núcleo de escritores cariocas se vangloriava fazendo-se conhecer por “mosqueteiros intelectuais”.”<sup>184</sup>

---

<sup>181</sup> ROMERO, Sílvio. “Os Partidos Políticos e o Grupo Positivista”. In: *Realidades e Ilusões no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p.142.

<sup>182</sup> A doutrina positivista era contrária à participação direta do intelectual na vida político-partidária. Ao intelectual caberia a formulação dos conceitos políticos e o estudo dos problemas sociais. Nunca exercer a sua aplicabilidade. No Brasil, os intelectuais positivistas nunca levaram muito a sério estas diretrizes comportamentais da doutrina. Os intelectuais positivistas gaúchos foram em sua maioria políticos atuantes.

<sup>183</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão – tensões sociais e criação cultural na primeira república*. Op. Cit., p. 97.

<sup>184</sup> *Ibidem*.

A aproximação de Sílvio Romero com os liberais paulistas deu-se pelo viés ideológico. Pelas razões apontadas por Antonio Candido e também pela idéia da existência de uma vida agrária e próspera fora e distante da corte: com uma lavoura sem escravos, a utilização do colono imigrante, a modernização dos transportes, a criação de uma indústria, o desenvolvimento escolar, o ímpeto exportador revigorado – Sílvio Romero fascinava-se por tudo que representava a transformação e o futuro. Werneck Sodré vai identificar o encontro de interesses porque ele provinha de “uma classe que vai travar suas primeiras batalhas e juntava os seus esforços aos elementos da classe dominante que necessitavam a transformação parcial da estrutura vigente no sentido de lhes facilitar o desenvolvimento...”<sup>185</sup> Ou seja, Werneck Sodré parece concordar com Antonio Candido quanto ao caráter reformista e burguês do pensamento de Sílvio Romero, neste momento pré-proclamação. “Na obra de Sílvio, o aspecto literário se entrelaça ao social e ao político – o crítico buscando uma base sociológica, esta levando-o a encarar as soluções políticas, e o resultado sendo um dos conjuntos mais coerentes da ideologia burguesa brasileira do século XIX.”<sup>186</sup>

Ele tinha consciência do momento histórico e da importância dos acontecimentos imediatos para o futuro do Brasil. Em vários textos faz referência aos acontecimentos diários que estavam conduzindo a história do país. Desta forma, seus textos se impregnavam ainda mais de “necessidade política”, na tentativa de influenciar na ordem dos acontecimentos, mas mantendo sempre aquele ar de cientificidade, aquela pose de doutor, de líder letrado – que foi sempre seu sonho.

No Brasil representa-se agora um desses dramas raros, que nem a todas as gerações é dado presenciar. O esboroar de um trono, a queda de instituições quase quatro vezes seculares, pois que essa é a verdadeira data do governo régio no Brasil: o levantar de novas organizações, de novas fórmulas, de novas doutrinas, com seus moldes e suas necessidades novas, tudo isso constitui para os sociólogos e amadores de estudos de psicologia popular um momento verdadeiramente excepcional.<sup>187</sup>

A sua atuação intelectual, vigorosa e produtiva, apesar de crítica e de constante condenação ao ordenamento geral das coisas, era promotora de uma idéia de porvir, de

---

<sup>185</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Op. Cit., p. 364.

<sup>186</sup> CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. OP. Cit., p.118.

<sup>187</sup> ROMERO, Sílvio. *Introdução a Doutrina contra Doutrina*. Org. Alberto Venâncio Torres. Op. Cit., p.63.

futuro, muito otimista. Sílvio Romero, ainda com menos de 40 anos, já havia construído uma *teoria para o Brasil*, escrito a obra mais importante de crítica literária, era professor do prestigioso Colégio D. Pedro II, intelectual engajado nas lutas republicanas e nome que havia conquistado Recife e também a famosa Rua do Ouvidor, núcleo intelectual e chique da corte. Foi o próprio Sílvio Romero quem escreveu sobre o seu estado de espírito no período: “Em toda a nossa história de quatro séculos só o possuímos (o otimismo renovador) e conscientemente o praticamos durante vinte anos, de 1869 a 1889. Foram os tempos mais belos, mais produtivos, mais ousados de nosso viver nacional”.<sup>188</sup>

Esses “tempos mais belos e mais produtivos”, entre as quais incluiu o ano de 1889, naturalmente por causa do novo regime que se instalara, é também o fim de seu trabalho mais profundo e produtivo de crítica literária. A forma como recebeu a Proclamação, “repleto de euforia e esperança na República”<sup>189</sup>, revela também sua fé na elite intelectual do Brasil. *A mensagem dos homens de letras do Rio de Janeiro ao governo provisório da República*, que redigiu, outorga aos intelectuais papel significativo na mudança do regime e pede o engajamento de todos para a nação encontrar seu verdadeiro destino. “Nunca esta arma foi manejada por mãos mais destros e punhos mais seguros...Não existe gládio mais formidável que a pena”.<sup>190</sup>

Sua fé no intelectual e no futuro republicano é absoluta.

Do seio desta terra vão sair ainda tesouros não vistos, do seio de nossas almas incendiadas pelo sol da nova terra hão de brotar ideais e riquezas não sonhadas. A pátria abriu as largas asas em direção à região constelada do progresso; a literatura vai despender também o vôo para acompanhá-la de perto. Ao futuro! Ao futuro, modeladores de povos, construtores de nações.<sup>191</sup>

---

<sup>188</sup> ROMERO, Sílvio. “Introdução”, In: *Realidade e ilusões no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe; 1979, p.59. (Parênteses acrescentados por nós.)

<sup>189</sup> VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical - história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. Op. Cit., p.118.

<sup>190</sup> ROMERO, Sílvio. “A mensagem dos homens de letras do Rio de Janeiro ao governo provisório da República.” Citado por Evaristo de Moraes Filho. *Medo à Utopia – o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Op. Cit., p.218.

<sup>191</sup> *Ibidem*.

### 2.3 OS PENSAMENTOS DA EXCLUSÃO

Proclamada a República, o cenário das realizações rapidamente começou a se desfazer e o papel prestigioso desempenhado pelos intelectuais mudou de maneira radical. Sonhos e utopias se abateram. O que antes era coletivo se individualizou nos interesses pessoais e privados que o novo momento criou. De modo geral, a figura do político-intelectual, tão bem representado na totalidade da “Geração de 70”, sofreu um duríssimo golpe quanto à participação na gestão e elaboração das políticas de governo. E a histórica “Geração de 70” foi desaparecendo por trás de escrivainhas e de conferências, assimilando os valores pragmáticos dos novos tempos. O papel de timoneiros dos ideais republicanos – sempre reservado a eles – de maneira súbita e repentina desapareceu.

Na República, a fratura do movimento político-intelectual de contestação da geração de 1870 se aprofundou com a progressiva diferenciação de carreiras (...) O novo regime separou a carreira pública em duas metades, segregando paulatinamente o mundo da política partidária do universo intelectual... Mas a República franqueou a carreira da burocracia de Estado aos grupos contestadores da geração de 1870, que adentraram nela pelas veredas já abertas no Império: a diplomacia e o ensino superior. Estes foram os púlpitos da vida intelectual daí por diante. Uns – como Castilhos, Bocaiúva, Campos Sales, Prudente de Moraes, Assis Brasil – adquiriram recursos de poder, tornaram-se políticos profissionais. Outros ganharam posições honoríficas e se empenharam em formar associações intelectuais.<sup>192</sup>

O fato é que os intelectuais sofreram um duro golpe em suas vaidades e muito mais em seus projetos políticos. Vinham da propaganda e da prática intelectual de disputar o leitor politicamente, seja através do debate ou da polêmica. Estava incorporado ao comportamento militante, o compromisso de debater idéias de maneira apaixonada e disputar a simpatia ou a cumplicidade do leitor.<sup>193</sup> Foi assim que as idéias científicas e republicanas divulgaram o mito do desenvolvimento da nação. E era

---

<sup>192</sup> ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento – a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Op. Cit., p.329.

<sup>193</sup> “O duplo interlocutor da polêmica explica a constante ambivalência entre a nomeação do oponente e a do leitor como destinatários. O leitor é promovido a condição de árbitro da disputa, campo em principio neutro que recebe tanto o discurso do locutor quanto de seu adversário, sendo a retórica empregada com o intuito de persuadi-lo. O polemista ora debate com o adversário ora se dirige ao público, de modo a conquistar a sua simpatia, como os atores que se voltam diretamente para a audiência durante a representação teatral.” VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. Op. Cit., p.148.



assim que os intelectuais de modo geral atuavam, de forma orgânica, sempre procurando dar coesão e consistência aos interesses de um “bloco histórico”.<sup>194</sup> O caso de Sílvio Romero é exemplar deste comportamento.

Até a Proclamação, Romero era um quadro intelectual de grupo, da “escola do Recife”, das associações republicanas, da “Geração de 70”, identificado com as novas forças sociais. Sua atuação foi coletiva no sentido de que suas idéias se alinhavam a uma vontade política de classe. De modo que sua ação foi grupal e ele um elemento a mais na construção da utopia coletiva de sua geração, ou seja, o republicanismo. Alcançado o objetivo político, o publicismo dos ideais republicanos se tornou desnecessário. Quer dizer, deixou de ter importância a defesa das idéias do novo regime. Pelo contrário, travou-se uma luta política interna pela “escolha dos sonhos” de que seria feita aquela República. Os intelectuais foram alijados desse embate e a quase totalidade aceitou a nova condição de supérfluos, seja na figura de “últimos boêmios” ou na de “primeiros acadêmicos”.<sup>195</sup> Em ambos os casos, o intelectual agora era um ornamento: daí o aparecimento de uma literatura “sorriso da sociedade” e um jornalismo de “colunismo social”.

Neste ambiente surgiu o novo Sílvio Romero, absoluto nas idéias, no comportamento, na intolerância e, agora, na solidão política e também intelectual. Inconformado com o novo papel que querem lhe infligir, tornou-se destoante naquele cenário mental de esterilidade recém inaugurado. Desajustado na sua rebeldia para a Academia Brasileira de Letras (“Aquilo nada vale!”<sup>196</sup>), nos cafés e confrarias da Rua do Ouvidor ou nas disputas pela indicação para a Câmara Federal, Sílvio Romero seguiu como intelectual livre, solitário no combate à política e aos valores “institucionalizados” pelo novo regime. Mas eternamente crente no papel civilizador do intelectual e seu indefectível compromisso com a regeneração nacional.

---

<sup>194</sup> GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 123.

<sup>195</sup> “Para todos (*os literatos*), no entanto, o período foi um divisor de águas. A maioria conformou-se com seu afastamento dos esforços pela regeneração nacional e procurou, alternativamente, garantir um modo de vida seguro (isto é, burguês), enquanto mantinham suas identidades de criadores de uma cultura nacional. Bem sugestivo desta tendência foi a fundação e a natureza da Academia Brasileira de Letras (1897). NEEDLELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical – sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Op. Cit., p.224. (Itálico nosso)

<sup>196</sup> ROMERO, Sílvio. Carta pessoal à Almaquio. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1911. In: RABELLO, Sylvio. *Itinerário de Sílvio Romero*. Op. Cit., p.246.

Foi o Sílvio Romero da última fase, na temporalidade construída por Antonio Candido<sup>197</sup>; o Romero dos projetos antiliberais, percebidos por Roberto Ventura<sup>198</sup>; o Sílvio Romero “das faculdades agressivas” agora direcionadas para a política, nas palavras de Araripe Junior<sup>199</sup>. Foi o Sílvio Romero de olhar atento à carreira parlamentar que desesperadamente tentava viabilizar, da produção eventual e constante de crítica literária, dos estudos inaugurais de sociologia no Brasil, tentando a todo custo manter a linhagem e a tradição que trouxe do Recife: queria a cultura e queria a política, queria a ciência e queria a poesia, queria a escrita e queria a oratória, queria a literatura e queria o discurso. Ou em suas próprias palavras:

“Para tudo dizer. Senhores, de uma só vez: desejo pura e simplesmente ocupar na política do Brasil a mesma posição que me cabe na literatura, - afastamento completo de todas as coteries, de todos os bandos, de todas as malocas que a infestam”.<sup>200</sup>

É neste instante que se realiza a tese que defendemos para Sílvio Romero, neste trabalho. Para Antonio Candido esta é a terceira fase da obra de Romero, “mais sociológica”, em suas palavras. Ou o “momento antiliberal” de que fala Roberto Ventura. O que estamos tentando demonstrar é algo muito mais grave no conjunto da obra de Sílvio Romero. Algo muito além de “fase” ou de “momento”. É o instante de ruptura de seu projeto político-intelectual. Até ali sua produção crítica e historiográfica havia sido colocada a serviço da militância republicana, opondo-se ao regime monárquico. E neste instante, com a República instalada e o sonho desfeito, colocou sua obra em oposição ao regime que até aquele momento defendera.

O norte da obra de Sílvio Romero é sempre a política. E suas fases ou momentos distintos não acompanham uma evolução intelectual ou doutrinária, como nos faz supor a idéia de etapas num caminhar biográfico. Em Sílvio Romero, as guinadas ou os diferentes enfoques que sua produção intelectual alterna tem relação com seus interesses políticos imediatos. De modo que, como pretendemos demonstrar, o objetivo de sua

---

<sup>197</sup> CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. Op. Cit., p.80.

<sup>198</sup> VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. Op. Cit., p.119.

<sup>199</sup> JÚNIOR, Araripe. “Sílvio Romero polemista”. In: *Araripe Junior – teoria, crítica e história literária*. Org: BOSI, Alfredo. São Paulo: Ed. USP, 1978, p. 379.

<sup>200</sup> ROMERO, Sílvio. “As Oligarquias e sua classificação”. In: CANDIDO, ANTONIO. *Sílvio Romero – teoria crítica e história literária*. Edusp, São Paulo, 1978, p.198.

atividade intelectual passou a ser o ataque à República, seus valores simbólicos e sua elite dirigente.

Esta guinada ou esta ruptura na sua trajetória intelectual foi radical e afetou sua produção e visão de mundo. De maneira imediata, nos anos seguintes à Proclamação, já o encontramos mergulhado na política local de sua província. Intervindo com manifestos, apoiando candidatos, enfim, vivendo uma vida pessoal de comprometimento com o dia-a-dia partidário. Mas seu envolvimento intelectual com o novo quadro político – envolvimento e participação feita à base de seu inconformismo nacionalista, de seu isolamento e desilusão – é muito mais relevante do que sua participação como parlamentar. Sílvio Romero investiu contra o novo regime com muito mais furor e radicalidade do que havia feito contra a monarquia. Era o intelectual diante do resultado efetivo de sua utopia.

O caráter essencialmente militar da Proclamação da República foi o primeiro elemento de desacordo de Sílvio Romero que viu, em todo o movimento, o perigo da partidarização das Forças Armadas e também a influência dos positivistas dentro dos quartéis. Para ele, a deposição da Monarquia, por parte dos militares, havia sido adequada, mas a continuação no poder tornara-se desastrosa. A idéia da elite ilustrada, na vanguarda político-intelectual do novo regime, começou a cobrar seu preço, logo no início do processo republicano, quando os espaços começaram a ficar mais estreitos e os vazios rapidamente preenchidos. De modo que começou a rever seus conceitos, como escreve Maria Aparecida Mota:

Os primeiros anos da República brasileira marcados por uma sucessão de golpes, crises, revoltas e ditaduras, motivaram o escritor sergipano a rever sua adesão ao presidencialismo e a propor, como remédio aos descabros políticos, o regime parlamentar.<sup>201</sup>

Numa série de cartas públicas que escreveu, no ano de 1892, a Rui Barbosa (o ex-conselheiro do Império e ex-ministro de Deodoro da Fonseca), sempre delicado e obsequioso, Sílvio Romero advogou em favor do regime parlamentarista. Mas, como era seu estilo, parte para o ataque aos regimes militares que até aquele momento dirigiam a República, principalmente ao sistema presidencialista que, sem a lisura

---

<sup>201</sup> MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero – dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Op. Cit., p.101.

eleitoral e alternância no poder, transformou a República numa ditadura. E dá mostras claras de sua desilusão com o novo regime.

Que outra coisa é essa gestão inqualificável, indefinível do Sr. Floriano, reformando generais, ministros do supremo tribunal, demitindo por desacordo político funcionários vitalícios? Que outro nome pode ter em língua humana todo esse balmacedismo cruelíssimo que está trucidando o Rio Grande do Sul, a não ser de ditadura, a férrea ditadura dos governos ineptos e malignos?<sup>202</sup>

Mais:

(...) se o regime (presidencialista) fosse viável no Brasil, passadas as primeiras dificuldades, iria sempre em ascensão gradativa para melhor; o contrário, entretanto, é a verdade; o primeiro governo constitucional foi mau, o segundo é péssimo, e este, que já está com três ou quatro modificações vai de mal a pior...O sistema bem cedo está conhecido neste país pelos seus frutos; em três anos expôs às vistas de todos os seus vícios, as suas mazelas.<sup>203</sup>

E assim vai Sílvio Romero apontando “arreganhos ditatoriais” do governo provisório e das presidências militares que até aquele momento haviam dominado o regime. No ano seguinte, 1894, lançou um violento ataque aos positivistas, no livro *Doutrina contra Doutrina*. Claro que Sílvio Romero via a doutrina positivista por trás das Forças Armadas, e foi também contra eles que apontou sua ferocidade nestes anos iniciais do regime. Tanto Rui Barbosa, quanto Sílvio Romero sentiu a perda de espaço político e ideológico para os grupos radicais que apoiaram e eram apoiados por Floriano Peixoto. Ficou claro o jogo de cena e de ação política de propaganda que Rui e Romero executaram “com as cartas” para atacar o governo militar.<sup>204</sup>

Sejamos francos e digamos a verdade inteira: o partido puritano-jacobino aspirou desde 15 de novembro de 1889, e aspira ainda hoje, à posse exclusiva do poder; a ele se devem grandes

---

<sup>202</sup> ROMERO, Sílvio. “Parlamentarismo e Presidencialismo na República do Brasil”. In: *Realidades e Ilusões no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p.77.

<sup>203</sup> Ibidem, p.108.

<sup>204</sup> Em carta pessoal, evidentemente não divulgada, Sílvio Romero comunica a Rui Barbosa, das “cartas públicas” que serão endereçando a ele: “Ilustre chefe e caro amigo, saúde. Tomei a liberdade de dirigir-lhe pela imprensa (*Jornal do Comércio*) uma série pequena de cartas sobre assunto político. É pretexto para agitar idéias. Tomei seu nome por patrocínio, por conveniência da causa...” Citado por Evaristo de Moraes Filho, *Medo à Utopia – O pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Op. Cit., p.228.

desatinos no provisório e especialmente no governo atual de Floriano Peixoto.<sup>205</sup>

É interessante observar como Rui Barbosa e Sílvio Romero, representantes do liberalismo dominante nos longos anos seguintes da República Velha, estavam atentos e receosos da influência dos positivistas. É curioso observar também como se dava o envolvimento de intelectuais desta envergadura no palco da propaganda efetiva e na pregação das doutrinas. O ataque ao sistema republicano presidencialista surgiu diante do temor dos liberais de não conseguir o poder. Nas “cartas” de Sílvio Romero, cita o próprio Rui Barbosa e atacam juntos os positivistas:

‘Politicamente, o comtismo é um organizador exótico e funesto. Seus princípios de constituição temporal nada absolutamente inovaram para a doutrina da liberdade. Seu ideal, em matéria de governo, tende para as formas de uma opressão férrea, que a teocracia não excedeu. Seus livros santos não conhecem a democracia liberal, nem as instituições representativas, nem a federação americana...’ Tais palavras exprimem a verdade e são bem próprias para reduzir a legítimas proporções a incompetência audaciosa dos afamados padres do Grand-Etre, quando ousam sobrepor-se à vida pensante deste país, acreditando petulantemente que eles a monopolizam.<sup>206</sup>

Nos governos militares Sílvio Romero denunciou a ação ditatorial, a proposta de um estado interventor, e o radicalismo positivista que desvirtuava o recém inaugurado republicanismo brasileiro. Apostava nos governos civis e ali residia o pouco de esperança que ainda mantinha. Quando os governos civis, liberais e cafeicultores chegaram ao poder e foram se sucedendo sem que mudança radical alguma ocorresse, passou a denunciar a “farsa republicana” de grandes e trágicas proporções. Seu olhar tornou-se mais pessimista e com a vocação intelectual e racionalista de sempre, decidiu sistematizar a natureza invariavelmente negativa do republicanismo no Brasil.

Depois de constatar que nenhuma experiência anterior, de regimes republicanos, ocorrida no mundo se repetira no Brasil (“...o nosso querido e desventurado Brasil tem sido levado a não se parecer com povo algum da terra”<sup>207</sup>), passou a explicar as origens e as razões para as coisas não se realizarem. O olhar de Sílvio Romero estava se

---

<sup>205</sup> ROMERO, Sílvio. *Doutrina contra Doutrina*. Org: Alberto Venâncio Filho. Op. Cit., p.100-101.

<sup>206</sup> ROMERO, Sílvio. “Parlamentarismo e Presidencialismo na República do Brasil”. In: *Realidades e Ilusões no Brasil*. Op. Cit., p.104-105.

<sup>207</sup> ROMERO, Sílvio. “As Oligarquias e sua Classificação”. In: *Realidades e Ilusões no Brasil*. Op. Cit., p.200.

deslocando das causas puramente doutrinárias, que lhe acompanharam até então, para fatores econômicos e interesses políticos pragmáticos. Foi assim que descobriu as oligarquias na sociedade brasileira e causou grande impacto político com a sua interpretação.

A verdade é que estamos divididos em clãs, com seus donos; em grupos, com seus chefes; em bandos, com seus cabecilhas: política, social, economicamente, é esse o espetáculo geral. A verdade é que não temos o culto, a emulação, o estímulo por nenhuma missão histórica, que nos deva caber, nenhum sistema de doutrinas, nenhum punhado de aspirações nobilitantes. Substituímos tudo isso pelos nomes dos que possam distribuir favores, cargos, arranjos e sinecuras... A questão toda hoje no Brasil é saber com que patrão se há de estar.<sup>208</sup>

A edição da revista *Fon-Fon*, de maio de 1908, com chamada para o aniversário do “13 de maio – Viva a Liberdade”, vinte anos do fim da escravidão, trouxe na capa a ilustração de um cidadão branco, vestido decentemente, e com uma bola de ferro presa aos pés, onde está escrito: “Oligarquias”. Isto nos transmite corretamente a força que a idéia – a de um país dominado, com um povo escravizado por um grupo restrito de famílias regionais – ganhou nas ruas para se tornar uma “verdade” na explicação do atraso brasileiro. Em um pronunciamento, naqueles anos, depois de algum tempo longe dos discursos, reapareceu falando assim:

Vim, porque isolamento não é sinônimo de absentismo; vim, porque a desligação de todos os grupos, de todos os clãs politicantes, que infestam o nosso mal-aventurado Brasil, não importa em abrir mão de meu direito de criticar os desregramentos dos poderosos, as infâmias dos oligarcas, os crimes dos sacrificadores da pátria; vim, porque ainda uma vez quero declarar, alto e bom som, que continuo no mesmo posto de afastamento dos grupos, mas de atenção aos gemidos dos que sofrem...<sup>209</sup>

Com a descoberta das oligarquias, surgiu de maneira clara para Sílvio Romero o problema da concentração de terras nas mãos de poucas famílias. Para ele, o Brasil tinha perdido duas oportunidades de realizar uma reforma agrária e transformar aqueles escravos em proprietários rurais. A primeira delas, no final do século XVIII, quando escravos índios e mestiços índios foram substituídos pelo trabalho dos escravos

---

<sup>208</sup> Ibidem, p.202.

<sup>209</sup> ROMERO, Sílvio. “As oligarquias e sua classificação.” In: In: *Realidades e Ilusões no Brasil*. Op. Cit., p.197.

africanos. E a segunda, com a libertação dos escravos negros nos anos presentes de suas vidas. Em ambos os casos, Sílvio Romero culpou o governo pela incapacidade de criar oportunidade aos mais capazes.

Neste sentido, para ele, o movimento social iniciado com o fim da escravidão acabou sendo desviado com a Proclamação da República. Em textos, de 1906, Romero deixa claro seu entendimento de que a mudança de regime havia interrompido um processo social em movimento, cujas conseqüências alterariam, de fato, a realidade brasileira.

O começo da falha revolução social que se devia iniciar com a emancipação dos escravos, foi logo entravado e desviado pelo abalo político da proclamação da República. O movimento social que deveria prosseguir no intuito de se criar um povo de pequenos proprietários agrícolas e de trabalhadores livres, todos ligados à terra, já com elementos nacionais, já com elementos alienígenas, remodelando a propriedade territorial, parou de súbito e tudo atordoou-se com a inesperada e intensa reviravolta política...<sup>210</sup>

Através da tipificação das classes dirigentes e econômicas no poder republicano, Sílvio Romero chegou ao cenário social construído pelo novo regime político. “...já não é mais tempo de iludir a nação com vãs aparências: ou o Brasil sabe desse passo aflitivo, dessa espécie de atoleiro político em que mergulhou até o pescoço, safa-se dessa selva escura, ou estará perdido...”<sup>211</sup> Seu pessimismo e sua desilusão vão aumentando na medida em que o tempo passa. Primeiro foi o sistema de governo; depois foram os militares; aí vieram as elites oligárquicas e a cada instante as coisas pareciam ficar mais difíceis. Vamos caminhar juntos com um Sílvio Romero mais e mais desiludido pelas paisagens da República da virada do século.

Escrito em 1903:

Urge, meus senhores, acabar com esta seleção mórbida e inqualificável de vinte tiranias, vinte satrapias nefarias, vinte antros de corrupção, vinte pornocracias nojosas, que transformaram esta bela pátria, amada por homens como Caxias, na mais corroída organização política existente sobre a terra...<sup>212</sup>

---

<sup>210</sup> Ibidem, p180.

<sup>211</sup> Ibidem, p.273.

<sup>212</sup> ROMERO, Sílvio. “Duque de Caxias e a Independência do Brasil”. In: *Provocações e Debates*. Porto: livraria Chardron, 1910, p.334.

Escrito em 1904:

Como quer que seja, a república é agora e por enquanto a última ilusão do povo brasileiro. Sua constituição espúria, copiada servilmente da constituição dos Estados Unidos, erro que nos tem custado caro; sua loucura financeira por ocasião do famoso encilhamento; suas revoltas...; o despotismo das oligarquias estaduais, oprimindo todas as classes; a desorganização de todos os serviços administrativos; as roubalheiras nas repartições fiscais, denunciadas quase que diariamente pela imprensa; todas estas chagas visíveis a olhos nus, que andam a afear o corpo da república, têm levantado um tão formidável coro de imprecações, como se não tinha ainda ouvido outro igual em toda a existência da nação.<sup>213</sup>

Escrito em 1907:

Estamos na época dos cinematógrafos e fácil foi transportá-los para a alma do povo e para a região da política. O Brasil atravessa uma fase de ilusionismo. Fascinados por um otimismo, barato para quem o exerce e caríssimo para quem o paga, eis que não prestamos o menor cuidado à deplorável miséria em que se debatem nove décimos da população.<sup>214</sup>

Escrito em 1910:

(...) num especialíssimo regime de mentira, de ilusionismo, de falta de seriedade, tendo por alvo principal, além dos criminosos arranjos pessoais dos grandes figurões, o passarmos pelo que não somos, como o duplo fim de lançar poeira nos olhos do estrangeiro, na caça dos empréstimos, e nos dos nacionais, hipnotizando-os, fazendo acreditar em grandezas e maravilhas que de fato não possuímos, para trazê-los mansos e sossegados.<sup>215</sup>

Um de seus últimos livros tem no título sua opinião definitiva sobre a República:  
*“A Bancarrota do Regime Republicano no Brasil”*.

Na medida em que as reformas sociais e econômicas, esperadas com a mudança do regime, não aconteceram, a lista dos culpados vai aumentando. Nem que para isso seja necessária uma revisão completa de sua própria obra, adequando suas opiniões

---

<sup>213</sup> ROMERO, Sílvio. “O caso é para estudo e não para vitupério”. In: *O Brasil na primeira década do século XX*. Lisboa: Editora Limitada, 1912, p.23.

<sup>214</sup> ROMERO, Sílvio. “Realidades e Ilusões no Brasil”. In: *Provocações e Debates*. Op. Cit., p.171.

<sup>215</sup> ROMERO, Sílvio. “De Diogo Feijó a Pinheiro Machado”. In: *O Brasil na primeira década do século XX*. Op. Cit., p.34.



políticas atuais à produção intelectual do passado. De forma surpreendente, o Sílvio Romero que havia descoberto “o mestiço”, alma e cerne da nacionalidade física e “intuitiva” do povo brasileiro, passou a identificar nele um dos responsáveis pelo fracasso do sistema republicano. A velha questão racial, na verdade, nunca o abandonou. Foi preciso que lhe desse uma vestimenta nova, mais antropológica e sociológica e bem menos biológica, mas lá estava de novo, atravessando o século e fornecendo releituras da “natureza” do povo brasileiro. Parece ironia, mas “a bancarrota” do regime republicano foi também atribuída às características raciais.

Logo nos primeiros anos da República, Sílvio Romero começou a desenvolver a idéia de que o tipo de sistema republicano aplicado no Brasil, o sistema presidencialista, não era o mais adequado. Tinha também o problema da formação de nossos dirigentes, mas tinha também....o povo.

Não é a legislação que é manca; a gente é que é notadamente viciada de alto a baixo, e, sabe Deus quanto nos custa a isto escrever, tratando do povo a que temos honra em pertencer, que amamos, que foi sempre o objeto de nossos desvelos. Mas é preciso dizê-lo, para que nos corrijamos; porque no meio de todos os nossos defeitos, possuímos algumas virtudes, que podem servir de base para a nossa regeneração. As origens de nossa população, não muito escuras quer nos seus elementos indígenas e africanos, quer nos europeus, perturbadas ainda mais pelo despotismo ganancioso dos funcionários coloniais e pela putrefação secular da escravidão, deixaram-nos no sangue germens maléficos ... Todas as instituições em que a generosidade sonhadora dos românticos de 1822 e 1831 e 34 chamou as massas populares a colaborar, todas, todas elas em menos de cinquenta anos estavam carunchosas e inanidas.<sup>216</sup>

E a chama mística do mestiço, tão cara a ele no período da propaganda, foi rapidamente se apagando nestes novos tempos republicanos. Agora havia uma tendência dispersiva do povo, uma falta de unidade atávica, havia também uma desorganização nata, havia tantos componentes cientificamente negativos na formação deste povo que ele próprio começava a duvidar do resultado final. Num texto sobre o Duque de Caxias, revelou-se por inteiro:

Esse belo tipo ariano ocidental transplantado para as regiões brasileiras representa a continuidade da tradição étnica dos

---

<sup>216</sup> ROMERO, Sílvio. “Martins Pena”. In: *História da Literatura Brasileira*. 4º Volume. Op. Cit., p.1383.

Vidaes de Negreiros, dos Gomes Freires de Andrade, a ação civilizadora de coesão do povo, da nação contra as tendências dispersivas da desagregação tribal dos índios e africanos que se acham incorporados em nossa vida.<sup>217</sup>

Seu raciocínio na virada do século, quando as explicações teóricas para o atraso se intensificaram, era a de que a formação racial do povo brasileiro – índios, negros e portugueses – não carregavam a tradição de trabalho agrícola. De forma que, desde a formação do país no século XVI, os portugueses haviam desenvolvido e imposto, sob a base falsa da escravidão, uma cultura agrícola a dois povos sem a menor vocação para essa atividade. Diz mais: o fato era que nem o elemento português estava preparado para o trabalho duro da agricultura na América, porque também ele vinha de uma formação cultural comunitária, dominante na Europa ibérica, sem traços do particularismo anglo-saxão que havia garantido o desenvolvimento norte-americano, por exemplo.

Nós, os brasileiros do extremo norte ao extremo sul....formamos, em rigor, uma coleção de verdadeiros clãs de espécies várias, nos quais o indivíduo não possui a mais leve sombra de iniciativa e espírito organicamente empreendedor. As tendências comunitárias dos povos que nos formaram, agravaram-se consideravelmente na estrutura da nova sociedade. Pode-se até dizer que algumas boas qualidades de que eram portadores os colonos europeus se dissolveram ao contato de índios e negros e do novo meio tropical, que obraram como uma espécie de reagente químico de índole destruidora.<sup>218</sup>

Vejamos suas opiniões durante a “Revolta da Chibata”, de 1910:

Passamos nos últimos vinte dias por uma das crises mais indignas e aviltantes de nosso existir de nacionalidade [...] Tudo estava a indicar que algumas centenas de marinheiros boçais, quase todos negros, sem chefes hábeis, sem um ideal desses que eletrizam homens, sem tino, sem direção, sem o calor das grandes causas, não prolongariam a luta por muitos dias (...) Não consta, em toda a história da humanidade, que três ou quatro centenas de marinheiro, negros, ou quase, maior parte, tenham derrotado um povo constituído, ainda mal guiado como nós.<sup>219</sup>

---

<sup>217</sup> ROMERO, Sílvio. “O Duque de Caxias e a Integridade do Brasil”. In: *Provocações e Debates*. Op. Cit., p.332.

<sup>218</sup> ROMERO, Sílvio. “As zonas sociais e a situação do povo”. In: *Provocações e Debates*. Op. Cit., p.201.

<sup>219</sup> ROMERO, Sílvio. “De Diogo Feijó a Pinheiro Machado”. In: *Realidades e Ilusões no Brasil*. Op. Cit., p.26 e 30.

Com povo tão desqualificado, o papel que reservava na sua concepção, ao intelectual, era justamente o de civilizador, o fator capaz de evitar a barbárie que via – e que sempre viu – expressada na formação do povo brasileiro. Dos letrados do tempo da propaganda, que conduziam sonhos e induziam aos grandes ideais republicanos, restara a amargura na constatação de que não eram mais os senhores da civilização. De certa forma, a barbárie representada na Revolta da Chibata deveu-se também à ausência de uma intelectualidade empenhada na condução do povo. Por isso também ela era agora desdenhada por Sílvio Romero:

Em quinta classe veja-se desfilar o nosso verdadeiro pauperismo; é a mendicância envergonhada; porque é diplomada e veste casaca: é o mundo dos médicos sem clínica, dos advogados sem clientela, padres sem vigárias, dos engenheiros sem empresas e sem obras, dos professores sem discípulos, dos escritores, dos jornalistas, dos literatos sem leitores, dos artistas sem público, dos magistrados sem juizados ou mesmo com ele, dos funcionários públicos mal remunerados. Eis a nossa riquíssima classe média...<sup>220</sup>

Neste texto fica claro, além da ironia para com a visão de classes sociais na formação da sociedade, seu agora incontrolável desdém para com os intelectuais. A elite ilustrada, que por tantos anos defendeu como vanguarda civilizadora na condução da pátria, agora se mostrava alvo de seu sarcasmo e desprezo. Acusava os intelectuais de fazerem “panacéias”, de tentarem se passar por improvisados estadistas e salvadores de povos.

Políticos, literatos e jornalistas, durante cinquenta anos, não tiveram outra linguagem, não se pejaram de repetir essa frioleira, esse pleonasma demagógico dos ineptos gritadores de todos os tempos. Sempre o processo simplista de arranjar um bode expiatório para os erros e fraquezas de uma nação inteira...<sup>221</sup>

Se por um lado atacava os que se propunham a participar dessa “idade média feudal, que é o nosso viver político”<sup>222</sup>, avançava também contra os intelectuais que se mantinham distantes, mas integrados harmoniosamente a ela.<sup>223</sup> Esse foi um dos fatores

---

<sup>220</sup> ROMERO, Sílvio. “Partidos Políticos e o Grupo Positivista”. In: *Realidades e Ilusões no Brasil*. Op. Cit., p.137.

<sup>221</sup> ROMERO, Sílvio. *O Brasil na Primeira Década do Século XX*. Op. Cit., p.19.

<sup>222</sup> Ibidem, p.42.

<sup>223</sup> Acusava a intelectualidade oficial de viver num elitismo semelhante ao das oligarquias. Também ela se corrompendo e sendo corrompida em relações pessoais e no uso do Estado. “Não estamos no caso de ter

que o colocou contra Machado de Assis. Com relação ao escritor, Sílvio Romero é apontado como o promotor do mais monumental erro da crítica literária brasileira. Não ignoramos a dimensão e a profundidade envolvida na contenda – seja nos projetos de nação, na concepção literária, seja na própria leitura ideológica do momento ou nas dimensões pessoais que o debate acabou tomando –, mas nos interessa aqui ressaltar o elemento político do episódio, através de algumas leituras críticas.

Roberto Ventura, em *Estilo Tropical*, escreveu:

Os ataques de Sílvio Romero a Machado de Assis se inserem na sua atitude de combate contra todas as formas de oligarquia, incluindo as panelinhas literárias. Em discurso de 1908, declarou ter lutado pelo completo afastamento dos bandos e grupos da atividade política e literária, recusando-se a pertencer a agrupamentos, com exceção da Academia Brasileira de Letras.<sup>224</sup>

Por sua vez, Sylvio Rabello, em *Itinerário de Sílvio Romero*, nos diz que:

A antipatia de Sílvio Romero por Machado de Assis vinha de longe, da sua campanha contra o romantismo; cresceu com a carta que o romancista escrevera sobre Castro Alves, a quem chamava de ‘jovem Dante’; e cresceu ainda mais com a crítica que ele fez aos seus Cantos do fim do século.<sup>225</sup>

Mais recentemente João Hernesto Weber, em *A Nação e o Paraíso*, ressalta que:

(...) para Sílvio Romero, não se trata, mais, de detectar esparsos índices da nacionalidade, à moda dos românticos, ou de perceber o “sentimento íntimo”, à maneira de Machado, e, sim, de tentar explicar...a nacionalidade literária com base nos fatores objetivos que, a seu ver, formaram a nação...<sup>226</sup>

Roberto Schwarz, em seus estudos sobre Machado de Assis em *O Mestre na Periferia do Capitalismos*, escreveu:

Uma parte ao menos da aversão que a literatura machadiana despertava em Sílvio Romero também nasceria aí, na

---

academias de luxo, quando o povo não sabe ler”. ROMERO, Sílvio. “O Brasil Social de Euclides da Cunha” In: *Realidades e Ilusões no Brasil*. Op. Cit., p.182.

<sup>224</sup> *Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. Op. Cit., p. 102.

<sup>225</sup> *Itinerário de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, p. 106. (destaque do autor)

<sup>226</sup> *A Nação e o Paraíso – a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Op. Cit., p.72. (destaque do autor)

incompatibilidade com o “são brasileirismo” e o “brado de entusiasmo para um futuro melhor”, termo de intenção progressista, cuja dimensão enganosa, de apologia de classe, naturalmente escapava a seus usuários.<sup>227</sup>

São autores diferentes e que destacam razões diferentes para os desencontros entre Sílvio Romero e Machado de Assis. De fato, parece haver questões políticas, questões ideológicas e questões pessoais envolvidas no confronto. Até o silêncio conveniente e conivente de Machado de Assis era profundamente desagradável (além, é claro, “daquelas reticências pretensiosas”<sup>228</sup>) para Sílvio Romero. Mas também porque Machado de Assis e seu grupo representava o próprio saber oficial, a vida intelectual e institucionalizada da nação.<sup>229</sup> No texto, famoso pela agressividade, com que leu Machado, alguns trechos são reveladores do caráter político e da intenção clara em Romero de chamar o escritor para o campo da responsabilidade política com que entendia ser o principal papel do intelectual. No prefácio desse texto, Sílvio Romero escreveu, citando a si próprio como era natural:

Lembramos estes fatos para provar que a política ativa, em que nos metemos um momento, não teve forças para nos arrebatrar de todo aos nossos labores intelectuais. E essa excursão pelo campo sáfaro da política militante, dando-nos bem duro e cruel ensinamento, prestou-nos imenso serviço por habilitar-nos a um melhor conhecimento da índole da sociedade brasileira [...] A virtude prova-se no meio da luta. A sociedade não é um convento de monjas. Que grande mérito advém em não cobrir-se de pó a quem não sai à liça do combate e deixa-se tranquilamente ficar em doce e sossegado aposento? Devemos

---

<sup>227</sup> *O Mestre na Periferia do Capitalismo – Machado de Assis*. São Paulo: Ed.34, Duas Cidades, 2000, p.188.

<sup>228</sup> ROMERO, Sílvio. “Machado de Assis (Estudos Comparativos de Literatura Brasileira).” In: *Duelos no Serpentário – uma antologia da polêmica intelectual no Brasil: 1850-1950*. Org. Alexei Bueno e George Ermakoff. Op. Cit., p.405.

<sup>229</sup> Para ilustrar, uma cena: “Ali podia ser visto aquele que nunca andava pelos cafés e confeitarias: Machado de Assis. Costumava outrora fazer ponto na Livraria Lombaert, depois tornara-se comensal da Revista Brasileira, onde as tardes se reuniam ao lado do mestre José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Coelho Neto, Taunay, Nabuco e outros. Dessas tertúlias acompanhadas de um chá com torradas nascera, como se sabe, a Academia Brasileira. Foi com o fechamento da Revista, em 1899, que o grupo se transferiu para a Garnier...O romancista tornara-se uma das glórias da casa. Para ali se dirigia, todos os dias, depois de encerrado o expediente no ministério. Recebido respeitosamente, via-se logo cercado de atenções e de interesse. Tinha uma cadeira que lhe era reservada, e, de pequena estatura, não se destacava em meio dos confrades e admiradores, entre os quais se encontravam sempre José Veríssimo e Mario de Alencar.” BROCA, Brito. *A vida Literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, Academia Brasileira de Letras, 2004, p.81.

todos, homens de letras ou não, interessar-nos pela pugnas e pelas dores da pátria.<sup>230</sup>

Essa pátria, que Sílvio Romero não encontra nas páginas de Machado, também não encontrava nas atitudes pessoais do escritor. E por isso teria chamado “o autor de Dom Casmurro de ‘capacho de todos os governos’.”<sup>231</sup> Esse veio político, no qual o cenário de fundo é o papel do intelectual na sociedade, parece-nos um dos fatores da crítica tão ácida, tão aguda, tão violenta contra Machado de Assis. Num outro momento, Sílvio Romero embaralha o seu discurso e joga a narrativa numa interpretação aberta: seja para uma leitura literária, sociológica ou puramente ideológica.

Machado de Assis hoje é fundamentalmente o mesmo eclético de trinta ou quarenta anos atrás: meio clássico, meio romântico, meio realista, uma espécie de *juste-milieu* literário, um homem de meias tintas, de meias palavras, de meias idéias, de meios sistemas, agravado apenas com a mania humorista, que não lhe vai bem, porque não fica a caráter num ânimo tão calmo, tão sereno, tão equilibrado, como é o autor de ‘Tu só, tu, puro amor’.<sup>232</sup>

Mas no final permanece a mágoa da traição política – ou ausência de coragem política – que sempre viu nas atitudes de Machado de Assis e que lhe irritavam profundamente em todas as pessoas:

Enquanto a péssima escola, que iniciou a crítica livre no Brasil desbravava o terreno, estudando fatos e pregando idéias, como estas citadas, o autor de *Brás Cubas* entregava-se ao humorismo de almanaque, ao pessimismo de fancaria, que traz iludidos uns poucos de ingênuos que acham aquilo maravilhoso.<sup>233</sup>

E o círculo se fecha: o sistema de governo, os militares, a elite dirigente, o povo, as oligarquias e os intelectuais. Não sobra ninguém neste cenário de desilusão e pessimismo do republicano Sílvio Romero. Não sobra sequer sua própria trajetória

---

<sup>230</sup> ROMERO, Sílvio. “Machado de Assis (Estudos Comparativos de Literatura Brasileira).” In: *Duelos no Serpentário – uma antologia da polêmica intelectual no Brasil: 1850-1950*. Org. Alexei Bueno e George Ermakoff. Op. Cit., p.370-371.

<sup>231</sup> BROCA, Brito. *A vida Literária no Brasil – 1900*. Op. Cit., p.280-281.

<sup>232</sup> ROMERO, Sílvio. “Machado de Assis (Estudos Comparativos de Literatura Brasileira).” In: *Duelos no Serpentário – uma antologia da polêmica intelectual no Brasil: 1850-1950*. Org. Alexei Bueno e George Ermakoff. Op. Cit., p.401.

<sup>233</sup> *Ibidem*, p.400. O destaque no texto para “a péssima escola” é de Sílvio Romero e faz uma referência a expressão usada por José Veríssimo para qualificar a “Escola do Recife”. Não queremos nos alongar, mas também a alusão de Sílvio Romero a *Memórias Póstumas de Brás Cubas* não é acidental. Ali, como no *Alienista* e *Quincas Borba*, entre outras obras, vamos encontrar a velha sociedade imperial convivendo com as idéias científicas da “nova geração”. Machado de Assis sabia dar o troco.

peçoal, das mais brilhantes e equivocadas, lúcida e reacionária, da história intelectual brasileira: de federalista e liberal, defensor de governos estaduais fortes para se contrapor às intervenções federais, passou a pedir um governo centralizador e autoritário que impedisse o surgimento das oligarquias regionais que se desenvolveram com a Proclamação. Da paixão pelo “mestiçamento” na formação racial do povo brasileiro, passou a encontrar nele os elementos atávicos da desordem e da degeneração que impediam o caminhar da nação no rumo do desenvolvimento.

Mas o lamentar mais agudo, Sílvio Romero guardou para um dos textos do final de sua vida. Ali, o intelectual liberal, amante da democracia republicana e racial, contra a presença de um estado “bisbilhoteiro” e interventor, aquele que pedia que as Forças Armadas se mantivessem “afastadas da política partidária”, vai se jogar na maior de todas as revisões de conceitos e crenças:

Em momento oportuno, no correr dos tempos, não será de estranhar, estejam certos, que o exército e a armada, que fizeram a República em nome da Nação, segundo a frase predileta do Governo Provisório, declarem extintas as vinte oligarquias, ponham vinte oficiais superiores ou vinte homens resolutos nas presidências dos vinte Estados, e dêem a este país Constituição mais de acordo com sua história, suas tradições, suas tendências, seus costumes, sua cultura, seu estado social, suas necessidades, os elementos formativos de suas populações...Tal a grande obra de próximo futuro, que será levada a efeito principalmente pelo patriotismo do exército e da armada. Só depois dela, repito, o mundo civil tomará conta definitivamente dos destinos da Nação, sem mais riscos nenhuns. Esperar pela ação exclusiva do povo é patinar por mais cem ou cento e cinquenta anos nos lameiros das oligarquias.<sup>234</sup>

## 2.4 A HERANÇA REACIONÁRIA

Se olharmos em torno dos modernistas de 1922 – numa visão minimamente panorâmica – vamos perceber que o movimento eclodiu somente oito anos após a morte de Sílvio Romero; ex-escravos ainda vagavam pelas ruas; as epidemias continuavam matando e o país estava nas mãos de Epitácio Pessoa e no tédio conservador da política

---

<sup>234</sup> ROMERO, Sílvio. *A Bancarrota do Regime Federativo no Brasil: ação dissolvente das oligarquias, ação indispensável do Exército*. Porto: Arthur José da Silva & Irmãos, 1912, p.23-24.

café com leite. O discurso racial e nacionalista de Sílvio Romero parece ter envelhecido e desaparecido da pauta intelectual do século XX, enquanto a sensação de proximidade com Mário de Andrade é evidente. Entre as razões está a familiaridade com o universo modernista, ambiente cultural no qual crescemos, com seus valores estéticos e recomendações intelectuais.

Esta é uma impressão verdadeira, mas enganosa. Sílvio Romero vai estar presente no pensamento dos modernistas, como vai aparecer na construção intelectual de 1930, na formação da crítica literária e na leitura sociológica do Brasil durante todo o século passado. É um pensamento que aparece sem citação, sem autoria, às vezes como uma “verdade social natural”; outras como uma descoberta “moderna”; há ainda decisões políticas decorrentes de suas idéias. Enfim, são inúmeras as influências deixadas por Sílvio Romero no andar da vida intelectual do Brasil e na construção de seu olhar mais pessimista.

É importante começarmos por seu livro central, a obra mais importante e matriz acabada de seus estudos e de todos os trabalhos críticos literários que se seguiram: a *História da Literatura Brasileira*.<sup>235</sup> Como vimos anteriormente, ao submeter a crítica literária aos objetivos políticos, foi obrigado a alargar conceitos para estabelecer novos critérios de valorização. Nas palavras de Candido:

Como pretendia analisar a situação cultural brasileira, com vistas a uma reforma intelectual, ligada à reforma social, ele se viu obrigado a estender demasiadamente o conceito de literatura, até fazê-la englobar todos os produtos de criação espiritual, da ciência à música.<sup>236</sup>

Antes de Sílvio Romero a crítica vivia da mística do processo de criação. Textos sobre o “dom”, a “genialidade”, a “inspiração”, ou seja, sobre o que seria o processo criativo do autor, formavam grande parte do que se chamava de crítica literária. A outra parte era feita de impressões sobre o próprio objeto artístico, não passando nunca do julgamento que envolvia o universo fechado da própria representação. A obra se tornava uma expressão do “gênio” criativo e autoral do artista. Confundia-se com o autor e seus

---

<sup>235</sup> “A História da Literatura é o ponto máximo da sua obra. Nos vinte anos que a precederam, organizou suas idéias e as foi aplicando aos setores diversos da cultura nacional”. CANDIDO, Antonio. “Fora do Texto, Dentro da Vida”. In: *Educação Pela Noite & Outros Ensaios*. São Paulo: Editora da USP, 1989, p.70.

<sup>236</sup> *Ibidem*, p. 109.



tênuos vínculos com a realidade se davam numa representação sublimada de valores e de verdades representadas nos enredos e tramas narrados.

Não queremos dizer com isso que a crítica romântica desempenhou o papel de ingênuo avaliador de obras e escolas. O romantismo nada teve de ingênuo. Mas, de fato, os românticos Gonçalves de Magalhães, Pereira da Silva, Joaquim Norberto e Varnhagen não foram submetidos à responsabilidade que Sílvio Romero se atribuiu: fazer da crítica literária um instrumento de construção da nacionalidade. Neste sentido, armado de seu cientificismo, Sílvio Romero se auto-proclamou o primeiro historiador da literatura brasileira, ao mesmo tempo em que atacava o subjetivismo dos antecessores. Além de avaliar obras e autores, sua crítica pretendeu sistematizar toda a produção literária brasileira. Para isso, numa lúcida diferenciação de Sílvio Rabello, a obra do crítico é dividida em duas partes: uma, doutrinária; e outra, de sistematização crítica:

Sempre que se apresentava a oportunidade para a discussão de doutrina, de sistemas e de escolas, ele se afirmava com desembaraço e quase sempre com lucidez....da experiência feita em idéias e soluções que não se cansava de manipular com sensual volúpia. O que dependesse, porém, de uma apreensão pela sensibilidade ou pela intuição escaparia sempre à sua capacidade crítica. Por isso, Sílvio Romero cometeu em literatura os mais graves erros de julgamento.<sup>237</sup>

Podemos ver com clareza esta aparente “incapacidade” de exercer a análise em literatura, através dos próprios estudos que deixou. No seu furor naturalista fica evidente que a única preocupação – dentro da narrativa literária – é encontrar elementos documentais que atestem a vida fora da obra. No seu *Martins Pena*, por exemplo, aparecem todas as virtudes e defeitos das leituras críticas por ele realizadas. Quando mergulha para dentro da obra a pobreza é evidente. A única coisa que procura é a reprodução fiel de situações sociais reveladoras da sociedade brasileira.<sup>238</sup> Mas quando contextualiza a obra e o papel de Martins Pena na historiografia literária brasileira é admirável. É aí que Antonio Candido indaga com propriedade uma questão que inspirou este trabalho:

---

<sup>237</sup> RABELLO, Sílvio. *Itinerário de Sílvio Romero*. Op. Cit., p.94-95.

<sup>238</sup> “O escritor fotografa o seu meio com uma espontaneidade de pasmar, e essa espontaneidade, essa facilidade, quase inconsciente e orgânica, é o maior elogio de seu talento.” ROMERO, Sílvio. “Martins Pena”. In: *História da Literatura Brasileira*. Vol.IV. Op. Cit., p.1364.

De maneira quase sempre decepcionante, Sílvio Romero crítico literário é alguém que só consegue ver, para lá da literatura, o seu cunho de documento da sensibilidade ou da sociedade [...] Mas quem sabe isso foi até certo ponto condição para ele compreender tão bem a literatura como fato social e, no caso brasileiro, o seu papel na formação da consciência do País?<sup>239</sup>

Evidente que esta pergunta parece trazer sua própria resposta, a partir da premissa colocada por Antonio Candido. Mas, em decorrência disso, temos uma segunda indagação: que fatores levaram Sílvio Romero, que tinha consciência de sua maneira de exercer a crítica, a atribuir tanto peso a elementos de fora do texto e tão pouco aos elementos próprios da estética literária? Deixemos que o próprio Romero responda:

É, portanto, sinal de atraso, depois que a sociologia mostrou a solidariedade de todas as forças espirituais no progresso humano, vir ainda agora preconizar a indiferença da crítica diante de todos e quaisquer fenômenos da produção mental e coletiva e encomiar o diletantismo de criticar por criticar, como se gabou a arte pela arte e até o verso pelo verso, a frase pela frase....Sem paixão, queremos dizer, sem amor e devotamento, nada de bom e grandioso se pode fazer neste mundo. É no combate por uma causa, por um sistema, por um conjunto de idéias, por uma filosofia, que há de estar o norteamento da crítica.<sup>240</sup>

A última frase é síntese do caminho que tomou, no que se refere à análise e à história literária: submeter o seu exercício de crítica ao serviço de uma causa, “por um sistema”. A causa em questão é de fundo puramente político e doutrinário. E isso se reflete no próprio desequilíbrio argumentativo do *História da Literatura*, onde as razões doutrinárias são mais fundamentadas teoricamente do que as atribuições valorativas de obras e autores. Daí suas limitações tão bem demonstradas de forma quase unânime pela crítica que se seguiu e, principalmente, por José Veríssimo.<sup>241</sup> Toda a atividade intelectual produzida por Sílvio Romero parece obedecer a um único padrão argumentativo e referencial: a política. Isso fica insinuado ou aparece em lacunas

---

<sup>239</sup> CANDIDO, Antonio. “Fora do Texto, Dentro da Vida”. In: *Educação Pela Noite & Outros Ensaios*. Op. Cit., p. 116.

<sup>240</sup> Citado por Evaristo de Moraes Filho. *Medo à Utopia – O Pensamento Social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Op. Cit., p. 215.

<sup>241</sup> Sou obrigado, para garantir a restrição ao foco e a uma expansão razoável deste trabalho, ignorar aspectos do embate entre Sílvio Romero e José Veríssimo, inclusive, com argumentos políticos e estéticos de ambos os lados. Fazemos esse registro no sentido de esclarecer que sabemos do importante conteúdo que encontraríamos se perseguíssemos a discussão entre os dois.

argumentativas como esta e torna-se aberta e evidente quando entramos no campo doutrinário. Foi por essa razão, e nenhuma outra, que o pessimismo político em que mergulhou atingiu de forma tão grave toda a sua obra. É isso que estamos inclinados a demonstrar nesta leitura de Sílvio Romero.

Dito de maneira radical - para tornar também mais claro o que queremos afirmar – o seu comprometimento político, com fatores extra texto, e o comprometimento estético, com os fatores internos do texto, foi o “grande debate literário” que atravessou o século XX com todos seus matizes ideológicos inevitáveis. Neste sentido, é espantosa a contemporaneidade com que Sílvio Romero e José Veríssimo – muito além do que o ambiente intelectual brasileiro permitia – desenvolveram e argumentaram nos dois principais caminhos por onde transitaria os novos parâmetros da crítica moderna. José Veríssimo procurando atribuir valor ao próprio objeto nos seus atributos estéticos e conceituais e Sílvio Romero fazendo a crítica literária julgar por aspectos históricos e sociais de seu nascedouro.<sup>242</sup>

Toda a crítica literária baseada na interpretação sociológica da literatura, quer dizer, crítica que tenta explicar a gênese através de fatores sociais, tem tributo a dar a Sílvio Romero. De maneira mais evidente, é claro, nos críticos mais “à esquerda”: Astrogildo Pereira, do *Interpretações* e o espelhamento social e econômico; Nelson Werneck Sodré, em *História da Literatura Brasileira* (1938) e os valores contidos na capacidade do autor de interpretar sua classe e seu momento histórico; o próprio Antonio Candido de *Formação da Literatura Brasileira* e o enquadramento histórico e social, além do conceito de literatura “empenhada”. Há um caminhar constante pela estrada aberta por Sílvio Romero: alguns transitando em toda sua extensão; outros apenas alguns trechos.

O outro lado da *História da Literatura Brasileira*, o lado doutrinário de sua proposta de estudo, gira em torno da construção da nacionalidade brasileira. Crítica

---

<sup>242</sup> Foi na virada do século que a distinção entre história literária e crítica literária desenvolveu-se de forma mais esclarecedora. Com ela vieram também alguns conceitos que tornaram claro os caminhos a percorrer dali em diante: o conceito diacrônico sobre a literatura, vista como reflexo testemunhal da realidade (documento); e o conceito sincrônico, da literatura vista como um fato e momento único (monumento). “(...) a oposição fundamental é entre o ponto de vista sincrônico e universalista sobre a literatura próprio do humanismo clássico (...) e o ponto de vista diacrônico e relativista, que considera as obras como séries cronológicas integradas a um processo histórico. É a distinção entre monumento e documento.” COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da Teoria*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p.198.

literária era para ele – como vimos – identificar a singularidade da cultura genuinamente popular expressa na literatura, nas modinhas, nas canções, no folclore. Estas manifestações artísticas seriam conseqüências e imagens projetadas de uma situação social, que procurou desenvolver com cientificismo, baseado na definição racial do povo brasileiro. Quer dizer, para determinar esta produção cultural foi necessário que definisse primeiro o povo brasileiro e aí sua grande descoberta – o mestiço. O mestiço permitiu que afirmasse a existência de uma nação porque o tínhamos como raça. Mas a conclusão, como vimos anteriormente, não estava totalmente resolvida e, por isso, uma advertência:

Manda a verdade, porém, afirmar que essa almejada unidade, só possível pelo mestiçamento, só se realizará em futuro mais ou menos remoto; pois será mister que se dêem poucos cruzamentos dos dois povos inferiores entre si, produzindo-se assim a natural diminuição destes, e se dêem, ao contrário, em escala cada vez maior com indivíduos de raça branca. E, mais ainda, manda a verdade afirmar ser o mestiçamento uma das causas de certa instabilidade moral na população, pela desarmonia das índoles e das aspirações no povo, que traz a dificuldade da formação de um ideal nacional comum.<sup>243</sup>

A “mania das raças”<sup>244</sup> em Sílvio Romero foi uma constante fonte de contradição de seu pensamento e – com certeza – um dos fatores a envelhecer os estudos sociológicos, na medida em que as pesquisas etnográficas saíram da pauta intelectual, a partir da década de 1940.<sup>245</sup> Mas até a Primeira Guerra Mundial, a base étnica com que Sílvio Romero havia pensando o Brasil, era a mesma que havia sido utilizada na Europa para a afirmação racial de alemães, ingleses, franceses... e seus interesses nacionais. O conceito feudal que criava raças nobres e superiores, para justificar privilégios e vantagens sobre a plebe de etnia inferior, serviu também – no mundo burguês e capitalista – para justificar e “naturalizar” a exploração e a colonização imperialistas de países. Era a lei biológica da sobrevivência do mais

---

<sup>243</sup> ROMERO, Sílvio. “Conclusões Gerais – A Raça”. In: *História da Literatura Brasileira*. Vol.1. Op. Cit., p.305.

<sup>244</sup> “...o elemento raça, que foi sempre a minha velha mania.” ROMERO, Sílvio. “Carta a Arthur Guimarães.” 14 de fevereiro, 1910. In: RABELO, Sílvio, *Itinerário de Sílvio Romero*. Op. Cit., p.241.

<sup>245</sup> A afirmação racial do partido nacional-socialista alemão e as conseqüências dramáticas da Segunda Guerra Mundial acabaram por inviabilizar estudos que atribuíam diferentes raças ao mesmo grupamento humano. O caráter discriminador, destes estudos, foi amplamente utilizado durante a guerra para justificar políticas de extermínio. A partir da revelação das atrocidades, até estudos médicos envolvendo genomas e doenças geneticamente transmitidas foram suspensos. Este foi um tema com custo elevado para a história da humanidade.

adaptado ao meio, ou o darwinismo, aplicado na justificativa das desigualdades sociais. Um conjunto de pensadores importantes do século XIX tratou de difundir e justificar racialmente as diferenças econômicas e as desigualdades sociais entre países.

Aqui é importante, para que possamos compreender as influências deixadas por Sílvio Romero, retornarmos a duas correntes do pensamento racial e racista que são fundamentais nas concepções de sociedade e nação que desenvolveu. Um deles, de autoridade no Brasil porque aqui viveu como diplomata alguns anos, foi Arthur de Gobineau. A sua obra, *Essai sur l'inégalité des races humaines*, publicado de 1853 a 1855, tratou de difundir seus estudos de que homens de etnias diferentes tinham cérebros maiores ou menores e isso determinava o nível de civilização das sociedades em que estavam inseridos. Na escala de desenvolvimento, os povos arianos ocupavam o topo da pirâmide e negros e amarelos a parte inferior – povos mediterrâneos também apresentavam níveis intelectuais inferiores por causa da miscigenação ao longo da história. O futuro social da humanidade era a miscigenação, ou seja, sua destruição pela corrupção e degradação moral era inevitável. Na Europa, suas idéias o tornaram famoso e o *gobinismo* foi mais um elemento a justificar e explicar a superioridade racial de alguns povos.<sup>246</sup>

No desenvolver de suas pesquisas, a base intelectual de Sílvio Romero passou a incorporar a sociologia de Le Play e o conceito de uma sociedade derivada de causas claras, objetivas. E este se tornou sua segunda base teórica de pesquisa social. O conceito básico de Le Play reside na idéia de que todas as sociedades são regidas pelas mesmas leis – em todos os tempos e em todos os lugares. Estas leis, cientificamente imutáveis, fornecem um critério e, através dele, o corpo social é analisado. Com isso seria possível definir causas da decadência, causas da prosperidade, enfim, seria possível perceber por que determinados países progrediam, enquanto outros permaneciam no atraso. As sociedades, portanto, eram organismos vivos e tinham a vida familiar como células da formação deste corpo. Todas as características da sociedade – positivas ou negativas – estariam contidas nesta célula primeira, no grupo

---

<sup>246</sup> Gobineau escreveu também sobre história e crítica literária. Seu pessimismo, quanto ao futuro da humanidade, baseia-se na perspectiva de que a inevitável miscigenação das raças trará um tempo de decadência total: moral, física, social. É atribuída a ele a frase: “Não acredito que viemos do macaco, mas creio que estamos indo nessa direção”. Do seu tempo de Brasil, levou as piores impressões: “uma multidão de macacos”. Citado por VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical - história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. Op. Cit., p.31.

familiar. O estudo do funcionamento desta vida familiar, modo de trabalho, forma de educação, poder materno, poder paterno, forneceria elementos para se decifrar as causas dos males sociais.

Desta visão derivou uma “nova” leitura sociológica romeriana – radicalmente determinista – que transferiu os valores atribuídos às cargas genéticas, do passado, para as condições de vida familiar. O curioso é perceber que, se antes a genética ideal para o desenvolvimento social era a branca européia, agora eram famílias brancas e européias as causadoras do desenvolvimento social nos países europeus. Da combinação de Spencer (e as sociedades “individualistas”) e Le Play (e as sociedades “particularistas”), Sílvio Romero desenvolveu seu pensamento sociológico definitivo e que carregou até o final da vida. Sobre Le Play escreveu:

(...) o grande espírito que melhor aplicou o método da observação na ciência social. Quando demos a primeira edição deste livro (...), não conhecíamos ainda os consideráveis estudos dessa escola, cujos processos e métodos adotamos, porque eles vêm reforçar as doutrinas capitais do evolucionismo sociológico de Spencer.<sup>247</sup>

Os acontecimentos vividos por ele, com a experiência republicana no Brasil, foram colocando sua visão de mundo em perspectivas diferentes. Assim passou a transitar de Gobineau para Le Play (de fatores genéticos para fatores familiares) – nota-se a persistir uma base doutrinária que está na definição do que ele chamou de “o incômodo problema das origens”.<sup>248</sup> Na sua insistência em definir o caráter nacional brasileiro, num alicerce popular que imaginava a nação possuir, insistia em concepções de natureza étnica, depois antropológica e, por fim, sociológica.

Na parte anterior deste capítulo, vimos como seu pensamento de euforia com o descobrimento do “mestiço” foi se transformando numa profunda desilusão na medida em que o projeto republicano não se realizava. A culpa recaiu sobre um povo que dificilmente sofreria o “branqueamento” por ele preconizado. Falando sobre o nordeste: “é a região onde se deu o maior mestiçamento com as duas raças inferiores,

---

<sup>247</sup> ROMERO, Sílvio. *Obra Filosófica*. Org. VITA, Luís Washington. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Editora da Usp, 1969, p.608.

<sup>248</sup> ROMERO, Sílvio. “Os métodos e processo da Escola de Le Play”. In: *História da Literatura Brasileira*. Vol.1. Op. Cit., p.196.

predominando o mulatismo nuns pontos e o caboclisto noutros...é o velho Brasil, o Brasil português, histórico”.<sup>249</sup>

Este seu desencanto com a carga étnica, carregada pelo povo mulato, foi avançando para o campo político de maneira natural. O caráter conservador sempre esteve presente, e quando chega na política, alcançava padrões reacionários. Observe-se com que naturalidade ele desliza do racial para o político:

A distinção e desigualdade das raças humanas é um fato primordial e irreduzível, que todas as cegueiras e todos os sofismas dos interessados não têm força de apagar. É uma formação que vai entroncar-se na biologia e que só ela pode modificar. Esta desigualdade originária, brotada do laboratório imenso da natureza, é bem diferente da outra diversidade, oriunda da política, a distinção das classes sociais.<sup>250</sup>

Do ponto de vista político, o pensamento de Sílvio Romero apresenta pontos de constâncias que lhe deram a coerência de uma visão social conservadora. Antes da Proclamação, encontramos o crítico confiante no próspero futuro da nação através da mudança de regime. Instalada a República, vamos vê-lo raivoso, amargo e pessimista com os confusos caminhos que a nação brasileira havia tomado. Na direta proporção em que sua desilusão crescia, aumentava também o seu conservadorismo, suas posições antiliberais e mesmo reacionárias. O pensamento de Sílvio Romero é claramente uma dissidência à direita do projeto republicano vitorioso em 15 de novembro.

Nesta fase, em que se fortalece o pensamento maduro, a idéia de ordem e harmonia nas relações internas do tecido social foi dominante. Ele as herdou de Comte. E o conceito de que a sociedade – como ente vivo – resolveria por si só as próprias anomalias vieram de Spencer. Os movimentos populares e as idéias revolucionárias do final do século XIX não foram capazes de tirá-lo do entendimento de que a sociedade é o palco da “evolução das espécies”, lugar de aperfeiçoamento de povos e de indivíduos.

Mesmo o cientificismo das jovens teorias marxistas – com o estado ordenado pela mão e pelo racionalismo do homem – apesar de sedutor, não conseguiu afastá-lo da idéia de “seleção natural”. Portanto, tudo o mais que de alguma forma pudesse interferir

---

<sup>249</sup> ROMERO, Sílvio. “A Imigração e o Futuro do Povo Brasileiro”. In: *Discursos*. Porto: Lello & Irmão, 1904, p.311.

<sup>250</sup> ROMERO, Sílvio. *Doutrina Contra Doutrina*. Op. Cit., p.74.

nesta ação viva – das forças sociais ou naturais – era visto com o mais profundo desprezo. O Estado deveria se manter o mais discreto possível, de preferência, até alheio às disputas e contendas sociais. Quer dizer, Estado mínimo. Neste sentido, Sílvio Romero passou a incorporar um projeto político liberal no sentido de garantia das liberdades individuais para que prevalecessem as “leis darwinianas”, mas acreditando muito pouco na capacidade de discernimento das massas populares – que através do voto são, no final das contas, as avaliadoras do regime republicano. Percebeu com clareza, ainda no início da década de 1890, a disputa que começava a se mostrar e que atravessaria todo o século XX:

(...) a democracia se divide em duas grandes frações: de um lado, acham-se todos aqueles que esperam que a evolução seja feita gradativa e harmonicamente pela energia latente que dirige o progresso; de outro lado, colocam-se em linha os que pretendem intervir francamente na direção dos fenômenos históricos, reorganizando a sociedade, que lhes parece seguir marcha errada. De uma banda, em uma palavra, os individualistas e endeusadores da liberdade, de outra banda, os socialistas, os fanáticos da igualdade.<sup>251</sup>

Quando setores organizados da sociedade – principalmente segmentos operários, de forte influência socialista – começaram a pressionar o poder e questionar as promessas republicanas, imediatamente Sílvio Romero desqualificou os movimentos por ser uma “imitação”. Não se tratava, em sua opinião, de reivindicações justas, nascidas das necessidades do povo. Não, nada disso. Era uma cópia, portanto, não tinha a legitimidade do “natural”, do “brotado” na sociedade brasileira. Em resumo: era radicalmente contrário à intervenção “revolucionária” de qualquer força social, como também era opositor do estado forte. Defendia o ritmo da ordenação natural das coisas vivas.

Sabem todos que o primeiro ato do grande drama da aproximação das classes consistiu na luta da burguesia contra a nobreza, que afinal foi vencida quase por toda a parte. Sem ter, por sua posição sociológica, contribuído para o fato, o nosso país dele aproveitou. O Brasil não possuía nenhuma aristocracia para desbaratar e tirou do fato o proveito genérico que ele em si mesmo encerrava. Que se poderia, porém, dizer de um agitador qualquer que, só pelo gosto de macaquear, fantasiasse neste país a existência de uma despótica e opulenta nobreza e organizasse,

---

<sup>251</sup> Ibidem, p.78.



para deitar chão, o partido da burguesia pacata e sombria? Zombaria toda a gente do dislate do extravagante. Pois, *mutato nomine*, é quase o mesmo que se dá com o *operariado* político.<sup>252</sup>

De forma panorâmica podemos dizer que foi por aí, pela desqualificação dos movimentos sociais, que Sílvio Romero atacou de maneira firme as manifestações populares e, principalmente, as ideologicamente situadas à esquerda de seu pensamento reformista. A condenação, iniciada pelo caráter imitativo, foi mostrando cada vez mais a ideologia conservadora, expressa em todo seu discurso político. Quer dizer, de repente, aquela pureza nascida dentro das bases populares não era tão pura e a missão tutelar das elites se mostrava mais e mais necessária diante da ameaças que agora vinham também do estrangeiro. São as idéias alienígenas, atribuídas ao pensamento socialista de que ouvimos falar durante os longos anos ditatoriais.

Com Comte, com Spencer, com Buckle pedindo ordem e harmonia, estava sempre na defensiva quando o assunto era povo nas ruas, revoltas populares ou revolução. Chegou a construir uma leitura ácida do período da Regência, tempo de insurreições e de violência na história brasileira.<sup>253</sup> Quando começou a propaganda socialista, atacou o espírito de desordem que os revolucionários impuseram ao país. Culpou a imigração que dava entrada a “frades e anarquistas”.

Dos dois curiosos bandos, de frades e anarquistas, expulsos de toda a parte e aceitos de braços abertos pelos nossos imprevidentíssimos governos, resultam aí a olhos vistos: o aumento do fanatismo e da superstição...é obra dos frades, e andamos quase diariamente a ter as greves, antes de termos as indústrias...é a obra dos anarquistas.<sup>254</sup>

Apesar de serem palavras inaugurais do discurso conservador do fim do século passado, parece-nos familiar pela repetição com que foi se reproduzindo durante os últimos cem anos.

---

<sup>252</sup> Ibidem, p.83. (destaque no original)

<sup>253</sup> “A desordem, a anarquia, ateadas pelos politiqueros do tempo, depois de segregados episódios em Pernambuco, Pará, Bahia, Rio de Janeiro e até Sergipe, que teve também sua comédia de revolução em Santo Amaro, perdurava na afoiteza daninhada inconsciência turbulenta de rombos mandões no Rio Grande do Sul.” ROMERO, Sílvio. “O Duque de Caxias e integridade do Brasil.” In: *Provocações e Debates*. Porto: Livraria Chardron, 1910, p.295.

<sup>254</sup> ROMERO, Sílvio. *O Brasil Social – vistas sintéticas obtidas pelos processos de Le Play*. Rio de Janeiro, Tip. Jornal do Comércio, 1907, p.26-27. Citado em: FILHO, Evaristo de Moraes. *Medo à Utopia – o Pensamento Social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985, p.250. (destaque no original)

Arredar do poder quem quer que nele esteja e ali colocar esse punhado de anarquistas, ou comunistas, ou coletivistas, ou socialistas, que a caduca Europa nos exporta, no meio de seus padres e frades de todos os credos e ordens, não me parece muito acertado.<sup>255</sup>

Não queremos dizer aqui que o discurso étnico-nacionalista e anti-socialista de Sílvio Romero seja fundador do pensar a sociedade brasileira dentro de uma conformidade ideológica definitiva. O que podemos demonstrar é que seu pensamento contribuiu com elementos “científicos” para a difusão de um discurso conservador. Estabeleceu uma base de inquietação que passou a permear os estudos sociais no Brasil já a partir de suas primeiras publicações. A figura do “mestiço” ganhou o espaço central nos estudos que procuravam o sentido da nacionalidade.

Origens, influências, formação, derivações, futuro, raças originárias, música, melancolia, cultura, passado, índios, musicalidade, negros, colono português, clima quente, escritores, família. As derivações foram inúmeras, de forma geral alimentando o mito de um jeito de ser único. Seja na cordialidade, na alegria, na musicalidade, na própria miscigenação. Por qualquer ângulo que se observe, a temática desenvolvida por Sílvio Romero pareceu atender a uma demanda intelectual e política que forjava a construção da nacionalidade ao se voltar às origens e perseguir o seu próprio percurso como nação.

Na cultura livresca, do início do século, Romero aparece já impregnando a temática raça-nação que se tornou dominante no debate brasileiro a partir da publicação de *História da Literatura Brasileira*. Graça Aranha, de *Canaã* (1902), Euclides da Cunha, com *Os Sertões* (1902) ou mesmo um Monteiro Lobato, de *Urupês* (1918) já debutaram inseridos na discussão do nacionalismo pessimista difundido por Sílvio Romero e na contramão da cultura dominante. Hoje são textos tomados, pela crítica e pela historiografia, como fundadores de um pensar a nacionalidade brasileira. Foi por este caminho que as primeiras influências começaram a ser sentidas. Mas elas foram bem mais longe.

---

<sup>255</sup> ROMERO, Sílvio. “O Remédio Brasileiro” In: *Realidades e Ilusões no Brasil*. Op. Cit., p.298.

A influência de Sílvio Romero sobre o “nosso” pensador mais reacionário e autoritário, Oliveira Viana<sup>256</sup>, em muitos momentos, tornou-se bastante clara. A acusação de termos uma elite que imita o estrangeiro, a ignorância em relação a nossa realidade, a leitura étnica da população são elementos claros desta aproximação. José Murilo de Carvalho escreveu que “vários pontos centrais do pensamento de Oliveira Vianna enraizavam-se na tradição brasileira e não estrangeira. Ele mesmo reconhecia sua dívida com alguns de seus predecessores, particularmente com Alberto Torres e Sílvio Romero.”<sup>257</sup>

O fervor etnológico de Sílvio Romero segue com Gilberto Freire, de *Sobrados e Mucamos*, que reconhece a primazia de aspectos importantes de sua obra, como a inserção do negro na esfera pública da sociedade urbana em formação, e vai perseguir a construção de uma história brasileira a partir das raças que a formaram. Esses são achados evidentes. Mas também há muito em seus trabalhos biográficos, como as leituras que fez de *Euclides da Cunha e Outros Perfis*, ou em *Vida, Forma e Cor*.<sup>258</sup>

Plínio Salgado foi o herdeiro de Sílvio Romero na defesa de um nacionalismo atávico e na denúncia de uma vida intelectual separada do próprio Brasil. Na figura do “caboclo” estava a fusão de três raças e nele residiria uma nacionalidade latente à espera de bons brasileiros – lideranças carismáticas – que as conduzisse pelo caminho do desenvolvimento. Apresenta inimigos, como o “caudilho rural” que, associados a uma burguesia urbana, havia traído o Brasil e o interesse de seu povo. Isso tudo é muito próximo de Sílvio Romero e, na verdade, fica devendo-lhe a originalidade. O que em Plínio Salgado é distinto são o fervor católico e o culto à personalidade.<sup>259</sup>

---

<sup>256</sup> Os estudos sociológicos, apresentados inicialmente em *Populações Meridionais do Brasil*, revelam várias aproximações com Sílvio Romero. A definição racial entre alguns arianos e a miscigenação geral tem aproximações e distâncias. Oliveira Viana saúda o arianismo inevitável, Sílvio Romero vê como ocorrência normal do determinismo da natureza. O método de pesquisa sociológica é muito próximo do de Sílvio Romero. No entanto, as atribuições de valores são, muitas vezes, opostas: Oliveira Viana saúda as oligarquias, Sílvio Romero as condena.

<sup>257</sup> CARVALHO, José Murilo de. 1991. “A utopia de Oliveira Viana”, *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: n° 7, p. 88.

<sup>258</sup> “O sagaz sergipano parece ter compreendido...o fenômeno que nestas páginas procuramos associar ao declínio do patriarcado rural no Brasil: a transferência de poder, ou de soma considerável de poder, da aristocracia rural, quase sempre branca, não só para o burguês intelectual – bacharel ou doutor às vezes mulato – como para o militar – bacharel da Escola Militar e da Politécnica, em vários casos, negroide.” FREIRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: a decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981, p.586.

<sup>259</sup> SALGADO, Plínio. *Doutrina do Sigma*. Rio de Janeiro, Schmidt, 1937.

Por caminhos laterais vamos encontrá-lo na mestiçagem de Paulo Prado como resultado da “solidão” do colono português entregue à sensualidade das mulheres indígenas, à cobiça e ao contexto dinâmico de ordem e desordem social. Para Alfredo Bosi este enfoque de Paulo Prado “é um tanto retardatário....de um Capistrano, um Sílvio Romero, um Euclides, um Oliveira Vianna; uns com mais, outros com menos ênfase, tinham por certa a ‘desvantagem’ advinda da miscigenação”.<sup>260</sup> O olhar é mesmo muito semelhante ao de Romero:

Dominavam-no dois sentimentos tirânicos: sensualismo e paixão do ouro. A história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo das vítimas. Para o erotismo exagerado contribuíam como cúmplices – já o dissemos – três fatores: o clima, a terra, a mulher indígena ou a escrava africana.<sup>261</sup>

Os modernistas de 22, tanto na sua vertente antropofágica como na “verde-amarela”, carrega dívidas ocultas para com Sílvio Romero. A reinvenção do Brasil modernista e a sublimação de um novo indianismo acabaram por justificadamente esconder a presença das idéias desenvolvidas no passado – nem tão passado assim – quando propõe a mística racial e espiritual para um povo em formação. Os modernistas de 22, apesar da “nova” brasilidade construída, mergulharam na temática de Romero ao perseguir o tipo nacional de um Macunaíma “sem caráter”, no sentido de uma identidade definida, e de uma formação racial que é “preto retinto” e “branco louro”, no seu eterno mestiçamento. Escreve Antonio Candido: “Não espanta, com isso tudo....Que tenha ajudado um homem como Mário de Andrade a definir a sua densa visão da cultura popular, e que tenha influído diretamente no modo de Gilberto Freire conceber a gênese das classes dominantes.”<sup>262</sup>

Seja por sua produção gigantesca, pela formação universalista que possuía, pela erudição incontestável, poucos foram os temas envolvendo cultura e sociedade em que Sílvio Romero não esteve presente com alguma observação ou estudos de caso. Tornou-se uma referência nas pesquisas sociais brasileiras, um pouco pela escassez de obras que tratassem do tema, mas também pela cientificidade e seriedade com que tentou

---

<sup>260</sup> BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Editora Cultrix. 1976, p.424.

<sup>261</sup> PRADO, Paulo. *Retratos do Brasil – ensaios sobre a tristeza brasileira*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1981, p.90.

<sup>262</sup> CANDIDO, Antonio. “Fora do Texto, Dentro da Vida”. In: *Educação Pela Noite & Outros Ensaios*. Op. Cit., p.104.

impregnar suas pesquisas. Em torno da figura do “mestiço”, muitas interpretações da identidade nacional se desenvolveram. O “problema das origens” foi central na obra de Romero e marcou estudos culturais e sociológicos que se seguiram.

Podemos encontrá-lo também em Sérgio Buarque de Holanda com a realidade social reconstruída a partir da célula familiar e suas relações com o estado, a vida difícil da democracia na sociedade brasileira. Afrânio Coutinho enxergou a presença de Sílvio Romero no “..historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902), também inspirado, embora de maneira menos sistemática e mais eclética em pressupostos sociológicos, historicistas e culturais”.<sup>263</sup> Se não encontramos o seu nome nas páginas de *Raízes do Brasil*, também não podemos deixar de perceber ordens discursivas muito semelhantes.

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida.<sup>264</sup>

Os estudos de Sílvio Romero sobre folclore também proporcionaram pesquisas com o objetivo de atestar, no nascedouro, o brotar de uma poesia mestiça contida nos versos das canções. *Cantos Populares no Brasil*, de 1897, registra cantigas e histórias, ritmos e versos, além de denunciar tentativas de esconder esta produção cultural de “origem mestiça”.

Câmara Cascudo em seus estudos sobre história oral, no folclore brasileiro, atribui a Sílvio Romero a primazia nos estudos e resgates de tradições populares. É o primeiro pesquisador a atribuir valor a uma produção cultural que, até aquele momento da história nacional, não era reconhecida como expressão de um povo: “As pesquisas da literatura oral brasileira começa-as realmente o onipresente Sílvio Romero... abrindo o caminho na mata escura”.<sup>265</sup>

Seus estudos sobre o folclore, e a admiração genuína que sentia pela produção popular, ajudaram a difundir a prática do intelectual que atribui ao “cancioneiro

---

<sup>263</sup> COUTINHO, Afrânio. *Crítica e Poética*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968, p. 135.

<sup>264</sup> HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1966, p.73-74.

<sup>265</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura Oral no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1984, p.17.

popular” a guarda da “verdadeira” cultura brasileira. A figura do intelectual elogiando o sambista, que canta “Brasil, Meu Brasil brasileiro, Meu mulato inzoneiro, Vou cantar-te nos meus versos.”<sup>266</sup>, é a imagem duplamente fiel de uma vertente do nacionalismo de Sílvio Romero – na admiração comovida do intelectual e na temática escolhida pelo compositor.

Há na sua produção intelectual descontinuidades, interrupções, ênfases exageradas para logo, ali adiante, desaparecer de forma repentina. Antonio Candido explica este comportamento afirmando que o pensamento de Sílvio Romero refletia a “imagem nervosa” do país.<sup>267</sup> Ao mesmo tempo, encontramos um elemento constante em seus textos que parece costurar as contradições: uma unidade construída em torno do nacionalismo. A idéia da sua atividade intelectual estar a serviço da construção da nacionalidade ameniza e torna, até certo ponto, explicável suas contradições.

Na “imagem nervosa” do país que construiu, também enxergou fatores e razões verdadeiras para o atraso brasileiro que até os dias de hoje sobrevivem. Não estamos falando, é claro, de patriotadas retóricas dentro de estudos propositivamente científicos. Estamos falando de um intelectual que localizou nas oligarquias regionais fatores de desequilíbrio e atraso no desenvolvimento do país.

O Brasil de hoje, como foi organizado por certos fantasistas sem cultura real, sem plasticidade orgânica de talento e de doutrinas, confundidores famosos de frases com idéias, e como tem andado ao sabor e sob o tacão de criminosos exploradores, - é uma desarticulada ditadura, de joelhos perante o Exército, repartida em vinte oligarquias fechadas, em feudos escusos, pertencentes a vinte bandos de sicários... Semelha-se a um enorme mastodonte, dividido em vinte pedaços que apodrecem lentamente sob o corvejar de abutres que os devoram (...)<sup>268</sup>

Foi assim também que descobriu a necessidade de uma reforma agrária.

Refiro-me à negação pelo Brasil dada à lei histórica, observada na milenaria evolução do Ocidente, por toda a parte, quando os

---

<sup>266</sup> BARROSO, Ary. *Aquarela do Brasil*.

<sup>267</sup> “(...) as suas contradições (título de um livro polêmico de Laudelino Freire), se forem tomadas em nível profundo, constituem a projeção, no seu pensamento, da complexidade perturbadora de uma sociedade marcada por certas desarmonias e discordâncias. Justamente por isso a sua obra é mais do que uma construção bem-feita, que satisfaz em si mesma; ela é uma imagem nervosa do País.” CANDIDO, Antonio. “Fora do Texto, Dentro da Vida”. In: *Educação Pela Noite & Outros Ensaios*. Op. Cit., p.103.

<sup>268</sup> ROMERO, Sílvio. “As Oligarquias e sua Classificação”. In: *Provocações e Debates*. Op. Cit., p.407.

escravos e servos se tornaram em homens livres. Em todo o Ocidente a maior porção daqueles transmutou-se nessa massa de pequenos proprietários agrícolas, presos, pois, ao solo pelos mais sólidos interesses, e que veio a constituir o cerne, o âmago, o nervo das nações modernas; a outra porção transformou-se nesse corpo de operários rurais, também ligados ao solo, o que é outra das bases firmes das nações fortes e futuras. No Brasil nada disso.<sup>269</sup>

Percebeu a ausência do reconhecimento cultural e econômico, da força de trabalho escrava e africana, na construção da sociedade brasileira:

A pobre raça escravizada não teve nunca o direito de entrar na História; seu trabalho intelectual foi anônimo, bem como seu trabalho físico...Como se chamava o herói negro, o último Zumbi, que sucumbiu à frente dos seus nos Palmares? Ninguém sabe.<sup>270</sup>

É impossível não reconhecer o descompasso entre suas descobertas sociais e a plataforma teórica utilizada. Partindo de idéias carregadas de preconceitos eurocentristas ou claramente a serviço de uma justificativa colonial, Sílvio Romero acabava “lendo” a realidade brasileira de uma maneira profundamente verdadeira e reveladora de problemas sociais – como a reforma agrária – ou de forças atrasadas – com as oligarquias. Nelson Werneck Sodré vai constatar este desacerto entre o caminho teórico percorrido e suas descobertas.<sup>271</sup>

Mas durava pouco. Vamos encontrá-lo carregando dogmas do mais puro ideário colonialista europeu, com seus critérios raciais e superioridades atávicas e inquestionáveis. As palavras de Evaristo de Moraes Filho são definitivas sobre este intelectual complexo que se deu a missão de fundar o nacionalismo brasileiro:

---

<sup>269</sup> ROMERO, Sílvio. “Academia Brasileira de Letras”. In: *Provocações e Debates*. Op. Cit., p.384-385.

<sup>270</sup> ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Vol.I. Op. Cit., p. 97.

<sup>271</sup> “Oscilando entre as conclusões que lhe forneciam os mestres externos, a que se submete quase sempre apaixonadamente, e os ensinamentos que lhe provêm da observação do quadro em que vive, comete erros graves, mas assinala, com a sua profunda intuição, traços de uma realidade indesmentida. Serve-se daquilo que lhe ensinaram os livros de fora e acredita no etnografismo, no tropicalismo, no que lhe dizem os seus Buckle, os seus Taine, os seus Le Play, quando não os seus Comte e os seus Spencer, admite os critérios da hereditariedade como preponderantes, inclina-se para o mito da “arianização”, aceita um mundo de falsidades cujos fundamentos não examina. Mas examina o problema da abolição com um critério próprio e objetivo...mostra os perigos do imperialismo, com uma clareza surpreendente para o tempo; indica os obstáculos ao desenvolvimento na presença de uma estrutura arcaica de produção. Mais do que isso: volta-se para as fontes mais puras da criação literária, fundamenta um pensamento nacionalista inequívoco, combate a imitação servil dos modelos literários externos”. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Op. Cit., p.364.

Curioso, no entanto, é que o próprio Sílvio, como bom patriota e bom nacionalista, enxergava bem esse imperialismo, que dividia os povos em dominantes e dominados, e que procurava nos recolonizar, ocupando os nossos territórios desocupados ou mal ocupados. Era a luta do brasileiro, do sergipano, do homem do povo, contra o outro homem que ocupava a mesma mente, intoxicado de teorias alienígenas, representativas de uma filosofia político-social para uso dos conquistadores. Em diversas oportunidades denunciou Sílvio a predominância do elemento estrangeiro, de nações mais fortes, nas fontes da vida nacional. Assim foi com o problema do alemanismo na imigração; assim foi com o controle dos capitais estrangeiros na nossa indústria, no grande comércio de importação e de exportação, na mineração. Tão preocupado com a penetração estrangeira nas fontes da vida material brasileira, Sílvio não se dava conta de que era vítima, ele próprio, da mais forte das submissões ao que vinha de fora: a das idéias, a das teorias, que nos davam como inferiores e incapazes de competir com raças mais puras e mais enérgicas. Tomava como um dado inquestionável da ciência, válido objetivamente, quando se tratava, talvez também sem clara consciência de seus autores, de uma ideologia colonialista.<sup>272</sup>

---

<sup>272</sup> FILHO, Evaristo de Moraes. *Medo à Utopia – O Pensamento Social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Op. Cit., p.262.



## **Capítulo 3**

### **A República de Euclides da Cunha**

“Quero sentir bem fundo o aguilhão dos máximos desapontamentos;  
e se estes forem bem cruéis - talvez consiga alguma coisa em 1908...ou  
2000.”

(Correspondência pessoal – 31.12.1906)

### 3.1 A TRAJETÓRIA POLÍTICO-INTELLECTUAL

Os jornais do dia 16 de agosto de 1909 trouxeram como chamada de capa e grande cobertura interna a morte dramática de Euclides da Cunha. Sem dúvida foram aspectos circunstanciais do crime que ganharam espaço e atenção dos jornalistas – identificado no apelo da manchete como “Tragédia da Piedade”, numa referência ao subúrbio carioca onde o crime ocorreu. Quase cem anos depois, ainda é possível observar como o redator da notícia teve dificuldades em identificar claramente, ao leitor, o papel desempenhado por Euclides da Cunha. Não que não soubesse de quem se tratava, mas a que identidade dar relevância: ao escritor ou ao revolucionário republicano?

No Senado, presidido por Quintino Bocaiúva, o discurso foi pelo “Moço, pelas suas tradições republicanas e só por elas já se impunha à consideração de todos os republicanos brasileiros...”<sup>273</sup> Na Câmara, o deputado Coelho Neto “fez calorosos elogios ao seu livro *Os Sertões*. Nesse trabalho o escritor que acaba de sucumbir soube descrever e interpretar a valente raça dos caboclos do Norte, raça sofredora e forte.”<sup>274</sup> As referências ao autor do livro *Os Sertões* acabam por exigir do esforçado redator uma definição, ao menos simplificada, do que era o livro. E ele o define na indefinição: “que era literatura e era história, que era ciência e era arte.”<sup>275</sup>

No velório, na Academia Brasileira de Letras, a elite política e intelectual, militar e estudantil, cada qual saudava o seu Euclides da Cunha. Os mais velhos davam significado a sua participação política, de republicano destemido e panfletário; os demais, ao escritor lúcido do “livro vingador” que, por este ano, já havia se sucedido em inúmeras edições. Euclides da Cunha havia lançado dois livros recentemente, em 1907: uma coletânea de crônicas de jornais e um livro obscuro sobre a disputa territorial entre Bolívia e Peru. Por ambos foi elogiado pela crítica, mas aos 42 anos de idade parecia se

---

<sup>273</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro 16/08/1909.

<sup>274</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro 17/08/1909.

<sup>275</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro 16/08/1909.

sentir esgotado fisicamente, intelectualmente, politicamente e – agora era de conhecimento de todos – emocionalmente.

Na reconstrução de uma produção intelectual, que é alterada de maneira radical e profunda ao se colocar a serviço da militância política, como pretendemos demonstrar nesta tese, é necessário perseguirmos a formação do escritor Euclides da Cunha. A factualidade, de muitos momentos do texto, pretende demonstrar a coerência de uma formação intelectual e os acontecimentos importantes da vida como a educação escolar, a profissão, o trabalho.

Euclides da Cunha nasceu na província de Cantagalo, no Rio de Janeiro em 1866, filho de um guarda-livros que trabalhava na região cafeeira do Vale do Paraíba e que escrevia poemas.<sup>276</sup> Sua mãe, que tinha feições indígenas, faleceu três anos depois de seu nascimento.<sup>277</sup> Euclides foi mandado a Teresópolis, mas permaneceu somente um ano – a tia, com quem vivia, também faleceu. Foi para Nova Friburgo, onde passou a viver com outros tios e primos. Mais tarde, para dar formação escolar às crianças, a família mudou-se para São Fidélis, no ano de 1874.

Em São Fidelis, iniciou seus estudos no Colégio Caldeira, de propriedade do português Francisco José Caldeira da Silva, exilado político e que veio ao Brasil com objetivo de servir a causa republicana. O Colégio, de ensino básico, recebia os filhos dos grandes cafeicultores da região. E Euclides deve ter tido o primeiro contato com pensadores da Revolução Francesa durante esse período de sua vida.

Nas bibliotecas dos clubes, como nas ricas vivendas daquela época, podiam ser lidos, além dos poetas e romancistas nacionais em voga, Voltaire, Rousseau, Montesquieu, Lamartine, Musset e Victor Hugo, cujas idéias misturadas mais tarde às de Comte, legaram ao menino-moço as inquietações filosóficas...<sup>278</sup>

---

<sup>276</sup> Manuel Pimenta da Cunha, seu pai, escreveu um poema chamado “A morte de Castro Alves”, que foi publicado na primeira edição de *Espumas Flutuantes*. Quando assumiu a Academia Brasileira de Letras, coincidentemente na cadeira de Castro Alves, Euclides da Cunha lembrou seu pai.

<sup>277</sup> Euclides também tinha traços indígenas muito acentuados. O que fez Sílvio Romero expressar, a um amigo, o comentário sobre a aparência magra, pequena e desajeitada de Euclides da Cunha quando lhe foi apresentado já como escritor consagrado: “Mas é um cariri perfeito!”

<sup>278</sup> ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. Op. Cit., p.23.

Três anos mais tarde, Euclides foi para a casa da avó na Bahia, mas retornou no ano seguinte, em 1878, e agora seu destino era o Rio de Janeiro. Estudou em várias escolas e no ano de 1883 ingressou no Colégio Aquino (escola preparatória para acesso à Escola Militar da Praia Vermelha), onde teve a base de sua formação de adolescente. O colégio era um dos mais conceituados da Corte e dispunha dos melhores professores da cidade. Lá ficou dois anos – teve como professor de matemática Benjamim Constant, por quem foi apresentado ao positivismo de Augusto Comte e aos ideais do movimento republicano.

É interessante observar como as instituições de ensino, seja de um colégio interiorano ou de uma escola preparatória, tinham seus programas de ensino mergulhados na propaganda republicana, como vimos no primeiro capítulo. A mítica do republicanismo como redentor do Brasil foi o discurso que formou a geração de Euclides da Cunha.

O Rio de Janeiro, neste período, proporcionou-lhe também acompanhar o fogo da campanha abolicionista, os contornos republicanos que o movimento foi ganhando e manifestações de rua sob a liderança de Lopes Trovão, com prisões e número elevado de feridos.<sup>279</sup> Neste período de jovem estudante, Euclides da Cunha lia e admirava os poetas românticos como Fagundes Varela, de *Vozes da América*. Mas foi no jornalzinho do Colégio Aquino – *O Democrata* – que Euclides da Cunha escreveria seu primeiro artigo. Não era um texto político e nem poesia, como grande parte da publicação. Era um texto de exaltação da natureza que via ameaçada pelo progresso humano. Ficava clara a sua opção por uma vida longe das grandes cidades.<sup>280</sup>

---

<sup>279</sup> No ano de 1880, Lopes Trovão põe o povo na rua para protestar contra o chamado “imposto do vintém”. Era o decreto que autorizava a cobrança de impostos sobre as passagens de bonde na cidade do Rio de Janeiro. Jornais como a *Gazeta de Notícias* e a *Gazeta da Noite* iniciaram uma campanha fortíssima contra a cobrança. Comícios ocorreram em vários locais da cidade contra a Coroa, bondes foram depredados. Sem forças para conter a população, policiais chamaram um batalhão do Exército para retomar o controle da situação. Um ano mais tarde, Lopes Trovão novamente chama a população para se opor à mudança eleitoral (Lei Saraiva) e pedir a República. E o povo invade as ruas do Rio de Janeiro. CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>280</sup> “(...) uma idéia triste nubla-me este quadro grandioso – lançando para a frente o olhar, avisto ali, curva sinistra, entre o claro azul da floresta, a linha da locomotiva, como uma ruga fatal na frente de natureza...Uma ruga, sim!...Ah! Tachem-me muito embora de antiprogressita, anticivilizador; mas clamarei sempre e sempre – o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela sem seiva, minada, morrerá (...) “Em Viagem”. In: *O Democrata*. (Rio de Janeiro), 4 abril 1884. Republicado em *Obras Completas*, Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Aguillar, 1966, V.I, p.567.

Os críticos parecem concordar com a paixão de Euclides da Cunha pela natureza, pela beleza paisagística que valorizava, mas também pelo isolamento que proporcionava. Até mais do que isso. Gilberto Freyre encontra nele um “apego quixotesco à terra...um escritor em função da paisagem brasileira, que ficou sendo para ele uma espécie de prolongamento da imagem materna”.<sup>281</sup> Desse cuidado pela terra vai resultar – mais tarde – um escritor preocupado com o descobrimento, “institucionalização” e ocupação do território nacional. É também desse apego que virá o Euclides da Cunha cartógrafo – pesquisador e executor de inúmeros mapas de regiões e de fronteira do país – como veremos mais adiante.

O humanismo do adolescente Euclides da Cunha, neste período, se manifesta através da poesia. Os românticos Álvares de Azevedo, Castro Alves, Gonçalves Dias, Musset, Lamartine. Em 1883 também ele escrevia seus versos líricos e melancólicos num poema chamado “Tristeza”.<sup>282</sup> É desta época também uma série de sonetos de sua autoria que revela as idealizações políticas de sua juventude e que permanecerão no adulto. Sua leitura na adolescência da história da Revolução Francesa fez com que escolhesse quatro heróis a quem dedicou versos cheios de admiração e fervor: Danton, Marat, Robispirre e Saint-Just – cada um com características “únicas e admiráveis”.

Na capa de um pequeno caderno de sala de aula, repleto de poemas saudando a Revolução Francesa e os ideais republicanos, escreveu: *Ondas – primeiras poesias de Euclides da Cunha*. E escreveu também sua idade: 14 anos.<sup>283</sup> Em 1906 ele próprio acrescentaria, referindo-se à idade: “Observação fundamental para explicar a série de absurdos que há nestas páginas”. Alguns poemas versavam também sobre a história dos povos, Tiradentes e episódios heróicos, sobre a escravidão e as idéias de república. E sobre si próprio: “...eu, o Voltaire e o Comte...” e “...selvagem, triste e altivo, eu enfrentarei o mundo”.<sup>284</sup>

---

<sup>281</sup> FREYRE, Gilberto. “Introdução a Canudos” In: *Diário de Uma Expedição*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939, pp.VII.

<sup>282</sup> “É nessa hora a deslizar, cansado,/ Preso nas sombras de um presente escuro/ E sem sequer um riso em lábio amado - / Que eu choro – triste – os risos do passado,/ Que eu adivinho os prantos do futuro..” Citado por Silvio Rabelo, In: *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editora ECB, 1948, p. 38.

<sup>283</sup> Aqui há um conflito de datas que ainda não está suficientemente clara aos biógrafos e historiadores. O caderno seguramente foi escrito durante o período no Colégio Aquino, portanto, Euclides teria entre 17 e 18 anos.

<sup>284</sup> ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. Op. Cit., p. 23-24.

E na formação humanística seguia o receituário da época. Da cultura francesa sua predileção era o escritor Victor Hugo e o historiador Jules Michelet. Os romances históricos de Victor Hugo, ambientados na França revolucionária, enchiam os jovens da época de imaginação, sem falar na própria atitude revolucionária do autor. Um livro seguramente lido por Euclides da Cunha foi o “1793”, um romance histórico que narra de maneira ficcional o episódio de reação dos monarquistas católicos contra a instituição republicana francesa – a guerra na Vendéia. Também Michelet e o seu polêmico e imaginativo *Histoire de la Révolution Française* preenchia os idealistas republicanos brasileiros – adultos e adolescentes – de fogo revolucionário e utopias políticas. Esse último foi um dos grandes livros de propaganda republicana no Brasil.

Apesar de mergulhado num romantismo poético e numa história política idealizada, a facilidade com disciplinas das ciências exatas – como física e, principalmente, a matemática – e o positivismo cientificista de Comte induziram o jovem Euclides da Cunha a prestar o curso preparatório da Escola Politécnica. Inicialmente hesitou, não tinha certeza que seu destino seria o de engenheiro. A Politécnica era um dos núcleos fortes dos positivistas cariocas. Lá ficou durante 1885, mas já no ano seguinte estava matriculado na Escola Militar.

Este jovem poeta metido dentro de uma formação técnica e, mais tarde, nos estudos de engenharia, antecipava o dilema que seria uma constante em sua vida: a dualidade de sua personalidade. Sempre dividido entre atividades de “ciência” e as atividades de “intelectual”; entre a matemática e a poesia; entre os afazeres de engenheiro e os de escritor; entre a ponte e o livro; entre o compromisso e o lúdico.

A Escola Politécnica, que encontrou neste período, era dominada pelas idéias positivistas de Augusto Comte e pelo evolucionismo de Herbert Spencer – ambos desaguavam na formação de um pensamento político de valorização da capacidade individual, do planejamento da sociedade e no caráter evolutivo das espécies, assim como também no das sociedades. Os valores da consangüinidade na sucessão do poder e a vontade divina ali representada eram desdenhados em nome da Ciência e do saber aplicado. A relação de aprendizado era glorificada e o conhecimento passado por mestres que tratavam os alunos como discípulos. Era a “academia dentro do quartel”, onde os estudos tinham pouco conteúdo militar e muito de doutrinários para a

democracia – com leituras de historiadores, enciclopedistas e românticos revolucionários. Apesar de a escola ter um currículo voltado para a formação nas ciências exatas, com ênfase nas engenharias, as aulas tinham conteúdo humanístico e político de grande abrangência.

Roberto Ventura sintetiza Euclides da Cunha e a sua geração neste período de Escola Militar:

A Revolução Francesa serviu a Euclides e aos republicanos de inspiração para a derrubada do Antigo Regime, representado no Brasil pela realeza hereditária e por uma Monarquia constitucional acusada de arbítrio político, sobretudo em suas relações com o Exército. Essa mistura de credos – Revolução Francesa e filosofias positivistas e evolucionistas – reforçaram a fé do jovem cadete na evolução da humanidade, que deveria se dar através de uma série linear de etapas históricas. A República surgia, aos seus olhos, como a salvação da nação brasileira, que traria a reparação da honra da corporação, cujos membros se sentiam indignados com os baixos salários e a lentidão nas promoções.<sup>285</sup>

Figuras como a de Benjamim Constant eram as promotoras desses discursos e eram também exemplos das injustiças. A figura do major – eternamente major – Benjamim Constant era amada pelos estudantes, que admiravam sua retidão de caráter e sua dignidade inabalável.<sup>286</sup> Euclides da Cunha elegera – neste reencontro com o professor da Escola Aquino – seu guia intelectual e político dentro da escola. O prestígio de Benjamim Constant se estendia por várias unidades do Exército, sempre seguido pela juventude da Escola e pela jovem oficialidade espalhada pelas unidades militares do país. A admiração nascia nas suas aulas de Cálculo: quando a aridez do

---

<sup>285</sup> VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha, esboço biográfico*. Org. Mario César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia da Letras. 2003, p.52-3.

<sup>286</sup> “Era Benjamim Constant o mestre de maior prestígio junto aos alunos da Escola Militar – uma espécie de pai sisudo, mas benévolo para todos os seus entusiasmos e todas as suas rebeldias. Um prestígio que se irradiava do meio escolar para os quartéis .... Ele aparecia nas salas de aula metido na sua farda de major e com um ar de que a barbicha e os ‘pince-nez’ tornavam um tanto abstrato. E as lições de cálculo, explicava-as com uma meticulosidade e com uma gravidade de positivista que põe a Matemática no plano mais alto das especulações. Entretanto, sabiam os alunos da sua rigidez de conduta, da sua pureza de princípios e, sobretudo, da sua independência em face ao poder – uma independência elevada a condição mística pelo homem pobre e humilde que galgara as suas posições à custas de uma vida de sacrifícios e de esforço solitário.” RABELO, Silvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editado por ECB. 1948. p.47.

conteúdo se tornava quase insuportável, o apóstolo do Positivismo entrava em cena e as aulas enveredavam para divagações filosóficas.<sup>287</sup>

Esta foi naturalmente uma influência intelectual no jovem Euclides da Cunha. Na “Revista Acadêmica”, da Escola Militar da Corte, participava com poemas como este: “(...) porque a moeda do futuro – é a idéia, / E um rei é...um rei. O democrata, um homem”.<sup>288</sup> Aparece também com um texto de crítica literária, agressivo, vaidoso, no qual se opõe tanto aos que se apresentavam contra o Realismo, quanto aos que se colocavam a favor. Ele parece pairar sobre todos...

(...) comprando briga, dando a impressão de que era um sujeito lido ao mencionar Saint-Beuve, Mirecourt, Zola, Richepin, Eça de Queirós, Lamartine, Goethe e o sempre presente Victor Hugo...seu desejo era, sem dúvida, chamar a atenção, abrir polêmica, ser lido nas colunas dos jornais.<sup>289</sup>

Assim foi sua vida e sua formação intelectual até o dia 13 de dezembro de 1888, quando foi excluído da Escola Militar, sob a alegação de incapacidade para a atividade militar – uma justificativa legal para não efetivar o que previa a lei para a suas atitudes. Era o começo de uma etapa importante na formação do revolucionário republicano. Uma semana depois embarcou para São Paulo, onde foi saudado pelos militantes republicanos, e em poucos dias apareceram seus artigos no jornal *Província de São Paulo*, assinados com o pseudônimo de *Proudhon*. Eram artigos de propaganda e Euclides o mais novo publicista político no mercado jornalístico brasileiro.

Na sua juventude e na sua inquietação, representava neste momento da propaganda republicana, o arquétipo de seu militante jovem. Tendo como base a Escola Militar, tendo como formação o positivismo, e acreditando no mito do desenvolvimento do Brasil, através da mudança do regime político. A geração de Euclides da Cunha (da

---

<sup>287</sup> “Na escola a vida corria entre aulas...exercícios físicos, e vida intelectual. Esta se bipartia em literatura, com leituras de Herculano, Camilo, Macedo, Alencar, Renan, Victor Hugo, cuja morte deu lugar a grande reunião dos estudantes, e em ciências e filosofia, misturando Platão, Buchner, Flammarion, Spencer, Teixeira de Freitas, Lagrange, Bertrand.... Euclides, muito arredo, cultivando o sestro de alisar constantemente os cabelos, brincava pouco e, se não freqüentava os clubes, aparecia nas revistas assinando versos, e cuidava com carinho das suas ciências, principalmente as físicas e matemáticas. ...Eram notas bem boas, como se pode ver por estas do primeiro ano: geometria analítica, cálculo diferencial e integral,8; física experimental e química inorgânica, 9; desenho, 7.” ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. Op. Cit., p.37.

<sup>288</sup> ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. Op. Cit., p. 38

<sup>289</sup> *Ibidem*, p. 44.



qual faz parte personagens como seu colega de turma Candido Rondon) foi portadora da grande onda nacionalista da primeira metade do século XX, como veremos mais adiante.

Mas, na cidade de São Paulo, Euclides da Cunha encontrou pela primeira vez outra vertente do republicanismo. A cidade tinha na época uma população em torno de 50 mil pessoas e o jornal uma tiragem próxima de cinco mil exemplares. Pertencia a João Alberto Salles (irmão do futuro presidente Campos Salles), mas a redação era dirigida pelo jovem Júlio Mesquita – republicano ligado aos cafeicultores descontentes com a Monarquia. O jornal, que mais tarde se chamaria *O Estado de São Paulo*, era um dos veículos de imprensa identificado com a causa republicana. Sua força política, claro, vinha do interior, das lavouras cafeeiras que se expandiam a oeste de Campinas.

A relação de Euclides da Cunha com o jornal durou até 1907 – nunca de forma regular, mas sempre contínua – e foram centena de artigos e ensaios, mais meia centena de “telegramas” durante a Guerra de Canudos. Quanto à forma de escrever, neste tempos iniciais, ainda era distante da do narrador de *Os Sertões*. Sílvio Rabelo define com propriedade: “A linguagem de Euclides era ainda indecisa, num estilo que ele mesmo chamava de “campanudo e arrebicado”, mas já se notava nele todos os sinais de escritor.”<sup>290</sup>

Um mês depois estava de volta ao Rio de Janeiro, um pouco entediado com a falta de agitação política da cidade de São Paulo, e disposto a se preparar para as provas de ingresso na Escola Politécnica. Realizou as provas de Zoologia, de Botânica, de Mineralogia, de Física e passou a estudar no curso de Engenharia Civil. Mas a agitação política nas ruas – com a ascensão de um novo ministério desesperado em dar sustentação à Monarquia, com os jacobinos entrando em choque com a guarda-negra de José do Patrocínio, com a tensão constante que se sentia no ar e que se lia nas páginas dos jornais – tornava-se impossível estudar o que quer que fosse.

Veio a República e Euclides é reintegrado à vida de quartel, novamente como aluno do Colégio Militar. Neste retorno à vida militar até a formatura como engenheiro deixou de colaborar com jornais ou revistas acadêmicas. Quando do seu período de

---

<sup>290</sup> Ibidem.

estágio na Estrada de Ferro Central, em São Paulo, em 1892, retomou suas colaborações – agora no jornal *O Estado de São Paulo* – com artigos de apoio à política do presidente Floriano Peixoto e de críticas avulsas, como os artigos contra a estrutura curricular da Escola Politécnica que estava sendo criada.<sup>291</sup> Na metade do ano retornou ao Rio de Janeiro e foi nomeado auxiliar de ensino teórico da Escola Militar: dava aulas de Física, Química e Astronomia. E continuou a estudar para um “possível” concurso na Politécnica paulista que lhe permitiria abandonar a carreira militar.

As leituras neste período tendem a satisfazer suas necessidades e seu prazer. Para preparar as aulas, estudava Laplace, Newton, Claude Bernard, Gay-Lussac. Em cartas pessoais se queixava da “cruz” que era ministrar aquelas disciplinas e da monotonia de sua vida. Sua leitura de prazer continuava, de certa forma, as de sempre: *La débâcle*, de Émile Zola, os poemas de Guerra Junqueiro baseados em Victor Hugo e com entusiasmo escreve sobre o livro *Là-Bas*, de Huysmans: “É o melhor discípulo de Zola; verás que admirável temperamento o deste escritor que é ainda um *nouveau* entre os grandes estilistas; o *Là-Bas* é o livro mais original e brilhante dos últimos tempos.”<sup>292</sup>

Nos anos seguintes teve a vida atribulada pela prisão de seu sogro, pela transferência para Minas Gerais (onde coordenou a transformação de uma Santa Casa em quartel, na cidade de Campanha) e se tornou desiludido com a carreira militar: sempre pedindo sucessivas licenças médicas com esperança de nunca mais retornar. Foi durante um afastamento que começou a trabalhar na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, por indicação de Júlio Mesquita. Durante o ano de 1895 mergulhou na engenharia, nas técnicas e nas leituras profissionais – abandonou seus estudos humanísticos.

---

<sup>291</sup> Foram artigos que lhe causaram uma série de problemas políticos e pessoais. O apoio à permanência do vice Floriano Peixoto, na presidência da república, colocou Euclides da Cunha em oposição ao jornal que defendia a convocação de eleições porque o Presidente renunciara antes de completar dois anos de governo – era também a posição do PRP e era o que determinava a Constituição e, principalmente, era o desejo dos cafeicultores em ter a presidência à disposição de seus interesses. Acabou por interromper sua participação como colaborador com o jornal. O outro problema foi um artigo agressivo sobre a formação profissional que seria dada na futura Escola Politécnica de São Paulo. Incompatibilizou-se de tal forma com os organizadores da Escola que passou mais de dez anos esperando e estudando na esperança de realizar um concurso e ingressar naquela instituição. A oportunidade, claro, nunca apareceu.

<sup>292</sup> CUNHA, Euclides da. Carta a Reinaldo Porchat. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1892 (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 40.

A vida ativa de engenheiro (...) veio convencer-me que tinha ainda muito o que aprender e que não estava sequer no primeiro degrau de minha profissão. Por aí já vêes que minha atividade intelectual converge toda para os livros práticos – deixando provisoriamente de lado os filósofos, o Comte, o Spencer, o Huxley etc. – magníficos amigos por certo mas que afinal não nos ajudam eficazmente a atravessar esta vida cheia de tropeços e dominada quase que inteiramente pelo mais ferrenho empirismo.<sup>293</sup>

Na metade de 1896, exatos dez anos depois de seu ingresso na Escola Militar, finalmente conseguiu se reformar por invalidez para o serviço militar – Euclides da Cunha foi um tuberculoso durante toda a vida. Poucos meses depois era efetivado engenheiro ajudante de 1ª classe na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo. No seu novo ambiente, conheceu intelectuais que afetaram seus estudos e formação de maneira profunda e radical.

Na reconstrução de sua biografia intelectual este foi um ano dos mais importantes da vida de Euclides da Cunha. Ser humano com enorme dificuldade em encerrar etapas de vida, dar por terminada uma tarefa, ou uma atitude de maneira definitiva, a sua vida como militar finalmente chegara ao término. Foi o ano também que conheceu alguns intelectuais que lhe deram maturidade, através do estudo de novos autores que lhe foram apresentados.

Um colega engenheiro na superintendência foi Teodoro Sampaio, que vai lhe apresentar um cientificismo sociológico desconhecido, além de um conjunto de estudiosos do Brasil – viajantes estrangeiros, além de intelectuais brasileiros contemporâneos.<sup>294</sup> Morize, Caminhoá, Varnhagen, Orville Derby, Liais, Sílvio Romero, Capistrano de Abreu e o próprio Teodoro Sampaio. Novas leituras e preocupações resultaram no tecido intelectual que vai se mostrar em *Os Sertões* e Euclides da Cunha abandonava seu discurso de visionário republicano para mergulhar no Brasil *profundo* – como veremos mais adiante. As palavras de Olímpio de Souza Andrade são justas: “Daí por diante, alusões e referenciais vão incluir

---

<sup>293</sup> CUNHA, Euclides da. Carta a João Luis Alves. 26 de setembro 1895. In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p.84.

<sup>294</sup> Teodoro Sampaio era negro, baiano de origem, filho de uma escrava e um padre, foi um engenheiro brilhante e estudioso da geografia e das populações do Brasil. Foi o intelectual a quem Euclides da Cunha deveu muito do “cientificismo” de *Os Sertões*. Era um monarquista.

preponderantemente autores brasileiros ou que tenham escrito sobre o Brasil. O homem mudava de caminho e seus encontros seriam outros.”<sup>295</sup>

A “mudança de caminho” teve oportunidade de se expor no ano seguinte, em março de 1897, quando chegaram notícias da derrota das tropas do governo no interior da Bahia. Euclides da Cunha escreveu o artigo *A Nossa Vendéia*<sup>296</sup> e demonstrou duas coisas: sua paixão revigorada pela República e um conhecimento geográfico e antropológico da região que surpreendeu a todos – inclusive ao governo. Era o efeito das novas relações intelectuais e das novas leituras. Com a contribuição do geólogo Orville Derby e do geógrafo Teodoro Sampaio, seu artigo mostrou um escritor vigoroso, detalhista e conhecedor da matéria. A estrutura narrativa usada no artigo *A Nossa Vendéia* tem o mesmo arcabouço utilizado mais tarde em *Os Sertões*. O Exército quis saber de onde Euclides da Cunha tirara tanta informação e descobriu com ele um mapa inédito da região feito por Teodoro Sampaio. Foi com esse mapa que a última expedição militar venceu as montanhas do interior baiano.

Depois de sua experiência no interior baiano, como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, Euclides da Cunha foi trabalhar na cidade de São José do Rio Pardo, na reconstrução de uma ponte. Iniciou a redação de um livro sobre o conflito de Canudos com o sentido de cumprir o dever assumido e anunciado por Júlio Mesquita ao presidente da República, quando do pedido de enviá-lo como correspondente junto às tropas.<sup>297</sup> Também para essa tarefa encontrou um parceiro poderoso – Francisco Escobar, prefeito da cidade e intelectual autodidata, figura conhecida nas bases republicanas paulistas.<sup>298</sup> Francisco Escobar tratou de garantir um ambiente tranqüilo para Euclides da Cunha. Além de colocar sua vasta biblioteca à disposição, encomendava livros e fazia traduções de fontes de pesquisa bibliográficas.

---

<sup>295</sup> ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. Op. Cit., p. 107.

<sup>296</sup> É um artigo longo, – talvez por isso – dividido em dois e publicado no jornal *O Estado de São Paulo* no dia 14.03.1897 e 17.07.1897. Por essa razão alguns autores fazem referência a dois artigos com o mesmo título.

<sup>297</sup> Telegrama de Júlio Mesquita ao presidente Prudente de Moraes solicitando a nomeação de Euclides da Cunha como adido para acompanhar o Ministro da Guerra em sua ida até Canudos. Nele, Júlio Mesquita conta que o repórter “...Quer prestar serviços à República e preparar elementos para um trabalho histórico.” In: *Diário de uma Expedição*. Org: GALVÃO, Walnice Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.13.

<sup>298</sup> Sobre Francisco Escobar há inúmeros depoimentos reconhecendo sua vasta cultura e sua vida intelectual. Afonso Taunay, Monteiro Lobato, Rui Barbosa são alguns nomes que publicamente lhe agradeceram e elogiaram.

Nos meses seguintes ao seu retorno, descansou durante três meses na pequena fazenda de seu pai, antes de retomar as atividades de engenheiro. Durante esses dias, deve ter trabalhado na terceira parte do livro (a que descreve a luta) e mergulhado em leituras que lhe habilitassem a escrever os dois primeiros capítulos. É assim que Silvio Rabelo, o mais capacitado dos biógrafos, fala dos primeiros dias de estudos e de construção do livro:

As repetições freqüentes dos assuntos e até certa desordem de Os Sertões dão a entender que ele escrevera o livro, não capítulo após capítulo, mas arbitrariamente (...) Euclides deveria ter lido continuamente e no maior recolhimento, autores como (...) Gabriel Soares, Aires do Casal, Antonil, Fernão Cardim, frei Vicente do Salvador, Couto de Magalhães, J.C. Rodrigues, (...) von Martius, Hartt, Lund, Léry, Thevet, Humboldt, Gumpowicz, Huxley, Buckle. Esse tempo foi o de preparação intelectual de Os Sertões seguindo-se, depois, o da sua elaboração, que foi lenta, descompassada, várias vezes interrompida e sempre retomada com paixão (...) <sup>299</sup>

Sílvio Rabelo parece ter razão quanto às condições em que o livro foi redigido. Em correspondências pessoais, tornadas públicas anos mais tarde, Euclides revelava insatisfação quanto a alguns aspectos de *Os Sertões*, principalmente quanto à estrutura narrativa que lhe parecia – o livro ainda não havia sido publicado – um tanto desmembrada, sem uma linha consistente de continuidade: “O meu decantado livro, feito em quartos de hora, através das perturbações de outros trabalhos, está, afinal, pronto. Preciso, porém, revê-lo – principalmente para lhe dar alguma continuidade...”<sup>300</sup> Em outra carta, quase um ano depois, volta a falar dessa deficiência: “(O livro) Está, porém, agora – finalmente pronto e ainda que seja o primeiro a considerá-lo lardeado de defeitos sérios entre os quais avulta certa falta de unidade oriunda das condições em que foi escrito...”<sup>301</sup>

---

<sup>299</sup> RABELO, Silvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editora ECB, 1948, p. 187.

<sup>300</sup> CUNHA, Euclides da. Carta a Reinaldo Porchat. São José do Rio Pardo, 9 de setembro de 1899 (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. Op. Cit., p. 116.

<sup>301</sup> EUCLIDES da Cunha. Carta a Pethion de Villar. São José do Rio Pardo, 15 de maio de 1900 (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). *Ibidem*, p. 118.

E as condições eram as de um engenheiro itinerante, às voltas com a reconstrução de uma ponte e com a supervisão de inúmeras outras obras pelo interior do estado. De forma que somente em dezembro de 1901 Euclides da Cunha viajou ao Rio de Janeiro com o propósito de entregar os originais à editora Laemmert, numa edição paga pelo autor e sob recomendações de amigos paulistas.<sup>302</sup> Mas a editora atrasou – muito em função das inúmeras correções e adendos do autor – e o livro só chegou ao público em dezembro de 1902. A Guerra de Canudos havia terminado há mais de cinco anos.

O livro foi saudado pela crítica, pelas instituições culturais, pela elite e pelo povo, e as edições se sucederam. Euclides da Cunha foi convidado a participar do Instituto Histórico e Geográfico; chamado a concorrer a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e passou a ser imitado por jovens escritores. *Os Sertões* – o “livro vingador”<sup>303</sup>, como dizia – ganhou reconhecimento imediato pela forma e principalmente pelo Brasil que apresentava aos brasileiros. O crítico Sílvio Romero, no discurso de saudação e posse de Euclides da Cunha, na Academia Brasileira de Letras, anos mais tarde, registrava:

De vosso livro deve-se tirar, pois, uma lição de política, de educação demográfica, de transformação econômica, de remodelamento social, de que depende o futuro daquelas populações e com elas os dos doze milhões de brasileiros que de norte a sul ocupam o corpo central do nosso país e constituem o braço e o coração do Brasil.<sup>304</sup>

Desta forma, a fama de escritor, historiador, jornalista, geógrafo chegou de maneira arrebatadora, mas não conseguiu tirar Euclides da Cunha da engenharia. Em suas cartas pessoais, nota-se, diversas vezes, queixar-se da atividade de engenheiro que lhe roubava tempo e energia. Para José Veríssimo chegou a se gabar de sua capacidade de ler em bancos de trens, durante viagens intermináveis que realizava. Numa carta a Machado de Assis se diz preso “numa rede de esgotos”, referindo-se aos seus estudos

---

<sup>302</sup> O prefeito e amigo Francisco Escobar contratou o sargento da polícia José Augusto Pereira Pimenta para transcrever o livro, em boa caligrafia, na versão a ser entregue à editora.

<sup>303</sup> CUNHA, Euclides da. Carta ao amigo Escobar. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1906 (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: GALOTTI, Oswaldo e GALVÃO, Walnice Nogueira (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. Op. Cit., p. 306.

<sup>304</sup> ROMERO, Sílvio. “O Brasil social de Euclides da Cunha”. In: *Realidades e Ilusões no Brasil – parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Op. Cit., p. 169.

para a implantação do sistema cloacal da cidade de Santos e simbolicamente a uma profissão que não dava prazer e o afastava da literatura .<sup>305</sup>

Três meses depois dessa correspondência, finalmente pediu demissão da Comissão de Saneamento e da profissão de engenheiro. Continuou colaborando no jornal *O Estado de São Paulo* com artigos diversos, tendo como temática questões brasileiras. Não ficou desempregado por muito tempo: José Veríssimo o encaminhou ao ministro das relações exteriores, o Barão de Rio Branco, que o nomeou para chefiar a missão que verificou a fronteira com o Peru – no alto do Rio Purus. A atividade no Ministério teve como consequência uma série de textos avulsos sobre fronteiras, disputas territoriais e a Amazônia – mas sem brilho e sem unidade, sem a eloquência e a paixão dos velhos tempos. E seu trabalho, no gabinete de Rio Branco, resultou numa atividade que passou a lhe atormentar da mesma forma que a engenharia: a atividade de cartógrafo.

Em sua trajetória de vida sempre vamos encontrar Euclides da Cunha se lamentando de algo. É a vida na cidade que lhe atormenta; é o tédio no campo que lhe atormenta; é a vida militar; a profissão de engenheiro; a atividade de cartógrafo; a presença de muitos conhecidos; a ausência dos amigos; a “vida de cigano” que não pára em lugar algum; o tédio de uma rotina diária. Sempre há algo do que lamentar, mesmo quando realizava um sonho como o de conhecer a Amazônia.

Das viagens pela região amazônica – por mais de um ano – resultaram alguns artigos que compuseram o livro *Contrastes e Confrontos*<sup>306</sup>, publicado em 1907, e outros em *À Margem da História*, publicação póstuma de 1909. E dele ficou o projeto que se chamava *Um Paraíso Perdido* – livro sobre a floresta e sobre a borracha; sobre o

---

<sup>305</sup> “...Estou inteiramente embaraçado e preso numa rede....de esgotos! A comparação tristemente realista, é tristemente verdadeira. Mesmo na ordem intelectual, a minha leitura exclusiva tem-se feito nuns pesados calhamaços, onde cada página faz o efeito de uma estrapada inquisitorial, no deslocar o espírito em sucessivas quedas. Durand-Clayde, Bechmann, Arnold (como estamos longe de Taine, Buckle, Comte, Renan...) estes bárbaros anônimos são os familiares deste Mau-Ofício...” CUNHA, Euclides da. Carta a Machado de Assis. Santos, 15 de fevereiro de 1904 (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). Op. Cit., p.197.

<sup>306</sup> Foi um livro recebido de forma discreta, respeitosa ao seu autor, mas sem entusiasmo até por se tratar de crônicas já publicadas. José Veríssimo fez uma crítica ponderada, mas positiva: “Cronologicamente é o primeiro livro de 1907, e não duvido que fique sendo um dos melhores...”. VERÍSSIMO, José. “Um Livro de Crônicas”; In: *Últimos Estudos de Literatura Brasileira -7ª série*. Minas Gerais: Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. USP, 1979, p. 127.

deserto verde e sobre o mesmo nordestino fugido das páginas de *Os Sertões* que reencontrara no meio da floresta.<sup>307</sup> E lá, à margem da história, no profundo da floresta, encontrou o brasileiro abandonado, trabalhando num regime de escravidão. E novamente temos Euclides da Cunha falando dos grandes espaços e do povo esquecido, como veremos mais adiante neste capítulo.

No ano seguinte, em 1906, já de volta ao Rio de Janeiro, lançou o livro *Peru versus Bolívia*. José Veríssimo saudou seu lançamento, mas não deixou de revelar certo desapontamento quanto ao tema.

“(…) são pretensões do Peru contra a Bolívia, que estuda no seu livro o Sr. Euclides da Cunha, careço absolutamente da competência especial que o assunto requer para dizer do mérito diplomático da sua obra; seria preciso refazer-lhe os estudos para adquirir tal competência.”<sup>308</sup>

O livro trata de defender o direito da Bolívia na disputa territorial com o Peru. O governo peruano reivindicava parte do território pertencente à Bolívia – inclusive a região do Acre, recentemente vendido ao Brasil e que havia consagrado o Barão de Rio Branco como diplomata. Foi um livro que agradou mais ao Barão de Rio Branco e aos seus objetivos geopolíticos do que ao leitor.<sup>309</sup> Foram três os livros lançados em vida: *Os Sertões*, *Contrastes e Confrontos* e *Peru versus Bolívia. À Margem da História*, publicado depois de sua morte, foi um livro organizado por ele.

---

<sup>307</sup> Em sua correspondência pessoal é possível encontrar algumas referências a este projeto, e é visível seu entusiasmo. “Já comecei – finalmente – a alinhar Um Paraíso Perdido – e a este propósito peço-te que me mandes o Álbum do Amazonas, assim como as melhores observações que obtiveres quanto à borracha em geral, e a sua atual situação mercantil, em Manaus.” CUNHA, Euclides da. Carta a Firmo Dutra. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1906. (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). Op. Cit., p. 314.

<sup>308</sup> VERÍSSIMO, José. “Diplomática e Literatura”; In: *Últimos Estudos de Literatura Brasileira - 7ª série*. Minas Gerais: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1979, p. 191.

<sup>309</sup> É possível que seja um trabalho encomendado pelo Ministério a Euclides da Cunha que vivia atormentado por pedidos e solicitações de livros e de textos, embora não haja documentos que comprovem essa afirmação. Durante meses, esteve às voltas com uma biografia de Duque de Caxias, solicitada pelo Instituto Histórico e Geográfico. Acabou desistindo. Em correspondência do ano seguinte, queixava-se de outra solicitação, quase uma ordem, para que produzisse um livro sobre a Exposição Nacional de Produtos, realizada em 1908, no Rio de Janeiro: “O Calmon quer – por força – que eu escreva alguma coisa acerca da Exposição. Quer um livro! Imagina esta sobrecarga em cima de tantas preocupações...” Trata-se de um pedido do economista Miguel Calmon. CUNHA, Euclides da. Carta a Oliveira Lima. Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1908. (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. Op. Cit., p. 372.



Durante cinco anos (1904-1909) trabalhou com o Barão de Rio Branco.<sup>310</sup> No início, esperando a nomeação para uma próxima expedição pelo interior do Brasil e, mais tarde, produzindo relatórios, estudos e mapas – muitos mapas – sobre regiões de litígios entre estados, detalhamentos de fronteira ou mesmo o mapa oficial do Brasil, como o de 1907. Esperava também que Rio Branco o efetivasse como quadro do Ministério das Relações Exteriores, situação que nunca aconteceu.<sup>311</sup> E aquela posição de cartógrafo assumiu proporções de fardo, como havia ocorrido com a carreira militar e com a profissão de engenheiro.

Por esta época Euclides da Cunha já havia se “institucionalizado” no meio cultural brasileiro, apesar do sentimento de solidão intelectual que não se cansa de revelar. Da Academia Brasileira de Letras ao Clube de Engenharia, passando por instituições como Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seu nome aparece como quadro fundador ou como membro atuante das instituições. Por tudo isso, a posição de cartógrafo (ou como adido, como preferem alguns historiadores) no Ministério das Relações Exteriores tornou-se insuportável e ele resolveu preparar-se para concorrer a vaga de professor de Lógica, no Ginásio Nacional, atual Colégio D. Pedro II. Teria um bom salário, estabilidade, independência intelectual e tempo para – finalmente – dedicar-se à literatura. Foi seu último esforço intelectual e para isso estudou muita filosofia, estudou como um colegial, o tempo todo se incompatibilizando com os filósofos, implicando com os concorrentes e, por fim, brigando com a própria banca.<sup>312</sup>

É importante observar que, neste momento da vida, o pensamento de Euclides da Cunha já havia passado da ortodoxia positivista (Comte) para uma visão científico-

---

<sup>310</sup> Euclides da Cunha era um admirador incondicional do Barão. Acompanhava seu voto nas eleições da Academia Brasileira de Letras e o considerava o maior brasileiro vivo. Escrevia coisas assim a seu respeito, em sua correspondência pessoal: “...a maior intimidade com o Rio Branco é uma coisa enobrecedora. Ali está um espírito encantador e forte, que nem toda a gente compreende. Digo-te isto porque são expansões confiadas a um amigo. Em público não se pode elogiar ninguém nesse país”. CUNHA, Euclides da. Carta a Plínio Barreto. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1904. (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). Op. Cit., p.241.

<sup>311</sup> Mais adiante, nesta tese, trataremos do papel do Barão de Rio Branco junto aos intelectuais.

<sup>312</sup> Os temas de suas provas foram “A verdade e o erro”, na prova escrita; e “A idéia do ser”, na prova oral. Apesar de seu protesto quanto à propriedade deste assunto - especialmente o da arguição oral – numa prova de Lógica, estes textos ficaram como os mais próximos da expressão de seu pensamento filosófico. Euclides da Cunha ficou em segundo lugar no concurso, perdendo para o filósofo católico e metafísico Farias Brito. Como a escolha cabia ao presidente da república, a partir da lista dos aprovados, Euclides da Cunha foi escolhido com evidente interferência do Barão de Rio Branco e do deputado Coelho Neto.

naturalista em que a evolução desempenha papel predominante (Darwin, Spencer, Huxley) e destes para Stuart Mill com um cientificismo que o levou à aproximação com Proudhon e daí a Marx. A idéia de uma sociedade cientificamente planejada – ou o “socialismo científico”, de Karl Marx – não era tão distante do conceito científico-naturalista da sociedade que trazia como crença, assim como os interesses coletivos acima dos interesses individuais.<sup>313</sup>

No pensamento de Euclides da Cunha é possível observar a força que atribui ao raciocínio dedutivo, mais do que a crença em conceitos filosóficos específicos ou numa plataforma teórica definida. Isto se tornou claro nos comentários que constam nas correspondências, enquanto se preparava para o concurso de Lógica, para o Ginásio Nacional. Sua insistência em qualificar de “metafísica” – e, portanto, desprezível – todo pensamento filosófico puramente abstrato, acabou por buscar no empirismo sociológico instrumentos para “ler” a realidade de uma maneira mais próxima da ação. E também mais próxima de sua forma de ser e de ver o mundo.<sup>314</sup>

Morreu dias depois do início das aulas.<sup>315</sup>

### 3.2 EUCLIDES E SEU DILEMA POSITIVISTA

Numa das últimas correspondências – sete dias antes de sua morte –, Euclides da Cunha fez um desabafo e acabou por nomear sua desilusão mais profunda. É evidente que já está às voltas com a tragédia pessoal que acabou com sua vida, mas o conteúdo

---

<sup>313</sup> Sua aproximação do marxismo é possível constatar em alguns artigos. Não chega – é bom que se diga – a uma conversão como querem alguns autores, mas uma leitura atenta demonstra que seu pensamento, em muitos momentos, parece evoluir para isso. “A fonte única da produção é do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho. Nem a terra, nem as máquinas, nem o capital, mesmo coligados, as produzem sem o braço do operário. Daí uma conclusão irredutível: - a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. É um conceito dedutivo: o capital é uma espoliação. Não se pode negar a segurança do raciocínio....A exploração capitalista é assombrosamente clara.” CUNHA, Euclides da. “Um velho problema”; In: *Contastes e Confrontos*. São Paulo: Editora Cultrix. 1975, p.144.

<sup>314</sup> “...mantive intacta todas as linhas de defesa que eu delinear com os ensinamentos de meu mestre Stuart Mill – tão incompreendido pelos presunçosos filosofantes destes tempos.” CUNHA, Euclides da. Carta a Gastão da Cunha. Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1909. (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. Op. Cit., p. 421

<sup>315</sup> E o jornalista não perdeu a oportunidade de provar que esteve no local e que era atendo e curioso: “Vestia casaca e calçava escaupins de verniz, tendo o rosto coberto por um lenço de seda; levantamo-lo; as feições do grande literato apareceram, conservando aquela expressão de indiferença que lhe era peculiar...” **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: 17/08/1909.

dessa correspondência não passa por inventariar seu drama familiar. Muito pelo contrário: seu foco de desilusão é a política. “Estou nessa reserva desde os vinte anos, quadra que me assaltou o pessimismo incurável com que vou atravessando esta existência no pior dos piores países possíveis e imagináveis.”<sup>316</sup>

Euclides da Cunha já era conhecido nos meios políticos – imprensa, militares, partidos – muitos anos antes da publicação de *Os Sertões*, no final de 1902. Havia sido o protagonista único e solitário de um incidente de desacato ao governo monárquico, nos tempos da propaganda destemperada que antecederam a Proclamação. O fato ganhou as páginas dos jornais e, embora sem citar diretamente seu nome, nos meios políticos da época o jovem republicano se tornou o personagem do momento.

O clima nos quartéis naquele ano de 1888 era de indisciplina e os militares alvo principal da propaganda republicana. A “questão militar”, como era chamado o largo problema criado – com atritos, dissídios e afastamento – entre o Exército e pelo menos os três últimos ministérios da Monarquia, agravava-se dentro dos quartéis. Um ano antes havia sido criado o Clube Militar, sendo seu presidente Deodoro da Fonseca e o vice Benjamin Constant. A política invadia os quartéis. Jornais como *Diário de Notícias*, *O País* e *Correio do Povo* (RJ) incitavam as forças armadas, em especial o Exército, ao ato de indisciplina e à deposição do governo monárquico.<sup>317</sup>

O incidente com Euclides da Cunha ocorreu neste contexto político nacional e com particularidades locais interessantes. Para evitar que os alunos da Escola Militar fossem à recepção do propagandista Lopes Trovão, que chegava da Europa e era aguardado ansiosamente pela militância republicana, o comando da instituição da Praia Vermelha preparou a visita do ministro da Guerra, o conselheiro Tomás Coelho, para

---

<sup>316</sup> EUCLIDES da Cunha. Carta ao cunhado (Otaviano Vieira). Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1909 (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. O. Cit., p.423.

<sup>317</sup> As forças oligárquicas, como vimos no primeiro capítulo, eram as mais desejosas de uma reação militar contra a Coroa. Mas personificando essa campanha, diríamos que o conselheiro Rui Barbosa foi sem dúvida o mais aguerrido propagandista da idéia de rebelião e fomentador do levante das Forças Armadas, embora sua atuação só inicie em março de 1889, quando assume o *Diário de Notícias*. Nenhum dos inúmeros publicistas republicanos conseguiu escrever coisas tão incendiárias como essas: “O Exército que não se compõe de revolucionários, também não consta de janízaros. Não é áulico nem político. Não pertence às dinastias nem às facções. É nacional, e é constitucional. É guarda das instituições contra a desordem e a tirania (...) Não há de prestar à escravidão política os ombros com que destruiu a escravidão civil.” Citado por Isabel Lustosa. *As trapaças da sorte*. “Rui, jornalista”. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p.127.

manter os alunos aquartelados e impedi-los de participar da manifestação. Naquele sábado, início de novembro, os alunos tiveram um dia cheio: missa pela manhã; formação oficial no pátio em traje de gala; e revista da tropa pela autoridade ministerial, que era acompanhada pelo senador Silveira Martins.

Quando a tropa, formada em colunas, passava pelo Ministro, o cadete número 188, da 1ª Companhia, saiu da formação de pelotão e atirou o sabre no chão, depois de tentar quebrá-lo no apoio do joelho. Euclides da Cunha teria protestado verbalmente pelo não cumprimento das resoluções internas da Escola que garantia promoções funcionais aos alunos por bom desempenho escolar – como era seu caso. E promoções não se realizavam por absoluta falta de verbas, o que refletia o descaso da Coroa para com o Exército.<sup>318</sup> A cena foi rápida, mas registradas nos jornais da terça-feira seguinte, e colocou o destino de Euclides da Cunha, dali em diante, atrelado ao próprio projeto republicano.

Ao saírem os alunos da capela, em ordem de marcha, depois de ouvida a missa, um moço distinto e que sempre gozou a consideração dos seus colegas e a animação de seus professores, acometido inesperadamente de violenta superexcitação nervosa, desrespeitou um dos primeiros postos do Exército, atirando-lhe aos pés o cinturão e o sabre que anteriormente tentara quebrar. Por informações acima de qualquer suspeita, sabemos que o fato é explicável por excesso de trabalho e má alimentação. A época dos exames está próxima e o aluno a quem nos referimos tem passado as noites em vigília, debruçado sobre os livros (...) <sup>319</sup>

No mesmo dia da publicação do incidente, Joaquim Nabuco fazia um apelo, da tribuna da Câmara, para que o governo não permitisse “(...) que uma instituição, criada pelo Estado à custa de muito sacrifício do contribuinte, do povo, para educação e disciplina da mocidade que se destina à vida militar... se torne um foco de agitação revolucionária, contra as instituições legais”.<sup>320</sup> No Senado, Silveira Martins, que presenciou o acontecimento, fez um discurso forte, mas tentava tirar-lhe o caráter

---

<sup>318</sup> O soldo dos militares havia sido congelado durante 35 anos (1852 a 1887) e por isso o descontentamento com a Coroa atingia todas as patentes – sendo mais evidente nos velhos oficiais.

<sup>319</sup> Citado por Roberto Ventura. *Euclides da Cunha, esboço biográfico*. Org. Mario César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. Op. Cit., p.72.

<sup>320</sup> Citado por Sílvio Rabelo. *Euclides da Cunha*. Op. Cit., p.56.

político que a oposição estava atribuindo.<sup>321</sup> De qualquer forma, o governo foi rigoroso: submeteu o cadete a um conselho disciplinar e finalmente à expulsão.<sup>322</sup>

Expulso da Escola Militar, foi para São Paulo trabalhar para a propaganda republicana do jornalista Júlio Mesquita, no *Província de São Paulo*. Nos primeiros textos, o objetivo de Euclides e do jornal era exclusivamente a propaganda. O próprio Júlio Mesquita o apresentou como um jovem estudante “ainda há pouco envolvido no grave incidente da Escola Militar do Rio de Janeiro”.<sup>323</sup> Os artigos eram digressões vagas sobre benefícios do regime republicano, das vantagens sobre a monarquia e da crença – quase fé – de que a mudança ocorreria de forma natural e evolutiva, mas não descartava a via revolucionária. O ideal da representação popular, delegada através da “vontade do povo”, parecia ser o item mais encantador dos tempos que viriam. De quando em vez, escrevia artigos pontuais condenando alguma atitude política da Corte, como foi o caso da transferência do Marechal Deodoro da Fonseca para a longínqua província do Mato Grosso.

No mês seguinte estava de volta ao Rio de Janeiro – como vimos anteriormente –, mas não participou de nenhuma reunião com os conspiradores naqueles meses que antecederam a Proclamação. No dia 16 de novembro à noite, Euclides da Cunha foi levado à casa do major conspirador Sólon Ribeiro – o homem que seria seu sogro no ano seguinte. Ali foi saudado como republicano legítimo e heróico pelo incidente da Escola Militar e pelos artigos que escrevera, e levado na tarde seguinte à presença do presidente Deodoro da Fonseca que lhe pediu que vestisse novamente a farda da Escola Militar e se reintegrasse às fileiras do Exército.

---

<sup>321</sup> O episódio foi ganhando volume na imprensa com inúmeras versões e detalhes conflitantes. O fato de ter tentado quebrar o sabre ganhou profundos contornos políticos com significados que variavam da quebra da fidelidade à Monarquia até a representação da humilhação militar. Arthur Azevedo brincou com o episódio. “Quem falou verdade nessa questão da Escola Militar? A Gazeta de Notícias? O governo? O sr. Silveira Martins? O sr. Joaquim Nabuco? De que lado está a deusa nua com um espelinho na mão? O aluno Euclides da Cunha quebrou a baioneta, ou amolgou o sabre? Arremessou a arma aos pés do ministro da Guerra ou quis com ela furar a pança de S. Ex.?...” Citado por Eloy Pontes. *A vida dramática de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1938, p.79.

<sup>322</sup> Anos mais tarde, Euclides da Cunha daria outra versão ao episódio. Disse que seu ato fazia parte, junto com outros cadetes, de uma tentativa de levante da Escola Militar com o objetivo de prender o Ministro da Guerra, provocar uma convulsão dentro das forças armadas e promover um ato político sem precedente em favor da República. Essa versão não encontrou nenhum outro militar que a apoiasse.

<sup>323</sup> Citado por Silvio Rabelo, In: *Euclides da Cunha*. Op. Cit., p. 58

Com pedido expresso do Presidente e apoio de seus colegas de Escola Militar, foi reintegrado, no dia 19, ao corpo discente da instituição pelo ministro da Guerra, seu ex-professor Benjamin Constant, que tornou sem efeito sua baixa do Exército no ano anterior. E daí em diante não parou mais de receber promoções e facilidades para concluir a carreira que quisesse dentro do Exército. De modo que, dois dias depois, recebia a promoção a alferes-aluno e era atendido na reivindicação que provocara sua expulsão da Escola Militar. Pouco mais de um mês após prestava exame nas disciplinas que faltavam para concluir o curso de Artilharia. Foi aprovado e autorizado a ingressar no Curso de Engenharia da Escola Superior de Guerra. Acabou o curso em 1892 e foi promovido no dia seguinte a primeiro-tenente – o posto mais alto a que chegou na carreira.

Este foi seu momento de republicano entre republicanos. Porém, seu envolvimento ideológico com o novo regime não o impediu de discordar frontalmente da República que se instalava. Nove meses depois do presidente Deodoro da Fonseca assumir, Euclides da Cunha escrevia ao pai e comentava os primeiros passos do novo regime. “...desconfio muito que entramos no desmoralizado regime da especulação mais desensofrida e que por aí pensa-se em tudo, em tudo se cogita, menos na Pátria.”<sup>324</sup>

Esse desencanto inicial atingia também algumas personagens.

Imagine o sr. que o Benjamin, meu antigo ídolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me, sem titubear e sem raciocinar, perdeu a auréola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado – dói-me dizer isto – justamente desmoralizado.<sup>325</sup>

Nesta mesma correspondência, o jovem Euclides da Cunha já antevê o que se tornaria o sentimento eterno de fracasso diante do novo regime: “...ante esse descabro assustador, ante essa tristíssima ruína de ideais longamente acalentados...”<sup>326</sup>

É interessante observar que, neste período, Euclides da Cunha ainda é um aluno da Escola Militar. E essa opinião, expressa em carta ao seu pai, será promulgada

---

<sup>324</sup> EUCLIDES da Cunha. Carta ao pai. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1890 (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. Op. Cit., p. 29.

<sup>325</sup> *Ibidem*.

<sup>326</sup> *Ibidem*.

também em publicações políticas, em jornais republicanos radicais que exigem mudanças verdadeiras, exigem novos rumos. O presidente Deodoro da Fonseca, cercado por “republicanos do 13 de maio” – era como chamavam os escravocratas e monarquistas que se transformaram em republicanos por vingança ao ato de abolição –, jamais teria condições de realizar as mudanças.

Os acontecimentos do período pós-proclamação abateram de forma violenta a militância republicana pelas razões concretas e objetivos que procuramos demonstrar no primeiro capítulo. Sua desilusão com a república ou com o governo é manifestada em correspondências de todas as épocas de sua vida. Em alguns momentos, como nos meses posteriores à publicação de *Os Sertões* ou da indicação para a Academia Brasileira de Letras, eventualmente desaparecem. Para logo mais adiante ressurgirem com força e amargura. De um total de aproximadamente 400 cartas de Euclides da Cunha, 40 contêm passagens que revelam sua indignação não só com as coisas da política nacional, mas com as expectativas que não se realizaram. O tom é sempre de lamento.<sup>327</sup>

Positivamente, não era aquela a República de seus sonhos, tumultuada e disforme, trocando ostensivamente os princípios que alimentaram a chama do ideal do grupo batalhador por outro que ele via capitaneado pela política financeira, geradora do ambiente de euforia no mundo dos negócios, que não era o seu, que ele não compreendia, encastelado que estava na sua muralha de sonhos (...)<sup>328</sup>

O crítico Olímpio de Souza Andrade observa uma característica da personalidade política de Euclides da Cunha muito curiosa. Chama-o de “crente fervoroso” ou de “falso desiludido”, categorias que se sobrepõem dependendo das circunstâncias políticas do país ou da vontade e do entusiasmo do escritor. É uma maneira de tentar explicar as constantes guinadas no pensamento político do escritor.

Por essa época Euclides da Cunha já andava – agora sim – participando ativamente dos preparativos do golpe que levaria o presidente Deodoro da Fonseca à renúncia. As reuniões, no meio da tarde, na casa do vice Floriano Peixoto, para articular

---

<sup>327</sup> Tomamos como base a excelente publicação “Correspondência de Euclides da Cunha”, já tantas vezes citada neste trabalho.

<sup>328</sup> ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. Op. Cit., p.69.

a deposição do presidente, transformaram-se em páginas belíssimas de suas crônicas.<sup>329</sup> E são provas incontestáveis do envolvimento de Euclides da Cunha com o projeto republicano, como também de suas expectativas para com a nova ordem institucional. Quer dizer, Euclides da Cunha era um quadro político de relevo e – mais do que isso – um representante do pensamento que havia, de fato, proclamado a República – os militares. Era um intelectual do sistema.

Os anos que se seguiram foram de tensão institucional e guerra civil. O governo militarizou a sociedade através de decretos – como o que tornava o soldado um “cidadão-armado” – ou por atitudes de um simbolismo ingênuo, mas de significação concreta, como a distribuição de patentes militares entre civis, como fizera a monarquia com seus títulos honoríficos: general Quintino Bocaiúva, general Campos Sales, general Francisco Glicério.<sup>330</sup> O caráter puramente militar, que o espírito republicano assumiu, ganhou força e ares de ditadura institucionalizada. Quando o presidente Deodoro da Fonseca renunciou, passando o poder ao vice Floriano Peixoto, o Congresso Nacional estava fechado, o país em estado de sítio e censura em várias oportunidades. Rui Barbosa, que havia renunciado ao mandato de senador, definiu assim os governos dos dois marechais: “..de uma ditadura que dissolve o Congresso Federal, apoiando-se na fraqueza dos governos locais, para outra que dissolve os governos locais, apoiando-se no Congresso restabelecido, não há progresso apreciável.”<sup>331</sup>

De fato, Floriano Peixoto abriu o Congresso e iniciou a política de substituição de governadores de estados, afastando políticos próximos de Deodoro – alguns velhos e afetuosos amigos monarquistas – e apoiando militares ou positivistas para cargos provinciais.<sup>332</sup> Foi um momento agudo de intervenção federal nas estruturas

---

<sup>329</sup> “Os conspiradores iam, prosaicamente, de bonde; saltavam num portão, à direita; galgavam uma escada lateral, de pedra; e viam-se a breve trecho num salão modesto, com mobília exclusiva de um sofá, algumas cadeiras e dois aparadores vazios. Lá dentro, janelas largamente abertas, como se se tratasse de reunião mais lícita, rabeava ferozmente a rebeldia; gizavam-se planos de combate; balanceavam-se elementos ou recursos; pesavam-se incidentes mínimos; trocavam-se alvitres....De repente, uma ducha enregelada: aparecia o marechal Floriano com seu aspecto característico de eterno convalescente e o seu olhar perdido caindo sobre todos sem se fitar em ninguém....Era desalentador.” EUCLIDES da Cunha. “O Marechal de Ferro”, In: *Contrastes e Confrontos*. Op. Cit., p.32.

<sup>330</sup> É interessante observar que na maioria das casas brasileiras há fotografias antigas de avós, bisavós, ainda meninos de escola, metidos em fardas militares. Durante um largo período do século passado, a partir da Proclamação até a campanha presidencial de 1908, escolas públicas e particulares homenageavam o Exército Nacional, vestindo seus alunos como “pequenos soldados.”

<sup>331</sup> SILVA, Hélio, 1989: *A República não Esperou o Amanhecer*. Porto Alegre: Ed. LPM. 2005, p.138.

<sup>332</sup> O caso de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, é exemplar.



administrativas estaduais, dominadas por famílias poderosas regionalmente. E foram também tempos difíceis para os intelectuais, com censura, perseguição política, fechamento de jornais, prisões e fugas. A reação partiu da Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, seguido pela Revolta da Armada, no Rio de Janeiro. O levante federalista, maragato – de republicanos parlamentaristas e de monarquistas de Silveira Martins – e a rebelião da Marinha foram movimentos independentes que se uniram no final, mas deram a Floriano Peixoto a imagem do consolidador da República e do líder nacionalista que o novo regime estava precisando.

É deste período a criação do mito nacionalista<sup>333</sup> que embalou o sonho republicano dos jacobinos – civis ou militares, positivistas ou esquerdistas – que se aglutinavam nos segmentos da população urbana mais organizada. A violência da guerra civil, entre os gaúchos, e a situação de pânico provocada pelo bombardeio da cidade do Rio de Janeiro, pela Marinha, aproximaram Floriano Peixoto da vanguarda urbana de grande atuação no período de propaganda, anterior à proclamação. Intelectuais como Raul Pompéia tornaram-se florianistas e criadores do mito do Exército Nacional como elemento revolucionário.

Nos últimos tempos do governo do Marechal Floriano, o jacobinismo exultava. Dominando todas as posições políticas, ocupando todos os cargos superiores da administração... A República já não era só dos republicanos: mesmo no campo deles era mister uma seleção; a República era dos florianistas.<sup>334</sup>

Em meio a toda esta repressão, guerra civil e censura, aparece a voz de Euclides da Cunha para defender Floriano Peixoto e sua ditadura. “O falso desiludido” dos tempos do presidente Deodoro – como diria Olímpio de Souza Andrade – dava lugar ao “crente fervoroso”. De março a julho de 1892 escreve no *Estado de São Paulo* defendendo o governo do presidente Floriano Peixoto e acusando os que o desaprovam. Na sinopse de Olímpio de Souza Andrade temos o sentido político de suas crônicas:

---

<sup>333</sup> Histórias - jamais confirmadas - como aquela que conta da resposta dada por Floriano, durante a Revolta da Armada, ao embaixador inglês que indagou “como seriam recebidas forças inglesas que desembarcassem para garantir a segurança de seus cidadãos e propriedades no Rio de Janeiro?” “À bala!”, teria respondido o presidente.

<sup>334</sup> OCTÁVIO, Rodrigo. *Minha Memória dos Outros*. Citado por FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. Op. Cit., p.621.

Sob esse aspecto, apresentam-nos um outro Euclides, não mais revolucionário, porém situacionista...Em 31 de março definia o contragolpe de 23 de novembro, do qual participara a seu modo, como ‘reação triunfante da honra nacional’ contra os traidores da ‘fé republicana’; e, em 3 de abril, esquecendo-se do tempo que lutara contra o Governo, definia a liberdade, mas sem ajustá-la aos atos dos opositores, nos quais via “a máxima licença de palavras e a constante profanação do bom senso”, advertindo-os: ‘usem e abusem dessa espécie de liberdade que é a mesma de toda a animalidade inferior; mas, quando a ação governamental for coagida, em prol do bem geral, a refrear ou cercear-lhes a ação, não gritem que é a liberdade da pátria que se sacrifica.’<sup>335</sup>

Com opiniões como essas, ficou em oposição ao jornal que queria a convocação de eleições porque o presidente Deodoro da Fonseca renunciara antes de completar dois anos de mandato. Novas eleições, era isso o que determinava a Constituição e, principalmente, era o desejo dos cafeicultores paulistas. O episódio acabou por interromper, temporariamente, sua participação como colaborador do jornal, mas de novo seu republicanismo não passou despercebido. Um dia, recém formado em engenharia, recebeu um bilhete do presidente Floriano Peixoto – queria vê-lo.

Euclides da Cunha contou o encontro, anos mais tarde. O presidente lhe ofereceu o que quisesse no seu governo. Era o tempo em que Floriano Peixoto estava intervindo nas administrações estaduais e precisava de republicanos de sua confiança. Euclides da Cunha pediu o que a lei previa para os formados em engenharia: um ano de estágio na Estrada de Ferro Central do Brasil. “Não lhe conto o resto. Quando me despedi, pareceu-me que no olhar mortiço do interlocutor estava escrito: ‘nada vales’.”<sup>336</sup>

Aos poucos o quadro político nacional vai se radicalizando, com a criação das brigadas florianistas, com tropas federalistas gaúchas travando combates em todos os estados do sul do país e com muitas prisões e boatos de conspirações em andamento. Numa dessas conspirações, apareceu o nome do sogro de Euclides da Cunha, o general

---

<sup>335</sup> ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. Op. Cit., p.78.

<sup>336</sup> EUCLIDES da Cunha. Carta a Lúcio Mendonça. Dia/ mês/1904 (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. Op. Cit., p.192

Sólon – nesta época deputado pelo estado do Mato Grosso. É preso pelo governo, juntamente com vários outros militares e civis.<sup>337</sup>

Aos poucos, e por razões familiares, Euclides da Cunha vai se distanciando do governo de Floriano Peixoto. Torna-se obrigação sua escrever cartas aos jornais respondendo a sugestões de jacobinos que pedem o fuzilamento dos rebeldes e traidores presos no início da Revolta da Armada. Nestes textos curtos, Euclides da Cunha se colocou sempre de maneira republicana: pede que direitos sejam respeitados e que prisioneiros sejam tratados com dignidade. Torna-se evidente sua preocupação mais com o sogro do que com divergências em relação ao governo. Mas, de qualquer forma, este afastamento é expresso também em cartas pessoais.

Falta-nos vigor, falta-nos brio, falta-nos sentimento e falta-nos espírito.... É por isso que bato palmas à revolução no Sul, quanto menos é um exemplo, quanto menos ela nos está dizendo que se nesta terra não há quem saiba viver à luz dos princípios, existe uma minoria que sabe morrer por eles.<sup>338</sup>

Foi quando teve o segundo encontro oficial com o presidente Floriano Peixoto. Pediu uma audiência porque corriam boatos de que o governo, de fato, iria fuzilar os prisioneiros responsáveis pela Revolta da Armada – entre eles estava seu sogro, o general Sólon Ribeiro. O que Euclides da Cunha disse ao presidente, naquela oportunidade, vai explicar seu comportamento político e revelar que não existia “um crente fervoroso” nem um “falso desiludido”. Euclides da Cunha era um político, seu pensamento mais genuíno foi sempre um pensamento político.

---

<sup>337</sup> O sogro de Euclides da Cunha, o general Solon Ribeiro foi uma das figuras mais obscuras e intrigantes do período pré-republicano até a virada do século, quando morre. Foi o conspirador republicano – na época, major – que colocou furor e revolta nas tropas do Exército ao espalhar falsos boatos sobre a prisão de Deodoro e de Benjamim, na tarde-noite do dia 13 de novembro; foi o homem que comunicou a D. Pedro II que não era mais rei; foi ele quem tratou com o Conde D’Eu sobre administração dos bens da família real que ficariam no Brasil e acalmou o choro da Princesa Isabel trazendo-lhe, no meio da madrugada, os filhos que haviam ficado em Teresópolis para o embarque derradeiro das terras brasileiras; instalada a República, começou a conspirar contra Deodoro da Fonseca em favor de Floriano Peixoto; foi acusado de conspiração logo no início do governo de Floriano Peixoto; inocentado, foi preso por Floriano sob acusação de participação na Revolta da Armada nos meses seguintes, ficou quase um ano na cadeia; quando a Guerra de Canudos explodiu, era o general Solon Ribeiro o comandante do Exército, na Bahia, tendo orientado as primeiras expedições e entrado em conflito com o governador. Quando a guerra chegou ao auge, foi mandado “preventivamente” para um comando bem distante, no Pará.

<sup>338</sup> Carta ao amigo Porchat, 21 de abril de 1893, (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. Op. Cit., p.45.

Não pense, Marechal, que me apresento aqui como um vil postulante da vida de um sogro. Devo ser franco. Para que se não iluda a meu respeito, declaro desassombadamente que não o acompanho como homem, não sou seu partidário, mas o sigo porque defende esta república que eu também defendo. Por honra sua não quero acreditar, não devo acreditar no que se anda propalando; compreendo, porém, que momento há, em que tudo posso duvidar: o desvario, a fadiga já me invade, preciso restaurar a minha tranqüilidade.”<sup>339</sup>

Toda a atividade de vida, toda a energia de Euclides da Cunha se coloca a serviço da causa republicana. Sua crítica amarga e dolorida aumenta ou diminui dependendo da estabilidade do novo regime. Pode-se dizer, a grosso modo, que se há estabilidade na República encontramos Euclides amargurado e rancoroso com o regime. Aparecem as ameaças e o encontraremos com ares juvenis, revigorado na sua fé republicana. Esta é também uma das idéias centrais, deste nosso estudo, para explicar as inconstâncias de sua produção intelectual, como veremos mais adiante.

Seu pensamento é essencialmente político, tendo como valor absoluto a causa republicana. Por isso, voltou a aproximar-se quando a Revolta da Armada ganhou ares de guerra civil. Na ocasião fez artigos em defesa da ordem institucional e de apoio a Floriano Peixoto que era a garantia da segurança do regime. A maioria dos jornais da época passou de uma oposição possível (estavam sob censura e sob a vigilância das milícias do marechal) ao governo de Floriano, ao apoio incondicional diante da ameaça dos “sebastianistas”, como eram vistos os revoltosos da Marinha. Apesar de seu problema familiar, é assim que ele via a questão:

Há ainda uma razão poderosa que fixa a minha posição: pressinto através da feição dúbia de alguns caracteres, através da simpatia suspeita pela revolta, por parte da esquadra estrangeira – o fantasma do 3º Império. Deves convir que isto não é um sonho – a história está cheia de tais prestidigitações e eu não creio que a sua larga porta esteja já fechada à entrada dos prestimosos políticos. Em suma, meu digno amigo, errando ou acertando, a posição que adotei é perfeitamente consciente.<sup>340</sup>

---

<sup>339</sup> Citado por VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha, esboço biográfico*. Org. Mario César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. Op. Cit., p. 124.

<sup>340</sup> Carta ao amigo Porchat, 22 de novembro e 1893. (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p.50.

É interessante observar nessa carta como ele próprio estava vacilante quanto à posição correta a tomar – “errando ou acertando, a posição....é...consciente”. A história hoje nos mostra que Euclides da Cunha estava errado quanto à inspiração monarquista da Revolta da Armada (“razão poderosa”). Mas a sua interpretação é sempre racional e política. Seu pensamento se alimenta de estratégias e de táticas para alcançar determinados objetivos. Isso vai ficar evidente na “aparente” contradição de suas narrativas – jornalística e literária – da guerra de Canudos.

Antes de continuarmos essa trajetória política é importante registrar o terceiro encontro – esse casual – de Euclides da Cunha com o presidente Floriano Peixoto. Foi no meio da noite, numa visita secreta do marechal às fortificações que Euclides da Cunha, como engenheiro, estava construindo para impedir um ataque dos revoltosos da Armada na baía do Rio de Janeiro. Estes encontros resultaram em dois artigos: “O Marechal de Ferro” e “A Esfinge”, que constam de seu livro *Contrastes e Confrontos*. O episódio da Revolta, anos mais tarde, faria parte de um projeto de livro que não se realizou. Roberto Ventura escreve com propriedade quando afirma: “Iria dar prosseguimento, nessa obra, à revisão da República, iniciada em *Os Sertões*, tendo agora como centro a figura do marechal Floriano Peixoto, a quem aprendera a admirar e a temer a distância.”<sup>341</sup>

As eleições no Congresso Nacional, de 1º de março de 1894, levaram ao poder o primeiro presidente civil do novo regime. Não sem antes, é claro, uma sondagem, por parte dos jacobinos, que sugeriram a Floriano Peixoto que continuasse no poder para garantir “as conquistas” do regime republicano. Não havia base política para sustentá-lo no poder, uma vez que toda a força econômica estava nas lavouras paulistas de café. Os partidos republicanos estaduais – com ausência de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul – votaram na chapa do paulista Prudente de Moraes, presidente e do baiano Manuel Vitorino, vice- presidente.

Num clima de extrema hostilidade, o presidente eleito Prudente de Moraes desembarcou no Rio de Janeiro. Desceu do trem sozinho e um único amigo o esperava na estação. Juntos foram para o Hotel dos Estrangeiros, no centro da capital. Tentou

---

<sup>341</sup> VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha, esboço biográfico*. Org. Mario César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia da Letras. 2003, p.122.

marcar uma audiência com Floriano Peixoto. Não conseguiu. No dia 15 de novembro, vestido de acordo com o protocolo, ficou aguardando que viessem buscá-lo para a cerimônia de posse. Só apareceu André Cavalcanti, o futuro chefe de polícia de seu governo que providenciou, no largo do Machado, uma condução para levá-los até o Palácio do Conde de Arcos, onde se deu a cerimônia com poucos presentes e a ausência ostensiva do presidente Floriano. No final, o embaixador inglês “deu carona” ao presidente eleito do Brasil até a sede do governo. No Palácio Itamaraty (antecessor do Catete), a situação era desalentadora: poucos móveis, alguns quebrados, gavetas abertas e estofados furados a golpes da baioneta – não havia nem sinal de uma atividade burocrática ou administrativa no interior do prédio. “Um surdo rumor de espadas e sabres pairava no ar...A estratégia do presidente assume, desde logo, contorno: pacificar o país, ainda cortado pelas labaredas da guerra civil...”<sup>342</sup>

Seis meses depois de sair do governo, Floriano Peixoto morreu e com isso deixou de ser uma ameaça ao presidente Prudente de Moraes, mas perpetuou através de seu “testamento” uma espécie de alarma geral sobre um perigo iminente. “Diz-se, repete-se que ela (a República) está consolidada e não corre perigo. Não vos fieis nisso, nem vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em uma ação lenta, mas contínua e surda. Alerta! Pois.”<sup>343</sup> No seu enterro, foram gritados alguns “morras” a Prudente de Moraes e muitos “vivas” a Floriano e à República. A esta altura dos acontecimentos, a política de pacificação do novo presidente – com a anunciada anistia aos revoltosos da Marinha e o fim das hostilidades com o que sobrou das tropas maragatas no Rio Grande do Sul – eram mais do que suficiente para que florianistas identificassem a volta dos monarquistas ao poder.

Os radicais – “os puros” da República – atribuíram ao presidente civil o papel de restaurador. Era uma pecha que lhes facilitava a oposição e forçava o governo a atitudes mais próximas do que desejavam. Escreveu o presidente Prudente de Moraes:

Sei que os jacobinos têm-me ódio e tornam-se dia a dia mais arrogantes – à proporção que vão sendo animados pelos chefes-

---

<sup>342</sup> FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Ed. Globo, 2000, p.632.

<sup>343</sup> Citado por FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. Op. Cit., p.633.

gerais... – e logo que se sintam com forças para substituir-me por algum general, que faça a política forte do Marechal, não adiarão para o dia seguinte.<sup>344</sup>

A governabilidade do presidente Prudente de Moraes estava baseada no absoluto esfacelamento do quadro político nacional: civis contra militares, florianistas contra deodoristas, positivistas contra liberais, monarquistas contra republicanos, federalistas contra legalistas, parlamentaristas contra presidencialistas. Numa tradução geoeconômica poderia ser: gaúchos contra paulistas, lavouras de café contra cidades, oligarquias contra Exército e assim por diante. As disputas tinham cores e se acentuavam dependendo da natureza do embate. No momento, os florianistas estavam em alta e na sua estratégia escolheram como adversários aqueles que lhes proporcionariam maiores ganhos políticos junto à população: os monarquistas.

Na imprensa, o presidente é chamado de “Prudente Demais” e seu governo, na medida em que enfrentava o fogo jacobino, mergulhava no tédio político, na ausência absoluta de ação. A idéia de pacificação foi se transformando num ideal de fastio e marasmo. Durante uma licença médica e em meio à tentativa de golpe, por parte de seu vice Manuel Vitorino, explodiu a notícia da derrota da terceira expedição militar a Canudos. Com a morte dos coronéis florianistas Moreira César e Tamarindo o país parou.

A indignação popular atingiu o mais alto grau. Ninguém foi ao trabalho naquele dia (7 de março de 1897). As repartições encerraram o expediente. As casas de comércio e os teatros fecharam as portas. Era como se fosse um dia de luto nacional. Das oficinas dos jornais saíram edições e edições, trazendo pormenores da hecatombe, grandes ilustrações dos chefes da expedição caídos no campo da luta, como bravos filhos da República....<sup>345</sup>

A idéia imediatamente difundida era de que monarquistas haviam se aglutinado no interior da Bahia, liderando uma população fanatizada pela religião e pelo ódio à República. Seus comandantes seriam monarquistas vindos do exílio em Portugal e militares das trincheiras federalistas do Rio Grande do Sul – gente experimentada na guerra. E dispunham de tropas bem equipadas, com material bélico financiado por

---

<sup>344</sup> Ibidem, p.634.

<sup>345</sup> RABELO, Silvio. *Euclides da Cunha*. Op. Cit., p.110.

membros da família real. Esta era uma explicação verossímil para justificar o sucesso dos revoltosos em impor três derrotas consecutivas ao Exército Nacional, de larga tradição em sufocar insurgências.<sup>346</sup> Das populações nas ruas, ouviam-se vivas à República, vivas a Floriano Peixoto.

Jornais monarquistas – que funcionavam graças à conivência do presidente Prudente de Moraes, como acusavam os florianistas – do Rio de Janeiro, como *Gazeta da Tarde*, *Apóstolo* e *Liberdade* foram destruídos pela população revoltada. O jornalista Gentil de Castro (“o porta-voz dos Braganças”) foi assassinado na estação de trem, quando tentava fugir para Petrópolis. Em São Paulo, o jornal de Paulo Prado e dirigido por Afonso Arinos, *O Comércio de São Paulo*, também foi destruído e o jornal *O Estado de São Paulo*, que normalmente tirava cinco mil exemplares diários, neste dia teve uma tiragem vendida de quinze mil. A maioria dos grandes jornais criou uma coluna fixa diária, sob o título de “Canudos”, e o assunto não saíria mais das páginas até a queda final do arraial.

Tornou-se comum a publicação de anúncios de missas e de cerimônias religiosas em homenagens aos soldados mortos.

O partido republicano autonomista manda celebrar, às 10 horas de hoje, na matriz desta cidade, uma missa com Libera-me, pelo repouso eterno dos heróicos defensores da República, vítimas dos assalariados monarquistas; para esse ato convida todos os que sabem prezar o amor da Pátria.<sup>347</sup>

Era um tipo de manifestação que entidades civis – partidos políticos, clubes e associações – faziam publicar com a intenção de se mostrar sensibilizadas diante da sociedade. Quer dizer, virou moda ostentar um patriótico republicanismo preocupado com a sobrevivência do regime e reconhecer os mortos em Canudos como heróis nacionais.

---

<sup>346</sup> É importante observar que estas expedições pelo interior do país eram comuns. A todo instante, expedições eram formadas e mandadas a todos os cantos do país para pacificar famílias em guerras localizadas, conflitos coletivos – alguns com caráter político, outros com o intuito de estabelecer a ordem e fazer o estado institucional presente.

<sup>347</sup> Citado por GALVÃO, Walnice. *No Calor da Hora – a Guerra de Canudos nos Jornais*. Op. Cit., p. 68.



Homenagens oficiais eram anunciadas com destaque, como a mudança do nome da Rua do Ouvidor para Rua Moreira César, assim como Largo São Francisco de Paula passou a ser Praça Coronel Tamarindo. Mas as publicações também começaram a explorar, em seções mais leves e humoradas, o tema Canudos na vida da grande cidade. Com a derrota das forças da terceira expedição, a de Moreira César, iniciou-se imediatamente o recrutamento forçado de jovens para a grande expedição que estava em formação. Os versos que apareceram foram estes:

“Eu ando desconfiado,  
Olhar baixo, lábios mudos,  
Com medo de ser pegado  
Para o açougue de Canudos!”

Destruir o “ninho monarquista” tornou-se obsessão nacional e a imprensa – como sempre ocorreu no passado e ocorre também no presente – era mais um instrumento dessa luta. Foi o espaço para insinuar, plantar suspeitas, ridicularizar, enxovalhar ou desmoralizar os alvos escolhidos, de preferência, políticos monarquistas de alguma expressão. A associação entre os revoltosos federalistas do Rio Grande do Sul, os maragatos, pacificados recentemente, e os novos personagens do sertão baiano, os jagunços, de Antonio Conselheiro, apareceu em forma de versos: Maragunço.

“Como são termos sinônimos  
O maragato e o jagunço,  
Reúnam-se os dois vocábulos  
E diga-se maragunço.”<sup>348</sup>

O jornal *O Paiz* apresentou algo que era um misto de teoria conspiratória com pura maldade humana, mas com a intenção clara de propaganda. Deu o nome de “Revolução Monarquista”. Segundo o jornal, Canudos era a continuação, uma nova etapa de luta, da guerra dos federalistas gaúchos contra o governo republicano. A diferença era que os gaúchos eram motivados politicamente e os sertanistas só conseguiam este nível de engajamento diante de uma motivação religiosa – e isso foi

---

<sup>348</sup> Versos citados por GALVÃO, Walnice. *No Calor da Hora – a Guerra de Canudos nos Jornais*. Op. Cit., p.35.

usado para organizar e aglutinar os fanáticos de Conselheiro. Aliás, Antonio Conselheiro era auxiliado por padres e políticos, militares monarquistas na condução de sua gente. Desta forma, Canudos seria um novo foco de guerra organizado no norte do país, com o objetivo diversionista das tropas do governo e concentrar as verdadeiras forças no Rio Grande do Sul para um ataque derradeiro pela retaguarda.<sup>349</sup>

Durante meses circularam “notícias”, em todos os jornais, de um carregamento de armas que teria sido enviado de Minas Gerais para Canudos através da viação férrea, sendo liberado, nos inúmeros transbordos que a carga teve que realizar, por monarquistas infiltrados na máquina burocrática republicana. Eram notícias que divulgavam boatos que prometiam nomes de pessoas envolvidas, prometiam documentos nas próximas edições, sempre anunciando o envolvimento de mais monarquistas com as forças de Conselheiro. E os nomes e documentos ficavam sempre para as edições seguintes. Inventavam fontes e distorciam fatos. Os jornais disputavam boatos e constantemente se agrediam ou se solidarizavam na mentira.

A quarta expedição – comandada pelo florianista e companheiro de Moreira César (tudo era feito para acalmar os jacobinos), general Artur Oscar de Andrade Guimarães – foi de dimensão gigantesca, para não pairar nenhuma dúvida sobre a natureza genuinamente republicana do presidente Prudente de Moraes. Foram seis mil homens divididos em seis brigadas que formavam duas colunas. Mas os resultados não apareceram e as duas colunas sofreram derrotas pujantes, apesar de não debandarem – como as anteriores – e se manterem combatentes durante todo o período. E o tempo foi passando e a natureza ponderada e contida do general Artur Oscar foi se transformando – aos olhos do governo – na suspeita de que o prolongamento da Guerra de Canudos fazia parte de uma estratégia jacobina para agitar a cena política nacional.

---

<sup>349</sup> “A luta em que hoje estamos empenhados nos sertões da Bahia não representa, pois, um fato isolado, acidental, sem significação política, uma conseqüência do desatino de um punhado de sertanejos ignorantes; porém, um sintoma gravíssimo de perturbação geral, ali revestido do caráter de uma reação religiosa poderosamente organizada, denunciando a execução de um plano de restauração monárquica, inteiramente concebido, e tendo como fim principal preparar a oportunidade desta questão fundamental, cuja solução completa há de marcar o começo da agonia da República – *a posse plena do glorioso Estado do Rio Grande do Sul pelo chefe do federalismo.*” (grafia itálica no original). Jornal O Paiz, de 9 de setembro de 1897. Citados por GALVÃO, Walnice. *No Calor da Hora – a Guerra de Canudos nos Jornais*. Op. Cit., p.55.

Os freqüentes telegramas do general Artur Oscar aos líderes florianistas – que invariavelmente acabavam nos jornais – comentando a guerra e descrevendo momentos de heroísmo em que soldados morriam dando “vivas” a Floriano Peixoto e à República, enfraqueciam o presidente Prudente de Morais.<sup>350</sup> Ao mesmo tempo, os florianistas e os saudosos do marechal estavam organizando um partido próprio – o Partido Republicano Federal – e prometiam lançar candidatura nas próximas eleições.

É preciso reviver a repercussão das ruas e os acontecimentos históricos para compreendermos o contexto em que a cobertura jornalística de Euclides da Cunha vai se realizar. Ele está visceralmente mergulhado nesta realidade. A Guerra de Canudos ganhou muitos outros significados. A cabeça de Antonio Conselheiro passou a ser disputada como prova inequívoca do grupo político que representava melhor o espírito republicano. E os jornais incendiavam com manchetes que traziam crise política e comoção popular num único evento – a notícia ideal. Atendendo à demanda por informações, quatro jornais mandaram correspondentes à região de Canudos para narrar os acontecimentos da guerra. De binóculos, anel no dedo, máquina fotográfica e farda militar, Euclides da Cunha estava entre eles.

### 3.3 O MILITANTE ESTÁ DE VOLTA

No dia sete de março de 1897 – como vimos – chegaram notícias da derrota da terceira expedição a Canudos e da morte inimaginável de seu comandante, o coronel Moreira César. No editorial do dia seguinte, o jornal *Estado de São Paulo* demonstrava o tom e a direção que o veículo iria seguir:

Nos sertões da Bahia, sob a capa de um fanatismo religioso, que não tem base, está enrolado o pavilhão do Império. Nas armas e nas munições desse exército está o dinheiro dos restauradores. E, onde quer que se encontre um monarquista, está um coração que pulsa pela sorte dos fanáticos da Bahia, uma alma que segue com amor a devastação dessa horda de evadidos de cadeias e

---

<sup>350</sup> A ordem do dia nº893, do general Artur Oscar é exemplar: “O Exército esteve sublime de heroísmo. Os soldados morriam dando vivas à República e à memória do marechal Floriano Peixoto, o que prova que a República teve a sorte de fazer brotar o amor pátrio em seus corações rudes, porém generosos. Com tais elementos a República pode sofrer embates como este de Canudos, mas não perecerá”. Citado por VILLA, Marco Antonio. In: *Canudos – o Povo e a Terra*. São Paulo: Editora Ática. 1999, p. 202.

desertores de todos os estados...a luta é contra a República. O governo tem de defender a República, tem de sufocar o movimento monarquista ainda que seja preciso a violência... A normalidade desapareceu; no estado atual das coisas, o governo carece de empregar meios anormais.<sup>351</sup>

Euclides da Cunha entrou na campanha jornalística de Canudos com os artigos a “A Nossa Vendéia”, o primeiro publicado no *Estado de São Paulo* na semana seguinte a esse editorial e, de modo óbvio, fazendo coro com o conteúdo de que Canudos era outra tentativa de restauração monárquica. O texto falava da flora e da geologia da região com ares de cientificidade e, nos três parágrafos finais, seu olhar examinava o assunto: era uma revolta religiosa e fanatizada contra a República, como havia sido a revolta dos habitantes de Vendéia, insuflada por padres e por nobres desta região francesa, que se opuseram à revolução de 1789. Era um artigo sem nenhuma informação relevante, mas que bradava à alma moderna e civilizadora, à ciência e ao conhecimento – tentava dar sentimento de valor à batalha contra o Conselheiro no interior da Bahia.

O segundo artigo só apareceu no mês de julho e agora Euclides da Cunha vinha dominando a matéria. Descrevia a região com precisão e até dava lições ao Exército de como deveria proceder para vencer a guerra. “Não basta garantir Monte Santo, é indispensável ligá-lo mais estreitamente possível ao Exército...” E nas linhas seguintes oferecia seu lado de ficcionista que nunca chegou a desenvolver completamente: “...A natureza...fornece-lhes (aos jagunços) ainda a carga para as armas: as cavernas numerosas que abrem nas camadas calcárias dão-lhes o salitre para a composição da pólvora e os leitos dos córregos, lastrados de grãos de quartzo duríssimos e rolados, são depósitos inexauríveis de balas”. Estava explicado – com alguma fantasia – o poder de fogo das tropas de Antonio Conselheiro. Terminava plenamente integrado ao espírito do momento: “...nesta hora, admiráveis de bravura e abnegação – os soldados da República”.<sup>352</sup>

Euclides da Cunha foi mais uma voz na quase unanimidade expressa nos jornais que apontavam os responsáveis pela Guerra de Canudos como os mesmos da revolução

---

<sup>351</sup> *O Estado de São Paulo*, 8 de março de 1897, p.1 Os grifos são do jornal. Foi o primeiro editorial do jornal tratando do tema de Canudos que, até aquela data, havia sido ignorado nessa seção do jornal. Citado por VILLA, Marco Antonio. In: *Canudos – o Povo e a Terra*. São Paulo: Editora Ática. 1999, p.163.

<sup>352</sup> VILLA, Marco Antonio. In: *Canudos – o Povo e a Terra*. Op. Cit., p.59.

federalista do Rio Grande do Sul e da Revolta da Armada: os monarquistas tentando restaurar o antigo regime. A velha ameaça do terceiro reinado aparecia novamente como explicação para a reação contrária ao regime republicano. E mais uma vez o Exército era obrigado a salvar a pátria do retrocesso. Esta visão aparentemente simplista escondia camadas distintas de entendimento da realidade nacional. Com exceção dos raros quadros intelectuais monarquistas – como Joaquim Nabuco, Afonso Arinos, Paulo Prado, que a essa altura dos acontecimentos sequer saíam na rua – a cooptação para o lado do poder foi absoluta.

O engajamento dos intelectuais naquele momento histórico – fossem eles da banda política que quisessem –, acabava por legitimar as ações do Exército contra jagunços ou contra maragatos por razões absolutamente ideológicas. Para implantar o novo regime no país seria necessário enfrentar categorias de resistências distintas na sua radicalidade e natureza. A República precisava consolidar seus valores e, para isso, tinha o dever de enfrentar tentativas de fragmentação do território nacional – como no caso gaúcho – ou resistências monárquicas regionais, como as do interior baiano. Era dessa forma que a elite intelectual republicana – desgostosa ou não, militarista ou civilista – enxergava os movimentos que se opunham ao seu ideal político. Nestes momentos de ameaça, o conceito de república era amplo o suficiente para abrigar todo tipo de utopias e esconder toda natureza de atrocidades. Por essa razão, a convivência com que os intelectuais se comportaram durante a guerra de Canudos foi desconcertante.

Se intelectuais de todos os matizes políticos silenciaram diante do massacre – “do crime”, como seria dito mais tarde – no caso de Euclides da Cunha, que era um quadro engajado no projeto republicano vencedor, o nível de envolvimento foi muito maior. Maior e pior. Cartas trocadas com amigos revelam a possibilidade – aliás, muito provável – que em momento algum tenha acreditado, de fato, na rebelião monarquista no sertão baiano. E se acreditou, viu nela a oportunidade de fazer política de desgaste e tirar proveito da oportunidade. Numa correspondência do ano de 1895 – portanto, dois anos antes de Canudos tornar-se notícia nacional – ao amigo Bueno Brandão, nota-se como a idéia de restauração monárquica era acalentada por ele na tentativa de “depurar” o governo.

A História tem também seus absurdos; talvez tenhamos que lhe fornecer mais um. Confesso-vos que a coisa será interessante – porque não levar ao extremo a confissão? – asseguro-vos que intensa curiosidade dá-me alguma vontade de que o absurdo se realize. Tenho saudades daquela minoria ativa anterior ao 15 de novembro...há tanto republicano hoje...Para mim a Restauração teria o valor de fazer ressurgir a legião sagrada mais enérgica e mais orientada, capaz de vencer com mais dignidade e com mais brilho.<sup>353</sup>

“Para mim a Restauração teria o valor de fazer ressurgir a legião sagrada.” Este desejo, expresso com tanta clareza (“ao extremo da confissão”) e a ironia de suas reticências (“...há tanto republicano hoje...”), explica o tom entusiástico de sua cobertura jornalística da guerra de Canudos. Revela também o instinto ladino e a esperteza política do escritor, longe da imagem de autor enganado pela propaganda republicana, como afirmam muitos estudiosos.<sup>354</sup> Era ele quem fazia a propaganda. Atribuiu aos monarquistas o levante de Canudos porque, como todos os chamados de radicais, queria enfraquecer o governo de Prudente de Moraes, de modo a propiciar a reorganização do sistema republicano.

“A Causa Republicana” estava, para Euclides da Cunha, acima e além de qualquer coerência intelectual ou doutrinária. O militante viu no episódio o que todos os “puros” (positivistas e florianistas) também enxergaram: a oportunidade de aglutinar as forças militares em torno do “verdadeiro” projeto republicano – a história lhes dava uma segunda chance de purificar o regime. Essa idéia, central neste trabalho, se tornará ainda mais evidente em *Os Sertões*. Mas neste momento, Euclides da Cunha supera todas as críticas e mágoas para com o regime e se propõe defendê-lo da grande ameaça restauradora.

---

<sup>353</sup> EUCLIDES da Cunha. Carta a Bueno Brandão. São Paulo, 6 de novembro de 1895 (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. Op. Cit., p.88.

<sup>354</sup> A idéia de um Euclides da Cunha enganado pela propaganda republicana é insustentável, mas surgiu no momento da publicação de *Os Sertões* e é encontrada ainda em trabalhos recentes. A versão do escritor retomando a consciência – como se algo o tivesse deixado fora da realidade durante a cobertura jornalística - e escrevendo arrependido sua grande obra, aparece com força na biografia de Silvio Rabelo. Neste livro sobre a vida de Euclides da Cunha – citada várias vezes neste trabalho – aparecem coisas como: “Não seria Gentil de Castro a única vítima daqueles dias de terror. Outras muitas teriam de cair, para maior extensão do grande equívoco – o equívoco em que o próprio Euclides, se deixou enredar.” RABELO, Silvio. *Euclides da Cunha*. Op. Cit., p.112.

No tempo das primeiras e anônimas expedições da polícia da Bahia ao arraial de Canudos, Euclides da Cunha estava às voltas com sua atividade de engenheiro, reclamando contra orçamentos, empreiteiros, viagens e vistorias tediosas ao interior paulista. Sua veia política vivia do desencanto ao novo regime:

(...) convença-se de que a nossa geração é a mais infeliz desta terra; - a nossa mocidade dá-nos uma esplêndida energia moral, mas neste meio, esta energia...é uma fraqueza deplorável. Os fortes são os maleáveis de todos os tempos; os vitoriosos são os que se deixam vencer a todos instante (..) <sup>355</sup>

Quando tomou conhecimento do desastre da terceira expedição de Moreira César, o tom das referências à política mudou completamente. Continuou a queixar-se porque era de sua natureza depressiva a lamentação, mas o caráter político agora era outro.

Creio que como eu, estás sob a pressão do deplorável revés de Canudos aonde a nossa República tão heróica e tão forte curvou a cerviz ante uma horda desordenada de fanáticos maltrapilhos... Que imensa, que dolorosa, que profunda e que esmagadora vergonha (...) <sup>356</sup>

A esta mudança de perspectiva política se somou uma mudança de ânimo. Da aceitação passiva de uma realidade política institucional que o desagradava, passou a defensor de “nossa República”. O engenheiro Teodoro Sampaio conta que, em seguida às notícias de Canudos, Euclides da Cunha apareceu na repartição e era “outro homem”. Sem os traços ensimesmados que o acompanhavam, mostrava-se animado, conversador. Como nos velhos tempos, estava de volta à propaganda republicana contra os “monarquistas” com a publicação, no jornal *O Estado de São Paulo*, de seu artigo “A Nossa Vendéia”.

Os textos impressionaram a direção do jornal e, poucos dias depois da publicação do segundo artigo, Júlio Mesquita escrevia ao presidente Prudente de Moraes solicitando um cargo para Euclides da Cunha na comitiva do ministro da Guerra que iria

---

<sup>355</sup> EUCLIDES da Cunha. Carta a João Luis. São Paulo, 23 de abril 1896. (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. Op. Cit., p.94.

<sup>356</sup> EUCLIDES da Cunha. Carta a João Luis. São Paulo, 14 de março de 1897. (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). Idem, p.103

a Canudos. “Tem talento de escritor quanto dedicação de soldado republicano. Quer prestar serviços à República e preparar elementos para um trabalho histórico.”<sup>357</sup> A solicitação foi atendida no mesmo dia e nomeado para o cargo de adido junto ao estado-maior do ministro Machado Bittencout, que iria acompanhar de perto o desenrolar das ações militares contra os revoltosos de Canudos. Já se encontravam na região do conflito alguns correspondentes de jornais do Rio de Janeiro, mas nenhum integrando oficialmente as forças militares.

A escolha de Euclides da Cunha para realizar a cobertura da guerra é mais um daqueles episódios nebulosos em sua vida. Alguns historiadores falam da afinidade fraternal entre o escritor e Júlio Mesquita; outros atribuem a aspectos de confiabilidade política e outros ainda ao preparo intelectual que a direção do jornal encontrava em Euclides da Cunha. Como repórter é possível afirmar que era um curioso da realidade. Pelos relatos, detinha os entrevistados com frequência para esclarecer, principalmente, expressões verbais, ditos populares e construções frasais raras e sonoras. Escrevia no punho duro da camisa, como faziam os repórteres da época, mas tinha dificuldades de dar texto final às notícias. E aqui o problema era terrível.

Vários episódios ilustram sua dificuldade em redigir materiais informativos. O jornalista Plínio Barreto conta que Júlio Mesquita pediu para Euclides da Cunha escrever uma notícia sobre um incêndio que ocorrera na cidade.

Euclides sentou-se a uma mesa da redação e entrou a rabiscar tiras de papel com uma aplicação de colegial-modelo. Passaram-se os minutos e nada saiu; as tiras eram rasgadas umas atrás das outras até que, desanimado, se ergueu num repelão: ‘Ora, seu Mesquita, mandar-me fazer uma notícia de incêndio é o mesmo que mandar Turenne caçar tico-tico’.<sup>358</sup>

E o escritor, suado e encabulado, teve que deixar a mesa para um repórter desconhecido escrever um texto que em minutos estaria pronto. Essa dificuldade deve ser atribuída à falta de prática que evidentemente ele não possuía, mas o fato de ser tão ressaltada em vários episódios – outros contam a mesma história, por exemplo, na produção de um texto sobre a morte de Machado de Assis, ocorrida na redação do

---

<sup>357</sup> Citado por GALVÃO, Walnice Nogueira In: *Diário de uma Expedição*. Op. Cit., p.13.

<sup>358</sup> ANDRADE, Olimpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. Op. Cit., p.109.



*Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro – demonstra que não era uma figura simpática aos demais jornalistas. O chefe de redação de *O Estado de São Paulo* não escondia sua opinião, enquanto marcava os originais de Euclides da Cunha, resmungava baixinho: “Eta sujeito cacete!”.<sup>359</sup>

Euclides da Cunha era o único correspondente na comitiva do Ministro da Guerra, mas jornalistas importantes já realizavam a cobertura acompanhando a quarta expedição, a do general Oscar e as duas colunas – como citamos anteriormente.<sup>360</sup> Walnice Galvão conta que ao menos quatro jornais mandaram correspondentes com o objetivo exclusivo de enviar relatos periódicos dos acontecimentos. A *Gazeta de Notícias* enviou Favila Nunes; o *Jornal do Comércio*, Manuel Benício, substituído mais tarde por razões políticas; *A Notícia* teve como primeiro correspondente Cisneiro Cavalcanti, alferes que morreu em combate na quarta expedição, depois enviou o jornalista Manuel de Figueiredo, que adoentado retornou depois de poucas reportagens e, por último, Alfredo Silva, que escreveu até a queda do arraial. Os três são enviados por jornais do Rio de Janeiro. Outros jornais tinham, principalmente, militares a lhes mandar narrativas contando coisas da guerra. *O Paiz*, também do Rio de Janeiro, com o coronel Siqueira de Menezes, que assinava matérias com o nome Hoche; e o *Jornal de Notícias*, da Bahia, com Lelis Piedade, também secretário do Comitê Patriótico, que tinha como objetivo dar assistência ao Exército e apoio às vítimas da guerra.<sup>361</sup>

Foi seguramente a primeira cobertura regular de guerra na imprensa brasileira, com envio diário de material jornalístico e espaços pré-diagramados nos jornais.<sup>362</sup> Na ausência de novas notícias, os jornais utilizavam materiais informativos de outras publicações ou escreviam matérias locais repercutindo os acontecimentos, mas mantinham colunas com o tema em evidência: “Canudos”, “Expedição de Canudos”; “Cartas de Canudos”, “Sucessos da Bahia”. O assunto permaneceu diariamente nas páginas durante muito tempo, caracterizando o acontecimento como cobertura e não

---

<sup>359</sup> Ibidem, pág.124.

<sup>360</sup> O fato de ser o único na comitiva do Ministro da Guerra tem causado confusão entre alguns pesquisadores que passaram a afirmar ser Euclides da Cunha o único correspondente em Canudos.

<sup>361</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. *No Calor da Hora – a guerra de Canudos nos jornais*. Op. Cit., p.109.

<sup>362</sup> A Revolução Federalista do RGS teve cobertura diária da imprensa gaúcha, mas não teve na imprensa nacional o mesmo tratamento dado para a Guerra de Canudos. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Op. Cit., p. 296.

como fato eventual ou ao dispor da chegada de informações – como foi o caso da Guerra do Paraguai.

É preciso entender que naquela época os jornais ainda viviam de muita opinião – do “artigo de fundo”, principalmente – e textos literários. Esta ênfase ao conteúdo informativo foi, sem dúvida, um momento de vanguarda para o jornalismo brasileiro daquele tempo, embora a tendência de dar destaque à informação estivesse se tornando cada vez mais evidente.<sup>363</sup> Os fatos que chegavam às páginas eram os escolhidos pelo proprietário ou diretor de redação. Assuntos que empolgavam a população nem sempre eram encontrados nos jornais e, embora se protestasse contra a censura ou pela liberdade de expressão, era para atender aos critérios exclusivos de seu diretor/proprietário – nada a ver com a vontade ou direito do leitor de ser bem informado. Eram todos jornais mantidos na dependência econômica das verbas governamentais. Com papel e tintas pagas em libras tornava-se impossível viabilizar economicamente uma publicação diária, em grande escala, sem dinheiro do poder público.<sup>364</sup>

Dos correspondentes é possível afirmar que todos enviados a Canudos tinham algum tipo de relação com o Exército – seja por títulos honoríficos ou pela condição de militares reformados. Esse parece ter sido o critério utilizado nas redações para a escolha do enviado ao campo de batalha. Comparando as coberturas jornalísticas realizadas, Favila Nunes, da *Gazeta de Notícias*, e Manuel Benício, do *Jornal do Comércio*, mostram-se os profissionais mais bem preparados – objetivos e produtivos – e mais atentos aos fatos da guerra. Eles acompanharam integralmente a quarta expedição, aquela que teve duas colunas: uma saindo de Salvador, sob o comando do general Artur Oscar e outra, sob o comando do general Cláudio Savaget, saindo de Aracaju. São deles os primeiros relatos profissionais dos embates de Canudos para a imprensa do centro do país.<sup>365</sup>

---

<sup>363</sup> Pode-se afirmar que a história da imprensa brasileira marca este período como de transição entre o jornalismo político partidário/opinativo e o jornalismo comercial/informativo dos primeiros anos do século XX. É um tempo de transformações profundas na administração dos jornais como também na utilização de novas tecnologias como o telégrafo e as novas formas de impressão.

<sup>364</sup> FONSECA, Gondin da. *Biografia do Jornalismo Carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro, Editora Livraria Quaresma, 1941, p.222.

<sup>365</sup> Todos os fatos correspondentes à terceira e à quarta expedições estão na cobertura de imprensa da época, nos livros lançados mais tarde sobre o conflito e principalmente em *Os Sertões*. As duas expedições formam o núcleo narrativo da terceira parte do livro.

A estratégia de usar duas colunas militares, com previsão de ataque pelo norte e pelo leste de Canudos, resultou em fracasso. O general Artur Oscar, afoito em bombardear o arraial antes da segunda coluna, avançou sem logística, deixando para trás a munição e os mantimentos para a tropa. Foi atacado pelos jagunços de Conselheiro e, quase sem munição e pressentindo sofrer o mesmo revés de Moreira César, viu-se obrigado a pedir que o general Savaget abandonasse sua excelente posição ao norte de Canudos para salvar sua coluna. E isso foi feito com esforço e com custos estratégicos gigantescos. Para completar o fracasso da tática utilizada pelo general Artur Oscar, novamente os jagunços se apropriaram de muita munição (450 mil cartuchos) e da comida que ficara para trás – o mesmo havia acontecido com as munições e o armamentos da expedição de Moreira César.

Este episódio foi marcante dentro do Exército e na cobertura da imprensa. O acampamento foi tomado pela fome e por deserções e a imagem do Exército, tão bradada desde a Guerra do Paraguai até a Proclamação da República, começou a entrar em declínio. A cobertura de imprensa se intensificou de forma negativa, a falta de comando ficou evidente e obrigou o presidente Prudente de Moraes a mandar seu Ministro da Guerra ao local das operações para evitar um novo fracasso diante dos revoltosos de Canudos. A idéia de monarquistas financiando os jagunços já havia sido abandonada e a incompetência do Exército exposta de maneira clara a cada dia. Euclides da Cunha iniciou sua cobertura jornalística, neste momento, quando a guerra estava com seu perfil delineado.

Para avaliar ou atribuir valor ao trabalho jornalístico de Euclides da Cunha não podemos tratá-lo como uma produção única, tal qual um livro ou uma obra acabada. É impossível atribuímos valor jornalístico ou direção política ao seu material, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, tratando-o isoladamente. Somente aproximando sua produção a de outros jornalistas, teremos uma noção mais clara do valor das opções que tomou, dos fatos que julgou relevantes e principalmente da importância que atribuiu a pessoas e acontecimentos. Ou seja: o olhar com que viu o conflito.

Vamos usar como referência a cobertura do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro – com o jornalista Manuel Benício e, mais tarde, outro profissional não

identificado – pela maneira informativa com que “cobriu” o acontecimento. O *Jornal do Comércio* construiu uma narrativa da Guerra de Canudos desmistificadora do jagunço e do próprio militar. Em nenhuma de suas matéria há referências ou insinuações de que “existe alguém por trás dos jagunços”, como gostavam de dizer os chefes militares até semanas antes da queda do arraial. A direção adotada pelo jornalista Manuel Benício era a de alguém que havia acompanhado o general Savaget, desde Aracaju, e na entrada de Canudos foi obrigado a recuar e auxiliar o chefe da expedição militar, general Artur Oscar, que havia cometido um erro estratégico primário.

Manuel Benício constrói sua visão jornalística sobre um texto de muito movimento, verbos de ação e descrições duras, às vezes épicas e dramáticas, muitas cinematográficas:

Deu-se novo toque de carga e degola. Na primeira investida o coronel Carlos Teles perdeu o seu segundo-ajudante-de-ordens, o cadete Cunha Lima que caiu ferido e o cavalo morto. Cinco passos adiante, o seu cavalo caiu também ferido. Ofereci-lhe a mula em que ia montado à sua frente. Ele passou de chicote em riste no meio de uma saraivada de balas que nem se podia olhar. Em derredor o chão estava cheio de cadáveres, moribundos e feridos. A onda acompanhou-o eletrizada pelo exemplo de coragem que dava o seu próprio valor. Dezenas de casas foram invadidas – mortos os seus moradores, mulheres e crianças, quase todos.<sup>366</sup>

Esta forma crua e direta também é perceptível na maneira como aborda temas delicados como a incompetência, o despreparo, uso político dos acontecimentos e até a censura a que está submetido. Em texto publicado em 4 de agosto, no *Jornal do Comércio*, escreve: “...fiz um telegrama, citando os nomes dos oficiais mortos da Coluna Oscar e o apresentei ao visto de S. Exa. Os seus ajudantes me disseram que era inútil, pois que o General não visava-o, por tratar-se de feridos e mortos e tal notícia ser desagradável às famílias...como se elas já não soubessem ou não venham a saber da carnificina inútil que sofreram as colunas?”<sup>367</sup>

---

<sup>366</sup> Todas as referências e citações da cobertura jornalística da Guerra de Canudos foram do admirável livro de Walnice Nogueira Galvão, *No Calor da Hora*. Op. Cit., p.257.

<sup>367</sup> Ibidem. p.249

Suas descrições da fome e da sede no acampamento são chocantes. Conta de soldados e até oficiais correndo no meio da caatinga atrás de uma galinha, de um bode, de pássaros, e sendo mortos a facção por jagunços. Fala de deserções e da forma quase natural, fácil, com que os jagunços se apropriam de armas, munições e cargas de alimentos que vêm de Monte Santo para Canudos.

Comandantes de batalhão já tenho visto pedir humildemente um punhado de farinha. Não exagero. Quando isso acabar, terão milhares que hão de afirmar tudo quanto daqui tenho escrito. Calculem que quando a fome entra pela barraca dos oficiais está dormindo nas dos soldados.<sup>368</sup>

As narrativas vão se sucedendo na construção de um quadro de inoperância e ineficácia absolutas. Mais munição e comida são roubados das tropas do governo:

Soube-se hoje que 43 carretas de fornecimento e munição que vinham com o coronel Campelo...foram tomadas pelos jagunços. Quanta inépcia, Jesus Cristo! De sorte que, enquanto estamos a meia-ração, os jagunços enchem-se à nossa custa e têm balas que lhes fornecemos para nos assassinares.<sup>369</sup>

Sua cobertura vai se tornando cada vez mais alarmante.

Ontem desertou uma linha inteira de 21 praças do piquete. As deserções estão se reproduzindo em massa...E aqui estamos há 15 dias, vendo morrer por dia...dentro do acampamento..de seis a oito pessoas, nunca menos!...A expedição veio com o fim de atacar e está se defendendo. Quem ataca hoje é o inimigo que nos sitiou e cortou as vias de comunicação.<sup>370</sup>

Em Salvador, Euclides da Cunha e a comitiva do Ministro da Guerra desembarcaram do vapor Espírito Santo justo quando a cidade estava com seus hospitais tomados pelos feridos de Canudos. Hospitais de campanha eram montados às pressas para dar conta do número elevado de convalescentes em consequência da ação desastrada do general Artur Oscar. A repercussão do novo fracasso agora buscava culpados dentro da ação militar e era comum encontrar oficiais graduados com críticas severas à ação desencadeada pelo general. Quer dizer, o clima era outro e já não era

---

<sup>368</sup> Ibidem. p 291.

<sup>369</sup> Ibidem. p.314

<sup>370</sup> Ibidem. p.311

mais possível encontrar nos jornais quem dissesse abertamente que o levante era financiado por monarquistas.

Do ponto de vista político, Euclides da Cunha faz a cobertura mais oficial – de acordo com a versão oficial dos fatos – de todos os jornalistas enviados a Canudos. Não é possível dizer que seja uma forma mais ampla ou mais profunda, mais estreita ou mais superficial – é uma maneira “oficial” de ver a guerra, sempre colocando os acontecimentos na perspectiva do que julga bom para o Brasil e para a República. Seu olhar destaca acontecimentos periféricos, como o carinho com que as pessoas tratavam os soldados de Canudos. (“(...) os bondes esvaziam-se ante um gesto lento, cada passageiro procurando ceder o lugar ao defensor obscuro da República”.<sup>371</sup>); muitas das suas reportagens e telegramas, ao contrário dos demais correspondentes, terminam com apelos patrióticos de “A República é imortal!” e “Viva a República”. Sua identificação com as tropas é absoluta.

E desta proximidade resulta um texto de amplitude maior, onde o valor simbólico dos acontecimentos ganha relevância política. Um exemplo disso é a idéia de Euclides da Cunha ao ver soldados de todo o Brasil chegando para a guerra.

Índoles diversas, homens nascidos em climas distintos por muitos graus de latitude, contrastando nos hábitos e tendências étnicas, variando nas aparências; fronte de todas as cores – do mestiço trigueiro ao caboclo acobreado e ao branco – aqui chegam e se unificam sob o influxo de uma aspiração única. Parece um refluxo prodigioso de nossa história. Depois de longamente afastados, todos os elementos da nossa nacionalidade volvem bruscamente ao ponto de onde irradiaram, tendendo irresistivelmente para um entrelaçamento belíssimo... Não é, certo, a primeira vez, esta, em que se opera uma arregimentação geral de forças e se unem os brasileiros esparsos... Não se trata de defender o solo da pátria do inimigo estrangeiro; a luta tem uma significação mais alta e terá resultados mais duradouro (...)<sup>372</sup>

---

<sup>371</sup> EUCLIDES da Cunha. “O Estado de São Paulo, 10 de gosto de 1897.” In: *Diário de uma Expedição*. Org. GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. Cit., p.71.

<sup>372</sup> EUCLIDES da Cunha. “O Estado de São Paulo, 15 de gosto de 1897.” In: *Diário de uma Expedição*. Org. GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. Cit., p.88.

Esse movimento de populações tão distintas resultaria na refundação da pátria (“todos os elementos da nossa nacionalidade voltam bruscamente ao ponto de onde irradiaram”). Euclides da Cunha torna este argumento mais evidente quando afirma: “...creio que a organização superior da nossa nacionalidade, em virtude da energia civilizadora acrescida, repele, pela primeira vez, espontaneamente, velhos vícios orgânicos e hereditários tolerados pela política expectante do Império.”<sup>373</sup> Ou seja, Canudos faria parte da herança negativa do Império, seja na sua vertente monarquista - insinuada por ele - seja no fanatismo retrógrado ali representado.

A guerra, desta forma, estava explicada: seja por sua origem monárquica - como foi o discurso inicial -, seja pela representação “de retardatários” que ela abriga. A guerra se justificava, nas palavras de Euclides da Cunha, porque “prevejo os resultados positivos desse movimento cuja feição destruidora é um incidente transitório”.<sup>374</sup> Aí está com todas as letras o verdadeiro sentido que, para ele, desculpava o desenrolar da guerra. No cômputo geral de sofrimento e destruição, o saldo invariavelmente era positivo porque “eram transitórios”, uma vez que os benefícios - supomos - seriam permanentes.

O mesmo olhar que buscava, na periferia do conflito, “resultados positivos”, acabava por construir (ou ajudar a construir) uma versão do conflito absolutamente parcial: o herói, a vítima, o civilizado, o brasileiro e o bem são atributos do soldado do Exército. Daí sua preocupação em localizar heróis, homens de valor superior, capazes de se diferenciar e dar conteúdo humano e individual a uma atividade tão coletiva como a guerra. Alguns biógrafos afirmam que essa busca incessante por heróis e o culto à personalidade é resultado da influência das leituras de Thomas Carlyle, que atribui ao heroísmo individual grande parte do desenvolvimento dos povos e teria sua origem num predicado divino. Aqui Euclides da Cunha chega ao limite de comprometer a informação para dar destaque a um heroísmo adjetivado e romântico com que vê os soldados republicanos.

O velho combatente, que reviveu em Cocorobó o heroísmo lendário de Leônidas, teve, talvez, a mais bela consagração de sua glória imperecível....Compreende-se a majestade do triunfo

---

<sup>373</sup> Ibidem, p.89

<sup>374</sup> Ibidem. p.91.

dos heróis que chegam...sob arcos triunfais artisticamente constituídos, emergindo aureolados do seio de um povo que veio à praça pública (...)<sup>375</sup>

Mas é importante observarmos, com mais proximidade, alguns temas específicos de sua cobertura. Sobre a ameaça à República:

Como na Vendéia o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do império. A mesma coragem bárbara e singular e o mesmo terreno impraticável aliam-se, completam-se. O chouan fervorosamente crente ou o tabaréu fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam a pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados. A justeza do paralelo estende-se aos próprios reveses sofridos.<sup>376</sup>

Outra:

Não nos iludamos. Há em toda essa luta uma feição misteriosa que deve ser desvendada.(...) repilo de toda a idéia de que se utilizem ainda das munições tomadas às expedições anteriores. Sou levado a acreditar que tem raízes mais fundas esta conflagração lamentável dos sertões.<sup>377</sup>

Sobre o desempenho do Exército:

As tropas da República seguem lentamente, mas com segurança, para a vitória. Fora um absurdo exigir-lhes mais presteza... Mas amanhã, quando forem desbaratadas as hostes fanáticas de Conselheiro e descer a primitiva quietude sobre os sertões baianos, ninguém conseguirá perceber, talvez, através das matas impenetráveis, coleando pelo fundo dos vales, derivando pelas escarpas íngremes das serras, os trilhos, as veredas estreitas por onde passam, nesta hora, admiráveis de bravura e abnegação – os soldados da República.<sup>378</sup>

---

<sup>375</sup> Ibidem, p.83.

<sup>376</sup> EUCLIDES da Cunha. “O Estado de São Paulo, 14 de março de 1897.” In: *Diário de uma Expedição*. Org. GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. Cit., p.51

<sup>377</sup> Ibidem, p.194.

<sup>378</sup> Ibidem, p.61.



Outra:

Perdido no deserto, jungido as provações imensas, muitas sem os mais elementares recursos e sob o ataque persistente e traiçoeiro do inimigo, o soldado brasileiro jamais patenteará abnegação maior. Dificilmente se encontra, folheando a história inteira, um exército que, já quase faminto de véspera e extenuado de combates, se bate durante catorze horas, da madrugada à noite, sem tomar sequer uma gota de água...Que maior abnegação se pode exigir desses que, apesar de tudo isto, ainda a esta hora lá estão, firmes, inabaláveis, ombro a ombro quase com o adversário traiçoeiro, sob as tendas de combate erguidas dentro daquela povoação maldita?<sup>379</sup>

Sobre o uso de dinamite contra a população:

Lavra no arraial intenso incêndio ateado pela explosão de bombas de dinamite, sendo inteiramente queimada a latada anexa à igreja nova, o último baluarte dos fanáticos. Não existiam minas nesta última e sim grandes trincheiras tomadas à baioneta. Foram lançadas oitenta bombas de dinamite em Canudos. A animação é geral entre os nossos soldados.<sup>380</sup>

Durante toda cobertura jornalística é possível sentir os valores que norteiam suas observações da realidade. Se em alguns momentos o peso da adjetivação em favor do Exército se mostra muito acentuado, ou os qualificativos pejorativos atribuído aos jagunços se agravam, ou as suspeitas lançadas extrapolam, Euclides da Cunha tratava de justificar-se:

Não exagero perigos; mas o otimismo seria um crime nesta quadra. Além disto a maioria republicana da nossa terra precisa conhecer toda a verdade desta situação dolorosa, pela voz ao menos sincera dos que aqui estão prontos para compartirem do sacrifício nobilitador pela República.<sup>381</sup>

Sempre atrás de “um perigo” maior ao regime republicano, sempre valorizando a luta no arraial. Toda sua narrativa é feita a partir do olhar dos militares, em especial do general Artur Oscar, com quem se reunia quase todas as noites, enquanto esteve em

---

<sup>379</sup> Ibidem, p.80.

<sup>380</sup> Ibidem, p.266.

<sup>381</sup> Ibidem, p. 163.

Canudos, para conversar e ouvir suas opiniões. Inclusive, ganhou um “jaguncinho”, uma criança órfã de Canudos, que trouxe para São Paulo e acabou por entregá-la a um jornalista de *O Estado de São Paulo* que o criou.

Quando a campanha militar de Canudos terminou, os jornais já não davam destaque ao assunto, a esta altura dos acontecimentos envolto num sentimento de mal estar coletivo. A retirada do arraial, as conseqüências da guerra, o drama humano que gerou, o retorno das tropas foram divulgados com pouquíssimo destaque pela grande imprensa. Dois meses depois do encerramento oficial do conflito, o jornal *O Comércio de São Paulo* – dirigido por Afonso Arinos e empastelado sob a acusação de ser monarquista oito meses antes – publicou durante uma semana inteira o relatório oficial do *Comitê Patriótico da Bahia*, fazendo um levantamento das vítimas e de suas condições de vida. O relato é dramático, chocante, porque conta a forma como civis – principalmente mulheres e crianças – foram assassinados no arraial. E falava também do destino das crianças órfãs que agora viviam em várias regiões do país – pois se tornaram propriedades de militares que combateram em Canudos –, sendo que muitas eram escravizadas sob a alegação de serem os “portadores da peste”.

É evidente que o desfecho desastrado de Canudos jogou desprestígio sobre o Exército e arranhou profundamente a tão decantada eficiência positivista. “O carisma da instituição, encarnado no marechal Floriano Peixoto, desmaia nos cadáveres insepultos nos sertões da Bahia”.<sup>382</sup> O embate político travado em Canudos resultou, na verdade, na definição da força política hegemônica dentro do regime republicano. Não havia monarquistas entre os fanáticos e em momento algum o regime se viu ameaçado, diziam os fatos. E a responsabilidade pelos gastos gigantescos, a crueldade contra a população de Canudos, e a própria incompetência de todas as operações militares caíram sobre o Exército. A conseqüência imediata foi o fim da força política do Exército e, conseqüentemente, dos positivistas. A partir de então, a força política dos produtores de café ou do liberalismo paulista pode exercer sua hegemonia e impor seu projeto de república sem mais resistências. Gilberto Amado vai escrever sobre a extensão política do desastre de Canudos:

---

<sup>382</sup> FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. Op. Cit., p.636.

Operada a cisão nas classes armadas (Marinha e Exército), enfraquecidas ambas, operou-se a grande transformação política do Brasil, a maior revolução política verificada entre nós – a passagem do poder das mãos da federação, das mãos do Brasil, para as mãos dos estados. Não teria sido tão rápida a passagem se não tivesse havido a guerra de Canudos em que foi sacrificado o Exército nacional. No desprestígio que daquela guerra resultou para o Exército, o poder havia de ficar nas mãos de quem tivesse mais força: São Paulo (Prudente, Campos Sales, Rodrigues Alves).<sup>383</sup>

“(Da) passagem do poder das mãos da federação, das mãos do Brasil, para as mãos dos estados”, quer dizer, para São Paulo, resultou o “acordo de Taubaté”, que definiu a participação do governo federal no financiamento e na comercialização da produção do café (principalmente garantido preços e participando dos prejuízos); fixou um câmbio favorável aos cafeicultores em detrimento de produções primárias de outros estados; derivou na “política dos governadores” que, como vimos, substituiu a participação política patrimonialista do império por uma representatividade de fachada, longe do sufrágio universal; patrocinou o rejuvenescimento da elite exportadora e enterrou o sonho de industrialização; restabeleceu o poder das oligarquias regionais e transformou o projeto republicano em expressão política das mesmas forças econômicas que vinham do império; quer dizer, restabeleceu e modernizou as bases do autoritarismo brasileiro.

Este foi o resultado que o desfecho da guerra de Canudos teria “acelerado”, nas palavras de Gilberto Amado. Talvez Euclides da Cunha não soubesse o que estava em jogo em Canudos e fez o que fez, na sua cobertura jornalística, movido unicamente pelo sonho de reconstrução da República.<sup>384</sup> Ou talvez tenha visto melhor do que ninguém e tivesse conhecimento – intuitivo ou conjuntural – do que estava em jogo no interior da Bahia e, por isso, tomou o lado que tomou. O certo é que até aqui, até o conflito de Canudos, Euclides da Cunha pensou num projeto político em que acreditava desde a adolescência e procurou de todas as formas concretizá-lo.

---

<sup>383</sup> AMADO, Gilberto. “Grão de Areia de Estudos Brasileiros”. Citado por FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. Op. Cit., p.636.

<sup>384</sup> Sua destoante cobertura do episódio - que soube tão bem representar mais tarde em livro - é um dos elementos que promovem as dúvidas levantadas por historiadores sobre sua participação em Canudos. Não desconhecemos a polêmica sobre o tempo de permanência ou mesmo se, de fato, Euclides da Cunha esteve no local dos acontecimentos, mas preferimos tratar como tratam (acreditando em suas anotações) a grande maioria de seus críticos e estudiosos.

Aqui está o ponto de ruptura, a guinada, a divisão de águas, que teve como consequência o descobrimento de uma outra realidade para o Brasil. Daqui por diante, seu caminhar será muito mais solitário, marcado profundamente pela desilusão política com o novo regime. Desilusão que o levará a investir com furor sobre seus antigos aliados e sobre a instituição republicana em que tanta esperança depositou. Por tudo isso, chamou *Os Sertões* de “o livro vingador”. Foi, sem dúvida, a vingança que acreditou dar a quem o tinha traído.

### 3.4 EUCLIDES – OS SERTÕES

Cinco anos mais tarde, Euclides da Cunha lançou o livro *Os Sertões*. E sua história sobre Canudos agora era outra:

Tinha nos braços finos uma menina, neta, bisneta, tataraneta talvez. E essa criança horrorizava. A sua face esquerda fora arrancada, havia tempos, por um estilhaço de granada; de sorte que os ossos dos maxilares se destacavam alvíssimos, entre os bordos vermelhos da ferida cicatrizada....A face direita sorria. E era apavorante aquele riso incompleto e dolorosíssimo aformoseando uma face e extinguindo-se repentinamente na outra, no vácuo de um gilvaz. Aquela velha carregava a criação mais monstruosa da campanha. Lá se foi com o seu andar agitante, de atáxica, seguindo a extensa fila de infelizes (...) <sup>385</sup>

Quando procuramos as origens de *Os Sertões*, torna-se evidente que o livro não foi planejado com este enquadramento ideológico: trágico no retrato do sertanejo e cruel no perfil do Exército. Como vimos, a idéia de escrever um livro sobre a guerra de Canudos esteve presente desde o início, quando Júlio Mesquita solicitou ao presidente Prudente de Moraes autorização para enviar um correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*. “...Quer prestar serviços à República e preparar elementos para um trabalho histórico...”<sup>386</sup> Esse “trabalho histórico”, na caderneta de campo de Euclides da Cunha, onde tomou nota dos acontecimentos da campanha de Canudos, tinha um cabeçalho. Na página dois está escrito com sua letra miúda: “A Nossa Vendéia”, no alto da página;

---

<sup>385</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. Cit., p.473.

<sup>386</sup> Citado por GALVÃO, Walnice Nogueira. “Introdução”, In: *Diário de uma Expedição*. Op. Cit., p.13.

logo abaixo, “Diário de uma Expedição”.<sup>387</sup> De modo que é evidente sua intenção de usar, no livro, o título já utilizado em seus dois artigos sobre a guerra de Canudos. Com isso, revela o tanto que teve de mudar do seu projeto original.

A idéia de um livro sobre o episódio de Canudos também estava nas conversas que Euclides da Cunha mantinha com autoridades ou mesmo com colegas jornalistas da campanha. Tanto nos diários da Bahia, que registraram sua presença se deslocando para a região do conflito, como em textos de outros jornalistas, há a citação direta ao trabalho que iria desenvolver sobre o episódio. Num trecho da reportagem publicada no *Jornal do Comércio*, do dia 23 de outubro, o jornalista substituto de Manuel Benício – não identificado e já citado neste trabalho – escreveu a respeito.

Agora, vamos noticiar o breve aparecimento de um importante livro, a *Nossa Vendéia*, que está escrevendo o Dr. Euclides da Cunha, representante aqui de O Estado de São Paulo. Eis o esboço das duas primeiras partes deste trabalho sobre Canudos: A Natureza – caracteres físicos; feição topográfica. Formação geológica. Região em grande parte estéril... A flora. A fauna. Frutificação incerta e temporânea..... O homem – caracteres físico. Alimentação. Habitação. A coragem pessoal. Vida animal; o exorbitante prejudicando as funções intelectuais e morais...A influência diária de um solo árido. Vida nômade...um isolador étnico. Infantilidades. Imaginação viva. Reflexão amorosa..O terror religioso. A desconfiança. As santas missões. Vocabulário. É, como se vê, um estudo importante, prendendo-se a uma concepção geocêntrica do nosso tabaréu.<sup>388</sup>

É interessante observar que a estrutura estava previamente alinhada, de modo que as partes um e dois de *Os Sertões* são originárias do primeiro esboço do livro intitulado a *Nossa Vendéia*.<sup>389</sup> No entanto, as duas primeiras partes, que aparecem com os subtítulos de *A terra* e *O homem*, irão corresponder a trinta por cento da obra. O trecho relativo *A luta* forma grande parte do livro. E neste território da obra, o caráter político do episódio ganha feições contrárias – ou melhor, opostas – ao exposto na

---

<sup>387</sup> CUNHA, Euclides da. *Caderneta de Campo*. São Paulo: Editora Cultrix, 1975, p.2.

<sup>388</sup> Citado por GALVÃO, Walnice Nogueira. In: *No Calor da Hora – a guerra de Canudos nos Jornais*. Op. Cit., p.339.

<sup>389</sup> E mais uma vez aparece o título pensado originalmente por Euclides da Cunha. Insistimos neste ponto porque é revelador de uma idéia preconcebida que acompanhou o autor durante muito tempo – mesmo depois de encontrar-se no campo de batalha. Idéia essa que, na forma, permaneceu em parte, mas que no aspecto político mudou de maneira radical.

cobertura jornalística. Mas é importante observar que o livro está dividido em partes estanques que – como vimos – chegaram a preocupar o autor.

É possível dizer que construiu também o tecido narrativo de *Os Sertões* em níveis distintos. No primeiro, que corresponde à descrição de *A terra* e de *O homem*, o caráter cientificista de sua narrativa é imperativo e inquestionável. A voz que narra é a voz da Botânica, da Geologia, da Filosofia, da Psicologia, da Sociologia e da História. A autoridade científica, na narrativa de Euclides da Cunha, faz-se valer do comando de Tyndal, Herschel, Wollaston, Humboldt, Meyer, Norton, Nott, Hegel, Gordon, Buckle... Todos tratados assim, por um nome único, numa intimidade que impregna o narrador de razão e de autoridade.

São as primeiras páginas de estudo sobre regiões do território brasileiro escritas por um autor nacional. Até Euclides, só pesquisadores estrangeiros haviam se dedicado a algum tipo de pesquisa sobre a cobertura vegetal da região do semi-árido nordestino. Seu relato cientificista está consubstanciado na linguagem barroca e antiga, com incorporações de formas gramaticais locais que completam suas descrições grandiosamente épicas, tornando a forma “cipóal” do escritor um texto único.<sup>390</sup> A aridez da paisagem e do homem se contrapõe a uma linguagem que mistura tudo – precisão científica com parnasianismo descritivo, metáforas e exatidões – e o resultado é a construção de uma realidade textual de grande poder visual – muito imitada nos anos seguintes.

Toda a obra é construída a partir de níveis de compreensão. O meio físico evolui para a particularidade da terra como representação científica (nas suas variáveis geológicas e botânicas, que tanto explorou) e daí para o sertão como representação de um país desconhecido e inóspito. Da definição racial do povo do lugar, Euclides avalia o homem (“o cerne vivo da raça”) expresso na figura do jagunço, o brasileiro excluído do projeto nacional. E do momento, ou seja, a realização ou a ação se expressa no conflito armado, no instante de desencontro entre o arcaico e o moderno.

---

<sup>390</sup> Joaquim Nabuco dirá que Euclides da Cunha escreve com um cipó. E José Veríssimo criticou, no seu primeiro texto, essa forma exagerada na utilização de termos técnico-científicos.

Passado este início científico – e supostamente “neutro” de sua linguagem – o narrador desce seu olhar sobre a tropa. O texto mantém seu foco sobre o Exército que foi a Canudos para restabelecer a autoridade do poder republicano. É neste momento que o texto se torna surpreendente: temos a figura do comandante enlouquecido<sup>391</sup>; temos a insólita comparação entre fanáticos por Floriano e por Cristo<sup>392</sup>, temos a ironia amarga da república que norteava os oficiais.<sup>393</sup> São nesses momentos do texto que Euclides da Cunha ataca seus antigos aliados políticos e, através deles, ataca firmemente a ação do regime republicano que na cobertura jornalística, de quatro anos antes, saudara com veemente entusiasmo.

#### Sobre a ameaça à República:

Os governadores de Estado, os Congressos, as corporações municipais, continuaram vibrantes no anelo formidável da vingança. E em todas as mensagens, variante de um ditado único, monótono pela simulcadência dos mesmos períodos retumbantes, persistiu, como aspiração exclusiva, o esmagamento dos inimigos da República, armados pela caudilhagem monarquista.<sup>394</sup>

Estes fatos chegavam às capitais da República e dos Estados inteiramente baralhados...O espantinho da restauração monárquica negrejava, de novo, no horizonte político atroado de tormentas. A despeito das ordens do dia em que se cantava vitória, os sertanejos apareciam como os chouans<sup>395</sup> depois de Fontenay. Olhava-se para a história através de uma ocular invertida: o bronco Pajeú emergia com o fâcies dominador de

---

<sup>391</sup> “...Assim era (Moreira César) um desequilibrado. Em sua alma de extrema dedicação esvaía-se no extremo ódio, a calma soberana em desabrimentos repentinos e a bravura cavalheiresca na barbaridade revoltante. Tinha o temperamento desigual e bizarro de um epilético provado, encobrendo a instabilidade nervosa de doente grave em placidez enganadora”. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. Cit., p 231.

<sup>392</sup> “Os que daquele modo se abatiam à entrada de Canudos tinham todos, sem excetuar um único, colgada ao peito esquerdo, em medalhas de bronze, a efigie do Marechal Floriano Peixoto e, morrendo, saudavam a sua memória – com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática, com que os jagunços brandavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro...” Ibidem, p.360.

<sup>393</sup> “O dia era propício (14 de julho): uma data de festa nacional. Logo pela manhã uma salva de vinte e um tiros de bala a comemora. Os matutos broncos foram varridos cedo, - surpreendidos, saltando estonteadamente das redes e dos catres miseráveis, - porque havia pouco mais de cem anos um grupo de sonhadores falara nos direitos do homem e se debatera pela utopia maravilhosa da fraternidade humana...” Ibidem, p.346.

<sup>394</sup> Idem, p.286.

<sup>395</sup> Fora ele o primeiro a inaugurar essa expressão para designar os seguidores de Conselheiro. Assim como fora o primeiro a aproximar o episódio de Canudos à revolta de Vendéia.

Chathelineau. João Abade era um Charrete de chapéu de couro.<sup>396</sup>

Sobre o desempenho do Exército:

E foi uma debandada. Oitocentos homens desapareciam em fuga, abandonando as espingardas; arriando as padiolas, em que se estorciam feridos; jogando fora as peças de equipamento; desarmando-se; desapertando os cinturões, para a carreira desafoçada; e correndo, correndo ao acaso, correndo em grupos, em bandos errados, correndo pelas estradas (...) Debalde alguns oficiais, indignados, engatilhavam revólveres ao peito dos foragidos. Não havia contê-los. Passavam; corriam; corriam doidamente; corriam dos oficiais; corriam dos jagunços (...)<sup>397</sup>

Não tínhamos exército na significação real do termo, em que se inclui, mais valiosa que a existência de alguns milhares de homens e espingardas, uma direção administrativa, técnica e tática, definida por um estado-maior enfeixando todos os serviços, desde o transporte das viaturas aos lineamentos superiores da estratégia, órgão preparador por excelência das operações militares. Faltava tudo... Por fim não havia soldados: os carregadores de armas que por ali desembarcavam não vinham dos polígonos de tiro, ou de campos de manobra. Os batalhões chegavam, alguns desfalcados, menores de companhias, com armamento estragado e carecendo das noções táticas mais simples. Era preciso completa-los, arma-los, vesti-los, municia-los, adestra-los e instruí-los.<sup>398</sup>

Sobre o uso de dinamite contra a população:

Não lhes bastavam seis mil mannlichers e seis mil sabres, e o golpear de 12 mil braços, e o calcanhar de doze mil coturnos; e seis mil revólveres; e vinte canhões e milhares de granadas, e milhares de schrapnells, e os degolamentos, e os incêndios, e a fome, e a sede; dez meses de combates, e cem dias de canhoneiro contínuo; e o esmagamento das ruínas (...) Impunham-se outras medidas...Um tenente, ajudante-de-ordens do comandante geral, fez conduzir ao acampamento dezenas de bombas de dinamite...Atacava-se a fundo a rocha viva da nossa raça. Vinha de molde a dinamite (...) Era uma consagração.<sup>399</sup>

Essa narrativa domina grande parte do livro – mas dentro de uma ordem decrescente. É absoluta na substituição da linguagem científica, mas se torna declinante

---

<sup>396</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Op. Cit., p.367.

<sup>397</sup> Ibidem, p.275.

<sup>398</sup> Ibidem, p.291.

<sup>399</sup> Ibidem, p.464.



ao longo do livro, quando aparece o terceiro plano narrativo, aquele que dará espaço aos jagunços. O foco narrativo inicial é o Exército, mas ao longo do livro ele se desloca para contar sobre a população de Canudos e seu personagem guerreiro – o jagunço. É oportuno observar que este foco narrativo só ocorre no livro, pois na cobertura jornalística é absolutamente ausente – a voz dos conselheiristas inexistente. Em *Os Sertões*, vai ganhando força ao longo do texto, de modo que nas últimas páginas torna-se dominante. Aqui temos as descrições de crianças, de velhos, de atos heróicos, de inúmeros momentos de dor e de sofrimento – e, pela primeira vez, aparecem suas razões para o conflito. Na cobertura jornalística só existem feridos do lado do Exército, só existem motivações do lado do governo – tudo mais é ignorado. Em *Os Sertões* vamos encontrar:

O sertanejo defendia o lar invadido, nada mais. Enquanto os que lho ameaçavam permaneciam distantes, rodeava-os de ciladas que lhes tolhessem o passo. Mas quando eles, ao cabo, lhe bateram às portas e arrombaram-lhas a coices de armas, aventou-se-lhe, como único expediente, a resistência a pé firme, afrontando-os face a face, adstrito à preocupação digna da defesa e ao nobre compromisso da desforra. Canudos só seria conquistada casa por casa. Toda a expedição iria despender três meses para a travessia de cem metros que a separavam do apside da igreja nova. E no último dia de sua existência inconcebível, como bem poucas idênticas na história, os seus últimos defensores, três ou quatro anônimos, três ou quatro magros titãs famintos e andrajosos, iriam queimar os últimos cartuchos em cima de seis mil homens!<sup>400</sup>

Por tudo isso, *Os Sertões* foi recebido pela crítica de maneira empolgante. Apesar de inúmeros livros sobre a guerra de Canudos já terem sido publicados, Euclides da Cunha apresentava algo mais qualificado. Livros como *Os Jagunços*, de Afonso Arinos ou *O Rei dos Jagunços*, de Manuel Benício, e muito outros, haviam tratado de Canudos de forma a recriminar a ação das tropas do governo. O livro de Afonso Arinos, publicado três anos antes é muito semelhante a *Os Sertões*.<sup>401</sup> Mas são histórias apresentadas em forma de romances, onde o caráter ficcional retirava a autoridade dos

---

<sup>400</sup> Ibidem, p.364.

<sup>401</sup> A pesquisadora Walnice Nogueira Galvão fez uma aproximação entre os dois livros, o resultado é desconcertante. São inúmeros os trechos onde até as construções gramaticais se parecem tremendamente. Mais do que isso: a idéia central de *Os Sertões*, a do abandono de uma população de brasileiros que sequer são reconhecidos pelo poder institucional, é encontrada de forma acabada e completa no livro do monarquista Afonso Arinos. O artigo referido é “De Sertões e Jagunços”; IN: *Saco de Gatos – ensaios críticos*. São Paulo. Editora Duas Cidades, 1976, p. 65.

fatos e a eficácia dos argumentos. Ao mesmo tempo, a origem do autor – no caso do monarquista Afonso Arinos – dava ao leitor a percepção de tratar-se da utilização da guerra para agredir o governo.

Com *Os Sertões* aconteceu exatamente o oposto. Seu autor era um republicano histórico, portanto, uma voz sem a (aparente) contaminação do revide. Seu livro era apresentado na forma inovadora de ensaio/reportagem e trazia todas as vestimentas de trabalho científico. As citações eruditas no trato do cenário (*A terra*) e dos personagens (*O homem*) envolvidos no conflito tiveram papel importante na legitimação da obra. O caráter etnogeográfico, das duas primeiras partes de *Os Sertões*, encontrou nos intelectuais mergulhados no cientificismo da virada do século a justificativa para recriminar a ação do governo. E a exaltação do livro virou uma espécie de autocrítica – plenamente justificada, diante do silêncio conivente em que mergulharam durante o período da guerra.

E aqui chegamos ao núcleo do que queremos demonstrar na obra de Euclides da Cunha. O correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, republicano fervoroso, realizador da cobertura de guerra mais oficial e ufanista para com as ações do Exército, o jornalista indiferente diante do massacre da população e ingênuo para com a própria natureza da guerra, deu lugar ao escritor desiludido e iluminado. Sua desilusão para com o regime fez com que enxergasse uma outra guerra, construísse uma outra narrativa, tendo como base um conjunto de valores nascido na desesperança.

Euclides da Cunha escreveu *Os Sertões* para acusar o governo, escreveu sobre a desilusão com o regime e sobre “a retração criminosa da maioria pensante do país (que) permitia os excessos.”<sup>402</sup> Na forma, trouxe também o caráter cientificista que tanto encantamento provocava naquelas mentes ávidas de ciência e de modernidade. Constatou-se que havia ciência lá, havia um estudo “profundo” e deste trabalho e desta honestidade autoral republicana, nascia uma espécie de catarse da intelectualidade que havia calado e consentido, apoiado e até incentivado o massacre da população miserável no nordeste brasileiro. *Os Sertões* foi aceito como obra de culpa e seu papel político se realizaria plenamente.

---

<sup>402</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. Cit., p.229.

Sílvio Romero:

De vosso livro deve-se tirar, pois, uma lição de política, de educação demográfica, de transformação econômica, de remodelamento social, de que depende o futuro daquelas populações e com elas o dos doze milhões de brasileiros que de norte a sul ocupam o corpo central do nosso país e constituem o braço e o coração do Brasil.<sup>403</sup>

José Veríssimo:

(...) confirmando os bons créditos de escritor do sr. Euclides da Cunha, igualmente assenta o conceito que desde o seu primeiro, o justamente célebre *Os Sertões*, das suas características literárias fiz: um espírito de tendências simultaneamente científicas e poéticas, com qualidades de observação e de generalização servidas por uma inteligência aberta no estudo das ciências abstratas e qualidades de imaginação representativa, idealizadora senão criadora, superior.<sup>404</sup>

Araripe Junior:

E, de fato, ponderando depois, calmamente, o valor da obra, pareceu-me chegar à conclusão de que *Os Sertões* são um livro admirável, que encontrará muito poucos, escritos no Brasil, que o emparelhem, - único, no seu gênero, se atender-se a que reúne a uma forma artística superior e original uma elevação histórico-filosófica impressionante e um talento épico-dramático, um gênio trágico como muito dificilmente se nos deparará em outro psicologista nacional.<sup>405</sup>

É importante observar as conseqüências positivas e negativas desta unanimidade crítica que consagrou *Os Sertões*. A aceitação de uma série de novidades permitiu avanços importantes, seja na forma ensaística de seu texto; seja na apresentação “árida tropical” da realidade geográfica e vegetal do nordeste; seja na construção da mística do homem sertanejo que passou a ser visto também como brasileiro – enfim, no melhor entendimento das coisas do Brasil. O lado negativo foi sua imediata institucionalização: o livro foi aceito e jamais lido. Guilhermino César diz que “O Euclides

---

<sup>403</sup> ROMERO, Sílvio. “O Brasil social de Euclides da Cunha”. In: *Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979, p.165.

<sup>404</sup> VERÍSSIMO, José. “Um livro de Crônicas.” In: *Últimos Estudos de Literatura Brasileira: 7ª série*. São Paulo: Ed. USP, 1979, p.128.

<sup>405</sup> JÚNIOR, Araripe. “Os Sertões”, In: *Teoria, Crítica e História Literária*. Org. BOSI, Alfredo, São Paulo, Edusp, 1977, p.219.

institucionalizado é o homem que escreve bonito. O que fala difícil. O que apresenta um conhecimento científico ‘descomunal’...Esse homem de letras, enigmático no seu sofrimento, na sua fortaleza moral, é uma presença viva na estante – e basta”.<sup>406</sup> Toda a interpretação que fez e os caminhos que apontou ficaram sem o aprofundamento crítico que poderia advir do debate, da controvérsia, do contraponto que não existiu. E suas intenções nitidamente políticas ficaram ocultas.<sup>407</sup>

Dissemos anteriormente que Euclides da Cunha deve ser visto como intelectual engajado, quadro político com papel definido no novo cenário da inteligência brasileira. Portanto, se a motivação foi a desilusão, o resultado deveria ser uma ação política concreta. Dito de outra forma: a maneira de expressar a desilusão seria opondo-se politicamente ao projeto que aí estava. Da mesma forma que descobrira argumentos para defender a ditadura de Floriano Peixoto e encontrara monarquistas por trás dos jagunços, quatro anos antes, chegara o momento de colocar-se em oposição àquela república que não era mais sua. Em *Os Sertões* aparecem elementos para embaralhar as cartas da racionalidade institucional, inverter os papéis e qualificar como crime a ação da República contra Canudos.

Atacou a instituição republicana – nas ações expressas do governo – porque foi no afã de defendê-la que o massacre foi realizado. Atacou o Exército porque se atribuía o destino da pátria, outorgava-se a fundação do novo regime e foi o executor da matança.

Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa das leis, era a vingança. Dente por dente. Naqueles ares pairava, ainda, a poeira de Moreira César, queimado; devia-se queimar. Adiante, o arcabouço decapitado de Tamarindo; devia-se degolar. A repressão tinha dois pólos – o incêndio e a faca.<sup>408</sup>

E infundiu na obra um sentimento de culpa pela convivência – assumida de forma confessional – e de desilusão com o regime – expressa de maneira tão violenta – que

---

<sup>406</sup> CESAR, Guilhermino. “A visão prospectiva de Euclides da Cunha”. In: *Euclides da Cunha*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da Ufrgs, s/d, p.44.

<sup>407</sup> É interessante observar que Euclides da Cunha esperava um revide violento por parte de membros do Exército, seus antigos colegas da Praia Vermelha. O silêncio foi desconcertante, revelam suas correspondências.

<sup>408</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. Cit., p.444.

impregnaram o leitor de justa indignação política. Euclides apresentou um brasileiro – miserável e excluído – vivendo submetido à violência de um estado autoritário que lhe negava a própria existência. Em *Os Sertões*, é atribuído ao governo republicano a visão européia e colonialista de recorrer às armas e ao aniquilamento para impor uma autoridade que a real vida institucional não lhe dava. “...e o governo começou a agir. Agir era isto – agremiar batalhões”.<sup>409</sup>

Euclides da Cunha fez a aproximação narrativa desta violência bárbara e desigual com o discurso de civilidade institucional do governo. O resultado foi inserir os episódios de Canudos na enorme lista de massacres e extermínios cometidos em nome da civilização. O papel civilizador – desempenhado pelas nações européias – já era discutido na América espanhola, depois de sucessivos massacres da população indígena.<sup>410</sup> Mas no Brasil, num governo e numa sociedade que tinham os olhos voltados para a Europa, o questionamento da maneira bárbara de atuar contra a suposta barbárie, em nome da civilização, apareceu pela primeira vez em *Os Sertões*.

A animalidade primitiva, lentamente expungida pela civilização, ressurgiu, inteiriça. Desferrava-se afinal. Encontrou nas mãos (dos soldados) ao invés do machado de diorito e do arpão de osso, a espada e a carabina. Mas a faca lembrava-lhe melhor o antigo punhal de sílex lascado. Vibrou-a. Nada tinha a temer. Nem mesmo o juízo remoto do futuro.<sup>411</sup>

A obra mostrava também o gigantesco atraso em que vivia o país. Além da miséria revelada em Canudos – quando a cidade foi tomada, o saque das tropas do Exército só encontrou rosários de coco e moringas de barro –, o flagelo humano daquelas pessoas açotadas pelas secas formavam o quadro de horror e de justificado desespero. A idéia de nacionalidade não era uma abstração. Era uma loucura. “Não era somente os jagunços. Em Juazeiro, no Ceará, um heresiarca sinistro, o Padre Cícero, conglobava multidões de novos cismáticos em prol do Conselheiro, em Pernambuco,

---

<sup>409</sup> Ibidem, p.248.

<sup>410</sup> *Facundo*, o livro do escritor Faustino Sarmiento tem como foco a ocupação do deserto do sul argentino e a denúncia da barbárie em nome da civilização. Miriam Gárate faz a aproximação das duas obras no livro *Civilização e Barbárie n'Os Sertões*. Campinas: SP, Ed. Fapesp; São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

<sup>411</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. Cit., p.445.

um maníaco, José Guedes, surpreendia as autoridades....A aura da loucura soprava..”<sup>412</sup>  
O misticismo no interior do país passou a significar uma ameaça ao governo federal. <sup>413</sup>

Havia mais do que a denúncia de um massacre e a revelação da miséria do interior brasileiro em *Os Sertões*. Na força poderosa deste livro era possível encontrar uma nova interpretação do Brasil, capaz de colocar o conceito de nação em outra perspectiva política. Utilizando-se do que Antonio Candido chamou de “metodologia dos contrários”<sup>414</sup>, Euclides da Cunha vai revelar a dualidade sertão versus litoral; ou cidade versus sertão. Com isso vai descortinar uma interpretação inovadora, onde as fissuras do país geográfico e a exclusão econômica de parte significativa da população serão reveladas e compreendidas em suas próprias contradições históricas.

A idéia do litoral contra o sertão foi apresentada assim:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço de nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo... fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patricios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos (...) <sup>415</sup>

O resultado de seu esforço político e intelectual foi a interpretação do Brasil sob uma ótica nova e revolucionária – com fôlego para durar mais de um século – e que

---

<sup>412</sup> Ibidem, p.287.

<sup>413</sup> Havia temor, por parte do governo, que a proliferação de pregadores, conselheiros, monges, padres que atuavam por todas as regiões do país, explorando a crença da população, estivessem de alguma forma solidários e ocultamente auxiliando Canudos. “O arcebispo do Ceará advertiu o Padre Cícero de que não tomasse Antonio Conselheiro como exemplo a ser seguido. Mas o líder de Juazeiro, ao contrário do fundador de Belo Monte, sempre procurou estar associado às oligarquias da região. Foi prefeito de Juazeiro, vice- presidente do Estado do Ceará e deputado federal. Honório Vilanova (jagunço sobrevivente de Canudos e citado por Euclides da Cunha em *Os Sertões*), que depois da destruição de Canudos voltou para o Ceará, afirma que ‘não havia nenhuma relação entre a doutrina do Conselheiro e os ensinamentos do Padre Cícero’. Para ele, ‘havia uma grande diferença entre ambos, pois enquanto o patriarca de Juazeiro acumulava riquezas, as esmolas recebidas, o Conselheiro distribuía à pobreza tudo o que recebia’”. Parênteses nosso. Citado por VILLA, Marco Antonio. *Canudos – o povo da terra*. Op. Citr., p.181.

<sup>414</sup> CANDIDO, Antonio. “Euclides da Cunha, sociólogo”. In: *Textos de Intervenção*. São Paulo: Editora 34, 2002.

<sup>415</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. Cit, p.158.

influenciou de maneira profunda os estudos seguintes. *Os Sertões* traz a idéia do país dividido em duas sociedades (ou duas porções de uma mesma sociedade?) vivendo num desconhecimento (ou num antagonismo?) que transformavam seus habitantes (de raças diferentes?) em estrangeiros num território inóspito e desconhecido. Neste quadro, a guerra de Canudos teria sido a consequência do encontro de partes antagônicas – inimigas – que a violência do oficialismo republicano não poupou da degola e da dinamite; e onde o desfecho ocorre com “três ou quatro” sobreviventes “queimando os últimos cartuchos sobre seis mil soldados”. O radicalismo sinistro do epílogo só fez reforçar as distâncias e as diferenças que o país ignorava.

A idéia de “um terço de nossa gente” vivendo à margem do projeto de nação constituiu-se no núcleo principal da obra. Como se o livro todo tivesse sido planejado para reforçar a visão de uma *terra* desconhecida, habitada por um *homem* ignorado e com quem o Brasil republicano entrara em *luta* – um país inimigo dentro do território nacional. Esta talvez tenha sido a genialidade de Euclides da Cunha que nas palavras de Antonio Candido foi expressa assim: “Muito mais que sociólogo, Euclides é quase um iluminado. As simplificações que operou, na síntese das grandes visões de conjunto, permitiram-lhe captar a realidade mais profunda do homem brasileiro do sertão”.<sup>416</sup>

Essa interpretação de aspectos importantes da formação do Brasil propiciou a Euclides da Cunha desenvolver o conceito de um país fraturado como nação: de um lado, a elite litorânea e europeizada, dominante das riquezas e determinante do destino do país; e de outro, a massa de miseráveis que vive alheia e desprovida de tudo, habitante do interior territorial brasileiro. A existência deste país arcaico – “o Brasil profundo”, nas palavras de um político, nosso contemporâneo – só era possível pela visão excludente da elite política que não tinha um projeto de nação para a totalidade da população. Do ponto de vista político, a constatação desta fissura desautorizava o governo (republicano) a falar em nome do povo.<sup>417</sup>

Está-se no ponto de tangência de duas sociedades, de todo alheias uma à outra...Discordância absoluta e radical entre as

---

<sup>416</sup> CANDIDO, Antonio. “Euclides da Cunha, sociólogo”. In: *Textos de Intervenção*. Op. Cit., p.181.

<sup>417</sup> Não tratamos de outras questões igualmente importantes na obra *Os Sertões* porque estamos nos detendo naquelas que – julgamos nós – foram decisivas para dar-lhe o enquadramento político conseguido pelo autor. A questão racial, por exemplo, estamos relevando. Preferimos restringir o trabalho e apresentar a questão racial junto com a nacionalidade, em Sílvio Romero, como vimos no capítulo dois.

idades da costa e as malocas de telhas do interior, que desequilibra tanto o nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. Viam-se (os soldados) em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil...Além disto, a missão que ali os conduzia frisava, mais fundo, o antagonismo...O que ia fazer-se era o que haviam feito as tropas anteriores - uma invasão – em território estrangeiro.<sup>418</sup>

Daí em diante, Euclides da Cunha reforçaria em seu trabalho intelectual a existência de um outro Brasil – invisível às autoridades – que tratava de revelar por onde quer que andasse. Assim planejou o livro *O Paraíso Perdido* – que nunca chegou a concluir – abordando a região amazônica (a terra) e o seringueiro (o homem). Nas florestas de Purus e Juruá encontrará novamente o nordestino, seu personagem central, agora travestido na figura do seringueiro explorado num trabalho bruto e cruel – escravo! –, onde o espaço das águas substitui a vastidão das secas. O estudo sobre a região amazônica e a exploração da borracha foi abandonado e dele restaram poucos textos.

Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria (...) O sertanejo emigrante realiza, ali, uma anomalia sobre a qual nunca é demais insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se.<sup>419</sup>

A força dessa visão sociológica na interpretação do Brasil demonstrou que:

(...) a importância de Euclides da Cunha consistiu em conferir grandeza, em dar forma literária...como suprema realização artística, a uma interpretação nova do Brasil, aquela que coloca em contraste o abandono do sertão, e tudo que decorre desse abandono, com o enriquecimento do litoral, com as mazelas que esse enriquecimento proporciona.<sup>420</sup>

Talvez também por esta harmonia entre a realização artística e a nova interpretação do Brasil, de que nos fala Werneck Sodré, *Os Sertões* se transformou

---

<sup>418</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. Cit., p.402.

<sup>419</sup> CUNHA, Euclides da. “Na Amazônia”, In: *À Margem da História*. Rio de Janeiro: Editora Lello Brasileira S.A., 1967, p.49-51.

<sup>420</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Op. Cit., p.496.



numa vertente poderosa na interpretação e na representação cultural – em emblema da exclusão social brasileira. É possível observar que o método dualista – antíteses ou antagonismos – tornou-se tradição nos modernos estudos que vararam o século XX. E seu método de aproximar os contrários se espalhou por diversas áreas de estudos e por inúmeros caminhos da representação artística.

Na economia – Caio Prado Jr. vai observar o antagonismo entre uma minoria de empresários e uma massa de “homens livres” sem qualificação (*Formação do Brasil Contemporâneo*); Celso Furtado, a disparidade entre regiões desenvolvidas e estagnadas (*Formação Econômica do Brasil*). Na antropologia – em Gilberto Freyre, a dualidade vai se dar entre o senhor e o escravo (*Casa Grande e Senzala*); Darcy Ribeiro vai nos apresentar o nordeste como depósito de mão de obra (*O Povo Brasileiro*). Na Sociologia – Sergio Buarque de Holanda desenvolveu sua interpretação no conceito de urbano e rural (*Raízes do Brasil*); Jacques Lambert e a idéia de dois países, a riqueza convivendo com a pobreza do outro (*Os dois Brasis*). Na Literatura - Graciliano Ramos e o personagem andarilho na seca do sertão e na solidão da cidade (*Vidas Secas*); Guimarães Rosa com o sertão que é um mundo fora do mundo (*Grande Sertão: Veredas*). Nas Artes Plásticas – Tarsila do Amaral vai trazer o cacto e as cores do nordeste para representar o Brasil antropofágico (*Abaporu e Sol Poente*), Candido Portinari e a série de nordestinos, miséria, filhos e urubus (*Os Retirantes*). Na Música – Luiz Gonzaga e o canto do fugido da seca (*Asa Branca*); Geraldo Vandré, bois e homens como iguais (*Disparada*). No Cinema – Glauber Rocha, drama, num cenário simbólico de Euclides da Cunha (*Deus e o Diabo na Terra do Sol*); Rui Guerra, com o sulista em meio ao nordeste dilacerado (*Os Fuzis*). Na Poesia – João Cabral de Melo Neto e a saga do pobre na existência nordestina (*Morte e Vida Severina*); Manuel Bandeira com o sertão e a cidade (*O cacto*).<sup>421</sup>

E dessas inúmeras formas de estudo e de signos artísticos derivou a construção do discurso marcado pelo nacionalismo crítico – maduro nas pesquisas e forte na representação estética – que tem sido dominante na academia e na difusão de idéias políticas, na sociedade organizada. Criada a tradição – consolidada por uma idéia geral de exclusão – esse nacionalismo crítico tem servido a dois objetivos claros. Primeiro,

---

<sup>421</sup> A lista pode ser bem maior com *O Cangaceiro*, de José Lins do Rego, *A Guerra do Fim do Mundo*, de Mário Vargas Llosa e tantos outros.

aos intelectuais que tentam explicar o fracasso socioeconômico do país. A tentativa de entender por que o país mantém parte significativa da população na mais absoluta miséria fez com que se mantivesse uma linha histórica ininterrupta de pesquisas sociológicas que duram até os dias de hoje. Segundo, os significados artísticos de alto poder de comunicação têm sido utilizados de maneiras inesgotáveis, de modo que se atualizam e se reinventam para continuar a representação da tragédia social brasileira.

É surpreendente que a interpretação sociológica e a representação estética de um episódio singular na história brasileira continuem servindo de fonte alegórica para simular situações políticas até os dias atuais. A mítica da palavra “sertão” ganhou conotações, para o povo brasileiro, muito além de “lugar distante” ou “interior pouco povoado”. O simbolismo do “sertão” passou a abrigar todos os emblemas da exclusão.

De outro ângulo – e minimizando a capacidade visionária de Euclides da Cunha –, a razão capaz de explicar a sobrevivência do livro *Os Sertões*, seja como estudo interpretativo ou como “manancial de alegoria” do excluído, esteja também no fato do Brasil se manter, em linhas gerais, num modelo socioeconômico muito próximo do apresentado por ele há mais de cem anos. Isto é, talvez não esteja somente em *Os Sertões* a explicação de sua atualidade; talvez as raízes da exclusão social brasileira ainda sejam as mesmas. Com isso queremos dizer que o Brasil parece continuar muito próximo do seu passado. Com a modernização do subdesenvolvimento – onde o processo de exclusão não se realiza por “atraso econômico” ou por “por herança do passado”, como pensou parte dos estudos progressistas até os anos 70 – a exclusão seria a própria lógica moderna nos países periféricos. Nas palavras de Roberto Schwarz:

Assim, os meninos vendendo alho e flanela nos cruzamentos com semáforo não são a prova do atraso do país, mas de sua forma atroz de modernização. Algo análogo vale para as escleroses regionais, cuja explicação não está no imobilismo dos tradicionalistas, mas na incapacidade paulista para formar uma hegemonia modernizadora aceitável em âmbito nacional.<sup>422</sup>

Se até os dias atuais, *Os Sertões* provocam discussões e argumentos desta ordem, como teria sido recebido no seu lançamento? O livro apareceu para o público no

---

<sup>422</sup> SCHWARZ, Roberto. “Valor Intelectual”, *Folha de São Paulo*, Caderno Mais! 25 de outubro de 1992.

início do governo do presidente paulista Rodrigues Alves e o que a república iria ser, já o era: uma construção urbana, na beira mar com o olhar posto na Europa. O Rio de Janeiro do “civiliza-se”, dos automóveis, das prostitutas francesas, do sonho urbano e de uma sociedade afetada pela etiqueta e pelos novos hábitos capitalistas ainda era uma promessa. Mas o café garantiria as reformas urbanas, objetivo do novo presidente. Como vimos no primeiro capítulo, a cidade já representava o desenvolvimento, a cultura, o poder e o progresso naquele início do século. No espaço urbano estavam os projetos do governo e a vida alegre e mundana das conferências, dos cafés e das confeitarias.

Depois de mais alguns anos na sua engenharia “de sofrimentos” pelo interior paulista, o cenário urbano e chique da Rua do Ouvidor aplaudiu Euclides da Cunha e o colocou na Academia Brasileira de Letras, transformou-o numa figura do *establishment* e integrante do grupo de intelectuais apadrinhados pelo Barão de Rio Branco. Euclides se “institucionalizou” – de novo, as palavras de Guilhermino César – e virou um ser inofensivo sobre seu pedestal de conhecimento “descomunal”. Estará sempre nas fotos junto a grandes personalidades de seu tempo, mas ocupando as laterais, as margens, em pé, quase caindo fora do retrato e daquele mundo que detestava. Continuou sonhando com “suas botas de sete léguas”, alheio e arredio a uma vida urbana marcada pela superficialidade das relações e pela preocupação com as aparências. Dilacerava-se no tédio da cartografia do Itamaraty e aquele meio que nada tinha dele. “... não desejo a Europa, o boulevard, os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgradada, e a vida afanosa e triste do pioneiro.”<sup>423</sup>

Passou seu pouco tempo de fama e de vida “atravessando uns dias fatigados e tristes”. Nas correspondências criticava os destinos da república e foi mergulhando numa amargura que o fazia sonhar em voltar a morar no interior. São inúmeros os projetos que iniciou e não conseguiu levar adiante e com tristeza reconheceu que não produziu mais nada depois de *Os Sertões*.

Às vezes planeio uma arrancada heróica e inflexível contra tudo isto: - uma ruidosa campanha...em que substituísse a ironia

---

<sup>423</sup> CUNHA, Euclides. Carta a José Veríssimo. Guarujá, 5 de julho de 1894. (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. Op. Cit., p.212

vibrátil, que me falta, pela pancada em cheio, da frase violenta e rude – amaldiçoando...Mas refreio os arremessos. Considero os filhos pequeninos (...) <sup>424</sup>

Um pesquisador – mesmo um leitor atento – percebe o deslocamento da figura intelectual de Euclides da Cunha com o mundo da “belle époque”. De historiadores a críticos literários, todos constataam que várias características o tornaram uma figura estranha num tempo onde a literatura era expressão e “sorriso da sociedade”. O que tentamos demonstrar é que sua trajetória intelectual está marcada por uma atuação política engajada e toda sua produção – jornalística, ensaística e literária – mergulhada na tarefa de politizar. A obra acabada e derradeira desta atuação política e intelectual é o livro *Os Sertões* e sua orientação é a profunda desilusão política. Não a desilusão política no sentido genérico e existencial do termo, mas a política aplicada, real e pragmática, executada contra a república que ele havia ajudado a implantar. O livro *Os Sertões* é a vingança do militante que se sobrepõe à visão iluminada do intelectual.

Seja como for, porém, alenta-me a antiga convicção de que o futuro o lerá. Nem outra coisa quero. Serei um vingador e terei desempenhado um grande papel na vida – o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária. <sup>425</sup>

---

<sup>424</sup> CUNHA, Euclides. Carta a Oliveira Lima. Rio de Janeiro, 20 de março de 1907. (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). Idem, p.327.

<sup>425</sup> CUNHA, Euclides. Carta a Francisco de Escobar. Lorena, 21 de abril de 1892. (Álbum de Correspondência de Euclides – Biblioteca Nacional). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. Op. Cit., p.133.

## **Capítulo 4**

### **A República de Lima Barreto**

“Sempre fui contra a República (...) Sem ser monarquista, não amo a República. O nosso regime atual é o da mais brutal plutocracia”

*Correio da Noite*, Rio de Janeiro, 3.03.1915.

#### 4.1 A TRAJETÓRIA POLÍTICO-INTELLECTUAL

A inserção do escritor Lima Barreto no regime republicano só pode ser reconstituída a partir da vida familiar, pois tinha apenas oito anos de idade na Proclamação. A produção crítica tem realçado – com razão – o fato de ter sido pobre, tem dado relevo à condição de mulato e de ter vivido o drama familiar, expresso na loucura paterna, como fatores que contribuíram para a aparição do alcoólatra e muito dificultaram a formação do intelectual. No entanto, gostaríamos de resgatar outros aspectos desta vida pessoal e familiar que têm sido negligenciados, pelos pesquisadores, na ânsia de reafirmar suas formidáveis condições de vítima que era, afinal, como ele gostava de ser visto.

É verdade que veio de uma família operária, mas Lima Barreto teve sua formação educacional – começando no regime monarquista, e, mais tarde na república – distante da vivida pela classe trabalhadora da época. O pai João Henriques de Lima Barreto era tipógrafo do *Jornal do Comércio*, pertencente, portanto, a uma categoria profissional de grande prestígio político e de razoável poder aquisitivo na época. E João Henriques era um homem de discernimento. Havia tentado ingresso no Colégio D. Pedro II e sonhara graduar-se em Medicina – desejos que foram abandonados com a formação da família. Era um homem negro, culto e de atitudes: após ter sido preterido nas promoções internas da empresa (preterido, segundo ele, por razões raciais) resolveu demitir-se e foi trabalhar no jornal *A Reforma* e, mais tarde, na *Tribuna*, órgão oficial do Partido Liberal, na época francamente abolicionista.

Ali conheceu e se identificou com políticos como Afonso Celso, o Visconde de Ouro Preto, o último primeiro-ministro (ou chefe do gabinete) no governo monárquico. Através de Afonso Celso conseguiu também emprego de tipógrafo na Imprensa Nacional (na época com o nome de Tipografia Nacional), onde se tornou chefe de turma.<sup>426</sup> “João Henriques era liberal, por sentimento e convicção. Trabalhava no jornal

---

<sup>426</sup> O *Manual do Aprendiz Compositor*, de Jules Claye, foi traduzido para o português por João Henriques com importantes adendos e contribuições para um aprendizado mais fácil. Citamos esse fato para

do partido e seguia à risca a orientação dos chefes, homens que sinceramente admirava...”<sup>427</sup> Por sua gratidão e admiração a Afonso Celso, deu o nome de Afonso Henriques ao primeiro filho, tornando-se assim compadre do Visconde de Ouro Preto. Tudo indicava que o regime monárquico garantiria um futuro promissor à família Lima Barreto.

Com a chegada da República a vida se alterou por completo. João Henriques havia sido promovido a mestre de composição no ano anterior, e não escondia suas ligações com o regime monarquista e, em especial, com o primeiro ministro deposto, Visconde de Ouro Preto – a quem acompanhou, junto com inúmeros correligionários, até o porto na hora do embarque para o exílio. É evidente que João Henriques era um quadro das bases inferiores do Partido Liberal, mas de qualquer maneira alguém com acesso e reconhecido pelos grandes nomes da máquina burocrática monarquistas.<sup>428</sup>

Quando o regime mudou, o jornal *Tribuna Liberal* foi fechado, Ouro Preto preso e teve início uma caça aos monarquistas declarados ou enrustidos dentro da administração estatal. João Henriques tornou-se alvo dos republicanos. Diziam que as promoções do ano anterior na Tipografia Nacional tinham por objetivo aumentar o salário dos que trabalhavam na *Tribuna Liberal*. Quando a demissão tornou-se evidente, João Henriques pediu exoneração. E a muito custo, e por muitas interferências, conseguiu o cargo de contador (almoxarife, na época, responsável pelos gastos com os doentes mentais de dois hospícios mantidos pelo estado) das Colônias de Alienados, na Ilha do Governador. Um emprego que mantinha seu vínculo com o serviço público, mas um cargo sem prestígio - embora não fosse mal remunerado.

Desta primeira infância de Lima Barreto, dois fatos tornam-se relevantes na formação do intelectual: os festejos do fim da escravidão e os atos da proclamação. Seu nunca oculto saudosismo do regime monárquico fez com que pintasse sempre com cores lindas o dia a Abolição: “Fazia sol e o dia estava claro. Jamais na minha vida vi

---

construir melhor a imagem do pai de Lima Barreto, ou seja, um homem com vida política e intelectual. BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, p.20.

<sup>427</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>428</sup> O Partido Liberal tinha na propaganda abolicionista uma das bandeiras políticas aglutinadoras das novas forças sociais. Negros ilustres da sociedade monarquista, como um André Rebouças ou um jornalista como José do Patrocínio formavam o núcleo que atraía a comunidade negra, livre e urbana, que começava a se formar.

tanta alegria. Era geral, era total; e os dias que se seguiram, dias de folganças e satisfação, deram-me uma visão da vida inteiramente de festa e harmonia.”<sup>429</sup> Sua impressão sobre o dia da Proclamação era péssima: “Da tal história da proclamação da república só me lembro que as patrulhas andavam, nas ruas, armadas de carabinas e meu pai foi, alguns dias depois, demitido do lugar que tinha”.<sup>430</sup>

Se as condições familiares se alteraram com a mudança do regime político, a formação educacional do afiliado do Visconde de Ouro Preto continuou garantida. Lima Barreto terminou seus estudos primários e foi matriculado no Liceu Popular Niteroiense “um dos melhores do tempo, freqüentado pela gente rica. Os colegas de Afonso (...) vão se destacar, mais tarde, na magistratura, no jornalismo, na carreira das armas, no magistério”.<sup>431</sup> No Liceu, Lima Barreto completou o curso secundário e boa parte do ensino suplementar como aluno interno. Já começava a abandonar as leituras de adolescente – como Júlio Verne, sua paixão – e sonhar o desejo de seu pai de tornar-se “doutor”, na profissão de engenheiro.

O ingresso na Escola Politécnica exigia, na época, uma série de estudos e preparativos. O candidato se submetia a uma bateria de exames preparatórios no antigo D. Pedro II (com o regime republicano passou a chamar-se Ginásio Nacional) e provas de ciências exatas em escolas militares ou na própria Politécnica. Para isso, os alunos eram preparados em escolas particulares e elitistas como o Colégio Paula Freitas. Por esse tempo, Lima Barreto já havia lido alguns livros que o marcariam de forma definitiva. *O Discurso do Método*, de Descartes (“Li-a com atenção, sem fadiga, antes com prazer. O que me encantou...foi preconizar ele a dúvida metódica.”<sup>432</sup>). Foi nesta instituição, cercado pelos filhos da velha e da nova elite econômica do país, que Lima Barreto fez seus estudos de preparatório durante dois anos. Com certeza foi também ali que tomou conhecimento do positivismo e, mais tarde, chegou a freqüentar a capelinha do Apostolado, dirigida por Teixeira Mendes. “Aí pelos quinze anos e mesmo antes não

---

<sup>429</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.32.

<sup>430</sup> *Ibidem*, p.34.

<sup>431</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>432</sup> *Ibidem*, p. 62.



tinha a mínima preocupação literária: havia até abandonando o meu Júlio Verne e todo eu era seduzido para o positivismo e coisas correlatas.”<sup>433</sup>

Em 1897 ingressou na Escola Politécnica e passou a viver, pela primeira vez, fora do ambiente de internato escolar: como a maioria da estudiantada da época, foi morar em pensões. O Rio de Janeiro que se mostrava aquele jovem era o do cinema, novidade chegada naquele mesmo ano e que atraía, em mais de uma oportunidade, duas mil pessoas em cada evento de projeção; a peça teatral *Rio Nu* esgotara os ingressos um ano antes das primeiras apresentações; José do Patrocínio dirigindo um automóvel a vapor pelas ruas do Rio de Janeiro, os revistas mundanas e as confrarias literárias, cafés e confeitarias; as notícias das derrotas em Canudos, vinham de um mundo distante e a realidade era a Rua do Ouvidor.<sup>434</sup> E a Politécnica ficava a duas quadras dali, no Largo São Francisco de Paula.

Desde o início das aulas na Politécnica, Lima Barreto se mostrou incompatível à formação de engenheiro. Descobriu a cultura livresca da literatura, filosofia, sociologia e passava as tardes na Biblioteca Nacional lendo coisas que em nada o ajudavam na formação profissional exigida na Politécnica. “Eu lia Kant, Spencer, Comte, até o velho Condillaci, e Le Bon, as suas grandes obras sobre as civilizações dos árabes e dos hindus.... quem eu mais gostava de ler era Condorcet...., entre os quais as *Réflexions sur l’esclavage des nègres* – que ainda hei de reler”<sup>435</sup>.

Foi um péssimo aluno e se abatia com a companhia dos demais colegas. Dividir o ambiente com sobrenomes como Guinle, Calmon du Pin, Rocha Faria era um tormento: “Todos os meus colegas, filhos de grãos de toda sorte, que me tratavam, quando me tratavam, com um compassivo desdém, formavam uma ambiência que me intimidava, que me abafava, se não me asfixiava.”<sup>436</sup> O que o manteve por tanto tempo na Politécnica foi a autoridade do pai que desde os tempos da escola primária o chamava de “doutor Afonso”.

---

<sup>433</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.59.

<sup>434</sup> “A Rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro; a Rua do Ouvidor é o Brasil. Perguntar: ‘como está a rua do Ouvidor?’ é o mesmo que perguntar ‘como está a pátria?’” BILAC, Olavo. *Chronica. Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 17/08/1902. In: DIMAS, Antônio. *Bilac, o Jornalista: crônicas*. v.1. op. cit., p.499.

<sup>435</sup> BARRETO, Lima. “Henrique Rocha”. In: *Toda Crônica*. Vol.I, Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2004, p.516

<sup>436</sup> *Ibidem*, p.516.

O sistema curricular da escola Politécnica permitia que o aluno se matriculasse em disciplinas de semestre seguintes – tendo, no entanto, que anualmente prestar exames das disciplinas que ficaram para trás por reprovação. As disciplinas de *Cálculo* e *Mecânica Racional* tornaram-se um terror para o estudante Lima Barreto que anualmente “tomava bomba”. E, claro, os professores Oto de Alencar e o “caturra” Licínio Cardoso eram as personificações de sua derrota. E assim vai acumulando reprovações e tornando-se o que chamavam de aluno-crônico. “Desgostava-me e era reprovado; e as minhas reprovações desgostavam meu pai, tanto que, a bem dizer, até aí não tinha sido reprovado.”<sup>437</sup>

Muitas das reprovações vai atribuir à cor e à pobreza. Um episódio ilustrativo de sua consciência de mulato, saído de um regime escravista poucos anos antes, vivendo numa instituição para alunos brancos. Numa noite, seu grupo de amigos resolveu assistir ao ensaio de uma companhia de teatro italiana, há pouco no Rio de Janeiro, que preparava a peça *Aída*. Pularam o muro e entraram nas galerias do Lírico, de onde assistiram ao ensaio. Lima Barreto não estava entre eles. Seu colega de escola e companheiro de pensão o encontrou deitado na cama horas depois, lendo:

“- Por que você não veio?  
- Para não ser preso como ladrão de galinhas!  
- ??!  
- Sim, preto que salta muros de noite só pode ser ladrão de galinhas!  
- E nós não saltamos?  
- Ah! Vocês, brancos, eram ‘rapazes da Politécnica’. Eram ‘acadêmicos’. Fizeram uma ‘estudantada’.... Mas eu? Pobre de mim! Um pretinho. Era seguro logo pela polícia. Seria o único a ser preso!”<sup>438</sup>

Carregou pela vida toda mágoa de seus colegas da Politécnica. Mas foram também amigos da escola que lhe proporcionaram participar da fundação da Federação de Estudantes Brasileiros, no ano de 1901 – que envolvia as escolas de

---

<sup>437</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.83.

<sup>438</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.88.

Medicina, Ciências Jurídicas e Sociais, Belas-Artes – sendo eleito, inclusive, para integrar a segunda diretoria a administrar a entidade. E foi por suas amizades – principalmente com Bastos Tigre<sup>439</sup> –, que acabou vencendo a timidez e colaborando com artigos e resenhas para o jornal estudantil *A Lanterna*.

O jornal propunha ser o “órgão oficioso” dos estudantes de escolas superiores e, por essa razão, tinha por obrigação editorial manter colunas e matérias avulsas de todas as instituições. Bastos Tigre, que produzia o material da Politécnica, resolveu indicar Lima Barreto para substituí-lo. E assim iniciou, em 1900, sua carreira de jornalista, assinando uma coluna com os nomes de “Alfa Z” e “Momento de Inércia”. O jovem tímido e silencioso se achou na condição de colunista. “Traça o perfil de colegas e lentes com azedume. A pena é ferina. O sarcasmo já brilha nas suas crônicas. É a reação contra o meio que começa a se processar de modo inevitável. [...] E assim é que Lima Barreto vai se tornando conhecido nos meios acadêmicos. Os colegas já o apontam como autor de pilhérias contra os professores. Será ele o ‘Momento de Inércia’?”<sup>440</sup>

A jocosidade e a verve de seus textos estudantis abriram-lhe oportunidades em pequenos periódicos humorísticos - que pouco pagavam e de vida efêmera - como *O Tagarela*, *O Diabo* e *Quinzena Alegre*. Com participações como essas, foi criando relações, conhecendo sua geração e à vida cultural daquele Rio de Janeiro de 500 mil habitantes. Seu *Diário Íntimo* está cheio de comentários sobre algum jovem que conheceu e que admirou ou que o desagradou. É possível vê-lo sendo apresentado a vida cultural da capital federal. E sua personalidade e seus interesses também vão se definindo. Em 1902 pede demissão da diretoria da Federação de Estudantes por discordar do apoio da entidade ao serviço militar obrigatório. E foi novamente reprovado em *Mecânica Racional*.

O ano seguinte foi determinante na vida de Lima Barreto. Ficou sem a ajuda do padrinho Ouro Preto – que havia perdido as esperanças na Restauração e rompera as relações com a família – e com o pai enlouquecido de maneira repentina e definitiva.

---

<sup>439</sup> Bastos Tigre se tornaria, anos mais tarde, um dos pioneiros da publicidade brasileira. É dele o slogan mundial da empresa alemã Bayer: “Se é Bayer é bom.” In: SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras – literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1087, p.63.

<sup>440</sup> *Ibidem*, p.81-82.

Com o pouco dinheiro da aposentadoria, Lima Barreto na condição de filho mais velho se viu na obrigação de sustentar os irmãos e a convalescença do pai. Abandonou a Politécnica, as crônicas em *A Lanterna* e saiu à procura de emprego. Tinha 22 anos de idade.

Por um breve período, Lima Barreto deu aulas particulares e trabalhou na *Revista Época*, enquanto tratava desesperadamente de regularizar a aposentadoria por invalidez de João Henriques. Pelo seu lado, tentava alguma coisa estável que garantisse minimamente a sobrevivência. Fez concurso para amanuense (escrevente) da Secretaria da Guerra e passou em segundo lugar. E para sua surpresa, foi chamado logo após a morte de um funcionário de carreira. “Veja você, começo a acreditar que a única coisa moralizada nesta terra ainda é o Exército, que respeita os concursos”.<sup>441</sup>

Muito da experiência no serviço público, Lima Barreto vai utilizá-la para escrever sua ficção.<sup>442</sup> No seu *Diário Íntimo* é possível acompanhar as anotações constante e metódica sobre pessoas e situações que observava no seu dia a dia. É prazeroso seguir sua angústia e curiosidade quando encontrava tipos humanos que lhe eram, por todas as razões, satisfatórias. Um exemplo: Lima Barreto escreve no seu diário sobre a reação do pessoal da repartição à morte de um colega. Fala do coletivo e se fixa numa pessoa/personagem, o Belo:

E a um seu companheiro que lhe perguntou o que era: - ‘Um cartão de pêsames, disse, ao major fulano de tal. Sou assim, meus amigos, nas horas das aflições, é que vou em busca dos amigos.’ Com o tal cartão, ele não gastava nada, nem pecuniariamente, nem doutra qualquer forma. Escrevera-o com parca sintaxe e bela caligrafia, entre risadinhas e comentários alegres, e mandara-o com a carimbo oficial, recebendo-o gratuitamente da casa fornecedora de papel. Bela alma!<sup>443</sup>

---

<sup>441</sup> Citado por BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.111.

<sup>442</sup> Não vamos utilizar as inúmeras pesquisas que associam a vida de Lima Barreto à sua obra ficcional porque a natureza do presente estudo, e o campo de pesquisa que propusemos neste trabalho, não comportam esta amplitude. Isso implicaria em abrir essa pesquisa a um novo conjunto de conceitos (verossimilhança, ficção e realidade, arte e reprodução, discurso e documento) que acarretaria a utilização de outro instrumental teórico. Portanto, vamos deixar de fora desta análise os textos declarados como ficcionais pelo autor. Trabalharemos unicamente com o material que expressa seu entendimento intelectual, onde os “elementos de arte” e “recursos de ficção” não estejam presentes.

<sup>443</sup> BARRETO, Lima. *Um Longo Sonho de Futuro – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p.69.

Citamos esse exemplo para ilustrar o tipo de olhar que jogava sobre a realidade e dos exercícios de texto que produzia com eles. Lima Barreto, na sua forma de produzir e viver, acabava por esconder métodos de aperfeiçoar a escrita em produções pessoais – como no caso de seu diário – que muito contribuíram para aprimorar seu texto literário. Numa carta a Austregésilo de Athayde, datada de 1921, negava que tivesse tido alguma influência de Machado de Assis e lista os autores que o afetaram de maneira direta: Maupassant, Dickens, Swift, Balzac, Daudet, Turguênieff e Tolstoi.<sup>444</sup>

Em suas anotações pessoais essas leituras também aparecem dentro de uma lógica muito própria e aparentemente confusa. Em determinadas páginas de seu *Diário Intimo*, por exemplo no meio do ano de 1905, estava envolto com os textos do Conde de Gobineau (e as definições raciais, como vimos no segundo capítulo) e lançando interrogações sobre as origens do pensamento de Darwin. Na mesma página do diário, há registro de outra leitura envolvendo temáticas muito distintas: “Nansen, *Viagem ao Pólo*, lida pela quinta vez, hoje,...Encantadora viagem, saborosa como uma ficção; entretanto, aqui, ali, há cousas pueris, reflexões vulgares...”<sup>445</sup>

É muito difícil rastrear uma formação filosófica plena ou a adesão a alguma escola artística no pensamento de Lima Barreto. Não é possível encontrar em sua bibliografia um conjunto de textos que afirmem influências claras ou definições únicas. Tudo paira abaixo de sua intuição e dos gostos subjetivos. Astrojildo Pereira observa com propriedade:

Desde jovem se afizera ao trato dos livros, mas sua formação sofria do mal muito comum do ecletismo, uma certa mistura de materialismo positivista, de liberalismo spenceriano, de anarquismo Kropotkiniano e de outros ingredientes (...)<sup>446</sup>

No ano de 1905 seu envolvimento com a escrita já é total. Ingressou no jornalismo, de maneira como o seu emprego público permitia, e escreveu uma série de reportagens para o jornal *Correio da Manhã*, sobre o morro do Castelo que estava

---

<sup>444</sup> Ibidem, p.284.

<sup>445</sup> Ibidem, p.69. O livro citado é do capitão Fridtjof Nansen e narra sua viagem-aventura ao Pólo Norte, no ano de 1894.

<sup>446</sup> PEREIRA, Astrojildo. “Posições Políticas de Lima Barreto”. In: *Crítica Impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p.39.

sendo destruído pelas reformas do prefeito Pereira Passos. Começara no ano anterior a escrever a primeira versão de *Clara dos Anjos*, fez também um esboço de pesquisa sobre *A Escravidão Negra no Brasil*. E redigiu uma peça chamada *Os Negros*. Publicou em *A Lanterna*, *Chez Madame da Costa*, um romance experimental e inacabado. Este período marca de maneira inquestionável o início da produção intelectual de Lima Barreto.

Nos anos seguintes vamos encontrá-lo às voltas com o romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e também com a leitura de interesse do livro de Jules de Gaultier, sobre Flaubert, e *Le Bovarysme* – conceito de grande preocupação e importância para Lima Barreto.<sup>447</sup> É também deste mesmo ano a redação inicial e os primeiros capítulos de *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá* que escreveu ao mesmo tempo que finalizava *Isaías Caminha*.

Também se intensificam as anotações, em seu diário, sobre a vida da cidade e as observações sobre a mentalidade racista da época. Vamos encontrar muitos textos sobre o Rio de Janeiro que inaugurava avenidas e destruía casarões coloniais. Há na escrita pessoal de Lima Barreto uma admiração contida pela beleza nova que se inaugurava e uma dor declarada pelas coisas antigas que se perdiam. E assim, dividido, escrevia também sobre acontecimentos diários que o machucavam e que, mais tarde, se tornariam suas bandeiras sociais:

Fui a bordo ver a esquadra partir. Multidão. Contato pleno com meninas aristocráticas. Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite; mas a mim pediram. Aborreci-me. Encontrei Juca Floresta. Fiquei tomando cerveja na barca e saltei. É triste não ser branco.<sup>448</sup>

Além do trabalho na Secretária da Guerra, Lima Barreto também escrevia para a revista *Fon-Fon*, publicação de modismos da época e de muito sucesso entre os leitores. Fica claro, nas anotações, que sua intenção com o jornalismo era somente tornar-se conhecido. A preocupação verdadeira era com a carreira de escritor. Por isso saiu da *Fon-Fon* e lançou, com amigos, a *Revista Floreal* que publicou os primeiros capítulos

---

<sup>447</sup> Mais adiante vamos tratar deste conceito e sua importância na criação e na percepção da realidade por Lima Barreto.

<sup>448</sup> BARRETO, Lima. *Um Longo Sonho de Futuro – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 85.

de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. A revista recebeu elogios do crítico José Veríssimo, mas mesmo assim não conseguiu sobreviver à quarta edição. E nem o livro *Isaías Caminha* encontrar um editor.

Lima Barreto tinha pronto o livro *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*, e ainda não encontrava quem editasse *Isaías Caminha*. Descobriu a solução numa editora portuguesa que se dispôs a imprimi-lo, desde que o autor abrisse mão dos direitos autorais. Lima Barreto aceitou e em novembro de 1909, a Clássica Editora, de Lisboa, distribuía no Rio de Janeiro uma única edição de *Recordação do Escrivão Isaías Caminha*. O livro, como todos sabem e por isso tornou-se conhecido na época, satirizava a redação do jornal *Correio da Manhã*. É claro que os jornais silenciaram sobre a publicação que, afinal, ridicularizava a própria imprensa e seus principais profissionais.

O crítico José Veríssimo foi a única voz de relevância intelectual a fazer um elogio breve, mas apontando muito “personalismo”, numa narrativa próxima da realidade. Neste tempo, Lima Barreto já estava envolto no alcoolismo, mas seu ritmo de produção não diminuía. Trabalhava na repartição e produzia sua literatura. Nos anos de 1910 e 1911 escreveu *A Nova Califórnia*, *O Homem que Sabia Javanês*, publicou no jornal *A Noite* o conto *Numa e a Ninfa*, e, em folhetim do *Jornal do Comércio*, saiu o *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Este é o tempo em que seu principal biógrafo – Francisco de Assis Barbosa – aponta como início da ruptura em sua trajetória de escritor e de intelectual. A publicação, em folhetim, de *Numa e a Ninfa*, feita com propósito de ganhar algum dinheiro e editado com o alarido de caricaturas coloridas de políticos na capa do jornal, parece ter libertado o escritor de alguma timidez. “Nesse novo *roman à clef*, acentuam-se os pendores do panfletário, cuja atuação será, doravante, permanente e ativa na imprensa. Com *Numa e a Ninfa* inicia-se uma nova fase da vida do escritor e do articulista...”<sup>449</sup>

---

<sup>449</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.226.

Vamos reencontrar Lima Barreto cronista, agora com trinta anos de idade, e com a atenção inicial voltada a assuntos predominantemente culturais. Escrevia na revista cultural *Estação Teatral* e seu objetivo era falar de teatro, de música e literatura. Falava do teatro mambembe e suburbano, operetas de artistas pobres que se trocavam em meio ao público, e criticava a grandiosidade do Teatro Municipal que teria de trazer gente do Méier e até de Petrópolis para ocupar todas poltronas. Ainda no ano de 1911 fez algumas colunas para a *Gazeta da Tarde*, onde a cidade já aparece como pano de fundo de seus comentários. No ano seguinte, trabalhou na revista *Riso* e publicou dois romances folhetinescos, encartados em jornal, *O Chamisco* e *Entra, Senhórr*. Iniciou também uma série, vendida em bancas de jornal, com *As Aventuras do Dr. Bogoloff*. A publicação foi interrompida a partir do segundo número.

Nesta altura da vida, o alcoolismo se tornara o centro de seus problemas e de sua personalidade. Lima Barreto já era um personagem da cidade: sua boemia, os porres diários, sua verve que animava as mesas de bares, tudo ajudava a torná-lo conhecido. Não há registro em suas anotações sobre uma vida de pobreza e penúria. Queixava-se porque era de sua personalidade deprimida, mas tinha condições de vida muito distante da pobreza. Ele próprio atribuía às dificuldades financeiras ao alcoolismo:

Oh! Meu Deus! Como eu tenho feito o possível para extirpá-lo (o vício) e, parecendo-me que todas as dificuldades de dinheiro que sofro são devidas a ele, e por sofrê-las, é que vou à bebida. Parece uma contradição; é, porém, o que se passa em mim.<sup>450</sup>

Na vida social, no entanto, o alcoolismo era tratado como mais um elemento de sua verve criativa. Suas “tiradas” são contadas até os dias de hoje, seja no ambiente jornalístico como também entre escritores<sup>451</sup>. Tornou-se um personagem folclórico na cidade, e seu discurso político e panfletário também foi subindo de tom. O “bandido de

---

<sup>450</sup> BARRETO, Lima. “Diário do Hospício”. In: *Um Longo Sonho de Futuro – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p.159. Parênteses nosso.

<sup>451</sup> “Nada tinha (Lima Barreto) de doutoral. Não queria, nem pensava dar lições a ninguém. A sua simplicidade de maneiras permitia mesmo certas liberdades. E um dia Peregrino Júnior, o mais jovem repórter da imprensa carioca, teria a lembrança de aconselhar o mestre a deixar a bebida, ou a beber menos, pois do contrário acabaria não produzindo mais nada e se prejudicando como tantos outros. O romancista teria respondido com uma piada ao rapazola, olhando-o por cima: ‘Que nada, menino. O que prejudica os nossos literatos não é a cachaça. É a burrice!’”. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.312. Parênteses nosso.



alma tímida”, como se definiu numa oportunidade, começava a ficar para trás e seus artigos passaram a ocupar espaços, principalmente, na imprensa sindical que surgia com vigor.

As crises econômicas e políticas internacionais que antecederam a Primeira Guerra Mundial chegaram ao Brasil pondo fim ao clima de “belle époque”. Aqui já encontraram um ambiente de lutas operárias que se concentrava nas atividades da indústria têxtil de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. Mais do que isso: a primeira década do século XX sacudiu o Rio de Janeiro com a “Revolta da Vacina”, com a “Revolta da Chibata”, com greves como a “dos cocheiros”. A Constituição Republicana não havia mudado em nada as condições reais de trabalho, deixando ao Código Penal a regulamentação de greves, de reivindicações trabalhistas e conflitos entre patrões e empregados.

Os enfrentamentos entre trabalhadores e policiais ocorriam com frequência a partir de 1900, ano em que começaram a aparecer inúmeros jornais operários como *O Trabalhador*, *Força Nova*, *A Greve*, *Brasil Operário*, *O Libertador*, *A União Operária*, *O Libertário*, *Avante*. O pensamento anarquista era predominante no movimento operário brasileiro até a primeira Guerra Mundial, influenciado fortemente por lideranças italianas e espanholas.

Este era o outro Rio de Janeiro, longe das salas de cinema, das confrarias literárias, das casas de chope, das confeitarias da Avenida Central. A partir de 1913, vamos encontrar Lima Barreto escrevendo também para a imprensa sindical e para publicações “alternativas” de forte conteúdo político. Sua linguagem se torna mais direta e a atenção se desloca do mundo cultural para a política das ruas e as condições de vida de ricos e de pobres. É interessante observar que ele já era um intelectual conhecido, com espaço na grande imprensa e optou – principalmente nos anos seguintes – por escrever também para publicações quase obscuras, vinculadas às organizações políticas operárias.

É perceptível que seu interesse pela vida das classes populares se intensifica na medida em que o reconhecimento de seu talento artístico não acontece. Sua aproximação das lutas sindicais, por exemplo, ocorre de maneira natural, dentro de uma

forma de pensar muito direta na maneira de dizer e muito próxima do cotidiano das ruas. Parece haver uma identificação natural com os novos derrotados daquele sistema de governo:

O subúrbio não se diverte mais. A vida é cara e as apreensões muitas, não permitindo prazeres simples e suaves, doces diversões familiares, equilibradas e plácidas. Precisa-se de ruído, de sambumba, de cansaço, para esquecer, para espancar as trevas que, em torno da nossa vida, mais densas se fazem, dia para dia, acompanhando pari passu as suntuosidades republicanas.<sup>452</sup>

Esse é o instante que Lima Barreto se vê definitivamente excluído do projeto republicano em sua representação culta e letrada. As bandeiras anarquistas e maximalistas (marxistas) lhe caem nas mãos como forma conseqüente de se opor ao sistema de governo republicano e seus valores sociais. A partir desse instante passa a falar de burguesia, de operariado, de capital e de trabalho. O discurso endurece e sua intransigência aumenta – “minhas manias”, dirá ele. O papel dessas novas idéias na sua forma de pensar, foi bem definido por Lúcia Miguel Pereira:

A guerra de 1914 e a revolução russa, que sobrevieram durante o seu período de atividade, embora não figurem nos seus livros de ficção (...) influíram fortemente, pelos problemas que suscitaram, no seu espírito.<sup>453</sup>

Seu primeiro artigo para esta imprensa militante saiu na *Voz do Trabalhador*, jornal oficial da Confederação Operária Brasileira, *Palavras de um Snob Anarquista*. É claro que não são palavras de um anarquista, as de Lima Barreto. Sua intenção era responder aos ataques sofridos pelos movimentos sociais – este parece ser seu principal objetivo ao escrever para a pequena imprensa sindical. (Lima Barreto deve ter sido um dos primeiros a designar a imprensa empresarial – integrada ao processo capitalista – de “imprensa burguesa” ou “grande imprensa”.) Sua atenção voltou-se ao discurso ideológico contido nas páginas dos jornais. Nos anos seguintes vai radicalizar a crítica à imprensa e ao discurso oficial. Mas esse texto inaugural de sua militância é ilustrativo de sua maneira de atuar:

---

<sup>452</sup> BARRETO, Lima. “Bailes e divertimentos suburbanos”. In: *Toda Crônica*. Vol.II. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2004, p.504.

<sup>453</sup> PEREIRA, Lúcia Miguel. “Lima Barreto”. In: *Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988, p.303.

Por ocasião da passagem do 1º de Maio, os grandes jornais desta cidade, bem ou mal, tiveram que tratar da questão social. Alguns, com aquele jeito furta-cor tão interessante para um zoologista, enquanto na primeira ou segunda página defendiam uma futura oligarquia atacando outra, na quarta ou quinta faziam panegíricos dos operários, etc, etc; outros, com mais franqueza, ao dia seguinte, atacavam os anarquistas (...)<sup>454</sup>

De maneira gradual vamos encontrar, nas crônicas de Lima Barreto, o tom da crítica tornar-se mais grave e mais personalizada. Começou pelo mundo intelectual e a figura onipresente de Coelho Neto que a tudo representa. E passou a lentamente jogar jocosidade sobre figuras (com)sagradas como Santos Dumont, Barão do Rio Branco. Neste período de 1914 a 1917 é possível encontrar crônicas de Lima Barreto em diversos jornais da cidade do Rio de Janeiro. Da imprensa sindical, como o *A.B.C.* até a revista *Careta*. Sua produção jornalística também não é volumosa, mas muito diversificada.

Este foi um tempo importante também para a literatura de Lima Barreto. No ano de 1916, numa edição de autor, lançou o *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. O livro foi elogiado pela crítica. No ano a seguinte apareceu em livro o *Numa e a Ninfa* e mais endividamentos com agiotas para reeditar *Isaías Caminha*. Publicou também dois artigos fundamentais para o entendimento de sua personalidade política: *São Paulo e os Estrangeiros* e *Coisas Americanas*. Acusava “a burguesia” pela miséria do povo e denunciava o imperialismo norte-americano e o racismo naquela sociedade. Também tentou se candidatar à Academia Brasileira de Letras, mas Rui Barbosa nem considerou sua pretensão a uma cadeira e ficou de fora da disputa. Por este tempo, seu ataque à sociedade republicana era direto e absoluto:

A república no Brasil é o régimen da corrupção. Todas as opiniões devem, por esta ou aquela paga, ser estabelecidas pelos poderosos do dia. Ninguém admite que se divirja deles e, para que não haja divergências, há a “verba secreta”, os reservados deste ou daquele ministério e os empreguinhos que os medíocres não sabem conquistar por si e com independência (...) Esse aspecto da nossa terra para quem analisa o seu estado atual, com toda a independência de espírito, nasceu-lhe depois

---

<sup>454</sup> BARRETO, Lima. “Palavras de um *snob* anarquista”. In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2004, p.110.

da república. Foi o novo regime que lhe deu tão nojenta feição para seus homens públicos de todos os matizes.<sup>455</sup>

Em 1918 lançou uma manifesto “maximalista”, através do jornal *A.B.C.* e terminava com a saudação “Ave, Rússia!”, empenhando sua adesão à revolução socialista daquele país. Radicalizou suas acusações ao mundo intelectual, denunciando Coelho Neto por rebaixar a literatura; defendeu a luta armada para a classe trabalhadora. Mas foi um ano conturbado na sua vida: esteve internado por problemas de alcoolismo – praticamente abandonou o emprego e conseguiu a aposentadoria. O escritor Monteiro Lobato resolveu editar seu livro *Vida e Morte de Gonzaga de Sá* e foi ao Rio de Janeiro conhecer Lima Barreto. Encontro-o de porre, degradado e imundo num bar. Voltou para São Paulo sem se apresentar. Em 1919, Lima Barreto escreveu para a *Revista Careta*, onde era redator efetivo, para o jornal sindical *A.B.C.*, *Hoje*, *A Notícia*, *O País*, *Rio Jornal*, *Gazeta de Notícias*. Candidatou-se novamente à Academia Brasileira de Letras, desta vez concorreu e foi derrotado. No final daquele ano foi levado ao manicômio num carro de polícia.

Seus três últimos anos de vida foram marcados por desesperada vontade de produzir e de abandonar o álcool. Mas os resultados foram pequenos: conseguiu terminar *Clara dos Anjos*, longe das pretensões iniciais, no ano de 1904, quando aspirava contar a história da escravidão negra no Brasil; escreveu os primeiros capítulos de *Cemitério dos Vivos*; publicou *Histórias e Sonhos* e organizou edições de livros como *Feiras e Mafuás*, publicados após seu falecimento. Mergulhou num processo de decadência física e em seus últimos trabalhos jornalísticos atacou o governo, atacou a classe política, atacou a burguesia, a especulação imobiliária, a “imprensa burguesa”, e os modernistas de 22, pela “macaqueação” dos futuristas europeus.

No dia 2 de novembro de 1922, todos os jornais matutinos do Rio de Janeiro noticiaram sua morte. Inclusive o jornal *Correio da Manhã* – alvo das críticas em *Isaias Caminha* – publicou a notícia de seu falecimento. Pela primeira vez, seu nome apareceu nas páginas daquele jornal numa prova incontestável de sua notoriedade.

Faleceu em sua residência, á Rua Major Mascarenhas, estação da Piedade, onde vivia há muitos anos, um dos nossos mais

---

<sup>455</sup> BARRETO, Lima. “A política republicana”. *Toda Crônica*. Vol.I. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004, p.392-3.

festejados escritores, Lima Barreto. Esse passamento, aliás esperado, pois que, de havia meses, ele apresentava sérios sintomas de grave enfermidade, a que concorria a sua índole irreprimivelmente boêmia, veio estremunhar numa dolorosa surpresa todo o nosso mundo mental, que via em Lima Barreto o verdadeiro escritor típico do nosso povo, o impressionista admirável da vida deste Rio de Janeiro, onde ele nasceu e de onde nunca saiu, o psicólogo carregado e amargo das nossas ruas, dos nossos bairros pobres e de certos tipos vitoriosos e dominadores do nosso meio, que eram retalhados em complacência pela sua ironia acre (...) <sup>456</sup>

## 4.2 SONHANDO COM A “REPÚBLICA DAS LETRAS”

Há algum tempo a atividade intelectual de Lima Barreto tem sido estudada sem o caráter monolítico e homogêneo dos primeiros pesquisadores. Trabalhos atuais conseguem localizar fases diversas e vozes distintas, seja em momentos espaçados de sua vida ou em obras que se diferem de outras no enfoque e na fala predominante na narrativa.<sup>457</sup> Esses momentos tornam-se ainda mais distintos quando constatamos que sua produção literária e jornalística ocorreram em tempos diversos e, principalmente, em momentos de vida opostos. É nesta temporalidade de existência e de intenções que pretendemos demonstrar sua fase de esperança em integrar a “república das letras”.

A chegada da República, que para a maioria dos intelectuais engajados no ideário modernizador, constituiu-se num desapontamento, para Lima Barreto representou prejuízos de natureza efetiva. O pai perdera o emprego e a profissão de tipógrafo, Lima Barreto sua bolsa de estudo financiada pelo Visconde de Ouro Preto e a família mergulhou num círculo de doenças e dificuldades financeiras da qual nunca mais saiu. Daí sua eterna gratidão e reconhecimento ao regime monarquista e dignidade de seus integrantes. “Pedro II não se dava ao luxo de temer atentados e desembarcou numa lancha comum”<sup>458</sup>; “Ele (D. Pedro II) tinha a virtude da modéstia e implantou em nós essa mesma virtude.”<sup>459</sup>

---

<sup>456</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro: 22 de novembro de 1922.

<sup>457</sup> PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto – o crítico e a crise*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

<sup>458</sup> BARRETO, Lima. *Coisas do Reino de Jambon*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p.111.

<sup>459</sup> BARRETO, Lima. *Marginália*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p.79.

Com as perspectivas de “restauração” definitivamente enterradas, a República começou a mostrar – enfim – seu projeto de nação. O cenário de afirmação do novo regime foi o Rio de Janeiro – capital federal –, cidade natal de Lima Barreto e que, como ele, passou a viver um período de agudas transformações. A cidade, em poucos anos, habituou-se ao novo padrão urbano e ao moderno estilo de vida baseados na afirmação ideológica e cultural do republicanismo liberal e darwinista importado da Europa. Com o país loteado entre oligarquias, restou ao governo central se dedicar à cidade do Rio de Janeiro – era a “porta de entrada”, o “cartão de visitas”, a primeira e às vezes a única impressão que o viajante levaria do Brasil.

O presidente Rodrigues Alves constatou a urgência da capital da República tornar-se um lugar atraente para os investimentos estrangeiros e para a mão de obra qualificada que pretendiam atrair da Europa. A coordenação deste projeto inovador foi dada ao Barão de Rio Branco com a intenção “de vender” um Brasil europeu à Europa; e a energia do prefeito Pereira Passos executou as obras urbanas. Essa conjunção de esforços e endividamentos produziu a cidade-vitrine, uma ilusão do Brasil, para muitos.

As reformas urbanas se constituíam, de forma geral, em criar um ambiente culto, limpo e bem educado, para uma elite que vivia mal, entre pestes, pobres e analfabetos. “Não temos uma só rua digna de mostrar ao estrangeiro, um edifício notável, um grande hotel, um bom teatro.”<sup>460</sup> As reformas promovidas pelo prefeito Pereira Passos, a turbulenta vacinação executada por Oswaldo Cruz, a abertura da Avenida Central - tudo isso fazia parte de um projeto para o Rio de Janeiro. O primeiro discurso do Presidente Rodrigues Alves deixou esta questão clara:

(...) A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, atividades e de capitais nesta parte do mundo.<sup>461</sup>

Isto é, o republicanismo liberal que havia saído vitorioso da luta intestinais do próprio partido, que havia derrotado os positivistas em anos recentes, agora mostraria sua idéia de modernização e desenvolvimento. Lima Barreto será a testemunha deste

---

<sup>460</sup> EDMUNDO, Luís. “O Rio de Janeiro de meu tempo.” In: FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *Oswaldo Cruz monumental histórico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1971, p.25-6.

<sup>461</sup> *Correio da Manhã*, 16 de novembro de 1902.

processo de urbanização, na representação literária do dissabor que o “bota-abaixo” trouxe para a população – como em *Vida e Morte de Gonzaga de Sá*. Mas foi no testemunho como jornalista, ou seja, na representação não ficcional, que desenvolveu o olhar crítico, rico em sua radicalidade, e testemunhal de uma cidade e de um país em transformação.

A vida de Lima Barreto por esse tempo também havia sofrido reviravoltas. Antes de seu pai adoecer, já havia dobrado a idade de vinte anos sem nunca ter trabalhado – fato raro naquele tempo. Passava seus dias entre cafés, confeitarias e bibliotecas – às vezes assistia aulas – e guardava seu tempo para a convivência com escritores, jornalistas, intelectuais. Com a doença do pai e a mudança brusca de seu padrão de vida, num espaço de meses, tornou-se funcionário público e suas ambições literárias se transformaram numa possibilidade a ser levadas a sério. Lima Barreto passou a acompanhar como intelectual as mudanças urbanas que a República prometia para o Rio de Janeiro.

Era a intenção de o presidente Rodrigues Alves inserir o Rio de Janeiro no mundo moderno que a segunda revolução industrial promovia. A idéia dos bulevares, da circulação de pessoas, de trânsito de carruagens e automóveis, de prédios e espelhos, de espaços vazios e de iluminação intensa, de espaços públicos onde todos vêem e são vistos, fascinaram o mundo. Era um modo de vida absolutamente novo para uma forma de trabalho também nova.

Por volta de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como o verdadeiro modelo do urbano moderno. Como tal, logo passou a ser reproduzido em cidades de crescimento emergente, em todas os lugares do mundo, de Santiago a Saigon.<sup>462</sup>

Mas não era uma tarefa fácil. A imagem do Brasil para o viajante que chegava ao Rio de Janeiro, no início do século XX, ainda era a de um país com ruas apinhadas de negros recém libertos, vivendo da venda ambulante de pães e doces, fazendo pequenos reparos domésticos, e carregando seus sapatos no ombro como emblema da nova condição social. A essa pobreza visível se juntava uma outra perigosa: as

---

<sup>462</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.147.

epidemias de cólera, febre amarela, varíola e tuberculose. O medo provocado por essas doenças afastava o imigrante que tinha intenção de “fazer a América” e associava o país à imagem de morte, de dificuldades intransponíveis. Muitos navios já evitavam o porto do Rio de Janeiro com medo das doenças. Houve verões em que a febre amarela matou mil pessoas, o corpo diplomático já havia se instalado de maneira definitiva em Petrópolis. Uma notícia do ano de 1904 fornece um retrato da saúde pública no Rio de Janeiro:

No verão, o porto e a cidade são atacados pela febre amarela. No inverno, o inimigo é a varíola (3 566 mortos em 1904). Por todos os lados há cólera e os surtos de peste bubônica. Na falta de um hospital, tuberculosos buscam refúgio em cortiços e favelas. Esse é o triste retrato do Rio de Janeiro, onde os esforços do Dr. Oswaldo Cruz, iniciados no ano passado, estão longe de chegar ao fim. Quatro entre cinco imigrantes que descem em seu porto sucumbem à febre amarela. A doença atinge tropas inteiras de companhias teatrais. Os brasileiros mais abonados fogem do Rio. Vão para Petrópolis, de onde avistam o Rio de muito longe. É para Petrópolis que sobem também, no verão, o presidente da República e seus ministros, deixando a Capital Federal entregue aos ratos, insetos e aos pobres. O Rio, a antiga corte, é uma vergonha nacional.<sup>463</sup>

E assim teve início o “bota-abaixo”, na voz das camadas populares e dos pequenos jornais sindicais; ou o “Rio civiliza-se”, nas palavras da coluna “Binóculo”, da *Gazeta de Notícias*, processo de destruição do centro velho do Rio de Janeiro com o deslocamento de uma massa populacional pobre e miserável para a periferia e os morros da cidade. O surgimento da favela data desse período.<sup>464</sup> Os espaços urbanos criados a partir da definição, na prancheta, da Avenida Central foram conquistados à força da população que habitava os velhos casarões e os cortiços localizados no centro e na zona portuária. Para isso era utilizada a força pública e normalmente ocorria alguma violência. O destino das populações removidas ficava ao encargo delas próprias. Ao poder público cabia a responsabilidade de realizar as desocupações e as obras, os problemas sociais resultantes dessas ações não entravam em discussão.

---

<sup>463</sup> *100 anos de República: um retrato ilustrado da história do Brasil*. Vol.I. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1989, p.57.

<sup>464</sup> Alguns autores dão como origem das favelas a ocupação do Morro da Providência pelas tropas do Exército que retornaram da campanha de Canudos e ali ergueram construções pequenas e improvisadas na forma de favos de mel, daí teria originado o nome original da época “Morro da Favela”. Outros dizem que, de fato foram as tropas de Canudos, mas o nome veio do Morro da Favela que havia na entrada da cidade de Canudos e onde as tropas ficaram acampadas. Outros autores falam que os moradores do cortiço Cabeça de Porco foram os ocupantes do primeiro morro do Rio de Janeiro.



(...) o processo de construção da identidade urbana do Rio, afirmada como uma das facetas de realização de uma identidade nacional, revela o caráter de classe que marca a consolidação das elites: a sua excludência, assinalada pela negação do povo.<sup>465</sup>

Em seu diário não há palavra algumas sobre a violência desses acontecimentos. É verdade que também não se encontra quase nada nos jornais da época porque a censura era brutal. Somente pequenas observações, anotações pessoais sobre os acontecimentos. Escreve que alguém da repartição resolveu ver um prédio antigo, colonial, em determinada hora do dia, porque tinha memória de infância. Chegando ao local não encontrou nem o prédio. Fim do comentário. São coisas rápidas, passageiras. Seu olhar sobre as transformações do Rio de Janeiro estará todo em *Gonzaga de Sá*. Mas não há pessoas rebeladas, não existem populações sendo deslocadas. Há unicamente um saudosismo melancólico.

Mas em seu diário, são inúmeros os momentos em que se mostra fascinado com a beleza que as reformas trarão: “A rua quebra um pouco do primitivo alinhamento, mas mesmo assim ficará bela.”<sup>466</sup> Também não encontramos palavra alguma sobre as revoltas. A da Chibata, onde a maioria era formada por negros ou sobre a revolta da Vacina. Nada, nem uma linha sobre temas que parecem tão próximos de suas preocupações. Em determinado momento de seu diário, revela que o manteve escondido por alguns dias. Ficamos sem entender porque o teria escondido.<sup>467</sup>

É claro que Lima Barreto já estava buscando se enquadrar naquele ambiente criado pelo republicanismo urbanista de Rodrigues Alves. Neste processo de valorização do limpo, do belo, do elegante, ressurgiu a necessidade de um discurso sobre o belo, o limpo, o elegante. E de forma repentina, então, os intelectuais são novamente valorizados, seja na distribuição de cargos públicos, seja na valorização

---

<sup>465</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade – visões literárias do urbano*. 2ª Ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002, p.170.

<sup>466</sup> BARRETO, Lima. “Diário do Hospício”. In: *Um Longo Sonho de Futuro – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p.56.

<sup>467</sup> “Este caderno esteve prudentemente escondido trinta dias. Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil.. Trinta dias depois o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre. Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio”. BARRETO, Lima. “Diário Íntimo”. In: *Um Longo Sonho de Futuro – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 24.

direta de suas produções e assessorias, seja através de jornais que se viabilizam economicamente com o advento da publicidade, seja em eventos sociais como conferências e saraus. Ser escritor, ser intelectual, enfim, produzir ou demonstrar conhecimento, passou a ter relevância social. Este processo de divulgação do saber era política de estado comandada pelo ministro do exterior, o intelectual Barão de Rio Branco.

De certa forma, estas reformas concentradas no centro da cidade do Rio de Janeiro e alheias aos problemas causados pela remoção forçada de massas populacionais foram ganhando aspectos de artificialismo. Também a política cultural desenvolvida por Rio Branco buscava o embelezamento discursivo das “belas letras”. Se por um lado enfeitava-se o centro urbano da capital federal, também se procurava enfeitar o discurso republicano com o ornamental, com o belo. Grande número de intelectuais se aglutinou em torno do Barão de Rio Branco e passou a usufruir de favores.

Quando elege *o favor* como mecanismo de reprodução de uma classe social no Brasil, Roberto Schwarz enfatiza que esta classe favorecida estabelece uma relação com a outra classe, a dos que têm, e que a vida ideológica será regida por este mecanismo.<sup>468</sup> É por este processo que se organiza, de fato, a hegemonia do discurso oficial entre os intelectuais - onde não são poucas as trocas de favores, de pedidos, apelos e até súplicas.<sup>469</sup> Disto resultou a repentina valorização do intelectual e o esnobismo de uma cultura leviana que produzia leituras infantis e ufanistas do país<sup>470</sup>, uma discussão intelectual envolvendo fórmulas gramaticais<sup>471</sup> e uma literatura que se convencionou chamar de “sorriso da sociedade”.<sup>472</sup>

---

<sup>468</sup> SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do Lugar”. In: *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo, Ed. Livraria Duas Cidades, 1981, p.16.

<sup>469</sup> Alguns intelectuais do grupo do Barão de Rio Branco, dentro do Itamaraty, ou em outras instituições: Domício da Gama, Graça Aranha, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Lafaiete, Clóvis Bevilacqua, José Veríssimo, Heraclito Graça, Aluísio Azevedo, Machado de Assis, Capistrano de Abreu, Martins Júnior, João Ribeiro, Olavo Bilac, Pedro Américo, Coelho Neto, Euclides da Cunha, Sílvio Romero.

<sup>470</sup> *Porque Me Ufano do Meu País*. CELSO, Afonso.

<sup>471</sup> Rui Barbosa versus Ernesto Carneiro Ribeiro e os debates gramaticais em torno da redação do Código Civil. Durou anos e envolveu publicações de volumes com mais de um milhar de páginas. E, para completar, tinha também as repercussões e as avaliações feitas pela imprensa da época. “Não cessou ainda, e sabem os deuses quando cessará, a briga dos gramáticos e filólogos em torno da redação do nosso mui futuro Código Civil.” VERÍSSIMO, José. *Revista Kosmos*. Rio de Janeiro: Outubro de 1905.

<sup>472</sup> “A Arte é o sorriso da sociedade”, nas palavras de Afrânio Peixoto. In: SENNA, Homero. *República das letras*. Rio de Janeiro: Editora Olímpica, 1968, pp.102.

(...) O Homem de Letras aqui é uma coisa que começou a grassar, grassar, grassar; e como não trazia grandes perigos à saúde pública, ninguém se lembrou de opor-lhe medidas de higiene e meios profiláticos, se não para prevenir o mal, ao menos para conseguir restringi-lo...porque aqui o Homem de Letras não é apenas o produtor intelectual, ele vem de todos os ofícios, de todas as profissões e figura em todas as circunstâncias da vida nacional (...)<sup>473</sup>

O jovem Lima Barreto ficou visivelmente atraído por esse prestígio renovado que o intelectual passou a usufruir na sociedade. Escreveu com todas as letras e na mais absoluta honestidade intelectual que desejava dinheiro e prestígio: “(...) me aborrece não ter sabido concomitantemente arranjar dinheiro ou posições rendosas que me fizessem respeitar.”<sup>474</sup> Há várias anotações, em seu diário neste período, onde podemos constatar a consciência de que possuía talento e tinha o orgulho manifesto de sua inteligência. O biógrafo Francisco de Assis Barbosa escreveu com propriedade: “Possuía, de fato, grande orgulho de ser intelectual, orgulho que as sucessivas bombas na Escola Politécnica não conseguiram derruir, nem sequer abalar”.<sup>475</sup>

Ciente de sua inclinação de escritor, Lima Barreto mergulhou em um surto de produção literária. Assim como a cidade que se preparava para o futuro também ele produzia com a crença de que o futuro iria reconhecer sua obra. E neste surto – temporal – acreditou ser possível participar daquele projeto republicano. Talvez não para ditar-lhe caminhos ou influir em seu destino, mas com certeza confiou que poderia encontrar um lugar na “república das letras” que se institucionalizava com enorme prestígio diante de seus olhos. Nas palavras de Francisco Barbosa:

No início da sua vida literária, vamos encontrar Lima Barreto numa verdadeira encruzilhada, indeciso na escolha do caminho a seguir. A hesitação é patente na variedade de obras que tentou (...)Qualquer gênero servia. Estava possuído da ânsia de produzir, de realizar alguma coisa de imediato. Tal era sua sofreguidão que planejava duas ou três obras ao mesmo tempo, mas não se demorava em nenhuma delas (...) Em 1903, Lima Barreto falava em escrever “a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade”. Ficou só no

---

<sup>473</sup> “Homens de Letras”, Revista *Fon-Fon*, Rio de Janeiro: 30.5.1910.

<sup>474</sup> BARRETO, Lima. “Diário do Hospício”. In: *Um Longo Sonho de Futuro – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p.180.

<sup>475</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, p.135.

projeto...Pensou também num romance, descrevendo “a vida e o trabalho dos negros numa fazenda”... “uma espécie de *Germinal* negro, com mais psicologia especial e maior sopro de epopéia.<sup>476</sup>

Apesar de dispersa, podemos constatar que sua produção literária está aglutinada no período que vai de 1904 a 1911. Nesses sete anos, Lima Barreto escreveu a totalidade de sua ficção, esboçou inúmeros outros romances e planejou peças e revistas que se perderam na falta de entusiasmo ou na ausência de perspectivas que o autor viu nelas. O fato é que com 31 anos de idade, Lima Barreto já era um ex-escritor que teve, nos anos finais da vida, um pequeno momento de criação onde produziu o início de um livro que se chamaria *Cemitério dos Vivos* e reescreveu um de seus primeiro projetos, *Clara dos Anjos*.

Durante os poucos anos de produção literária, Lima Barreto tratou de procurar editores para seus livros, ao mesmo tempo em que buscava pessoalmente contatos no meio intelectual. “O ano que passou foi bom para mim. Em geral, os anos em 7 fazem grandes avanços aos meus desejos. Nasci em 1881; em 1887, meti-me no alfabeto; em 1897, matriculei-me na Escola Politécnica. Neste andei um pouco no caminho dos meus sonhos”.<sup>477</sup> Referia-se ao ano de 1908 e, de fato, Lima Barreto estava feliz e cheio de esperanças. Foi o tempo mais fecundo de sua produção literária, o que justifica o seu genuíno otimismo. Acreditava que estava construindo um caminho para integrar o mundo oficial das letras. Tinha certeza de que o reconhecimento de seu talento viria de forma natural e inquestionável. Mais adiante, na mesma data, ele acrescentou: “Escrevi quase todo o *Gonzaga de Sá*, entrei para o *Fon-Fon*, com sucesso, fiz a *Floreal* e tive elogio do José Veríssimo, nas colunas de um dos *Jornais do Comércio* do mês passado. Já começo a ser notado.”<sup>478</sup>

“Já começo a ser notado”, são palavras de tanta esperança e ingenuidade que quase não reconhecemos o Lima Barreto construído, anos mais tarde, na base da rebeldia política e do desatino emocional. Durante esse tempo de otimismo, vamos encontrar um homem empenhado em escrever discurso saudando seu chefe na

---

<sup>476</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>477</sup> BARRETO, Lima. “Diário Íntimo”. In: *Um Longo Sonho de Futuro – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p.81.

<sup>478</sup> Ibidem, p. 81.

Secretaria da Guerra e se mostrando um funcionário público exemplar. Seja nas suas anotações ou pelo depoimento de amigos, tudo leva na direção de um jovem pacato, retraído e determinado na construção de sua carreira literária.

Alguns fatos são ilustrativos desta intenção. Lima Barreto tinha, na sua roda de amigos, alguns intelectuais ligados aos movimentos sociais que explodiam nas ruas do Rio de Janeiro daqueles anos. As lideranças sindicais tinham contatos e força para atrair grupos de intelectuais que passaram, no período, a trabalhar na produção do discurso de oposição ao regime. São nomes que participaram do Primeiro Congresso Operário, de 1906, e tinham no anarquismo – com inspiração em Tolstói, Cabot e Proudhon – uma visão germinal do que seria um regime de solidariedade social. Mais do que doutrinária, essa militância tentava inserir no debate político uma pauta mínima de direitos civis numa realidade social que recém saía do regime escravocrata.

Por esta época Lima Barreto foi convidado a participar de pequenos jornais de reivindicações operárias, como também foi convidado a integrar o Partido Operário Independente, onde foi “reconhecido e proclamado” pela Comissão Central. Lima Barreto recusou os convites deixando claro, numa carta enviada a um dos dirigentes, que não tinha capacidade de escrever coisas espirituosas diariamente e que não ficava bem para ele, um funcionário público, atacar o Estado a que servia. “Se não estou contente com eles, devo pedir demissão. Não achas?”<sup>479</sup>

Na verdade, estava envolvido em outro projeto mais de acordo com seus objetivos que, naquele momento, passavam longe das lutas políticas. Planejava o lançamento da revista *Floreal*, que fazia parte de uma tentativa de “ser notado” e abrir espaços para sua produção literária. Era um tempo difícil para jovens escritores como ele encontrar alguém que quisesse editá-los.

Não era fácil a um escritor ter um original aceito pelos grandes editores do Rio. Circunstância que levava muitos deles, principalmente novos, a apelar para os editores de Portugal, cedendo muitas vezes os manuscritos gratuitamente, só pelo prazer de vê-los publicados.<sup>480</sup>

---

<sup>479</sup> Citado in: BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, p.146.

<sup>480</sup> BROCA, Brito. *A vida Literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p.203.

Lima Barreto lançou a *Floreal* – junto com um grupo de amigos – e defendeu na revista uma idéia superior de literatura. Atacou as “panelinhas literárias” e exigiu que a literatura recebesse um tratamento mais digno por parte de seus representantes. Ao negar, aquela produção “menor” do ato literário, Lima Barreto se aproximava da “grande literatura” defendida por José Veríssimo.

No projeto de Lima Barreto a necessidade de uma literatura posta em situação conduz à estratégia de recuperar uma espécie de autonomia da verdade literária, o que torna de certo modo implícita a obsessão em perseguir em cada texto um fundo revolucionário latente que o amoldasse às contradições presentes nos temas o inspiraram.<sup>481</sup>

Com a revista conseguiu – de fato – “ser notado”, e aí começou sua busca por um editor para *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. A forma como planejou espaços para a publicação desse livro é comovedora. A idéia de lançar uma revista com o único objetivo de publicar alguns capítulos e conseguir repercussões, demonstra sua determinação na busca de um ambiente naquele mundo novo “das letras” que se formava. Mas também o livro foi pensado de maneira a conseguir espaços em jornais e revistas da época.

Lima Barreto planejou uma polêmica para o livro, algo que se tornasse assunto na Rua do Ouvidor e que jogasse publicidade no nome do autor. A polêmica estava contida nas páginas que descreviam as relações internas da redação do jornal fictício *O Globo*. Ali, com cores vivas e facilmente identificáveis, traçou o perfil dos principais jornalistas do *Correio da Manhã* – um dos jornais de maior prestígio. Antes mesmo de o livro chegar à cidade, já corria boatos de sua existência e do tom nada conciliador com que havia sido escrito. Foi considerado um “roman de clef”, fato não negado por Lima Barreto.

Quando o livro chegou de Portugal, numa edição em que Lima Barreto abriu mão dos direitos autorais, sua expectativa era enorme. Durante todos os preparativos para a publicação, seja na elaboração dos originais, ou nas sugestões apresentadas pelo editor português, Lima Barreto se mostrava ansioso e cheio de expectativas quanto ao sucesso do livro. Na verdade, alimentava alcançar um reconhecimento mundial, e

---

<sup>481</sup> PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto – o crítico e a crise*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p.25.

pensava que com *Isaiás Caminha* seu momento chegara. Em seu diário é possível encontrar registros de extremo otimismo, sonhos:

Ah! Se eu alcanço realizar essa idéia [de um livro contando a vida escrava com métodos modernos do romance – em suas palavras], que glória também! Enorme, extraordinária e – quem sabe? – uma fama européia.<sup>482</sup>

O escândalo foi evidente, pois a investida era caricatural e irônica do mundo intelectual do período. Tão escandaloso que a polêmica, que havia planejado para promover o livro, tornou-se o fato mais importante da obra com o seu conseqüente demérito. O argumento que apresenta a história de um rapaz pobre, mulato, tentando ascender socialmente numa realidade adversa a sua origem passou despercebido. A representação caricatural daquela redação tornou-se o centro das atenções. Mas para sua surpresa, os atingidos não reagiram.

Embora muito comentado no meio intelectual, em nenhum momento os ofendidos vieram a público exercer suas defesas. Pior. Para não se incompatibilizar com a direção do jornal *Correio da Manhã* – muitos se sentindo identificado com os atingidos por Lima Barreto – jornalistas e críticos de outros veículos também silenciaram. Foi uma corrente de solidariedade que acabou sufocando a divulgação do livro. Isso desconcertou Lima Barreto. Poucos comentaram o livro, e todos condenaram seu tom caricatural e pouco artístico ao aproximar-se demais da realidade. Foi de José Veríssimo a sentença:

(...) É personalíssimo, e o que é pior, sente-se demais que o é. Perdoe-me o pedantismo, mas a arte (...) é representação, é síntese, e, mesmo realista, idealização (...) A cópia, a reprodução (...) mais ou menos caricatural (...) podem agradar a malícia dos contemporâneos que põem nome sobre cada pseudônimo, mas escapando à posteridade, não a interessando, fazem efêmero e ocasional o valor das obras.<sup>483</sup>

Para o objetivo deste trabalho, mais adiante vamos tratar da tradição crítica que se criou a partir dessa afirmação de José Veríssimo. O que nos importa neste momento é vermos como Lima Barreto reagiu a isso. Ele deixou claro, em suas anotações

---

<sup>482</sup> BARRETO, Lima. “Diário Íntimo”. In: *Um Longo Sonho de Futuro – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p.50. Parênteses acrescentados por nós, mas nas palavras do autor.

<sup>483</sup> BARRETO, Lima. Carta de José Veríssimo. In: *Correspondências (ativa e passiva)*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1956, vol. I, p.204.

personais, que o objetivo daquele retrato caricatural da redação do *Correio da Manhã*, contido em *Isaiás Caminha*, era somente chamar a atenção para o livro. “O aparecimento do meu primeiro livro não me deu grande satisfação. Esperava que o atacassem e eu, por isso, tendo o dever de revida, cobraria novas forças; mas tal não se deu; calaram-se uns e os que dele trataram o elogiaram.”<sup>484</sup>

Numa troca de correspondência, com um crítico do interior de São Paulo, anos mais tarde, Lima Barreto repete os mesmos argumentos para defender o uso de recursos ficcionais tão próximos da realidade com o objetivo de chamar a atenção sobre o livro. Ou seja, era um simples apelo publicitário:

As charges foram o acessório, o meio que me pareceu bom para evitar fosse o livro abafado pelo silêncio e pela hostilidade dos pequenos mandarins das letras, digo pequenos, pois dos grandes ninguém deve temer. Se as fiz, não só porque é do meu temperamento fazê-las, como também sabia que com elas atraíam leitores e opiniões independentes (...)<sup>485</sup>

Lima Barreto demonstra determinação em alcançar fama, fazer sucesso naquele restrito mundo intelectual. O que estamos tentando demonstrar é que a literatura representava uma perspectiva concreta dessa ascensão social e Lima Barreto não se furta da intenção de até rever *Isaiás Caminha* para torná-lo mais palatável para “o mundo das letras”.

Concordo que há frases aqui e ali, e mesmo certas referências, que em muito o prejudicam. Ainda questão de momento (...) Não direi que estou arrependido de tê-las escrito, mas estou disposto a cortá-las em outras edições.<sup>486</sup>

A aposta e a esperança que colocava em sua obra literária não era uma reação individual e infundada como pode parecer passado tantos anos. Como vimos, o “homem de letras” representava muito nas relações sociais e Lima Barreto esperava que com a publicação do livro seu prestígio pessoal aumentasse. Por esta época, sentia-se preterido numa promoção interna que beneficiara um funcionário que havia entrado no serviço depois dele. Um amigo o consolava e dava-lhe esperanças: “Foste preterido? ...

---

<sup>484</sup> BARRETO, Lima. “Diário Íntimo”. In: *Um Longo Sonho de Futuro – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p.162.

<sup>485</sup> Ibidem, p.241.

<sup>486</sup> Ibidem, p.239.



Depois de teu livro, não o serás mais. Creio que me compreendes, e talvez estejas de acordo. Eu tenho a coisa como certa.”<sup>487</sup>

Mas o fato é que a aspiração de Lima Barreto era algo mais do que uma ascensão funcional. Tinha certeza que a literatura o levaria a outro patamar de reconhecimento. Francisco de Assis Barbosa escreve com clareza sobre a personalidade de Lima Barreto e suas expectativas que iam além de simples cargos públicos:

Sua ambição, a sua grande ambição, era bem outra: afirmar-se como escritor. Se tinha alguma ilusão, a respeito de Isaías Caminha, o que parece certo, era a do êxito literário. Desejaria a imediata consagração da crítica, da imprensa, do país inteiro. Até os que, por este ou aquele motivo, recebesse o livro com reservas – o que era compreensível, em se tratando de uma sátira à imprensa – haveriam de, pelo menos, reconhecer-lhe o valor como escritor.<sup>488</sup>

Portanto, foi como escritor que Lima Barreto vislumbrou sua integração e ascensão naquela República que se formava e, para tudo, o “livro publicado” servia como uma credencial inquestionável de seu mérito e valor. O livro foi lançado em novembro de 1909, o clima de debate e campanha eleitoral para presidente da República, entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, já estava em ebulição. Como mais uma tentativa de promover o livro, Lima Barreto enviou uma carta de apoio a Rui Barbosa (“em nome da liberdade, da cultura e da tolerância”<sup>489</sup>) assinada por Isaías Caminha. E pessoalmente engajou-se na campanha política fazendo o jornal anti-hermista *O Papão*. Fez um único número desse panfleto, mas o fez praticamente sozinho. Lima Barreto buscava todos os espaços para participar e ascender naquela sociedade excludente.

O ano de 1912 encerrou sua fase de produção literária. Quase a totalidade do que conhecemos de Lima Barreto como escritor foi produzido até esse momento. E ficariam na gaveta até que ele próprio financiasse suas publicações anos mais tarde. Sua personalidade artística – consciente ou inconsciente – agarrou-se ao conceito de bovarismo, idéia flauberiana de divisão entre o desejo e a realidade, para refletir

---

<sup>487</sup> Citado por BARBOSA, Francisco Assis. op. cit. p.165.

<sup>488</sup> BARBOSA, Francisco Assis. op. cit. p.167.

<sup>489</sup> É interessante observar que no mês agosto de 1909 escreveu essa carta a Rui Barbosa, apoiando sua candidatura “em nome da liberdade, da cultura e da tolerância”. E três meses antes, em correspondência ao amigo Antonio Noronha Santos escrevia: “O Rui falou, falou com aquela pretensão e aquela falta de visão que lhe são peculiares, durante hora e tanto...”. Citações de BARBOSA, Francisco Assis. op. cit. p.181 e p.183 respectivamente.

artisticamente o dilema existencial de seus personagens, da cidade e do próprio país. A temática de livros como *Isaias Caminha*, onde o jovem vive a ânsia de se inserir num novo contexto social que contraria seus valores; ou um *Gonzaga de Sá* que assiste às transformações de sua cidade antiga e suja e a idealização da beleza e da higiene de novos espaços urbanos; ou mesmo *Policarpo Quaresma* e sua dificuldade de localizar uma nação que ele próprio deseja que exista.

Esses foram temas que Lima Barreto e toda a população do Rio de Janeiro assistiram, viveram e debateram diariamente diante das transformações vivida pela cidade e pelo país. O ser e a idéia de ser; a ação e a palavra; o conteúdo e a aparência – esse é o impasse artístico ficcional proposto pelo escritor Lima Barreto. E poucos temas poderiam ser mais genuinamente republicanos e brasileiros do que essa questão. E como no próprio bovarismo, há uma alegria moderna e enxuta no seu texto em contraste com a derrota inabalável de seus personagens. Até aqui há também otimismo no escritor e este foi o motor propulsor de sua criatividade artística. Enquanto acreditou que poderia integrar aquela “república das letras”, conseguiu fazer literatura. E na intimidade de suas escrituras deixar registrado sentimentos como estes:

Mas, hoje! Hoje! Já posso alguma cousa e amanhã poderei mais e mais. Não pararei nunca, não me deterei; nem a miséria, as perseguições, as descomposturas me deterão. Sacudi para longe o fantasma do Medo; sou forte, penso, tenho coragem.... Nada! Nada! Nada!<sup>490</sup>

### 4.3 O BÊBADO VAI À LUTA

A agressividade da caricatura desferida em *Isaias Caminha* não desapareceu nos anos seguintes e Lima Barreto passou a carregar a marca do escândalo que havia provocado. O Rio de Janeiro da época era uma cidade de pouco mais de 600 mil habitantes e com um mundo cultural – de produção e consumo – em expansão, mas ainda pequeno e onde escritores e leitores se conheciam, quando não eram as mesmas

---

<sup>490</sup> BARRETO, Lima. “Diário Íntimo”. In: *Um Longo Sonho de Futuro – Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p.82.

peessoas. De modo que facilmente um círculo de má vontade e desconfiança se fechou em torno dele.

O Isaías Caminha marcará a obra de Lima Barreto como um gilvaz à testa de um esgrimista do século XVII. Há de ser sempre o autor de um romance de escândalo. Os senhores da literatura, os que vestem casaca e freqüentam a Livraria Garnier, jamais lhe perdoarão a ousadia da violenta arremetida, as diatribes ferinas que dirigira a certos príncipes do jornalismo e das letras, as caricaturas cruéis que ainda hoje cobrem de ridículo medalhões cheios de empáfia, os mais importantes medalhões da época.<sup>491</sup>

De forma irônica, o que imaginou ser seu ingresso ao mundo oficial das letras, tornou-se o elemento desencadeador de sua exclusão. Pelos acontecimentos que se seguiram, é possível concluir que, de forma muito rápida, Lima Barreto percebeu o que estava acontecendo e passou ele próprio a sofrer transformações. A começar pelo consumo de álcool e a fama de boêmio que adquiriu. O gosto de se sentir agredindo a sociedade que o havia descartado passou a guiar seus passos e assumiu sua identidade. O modo de vestir, sujo e amarrotado, em total desprezo pela aparência e até pela higiene, era agressivo e alguns testemunhos revelam a dimensão trágica de sua triste figura.

Quando conheci o Lima – diz Borgatti (Aldo Borgatti, amigo do romancista) –, ele já estava branquejando. Não me lembro de pessoa mais descuidada e só o vejo com os sapatos cambotas, palheta suja, roupa azul-marinho muito manchada e duas placas de suor e poeira nas costas (...)<sup>492</sup>

Nas palavras do próprio Lima Barreto, o desleixo tinha uma explicação: “Visto-me mal, lamentavelmente mal, quase mendicante (...) Não julgo que amo a piedade; não sofro miséria, não, e vivo bem. É um feitio esse de ser; é a minha pose (...)<sup>493</sup>

Essa postura de escritor maldito e rebelde já estava fora de moda naquela virada do século, mas demonstra a radicalidade de uma atitude que tentava se diferenciar da

---

<sup>491</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.175.

<sup>492</sup> Ibidem, p.211. Parêntese acrescentado por nós.

<sup>493</sup> BARRETO, Lima. “Uma coisa puxa a outra 1”. In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2004, p.68.

cultura oficial que freqüentava a Confeitaria Colombo e a Livraria Garnier. Lima Barreto estava situado no extremo oposto do grupo de Machado de Assis e da Academia Brasileira de Letras. Era freqüentador do Café Papagaio e sua turma se auto-titulava “Esplendor dos Amanuenses”, numa referência irônica a suas condições de funcionários públicos, burocratas anônimos. Brito Broca, em *Vida Literária 1900*, escreveu:

O seu tipo de desajustado, vindo postar-se nas esquinas da Avenida, sujo e bêbado, refletia os extremos de um não-conformismo já démodé. Homem metódico, trabalhador, sério, sem possuir uma verdadeira índole boêmia, descambou nos desmandos boêmios por uma espécie de equívoco. Não viu outra saída para a revolta que o torturava senão no terno roto e na dipsomania à Verlaine (...)<sup>494</sup>

É possível perceber seu envolvimento intenso com a vida cultural da cidade, participando ativamente de suas divisões internas, rivalidades e eternas animosidades. Já havia abandonado a atividade literária e seu envolvimento com o jornalismo aumentava de forma gradativa e ininterrupta. Era o surgimento do cronista maduro invadido pela desilusão provocada pelo não reconhecimento institucional de seu talento de escritor. Falando sobre o tempo, aproveitou para escrever algo que lhe doía enormemente:

Quanta ambição ele não mata! Primeiro são os sonhos de posição: com os dias e as horas e, a pouco e pouco, a gente vai descendo de ministro a amanuense; depois são os do Amor – oh! como se desce nesses! Os de saber, de erudição, vão caindo até ficarem reduzidos ao bondoso Larousse. Viagens... Oh! As viagens! Ficamos a fazê-las nos nossos pobres quartos, com o auxílio do Baedeker e outros livros complacentes. Obras, satisfações, glórias, tudo se esvai e se esbate. Pelos trinta anos, a gente que se julgava Shakespeare, está crente que não passa de um “Mal das Vinhas” qualquer; tenazmente, porém, ficamos a viver, esperando, esperando...o que?<sup>495</sup>

Seus primeiros alvos de ironia e sarcasmo ao mundo literário oficial: Coelho Neto. Fazia graça, fazia ironia, satirizava e o chamava de “Porfirio Díaz da pena”<sup>496</sup>, um ditador que ocupava todos os postos – “de diretor de sua diretoria-geral” do Teatro

<sup>494</sup> BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2004, p.43.

<sup>495</sup> BARRETO, Lima. “Maio”. In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2004, p.79.

<sup>496</sup> BARRETO, Lima. “Qualquer Coisa”. In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004, p.88. (Porfirio Díaz ditador mexicano de 1876 a 1880 e de 1884 a 1911.)

Municipal até a Academia Brasileira de Letras, passando pelo Colégio Nacional, ao mandato de deputado federal, escritor de mais de 150 romances... Lima Barreto passou a atacar de forma contundente e a buscar alvos mais representativos.

O conteúdo de caráter existencial e a crítica cultural que exercia na revista *A Estação Teatral* deram lugar, aos poucos, às questões sociais, de contornos políticos, quando passou a escrever para o jornal *Gazeta da Tarde*. Seu foco de crítica, de acidez e de ironia será a política republicana, suas autoridades, a cidade reformada, as instituições de estado, os valores sociais estabelecidos. Nesse período (1915) aceita escrever um romance encomendado pela direção do jornal *A Noite* (Irineu Marinho), um novo *roman à clef*, onde repete o deboche e a sátira na representação das autoridades do momento. É o *Numa e a Ninfa*. Lima Barreto, que havia ridicularizado o mundo intelectual com *Isaias Caminha*, agora fazia o mesmo com os políticos da nação em *Numa e a Ninfa*. Esta sátira romanceada, vendida com caricaturas coloridas na capa do jornal, parece ser a declaração de guerra do escritor contra aquela sociedade. Lima Barreto desiste das tentativas de ser aceito e definitivamente assume uma postura de confronto. Enfrentamento expresso como em suas opiniões sobre o regime republicano:

Quando em 1898, o senhor Marechal Deodoro proclamou a República, eu era menino de oito anos. Embora fosse tenra a idade em que estava, dessa época e de algumas anteriores eu tinha algumas recordações. Das festas por ocasião da passagem da Lei de 13 de maio ainda tenho vivas recordações; mas da tal história da proclamação da república só me lembro que as patrulhas andavam, nas ruas, armadas de carabinas e meu pai foi , alguns dias depois, demitido do lugar que tinha. E é só. Se alguma coisa eu posso acrescentar a essa reminiscência é de que a fisionomia da cidade era de estupor e de terror. Nasceu, como nasceu, com esse aspecto de terror e violência, ela vai aos poucos acentuando as feições que já trazia no berço.<sup>497</sup>

Era uma opinião dura e direta, de uma percepção sem relativismo, como era seu estilo. Suas opiniões sobre o sistema de governo republicano e, mais ainda, sobre o governo constituído, ocupam várias crônicas em diferentes momentos de sua vida. O material é farto e demonstra que não se trata de uma opinião fugaz de Lima Barreto. A

---

<sup>497</sup> BARRETO, LIMA. "São Paulo e os estrangeiros". In: *Bagatelas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1956, p.52.

ojeriza que explanava pelo regime durou mais de vinte anos e aparece na ficção e também no jornalismo.

Sempre fui contra a República (...) sem ser monarquista, não amo a república. O nosso regime atual é da mais brutal plutocracia, é da mais intensa adulação aos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais, aos agentes de negócios, aos charlatães tintos com uma sabedoria de pacotilha. Não há entre os ricos, entre os poderosos, nenhuma generosidade, não há piedade, não há vontade, por parte deles, desejo de atenuar a sua felicidade, que é sempre uma injustiça, com a proteção aos outros, com o arrimo aos necessitados, com o fervor religioso de fazer o bem.<sup>498</sup>

Outra:

Veio à República, e logo as novas autoridades acabaram com aquela folgança de mês. A república chegou austera e ríspida. Ela vinha armada com a Polícia Positiva de Comte, e com os seus complementos: um sabre e uma carabina.<sup>499</sup>

Mas diferente dos demais críticos do sistema político, Lima Barreto, mesmo em textos para a grande imprensa, dividia a sociedade brasileira da virada do século em classes sociais e deixava à mostra a contrariedade de seus interesses. É possível encontrarmos expressões como “classe operária” e “burgueses”; elites ricas e trabalhadores pobres; “burguesia” e “operariado”, “capitalismo internacional”. Com um vocabulário revelador de outra leitura da realidade social brasileira, Lima Barreto passou a identificar claramente setores sociais que lucravam com o novo regime.

(...) Caindo a monarquia, aos poucos, com o sacolejo da república (...) subiu à tona da nossa vida social, a borra da nossa sociedade que se apossou dos primeiros lugares, mediante uns títulos caçados sabe deus como...e se determinou que era chic morar em Botafogo e adjacências. Logo todos os panurgianos ricos, falsos ricos, ricos “guitarristas” se apressaram e imitar os processos da política e da administração, e foram se amontoando por lá (...) Os especuladores de terrenos, entretanto, ganharam dinheiro, graças à complacência dos prefeitos em valorizar-lhes os lotes com calçamento de asfalto e

---

<sup>498</sup> BARRETO, Lima. “O momento”. *Toda Crônica*. Vol.I. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004, p. 174.

<sup>499</sup> BARRETO, Lima. *Feiras e Mafuás*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p.22.

mais melhoramentos urbanos, levados a efeito em areias desertas.<sup>500</sup>

O discurso oposicionista de Lima Barreto tem algumas notas acima do tom com que, de maneira elegante, costumava-se discordar dos caminhos daquela república. A vaguidão quase diletante, demonstrada anteriormente na ironia de Olavo Bilac, do “não é a república dos meus sonhos” passou por uma interpretação aguerrida e colocada em termos militantes. “Era a borra da nossa sociedade” que havia assumido a direção da nação sob o novo regime. De maneira inovadora, o seu ataque ao republicanismo ganhava contornos sociais muito definidos. É o primeiro, na grande imprensa, a associar a forma de governo (republicano) a um sistema econômico (capitalista) que favorecia a elite (burguesa) do país.

A nossa burguesia republicana é a mais inepta de todas as burguesias. Não tem gosto, não tem arte, não possui o mais elementar sentimento da natureza. Há nela pressa em tudo: no galgar posições, no construir, no amor, no ganhar dinheiro, etc. Vai, nessa carreira, atropelando, vai matando, vai empurrando tudo e todos; e, como não tenha educação, cultura e instrução, quando se apossa do dinheiro, ganho bem ou mal, não sabe refletir como aplicá-lo, num gesto próprio e seu; então, imita o idiota que procura comprar o que for caro, porque será decerto o mais belo (...) Quando, meu Deus, ficaremos livres da burguesia?<sup>501</sup>

É evidente que analisar de forma conceitual um sistema econômico ou social, tanto no texto jornalístico ou literário, buscando alcançar um número relevante de leitores, faz com que muitas vezes tenhamos a impressão tratar-se de panfletos políticos. Lima Barreto escreve para ser lido e nesse sentido seu texto ganha a direção da linguagem direta, simples e concreta, muito próximo do leitor. É um texto de cunho político na medida em que fica clara sua intenção de se posicionar diante da realidade, de se fazer entender pelo leitor comum e influenciar na opinião das pessoas.

Por isso seu ataque é sempre direto, personalizador das culpas e das farsas. O que até seu tempo eram identificadas como “oligarquias” por Sílvio Romero, setores

---

<sup>500</sup> BARRETO, Lima. ‘Um Romance de Botafogo’. In: *Impressões de Leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p.232.

<sup>501</sup> BARRETO, Lima. “O Jardim Botânico e as suas Palmeiras”. In: *Toda Crônica*. Vol.I. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004, p. 528.

sociais que exerciam o controle econômico e político de determinado estado ou região, com Lima Barreto passou a ter nome e sobrenome. Num artigo sobre a alta excessiva dos preços, escreveu:

O que fica aí dito pode-se aplicar ao feijão, com Matarazzo à frente; à carne verde, com o açougueiro Antônio Prado e o seu caixeiro viajante Graça Aranha, ambos à testa da especulação indecente das carnes frigorificadas, fornecidas, a baixo preço, aos estrangeiros, enquanto nós, aqui, pagamos o dobro pelo quilo da mesma mercadoria; e assim por diante.<sup>502</sup>

Sempre duro com São Paulo, Lima Barreto atacava Antonio Prado, da poderosa família Prado, envolvida sempre com a cultura e financiadora da “Semana de Arte Moderna”. No mesmo artigo chamava o imortal Graça Aranha, membro da Academia Brasileira de Letras, de “caixeiro viajante”. A radicalidade com o mundo intelectual e econômico do país foi aumentando com o passar dos anos. E os gracejos do passado são substituídos por palavras ditas com a força do seu significado:

O senhor Coelho Neto é o sujeito mais nefasto que tem aparecido no nosso meio intelectual. Sem visão da nossa vida, sem simpatia por ela, sem vigor de estudos, sem um critério filosófico ou social seguro, o Senhor Neto transformou toda a arte de escrever em pura chinoiserie de estilo e fraseado.<sup>503</sup>

E este escritor anti-republicano e anti-burguês deu-se a tarefa de dizer a todos que aquele país não era republicano e aquela burguesia era a mais “inepta” das burguesias. De maneira que viveu, do ponto de vista intelectual, das contradições que o próprio projeto político republicano gerava na realidade brasileira da virada do século. O “bota-abaixo”, o afrancesamento do gosto da elite, o despreparo intelectual, o afã de se tornar o burguês bem sucedido, a imoralidade na gestão do espaço e do dinheiro público, a fragilidade moral e profissional dos “doutores”, o saber artificial, o preconceito racial – tudo isso tornou-se visível através do texto de Lima Barreto.

Lima Barreto se apropria de valores sociais para provocar a sátira ou a crítica, através dos contratos que com perspicácia localiza no discurso, nas autoridades, nas instituições – em todos os elementos que representam o poder e o saber oficial. É o

---

<sup>502</sup> BARRETO, Lima. “Sobre a Carestia”. In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004, p.287.

<sup>503</sup> BARRETO, Lima. “Histrião ou literato?”. In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004, p.318.



mágico tirando o coelho da cartola; são aqueles milésimos de segundo que antecedem o desfecho de uma piada. O leitor sabe que a surpresa vem, mas nunca sabe como virá. É a inteligência de Lima Barreto que tornava a sátira mais aguda e a crítica mais ferina. Pode ser o poder da ciência, na figura do doutor; o poder da burguesia, na figura do inculto e ignorante; no poder da autoridade instituída, na representação do funcionário despreparado; no poder do país moderno, na figura de uma periferia abandonada.

Pegamos o caso do “botafogano”. Tanto nas crônicas como nas cartas pessoais, o morador do bairro do Botafogo, bairro novo do Rio de Janeiro da época, passa a representar a figura do novo rico republicano. Alguém que, aproveitando as oportunidades (de todas as naturezas), adquiriu bens ou posição social de destaque. É evidente que era uma figura identificada, no contexto da cidade, e antipatizada pelos setores médios e baixos da população. Lima Barreto é quem lhe põe nome, apelido, endereço e descreve suas características:

Botafogano (...) é o brasileiro que não quer ver o Brasil tal qual ele é, que foge à verdade do meio, e faz figurino de um outro cortado em outras terras (...) botafogano é o brasileiro exilado do Brasil; é o homem que anda, come, dorme, sonha em Paris.<sup>504</sup>

A maneira como conduz suas crônicas é no sentido de tornar evidente a fragilidade e a falsidade com que se reproduziam os valores e até os acontecimentos sociais naquele período. O empenho de Lima Barreto está em demonstrar o caráter enganador do regime político e a falsidade de suas representações culturais, sociais e econômicas. Quer, a todo instante, revelar a maneira de ludibriar que o sistema se utiliza para impor sua vontade. Para isso, utiliza a ironia e a sátira no “seu” processo de revelação da verdade. “Troça e simplesmente troça, para que tudo caia pelo ridículo. O ridículo mata e mata sem sangue.”<sup>505</sup>

A leitura das crônicas de Lima Barreto, numa seqüência cronológica, permite-nos constatar um nível crescente de agressividade que tem como origem a própria desmoralização que o discurso oficial vai alcançando junto à população. É evidente que

---

<sup>504</sup>BARRETO, Lima. ‘Carta a Oscar Lopes’. In: *Correspondência ativa e passiva*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1956, p.233. Nota: não podemos esquecer que a elite econômica e intelectual do período vive o auge da “parisina”, doença diagnosticada como saudade incontida de Paris.

<sup>505</sup>BARRETO, Lima. “Negócio de Maximalismo”. In: *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1956, p.119.

a maturidade do jornalista, como também seu engajamento político – como veremos mais adiante – contribuíram para essa postura. Perto dos anos 20 já não temos mais um Lima Barreto lamentando somente a perda do patrimônio histórico; quer questionar e debater os critérios que fizeram a prefeitura realizar melhoramento aqui e não acolá.

A prefeitura põe abaixo o Castelo e adjacências, demolindo alguns milhares de prédios, cujos moradores vão aumentar a procura e encarecer, portanto, ainda mais as rendas das habitações mercenárias... Fala-se, por exemplo, na vergonha que é a Favela, ali, numa das portas de entrada da cidade – o que faz a nossa edilidade? Nada mais, nada menos do que isso: gasta cinco mil contos para construir uma avenida nas areias de Copacabana.<sup>506</sup>

Nas crônicas jornalísticas a realidade factual sempre invade suas observações e torna-se o eixo principal, como é da natureza da própria crônica. Muito raras são as de caráter intimista, onde a subjetividade assume o primeiro plano da narrativa. A maioria expõe a natureza da cidade do Rio de Janeiro e de seus habitantes. De forma geral, o desejo, o sonho, o lúdico, ou mesmo a demonstração acentuada de afetividade pouco aparecem. Quando surgem são para realizar contrastes, contraponto radical, com elementos duros da realidade. Na maioria das vezes o cronista está denunciando uma representação que julga enganadora ou ludibriante. E dessa forma, a fala do cronista vai se politizando e a percepção do que está acontecendo com a cidade tornando-se cada vez mais clara:

Não se abre um jornal, uma revista, um magazine, atualmente, que não topemos logo com propostas de deslumbrantes e custosos melhoramentos e obras. São reformas suntuárias na cidade; coisas fantásticas e babilônicas, jardins de Semíramis, palácios de Mil e Uma Noites e outras coisas semelhantes... Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisiense, nessas fachadas e ilusões cenográficas. Não há casas, entretanto, queremos arrasar o morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas (...) só um cego não vê o que há nesses projetos de loucura, desafiando a miséria geral.<sup>507</sup>

---

<sup>506</sup> BARRETO, Lima. 'Variações'. In: In: *Marginalia*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p.185.

<sup>507</sup> BARRETO, Lima. 'Megalomania'. *Coisas do Reino de Jambon*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1956, p.123-4.

A este senso comum (“só um cego não vê”) a que tudo submete, Lima Barreto tratava de abranger também representações de valores sociais simbólicos – culturais – que a muito custo a nova forma de governo tratava de criar. Foi assim que revelou a figura do “doutor”. Era em nome da ciência que a República se instalara e também usando o nome dela que os interesses econômicos se escondiam. Tudo era ciência, todas as decisões e realizações eram salvaguardadas pelo conhecimento científico, era essa a base do que havia sido a propaganda republicana – liberal ou positivista – e que perdurara nos anos seguintes.

É importante termos em conta, no discurso oficial, as afirmações de que o embelezamento e as melhorias obedeciam a critérios técnicos e pareceres científicos. Ou seja, o “bota-abaixo” republicano se realizava em nome da higiene, da ciência da saúde, e era um conhecimento que emanava do estado que o exercia através da polícia. Este discurso cientificista esgotou-se na “Revolta da Vacina” e nas manifestações populares que chegaram até a década de 20. Se no “bota-abaixo” os argumentos científicos governamentais se impuseram, na “Revolta da Vacina” a não aceitação popular foi total, com mortos dos dois lados, e o término ocorrendo somente quando da revogação do decreto presidencial.

Dentro desse contexto, Lima Barreto – assim como fizera com o “botafogano” – aparece com a figura do “doutor” que vai encarnar a antipatia popular por um personagem do período que determinava, em nome de um saber ou de uma ciência desconhecida, o que estava certo e o que estava errado na vida da cidade. O ataque a esta autoridade intelectual, através do deboche e da ironia, foi plenamente identificado pelos leitores.<sup>508</sup> O cientificismo, tão em voga durante a virada do século para justificar a mudança de regime, foi um de seus alvos preferenciais.

A figura do “doutor” de grande respeitabilidade por conhecer em profundidade determinado assunto que, a rigor, ninguém sabe do que se trata, virou emblema da falsidade do discurso oficial. São crônicas leves e de conteúdo desprezioso, mas carregam a crítica ácida ao bacharelismo que tomou conta da sociedade brasileira daquele período. Se a Monarquia teve seus títulos de honra, a República trouxe a

---

<sup>508</sup> O mesmo tema é tratado por Lima Barreto, em sua ficção, em contos como “O Homem que Falava Javanês”.

titulação de conhecimento – o doutor. Lima Barreto, evidente, percebeu o comportamento arrogante do detentor do título e adjetivou o substantivo: “o Doutor”, uma autoridade cujo poder tem origem na esperteza com que trata a ignorância dos demais. Desta forma associava o saber científico à personificação de alguém que, como o próprio sistema, declara ser aquilo que não é.

A esta participação tão ativa e tão à margem, com que Lima Barreto colocou-se naquele ambiente sócio-cultural, soma-se uma segunda atividade mais de seu gosto político: a participação em jornais sindicais. Escreveu para inúmeros periódicos de organizações operárias e alguns de pretensão partidária, tanto no Rio de Janeiro como em publicações de São Paulo. É importante observar que sua participação nestes pequenos jornais de forte e radical opinião política era concomitante com as atividades na grande imprensa.

Lima Barreto irá colaborar, por toda a vida, com o que hoje chamaríamos de “imprensa alternativa” e, mesmo quando a presença de suas crônicas se torna constante em publicações da importância da *Careta*, ou quando publica contos e crônicas na elegante *Revista Souza Cruz*, continuará enviando textos para as pequenas revistas, de oposição ao poder constituído.<sup>509</sup>

Beatriz Resende está correta ao detectar essa participação ativa de Lima Barreto na grande imprensa e também na “imprensa alternativa”. Mas para a natureza deste trabalho, ao buscar demonstrar uma mudança de rumo, somos obrigados a ressaltar que sua contribuição para com os periódicos engajados na política sindical, militantes, não foi “por toda a vida”. Em 1906, como vimos anteriormente, havia recusado o convite para integrar a Partido Operário Independente e escrever para jornais anarquistas porque, segundo ele, não conseguiria produzir “coisas espirituosas” e porque também não ficava bem para um funcionário público postar-se tão abertamente contra o governo.<sup>510</sup> Somente sete anos mais tarde, desencantado com um reconhecimento que não ocorria, depois da *Revista Floreal* e *Isaiás Caminha*, vamos encontrar suas primeiras crônicas no jornal anarco-sindicalista *A Voz do Trabalhador*.

---

<sup>509</sup> RESENDE, Beatriz. “Sonhos e mágoas de um povo.” In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004, p.11.

<sup>510</sup> Citado por BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, p.146.

Temos que levar em conta que o operariado brasileiro, naquele período, já havia demonstrado força política capaz de provocar greves, rápidas paralisações, e confrontar nas ruas as autoridades. É evidente que esse potencial de enfrentamento atraía a atenção e o entusiasmo de Lima Barreto. A influência de lideranças anarquistas italianas e espanholas, principalmente a partir de alguns anos antes da Proclamação, criou um ambiente de reivindicações sociais até então desconhecido no Brasil. Durante a Primeira Guerra Mundial esta nova força social foi às ruas reivindicando direitos civis, criação de uma legislação trabalhista e exercendo o poder de greve e paralisação que o governo respondia com força policial e com prisões.

Lima Barreto identificou-se com estes movimentos sociais que se manifestavam nas ruas do Rio de Janeiro e de São Paulo, seja pelo caráter popular de sua natureza ou pelo cunho contestador e radical com que se apresentavam. O fato é que vamos encontrar crônicas em defesa dos anarquistas, durante a Primeira Guerra Mundial, e crônicas francamente simpáticas ao marxismo (chamada de maximalismo, na época), a partir da Revolução Russa de 1917. De modo que, até 1920, Lima Barreto já havia ressaltado as qualidades dos monarquistas, dos anarquistas e, por último, dos socialistas.

#### Monarquistas:

Em outras épocas, no tempo de nosso Império regalista, céptico e voltariano, os ricos, mesmo quando senhores de escravos, tinham, em geral, a concepção de que o poder do dinheiro não era ilimitado, e o escrúpulo de consciência de que, para aumentar as suas fortunas, se devia fazer uma escolha dos meios.<sup>511</sup>

#### Anarquistas:

Os anarquistas falam da humanidade para a humanidade, do gênero humano para o gênero humano, e não em nome de pequenas competências de personalidades políticas; e se há muitos que o são por ignorância ou “esnobismo” consoante o dizer do jornalista conservador, mesmo assim merecem simpatias dos desinteressados, porque não usam daquelas ignorâncias nem daqueles “esnobismos” que dão gordas

---

<sup>511</sup> BARRETO, Lima. “São Paulo e os estrangeiros”. In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004, p.288.

sinecuras na política e sucessos sentimentais nos salões burgueses.<sup>512</sup>

Socialistas:

Esse ódio ao maximalismo russo que a covardia burguesa tem, na sombra, propagado pelo mundo; essa burguesia cruel e sem coragem, que se embosca atrás de leis, feitas sob a sua inspiração e como capitulação diante do poder do seu dinheiro; essa burguesia vulpina que apela para a violência pelos seus órgãos mais conspícuos, detestando o maximalismo moscovita (...) A teimosia dos burgueses só fará adiar a convulsão que será então pior (...)<sup>513</sup>

São inúmeros os artigos que demonstram essa simpatia por sistemas de idéias ou ideologias que se contrapunham ao regime capitalista. Seu alvo parece estar – em todos os momentos – mirando o sistema republicano brasileiro e a representação econômica que lhe dava sustentação. Podia ser a monarquia, o anarquismo ou o socialismo desde que lhe fornecessem os argumentos (as armas, seria melhor dizer) para travar o combate político e intelectual que se propunha. Por isso não é possível definir claramente o caráter ideológico de Lima Barreto. Em suas palavras, definia-se assim: “(...) não sou socialista, não sou anarquista, não sou nada; tenho implicâncias.”<sup>514</sup>

O ecletismo intelectual de Lima Barreto e seu não alinhamento ideológico se tornam evidentes quando observamos o desenvolver de seu pensamento. O conjunto variado de conceitos que utilizava – as visões de mundo que se alternavam de maneira constante, o seu “senso comum” (“só um cego não vê”) que ganhava contorno próprio a cada necessidade de argumentos – tudo demonstra uma visão abrangente e instável, num constante processo de transformação. Para Astrojildo Pereira as posições políticas do escritor estão, de fato, longe de concepções ideológicas socialistas. “Lima Barreto não era um marxista, longe disso, e nem se pode vislumbrar nos seus escritos nenhum

---

<sup>512</sup> BARRETO, Lima. “Palavras de um *snob* anarquista”. In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004, p.110.

<sup>513</sup> BARRETO, Lima. “Da minha cela”. In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004, p.403.

<sup>514</sup> BARRETO, Lima. Citado por BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, p.202.

pendor para trabalhos e estudos teóricos que o levassem a uma adesão plena às concepções filosóficas do marxismo.”<sup>515</sup>

O volume maior de suas crônicas está situado após 1918 porque foi quando se aposentou do serviço público e pode se dedicar totalmente ao jornalismo ou porque sua decadência física o mantinha em casa, não permitindo mais a vida boêmia de tempos anteriores. As lutas sindicais se intensificaram no Brasil, durante esse período, seja pelas condições econômicas que o pós-guerra gerou com arrocho salarial e maior carga de trabalho, ou pelos ventos revolucionários que a Revolução Russa espalhou pelo mundo. O fato é que a partir dessa data vamos encontrar sua visão mais agressiva e mais politizada dos problemas sociais brasileiros.

O movimento sindical brasileiro, principalmente os trabalhadores de São Paulo, numa seqüência de manifestações e de força política, foram às ruas reivindicar direitos civis, salários, jornadas de trabalho inferiores a 14 horas, criando manifestações populares até então nunca vistas no Brasil. A grande manifestação grevista de 1917, ao envolver 45 mil trabalhadores, com mortes e expulsão do país de inúmeros líderes sindicais, atraiu a atenção de Lima Barreto, que escreveu artigos defendendo os operários, atacando a Igreja Católica e, claro, atacando o regime: “A República mais do que o antigo régimen, acentuou esse poder do dinheiro, sem freio moral de espécie alguma; e nunca os argentários do Brasil se fingiram mais religiosos do que agora e tiveram da Igreja o mais apoio.”<sup>516</sup> Ao mesmo tempo dava o caráter ideológico da elite e da política brasileira: “Desde que o governo da República ficou entregue à voracidade insaciável dos políticos de São Paulo, observo que o seu desenvolvimento econômico é guiado pela seguinte lei: tornar mais ricos os ricos; e fazer mais pobres os pobres.”<sup>517</sup> Ou seja: capitalismo era igual a república – o regime dos burgueses ricos.

Em resumo, porém, se pode dizer que todo o mal está no capitalismo, na insensibilidade moral da burguesia, na ganância sem freio de espécie alguma, que só vê na vida dinheiro, dinheiro, morra quem morrer, sofra quem sofrer.<sup>518</sup>

---

<sup>515</sup> PEREIRA, Astrojildo. “Posições Políticas de Lima Barreto”. In: *Crítica Impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p.39.

<sup>516</sup> BARRETO, Lima. “São Paulo e os estrangeiros”. In: *Toda Crônica*. Vol.1. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004, p.288.

<sup>517</sup> BARRETO, Lima. “No ajuste de contas...”. In: *Toda Crônica*. Vol.1. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004, p.337.

<sup>518</sup> BARRETO, Lima. “Sobre o Maximalismo”. In: *Toda Crônica*. Vol.1. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004, p.464.

Dois textos de Lima Barreto, quase no final da vida, dão a dimensão exata de sua desilusão pessoal e do caminho político que escolheu como reação – que é, em resumo, o que pretendemos demonstrar neste estudo. Ciente de que não havia alcançado o reconhecimento intelectual que esperava das instituições oficiais daquela sociedade, escreveu com toda a clareza:

Veio-me, repentinamente, um horror à sociedade e à vida; uma vontade de absoluto aniquilamento, mais do que aquele que a morte traz; um desejo de perecimento total da minha memória na terra; um desespero por ter sonhado e terem me acenado tanta grandeza, e ver agora, de uma hora para outra, sem ter perdido de fato a minha situação, cair tão, tão baixo (...) <sup>519</sup>

Esse é, sem dúvida, seu sentimento de mais pura desilusão, razão pela qual sua vida tomou o rumo da rebeldia, do alcoolismo e até o abandono de sua arte: “um desespero por ter sonhado e terem me acenado tanta grandeza”. Essa foi, em suas palavras, sua desilusão. Acreditou que a república, institucionalizada no reconhecimento “das belas letras”, fosse também reconhecer seu valor de escritor, de intelectual, de representante da cultura brasileira.

Amargou o fracasso e reagiu contra o regime e contra a sociedade que aquele sistema político estava criando. A radicalidade desta opção política, sua inescotável divergência continuada, acarretou em opiniões que demonstram até onde Lima Barreto estava disposto a levar sua visão de revanche e de enfrentamento:

O povo até agora tem esperado por leis repressivas (contra o aumento descontrolado dos preços) de tão escandaloso estanco (...) Elas não virão, fique certo; mas há ainda um remédio: é a violência. (...) não há mais para onde apelar senão para a violência, para a brutalidade da força! Não há outra esperança, pois eles dominam todo o mecanismo legal – o Congresso, os juizes, os tribunais – e tudo isto só fará o que eles quiserem, e seria vão socorrer-nos desse aparelho (...) A nossa República, com o exemplo de São Paulo, se transformou num domínio de um feroz sindicato de argentários cúpidos, com os quais só se pode lutar com armas na mão. <sup>520</sup>

---

<sup>519</sup> BARRETO, Lima. *Cemitério dos Vivos*. Pará de Minas: Virtual Books Online M&M Editores Ltda, 2002, p.64.

<sup>520</sup> BARRETO, Lima. “Sobre a Carestia”. In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2004, p.286. Parênteses acrescentados por nós.



#### 4.4 NO CENTRO, NA PERIFERIA – NA CIDADE

É de Otto Maria Carpeaux uma das observações mais singulares sobre o significado de Lima Barreto para a vida intelectual do Brasil naquele período. Por caminhos pouco claros e até de forma surpreendente, o crítico aproxima Lima Barreto do escritor norte-americano Jack London. Ambos produziram obras literárias de forte cunho social; também coincidem numa participação ativa como jornalistas; foram contemporâneos; eram simpatizantes das doutrinas anarquistas; morreram jovens e alcoólatras. E esclarecia, antes que o julgassem muito superficial, que “(...) a aproximação tem o valor de salvar do isolamento completo essa figura singular (Lima Barreto)”.<sup>521</sup>

A tentativa se mostra inteiramente válida diante da justificativa: de fato, Lima Barreto estava isolado política e intelectualmente naquele cenário de “belle époque”. Carpeaux, com essa afirmação, revelava também a dificuldade na tarefa de crítico ao lidar com a obra de Lima Barreto – “tem o valor de salvar do isolamento”. O resgate ou o enquadramento historiográfico da obra de Lima Barreto tem se mostrado difícil, muitas vezes frágil, embora a sobrevivência de sua literatura esteja expressa nas inúmeras e atuais peças de teatro, filmes e reedições permanentes de seus livros. Mas a figura solitária se impõe, e de maneira tão destoante do ambiente cultural que se transformou também numa exceção para os historiadores/críticos que enfrentam dificuldades em dar sentido à sua literatura ou ao percurso de suas idéias.

A sentença do crítico José Veríssimo de que seu primeiro livro, *Isaias Caminha*, era próximo demais da vida do autor, tornou-se a salvaguarda em que a crítica tem se apoiado até os dias de hoje para explicar o caráter singular da obra de Lima Barreto. Vamos ler com cuidado suas palavras, já citadas neste trabalho:

Há nele, porém, um defeito grave, julgo-o ao menos, e para o qual chamo a sua atenção, o seu excessivo personalismo. É personalíssimo, e o que é pior, sente-se demais que o é. Perdoe-me o pedantismo, mas a arte (...) é representação, é síntese, e, mesmo realista, idealização (...)A cópia, a reprodução (...) mais

---

<sup>521</sup> CARPEAUX, Otto Maria. “Fin du siècle e depois”. In: *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1964, Vol. VI, p.3008. Parênteses nosso.

ou menos caricatural (...) pode agradar a malícia dos contemporâneos que põem nome sobre cada pseudônimo, mas escapando à posteridade, não a interessando, fazem efêmero e ocasional o valor das obras.<sup>522</sup>

Esse caráter “personalíssimo” foi repetido pela geração seguinte de críticos para incluir ou excluir Lima Barreto de estudos literários do período. Para eles, a definição de Veríssimo era inquestionável, elemento definidor da própria natureza da obra realizada por Lima Barreto. Um exemplo em Eugenio Gomes:

(...) o legado psíquico, o complexo de inferioridade racial e ‘last but not least’ a dipsomania, em que talvez quis sufocar todas as angustias, tornando-as mais agudas, têm reflexo tão particulares e tão vivos em toda a sua obra que só uma análise muito demorada poderia fixar em todas as suas minúcias dolorosas.<sup>523</sup>

De maneira interessante podemos observar que – por ser personalíssimo – também o alinhamento ideológico de Lima Barreto ganhou relevância nas avaliações realizadas de sua obra. A militância em jornais sindicais, as posições ideológicas, a simpatia pelas reivindicações da classe operária, tudo isso passou a ser considerado nas leituras críticas de sua literatura. Afrânio Coutinho sugeriu uma “impregnação eslava” na obra de Lima Barreto, a partir de uma carta do autor aconselhando um jovem escritor a ler Dostoiévski. E o crítico alertava: “(...) esta impregnação nunca se processava apenas literariamente àquela época e, com o correr dos anos, Lima Barreto evoluiu até o socialismo radical”.<sup>524</sup>

Isto é, personalíssimo.

Num século impregnado por disputas políticas e embates ideológicos, as posições políticas do autor passaram a determinar a valorização ou não de sua obra artística e também seu significado na construção do pensamento brasileiro. Vigilantes das posições políticas passaram a marcar Lima Barreto como o escritor-rebelde. Assim

---

<sup>522</sup> BARRETO, Lima. Carta de José Veríssimo. In: *Correspondências (ativa e passiva)*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1956, vol. I, p.204.

<sup>523</sup> GOMES, Eugenio. “Lima Barreto”. In: *Aspectos do Romance Brasileiro*. Salvador: Livraria Progresso, 1958, p.165.

<sup>524</sup> COUTINHO, Afrânio (dir.) *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Sul Americana, Vol. I. 1968, p. 219.

como Afrânio Coutinho percebia a “impregnação eslava”, para Wilson Martins, o escritor carioca “não é transição de nada.”<sup>525</sup>. Quer dizer, não fazia parte de contexto algum de construção da cultura nacional. Mas denunciava, em Lima Barreto, o comportamento de “masoquista ressentido, que se decepciona quando o mundo exterior lhe ignora as provocações”<sup>526</sup>. E conclui, de maneira desconcertante, revelando que a forma como Lima Barreto arranjava os livros na estante, demonstram seu nível de loucura. É definitivo:

(...) a disposição dos volumes nas estantes de Lima Barreto é um impressionante documento de desordem mental profunda  
(...) O livro de Jules de Gaultier sobre o gênio de Flaubert estava na 4ª estante, 2ª prateleira, mas seu estudo clássico sobre o bovarismo devia ser procurado na Estante I, 2ª prateleira.<sup>527</sup>

O caráter político que serviu para condenar a obra de Lima Barreto também foi utilizado para salvá-la. Pelo seu “personalíssimo” e por suas posições políticas tão próximas das organizações populares, outro grupo de críticos tratou de dar à obra de Lima Barreto contexto e continuidade, além de atribuir-lhe importância intrínseca. Assim surgiu Astrojildo Pereira considerando Lima Barreto uma continuidade de Manuel Antônio de Almeida e Joaquim Manuel de Macedo naquilo que chamou de “romancistas da cidade”:

Presente em cada página, pode-se dizer que sem exceção de nenhuma, porque a cidade aparece nos romances de Lima Barreto não só sob a forma visível da paisagem local e dos costumes urbanos, mas sobretudo pelos elementos imponderáveis que enchem o ar e transbordam pelas entrelinhas da narrativa. Lima Barreto vivia saturado de Rio de Janeiro (...)<sup>528</sup>

Em outros estudos, Astrojildo Pereira, que foi dirigente do Partido Comunista, vai atribuir a ele a importância de um elo no desenvolvimento da literatura brasileira. “Lima Barreto encarnou sozinho o difícil momento de continuidade e ligação entre o passado, que morria com Machado de Assis, e o futuro, que ia surgir com o tumulto

---

<sup>525</sup> MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Nacional*. São Paulo: Ed. USP, Vol.V, 1978, p. 397.

<sup>526</sup> *Ibidem*, p.398-9.

<sup>527</sup> *Ibidem*, p. 402.

<sup>528</sup> PEREIRA, Astrojildo. “Romancistas da cidade”. In: *Interpretações*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1944, p. 92-93.

modernista.”<sup>529</sup> No entanto, também ele não consegue escapar dos elementos biográficos de Lima Barreto:

Lima Barreto pertence evidentemente à categoria dos romancistas que mais se confessam, isto é, daqueles que menos se escondem e menos se dissimulam. Os seus romances estão cheios de alusões e indicações de natureza autobiográfica – alusões e indicações quase sempre feitas abertamente, com um mínimo de disfarce, às vezes até sem disfarce algum.<sup>530</sup>

Ou seja, sua obra é personalíssima.

A partir da segunda metade do século passado, alguns críticos descobriram neste processo “personalíssimo” uma maneira de encontrar elementos de valorização da obra, agora no sentido contrário de sua condenação apontada por José Veríssimo. Em todos os estudos que oportunizam comentários sobre Lima Barreto, Alfredo Bosi ressalta a vida particular do autor:

(...) Sabe-se o quanto os seus textos de ficção se modelaram sob o fogo da auto-análise (...) O jovem Isaías, nem bem lançado da placenta familiar, se quebra na cidade grande contra um meio hostil (...) O texto é a metáfora da condição do intelectual mestiço ou negro que se percebe ao mesmo tempo livre e confinado.<sup>531</sup>

Em outro trabalho, Bosi leva mais longe este processo de leitura da biografia do autor.

Lima Barreto viera da pequena classe média suburbana e como suburbano reagiria em termos de conservadorismo sentimental; poderíamos filiar sua xenofobia a um natural instinto de defesa étnico-social (...)O ressentimento do mulato enfermiço e seu suburbanismo não o impediram, porém, de ver, de configurar (...)<sup>532</sup>

---

<sup>529</sup> PEREIRA, Astrogildo. “Lição de Lima Barreto”. In: *Crítica Impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 265.

<sup>530</sup> PEREIRA, Astrogildo. “Confissões de Lima Barreto”. In: *Interpretações*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1944, p.114.

<sup>531</sup> BOSI, Alfredo. “Sob o signo de Cam”. In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.270.

<sup>532</sup> BOSI, Alfredo. “Ficção : Lima Barreto e Graça Aranha.” In: *O pré-Modernismo*. São Paulo: Ed. Cultrix, s/d, p.94.

Seria cansativo fazermos aqui um inventário das análises que acabam numa valorização ao inverso. Sua condição de negro, de pobre e morador da periferia tornou-se circunstância de valorização artística e intelectual como, no passado, haviam sido fatores de depreciação. Grande parte dos textos críticos, principalmente os críticos didáticos<sup>533</sup>, remete-nos a um processo de vitimização de Lima Barreto para a valorização de sua obra.

A análise pessoal, com ênfase no sentimentalismo, que ocupa parte da crítica literária quando estuda Lima Barreto, revela uma insuficiência analítica e um desejo de encurtar caminhos para o entendimento de sua obra. Estes percursos críticos que o valorizam ou desprestigiam não têm conseguido demonstrar justificadamente sua inclusão e, menos ainda, sua exclusão da historiografia literária brasileira. No entanto, eles são reveladores da importância que o sentimento de desilusão ou as atitudes políticas assumiram nas inúmeras interpretações de sua obra.

Para a hipótese do que estamos tentando demonstrar nesta pesquisa, a insistência da valorização biográfica ao longo de tantos anos – e na diversidade ideológica de suas leituras – é relevante e é o que nos interessa na construção crítica. Revela que os caminhos políticos ou as desilusões vividas por Lima Barreto acabaram por impregnar também os estudos realizados sobre sua obra. Não estamos aqui discutindo se Lima Barreto repassou para suas obras ficcionais a sua desilusão pessoal e suas opções políticas.<sup>534</sup> Estamos apontando para o fato de sua desilusão e as opções políticas terem afetado de maneira inquestionável a visão da crítica para com sua obra.

Isso é um fato e demonstra que o personagem Lima Barreto, carregado de sua vida pessoal, sua boêmia, sua condição de negro e morador de subúrbio, tem sido objeto de muita preocupação desde seu surgimento para a literatura ou para o jornalismo. Em decorrência disso, teremos a construção de um autor engajado politicamente, envolto em bandeiras políticas e com muito pouco reconhecimento verdadeiramente literários. Antonio Candido mistura o escritor e o rebelde, mas procura dar a cada um a dose de culpa e de redenção:

---

<sup>533</sup> Um exemplo. *Lima Barreto - Literatura Comentada*. São Paulo: Ed. Abril Educação, 1980.

<sup>534</sup> O que estamos analisando é o olhar da crítica sobre a obra ficcional de Lima Barreto. Pela natureza deste trabalho, como falamos anteriormente, excluimos sua ficção e trabalhamos unicamente com textos jornalísticos ou trabalhos críticos.

No entanto, o escritor só alcançou a plenitude da escrita em poucos casos, assim como o rebelde se perdeu num solidarismo humanitário que não chegou aos níveis coerentes de oposição política e o ser se degradou na desorganização pessoal. Por isso não vale cobrar dele perfeições que com certeza não queria atingir, pois uma certa irregularidade em todos os planos, ao funcionar como sinal da rejeição pelos outros, talvez estivesse nos desígnios da sua personalidade profunda.<sup>535</sup>

No ideário ideológico que se desenvolveu ao longo do século XX, tornou-se lugar comum apontar Lima Barreto como a personificação revolucionária do intelectual nas letras brasileira. Durante todos os períodos de censura e repressão em que o Brasil esteve mergulhado, a figura de Lima Barreto foi trazida para a valorização pública. Durante a ditadura do presidente Getúlio Vargas, Nelson Werneck Sodré lançou sua *História da Literatura Brasileira* que, entre inúmeros resgates e defesas de novas concepções historiográficas, incluiu Lima Barreto.

Na leitura realizada por Nelson Werneck Sodré, a obra ficcional de Lima Barreto apresenta elementos relevantes do ponto de vista literário, e também é revelador de suas preocupações intelectuais. Partindo de fundamentos econômicos e sob a orientação das idéias marxistas, Nelson Werneck Sodré assentou a obra de Lima Barreto dentro de sua historiografia literária. É evidente que há uma afinidade ideológica entre o crítico e o autor, mas nem por isso Werneck Sodré deixa de realizar, nos estudos de Lima Barreto, uma abordagem coerente de sua produção artística. Sua leitura torna importante os espaços da cidade e a classe social de seus moradores. O crítico chamou a atenção para a forma como os bairros ricos e a periferia pobre é representada na literatura de Lima Barreto. A lucidez do escritor ao ver “a cidade européia e a cidade tupinambá”. E mais do que isso: a forma como representa os ricos e a maneira delicada com que figuras anônimas aparecem em suas páginas.

As figuras de sua ficção foram recrutadas, na maior parte, seja na classe média, seja entre os trabalhadores. São figuras populares que caracterizam o aspecto urbano, em que a marca local é acentuada. É uma pequena humanidade, humilde, sentimental, obscura que povoa os subúrbios e lhes dá fisionomia. Na transposição dessa gente é que Lima Barreto realizou o melhor, nisso é que se sentiu à vontade. O traço caricatural volta-se contra os figurões, particularmente os da

---

<sup>535</sup> CANDIDO, Antonio. “Prefácio”. In: PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto – crítico e a crise*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

política, e deforma os perfis, pela intencionalidade. A personagem principal, que está no centro de tudo (...) é a cidade.<sup>536</sup>

É importante salientar que foi essa crítica à esquerda, com Astrojildo Pereira e com Werneck Sodré, que resgatou Lima Barreto e sua literatura. O primeiro dando ênfase a sua personalidade, suas idéias e seu alinhamento político com as classes operárias; e o segundo valorizando os aspectos literários de sua obra. Dito de outra maneira: Astrojildo Pereira vai reforçar o caráter personalíssimo na obra do escritor e Nelson Sodré vai observar elementos artísticos, longe do caráter pessoal que até hoje a tem caracterizado. Aliás, essa ênfase a aspectos particulares da vida do escritor, como prisma para a leitura de sua obra, foram amplamente rejeitados por Werneck Sodré:

A crítica, e até mesmo a análise biográfica, tem permanecido amarrada, pelas suas notórias deficiências, e pelo seu desinteresse em ir às verdadeiras razões, aos aspectos pessoais, ao que foi individual no romancista carioca, pretendendo demonstrar, com virtuosismo algumas vezes, que a sua maneira de colocar as criaturas e os problemas derivava de tudo o que, nele, era ressentimento. A verdade é muito diversa, entretanto.<sup>537</sup>

Estamos, portanto, nos fixando em duas leituras da obra de Lima Barreto: uma que enfatiza o caráter personalíssimo, que vem desde José Veríssimo até, de maneira mais delicada, Antonio Candido quando diz: “Essas ‘questões particulares’ expostas com o ‘espírito geral’ exprimem o ritmo profundo da escrita de Lima Barreto, a sua passagem constante da particularidade individual para a generalidade da elaboração romanesca”.<sup>538</sup> E outra, inaugurada por Werneck Sodré, encontra na representação social da obra de Lima Barreto algo que vai além de seus dramas pessoais ou sua história de vida.

Não procedeu assim porque fosse mulato, doente, pobre e sentisse a necessidade de vingar-se das injustiças feitas ao seu talento. Procedeu assim porque compreendeu cedo (...) as anomalias de um conjunto em que a sociedade denunciava a sua transformação. (...) Sentiu a presença do que era novo, com a

---

<sup>536</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1982, p.505.

<sup>537</sup> *Ibidem*, p. 506.

<sup>538</sup> CANDIDO, Antonio. “Os olhos, a barca e o espelho”. In: *A Educação Pela Noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p.49.

sua apurada e aguda percepção, antes que os outros sentissem.<sup>539</sup>

Nos dois casos não há como negar à obra de Lima Barreto um profundo alinhamento artístico-intelectual com os perdedores daquela sociedade “belle époque”. Pelo caminho do psicológico ou pelo caminho da consciência social, o fato é que a obra de Lima Barreto, tanto quanto o seu discurso político, apontam para o engajamento com as forças periféricas e populares excluídas do projeto republicano. É por essa razão que, assim como apareceu com algum relevo durante a ditadura Vargas, na *História da Literatura* de Werneck Sodré, vai novamente ser lembrado durante a ditadura militar nos anos 60-70-80.

Escritores como Plínio Marcos, Marcos Rey, João Antonio<sup>540</sup> – e também estudos acadêmicos e análises críticas – resgataram a literatura de Lima Barreto para com ela criar uma “tradição” politizada de uma literatura produzida a partir do olhar das classes populares – ou seja, excluídas do projeto militar vencedor com o golpe de 64. Ao mesmo tempo em que retratava segmentos marginais da sociedade – no âmbito social ou intelectual – denunciava a elite burguesa brasileira como incapaz e incompetente. Portanto, a construção de um Lima Barreto – personalíssimo ou de consciência social – revelador de “um verdadeiro” Brasil, com sua literatura e seu jornalismo militantes, atravessou o século XX e também reforçou o imaginário do intelectual-vítima-lúcida de uma sociedade autoritária, repressiva e censora. Vejamos um trecho ilustrativo da tese de doutoramento de Nicolau Sevcenko, defendida no ano de 1981, durante a ditadura militar:

Durante todo esse mergulho vertiginoso na sombra da miséria, da insegurança, da abominação social, Lima Barreto deixou seus colegas de boêmia e academia pelos companheiros de bar ou de desfortuna (...) Ver o centro da cidade embelezar-se durante suas idas e vindas para o subúrbio. Encarou o crescimento da concorrência da perspectiva do derrotado. Percebeu a vitória do arrivismo como quem perde uma situação duramente alcançada. Assistiu ao crescimento do preconceito social e racial como um discriminado. Sentiu a repressão e o isolamento dos insociáveis como vítima.<sup>541</sup>

---

<sup>539</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1982, p.506.

<sup>540</sup> João Antonio escreveu até um livro: *Calvário e Porres do Pingente Afonso Henriques de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

<sup>541</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão – tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.234. Em tempo:



Este trabalho, no entanto, ganha em conteúdo e caminha na direção da tese que estamos tentando demonstrar, quando consegue deixar evidente que Lima Barreto redefiniu e redirecionou sua atividade intelectual, a partir de sua exclusão do projeto institucional republicano. No jornalismo e mesmo na vida pessoal, Lima Barreto carregou preocupações, que foram ganhando formas de denúncias, na medida em que o projeto republicano se institucionalizava na sociedade brasileira. E foram inquietações absolutamente atuais e pertinentes com o Brasil da época. É um vínculo de natureza distinta, mas que está presente em diversas esferas da vida do escritor. Articula-se em torno de temas, como diz Beatriz Resende: “Estabelece-se, portanto, entre a vida do autor e sua produção um vínculo que tem a ver com a própria temática de sua obra: a defesa incondicional do direito do cidadão, o acesso à informação e a valorização do nacional.”<sup>542</sup>

A importância de possíveis elos se estabelece num palco temático que transcende a vida e a obra do autor. Desta forma, a seleção de temas revelaria o elo entre a vida e a ficção, mas que se constituem num campo revelador da capacidade artística e também das preocupações pessoais. É esse ponto que nos interessa no inventário crítico de sua obra porque é onde se consagra a desesperança de sua ficção como caráter intencional do artista. Ou nas palavras de Antonio Arnoni Prado: “(...) a arte como a literatura funcionavam em Lima Barreto como espelho revelador através do qual a obra do artista, ou do poeta, refletindo a natureza do todo, contribuem para que a vida em sociedade se aprimore e harmonize”.<sup>543</sup>

Outro campo de batalha de sua desilusão foi, sem dúvida, o fazer jornalístico. Se algumas leituras críticas a sua literatura deram valor às grandes massas anônimas que povoam a obra ficcional<sup>544</sup>, foi através do jornalismo que, de fato, aproximou-se de entidades sociais organizadas das classes trabalhadoras. Portanto, como vimos anteriormente, é no jornalismo que encontraremos suas posições políticas e seu

---

<sup>542</sup> RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em Fragmentos*. Rio de Janeiro; Campinas: Editora da UFRJ; Unicamp, 1993, p.24.

<sup>543</sup> PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto – o crítico e a crise*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p.72.

<sup>544</sup> “(...) a cidade esquecida, suburbana, dos pequenos funcionários, dos catadores de modinhas, dos militares retirados da ativa, povoando ruas quietas, enchendo os transportes coletivos, buliçosa, bisbilhoteira, amante das festas movimentadas e dos ajuntamentos agitados.” In: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1982, p.505.

afinamento ideológico. Mas queremos chamar a atenção para alguns aspectos dessa atividade jornalística, entre elas, a desmistificação da própria imprensa. Lima Barreto é inovador ao explicar ao leitor, com um olhar crítico, o funcionamento da imprensa, seja nos seus aspectos jornalísticos ou no seu gerenciamento ideológico e empresarial.

Ao contrário da imagem que foi criada - a de um escritor abandonado na pobreza e na loucura - Lima Barreto, como cronista de jornais e revistas, era conhecido e respeitado não só no Rio de Janeiro. Os últimos escritos que organizou, ficcionais ou jornalísticos, como *Bagatelas e Marginalia*, *Histórias e Sonhos*, *Feiras e Mafuás*, foram quase arrancados de suas mãos para a publicação por editores pouco interessados no seu prestígio, mas no lucro que conseguiriam. Para se ter idéia de sua importância basta observar que a revista *Careta* continuou a publicar crônicas reescritas de Lima Barreto até 1924, portanto, dois anos após sua morte.

O sucesso de Lima Barreto como cronista é menor que o de Olavo Bilac – em posições políticas distintas - , mas ambos carregaram um olhar revelador sobre a cidade.<sup>545</sup> Não queremos dizer que Lima Barreto fosse tão famoso quanto Bilac, mesmo porque este último já era um poeta consagrado quando ingressou no jornalismo. Mas Lima Barreto renovou a crônica ao torná-la mais curta, mais leve no conteúdo, mais alegre e absolutamente coloquial. Tinha público fiel e cativo, atraído pela forma de seu texto ou pela rebeldia de suas idéias. Monteiro Lobato ao lhe sugerir, em carta, que escrevesse para a *Revista do Brasil* deixou claro as qualidades que via em seu texto:

Ninho de medalhões e perobas, ela (Revista do Brasil) clama por gente interessante, que dê coisas que caiam no gosto do público. E Lima Barreto, mais do que nenhum outro, possui o segredo de bem ver e melhor dizer, sem nenhuma dessas preocupaçõezinhas de toilette gramatical que inutiliza metade de nossos autores. Queremos contos, romances, o diabo, mas à moda de Policarpo Quaresma, da Bruzundanga, etc.<sup>546</sup>

---

<sup>545</sup> Há uma crônica em que Lima Barreto exige da Prefeitura do Rio de Janeiro uma estátua para Olavo Bilac, “Não houve poeta, cronista mais carioca que Bilac”. É interessante observar que os dois eram amigos e que Bilac tentou diversas vezes encontrar editor para Lima Barreto. Crônica citada: BARRETO, Lima. “O Conselho Municipal e a arte”. In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2004, p.198.

<sup>546</sup> LOBATO, Monteiro. “Uma proposta de editor”. In: BARRETO, Lima. *Um Longo Sonho do Futuro – diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p.247. Parênteses nosso.

Esta aparente informalidade “à moda de Policarpo”, tão avessa aos textos da época, fez com que por inúmeras vezes Lima Barreto transformasse a própria imprensa em conteúdo de crônicas e também cenário de sua primeira ficção. Lendo os inúmeros textos que dedicou ao tema é possível perceber o caráter mistificador com que os grandes jornais tratavam de se proteger. De outro lado, o esforço de Lima Barreto em colocá-los no contexto de interesses cotidianos do leitor e no palco do jogo político que vivia o país. No primeiro caso, sua leitura foi na direção de modernizar a imprensa para que o leitor tivesse acesso livre – seja na linguagem utilizada na redação de matérias (“o segredo de bem ver e melhor dizer”), na definição de pautas ou na escolha de colunas.

Sabemos que todo cronista escreve sobre o ato de escrever ou sobre o próprio jornal quando os assuntos estão escassos ou a imaginação menos fértil. No caso de Lima Barreto, não são crônicas diletantes, existe sim a preocupação em informar o leitor sobre aspectos da produção jornalística. Ou seja, sua crítica é de alguém que busca mais eficiência informativa, que busca atender melhor o leitor. Do ponto de vista jornalístico, todas as observações que fez se mostraram perfeitamente corretas. A ênfase que dava para a linguagem direta e o maior nível informativo dos textos jornalísticos se mostrou, de fato, o caminho por onde as publicações mundiais percorreram o século XX.

Os nossos jornais diários têm de mais e têm de menos; têm lacunas e demasias. Uma grande parte deles é ocupada com insignificantes notícias oficiais (...) Que me importa a mim saber quem é o conferente do armazém K? um jornal que tem dez mil leitores, unicamente para atender ao interesse de meia dúzia (...) Não se compreende que um jornal de uma grande cidade esteja a ensinar às damas e aos cavalheiros como devem trazer as luvas, como devem cumprimentar e outras futilidades (...) Além desses binóculos, há uns tais diários sociais, vidas sociais, etc.(...) Tipos ricos e pobres, néscios e sábios, julgam que as suas festas íntimas ou os seus lutos têm um grande interesse para todo mundo. Sei bem o que é que se visa com isso: agradar, captar o níquel, com esse meio infalível: o nome no jornal.<sup>547</sup>

---

<sup>547</sup> BARRETO, Lima. “Os nossos Jornais”. In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2004, p.106-7.

São muitas as crônicas em que analisa a imprensa e o excesso de publicidade. Anúncios enganosos e as páginas policiais com fotos de cadáveres “e não ocorre um incêndio vagabundo que não mereça as famosas três colunas”.<sup>548</sup> Ou o entusiasmo pernóstico com que jornalistas escrevem épicos de uma partida de futebol como se fosse a “Guerra de Tróia”. Ou da alegria dos jornais do interior com acontecimentos absolutamente banais:

As palavras com que o cronista canta a beleza dos exemplares de zebus que lá chegaram, poderiam ser justas na boca de Coelho Neto, ao tratar dos mármore gregos que ele nunca viu. Ao menos, na roça, os estetas se entusiasмам pelas belezas que viram e apalparam (...)<sup>549</sup>

Mas além da crítica profissional e, às vezes, jocosa e ácida aos projetos editoriais, aos projetos gráficos, às colunas sociais, Lima Barreto foi feroz com o papel político desempenhado pela imprensa. Como dissemos anteriormente, talvez tenha sido o primeiro a usar a expressão “grande imprensa” para designar um fazer e um produto jornalístico que se colocam como aliado político e econômico do status governamental. Neste sentido, sua leitura é de denunciar estes interesses encobertos, mas presentes na “grande imprensa”.

Colocava a atividade jornalística ou o empreendimento jornal dentro do contexto capitalista e inserido num ambiente de interesses políticos e econômicos imediatos. De forma que escrevia com naturalidade que o jornal “*O País*, órgão da burguesia portuguesa rica do Rio de Janeiro, do Banco Ultramarino, do Teixeira Borges”<sup>550</sup>, numa época em que a imprensa fazia enormes esforços para se construir como meio de comunicação comercial e imparcial. Para desmascarar o caráter político-ideológico das linhas editoriais tratava de atribuir sua resposta ao redator do material jornalístico – seja um “artigo de fundo”, como se chamava na época a matéria principal, um misto de editorial e informação, ou mesmo uma notícia por demais tendenciosa – e respondia a ele, chamando-o pelo nome. E não a instituição jornal. Trata-se,

---

<sup>548</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>549</sup> Apenas uma observação: é impressionante a incapacidade de Lima Barreto para perder a piada. São inúmeras as crônicas onde não perde a oportunidade de rir, achincalhar, debochar, ridicularizar inúmeras pessoas, geralmente alguém com algum poder. Crônica citada: BARRETO, Lima. “Os Jornais dos Estados”. In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2004, p. 151.

<sup>550</sup> BARRETO, Lima. “Sobre o Maximalismo”. In: *Toda Crônica*. Vol.1. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2004, p.460.

obviamente, de uma esperteza intelectual e um recurso retórico extraordinário. Um exemplo da maneira como Lima Barreto se movimentava dentro do jornalismo:

O senhor Azevedo Amaral é hoje o assessor ilustrado do senhor João Laje, no O País; é seu consultor para as cousas de alta intelectualidade, que demandam leituras demoradas, o que o senhor Laje não pode fazer, pois anda sempre atrapalhado com intermináveis partidas noturnas de poker (...). É o senhor Amaral quem fala pelo senhor Sousa Laje a respeito da grande política, das questões econômicas e sociais; e fala com a segurança de sua fama, com a irresponsabilidade do anonimato e com o desdém pelos seus prováveis contraditores que só o podem atacar pelas pequenas revistas e jornais obscuros, aos quais ninguém dá importância.<sup>551</sup>

Sua longa produção vinculada à imprensa sindical – principalmente ao jornal *A.B.C.* – tornou-se um caso singular: um jornalista de prestígio e funcionário regular da revista *Careta* foi simultaneamente colaborador de um pequeno periódico militante. Lima Barreto escreveu alguns textos explicando sua simpatia e admiração por pequenos jornais, publicações de tiragens restritas, onde a liberdade de expressão era garantida e a diversidade de opiniões uma norma. Talvez por isso tenha contribuído por tantos anos para com uma “imprensa alternativa”, sempre deixando à mostra sua inquietação com o regime e a sociedade fomentada por ele. Em qualquer veículo era inovador, como exemplifica Beatriz Resende:

Completando o que já praticara com seus romances, Lima faz algo ainda mais difícil, coloca a vida do subúrbio como tema dos comentários diários que só a crônica é capaz de suscitar. São os enterros de Inhaúma, os bailes de subúrbios, os passageiros do trem, os festejos quase rurais, as tradições populares. A baixa classe média e o operariado passam a frequentar o espaço sofisticado das revistas ilustradas e dos periódicos de veio político.<sup>552</sup>

É importante ressaltar, no entanto, que Lima Barreto se mantinha informado das questões internacionais e, de forma consciente ou de maneira intuitiva, deixou textos premonitórios de inquietações que, ao longo do século XX, tornaram-se problemas reais. Uma anotação de seu diário, sem data, mas seguramente do ano de 1905, fala de sua preocupação com a questão étnica como afirmação da nacionalidade, afiançada pela

---

<sup>551</sup> Ibidem.

<sup>552</sup> RESENDE, Beatriz. “Sonhos e mágoas de um povo”. In: *Toda Crônica*. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2004, p.20.

ciência, e o predomínio destas idéias na construção da pátria alemã. O texto é um pouco longo, mas ilustrativo de percepção intelectual de um negro de 24 anos de idade que questionava politicamente a ciência e sua escala de aferição racial:

Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça. Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que coisa feia mais. Tudo isso se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade de sábios alemães. Eu não sei se alguém já observou que o alemão vai tomando, nesta nossa lúcida idade, o prestígio do latim na Idade Média. O que se diz em alemão é verdade transcendente (...) E assim a coisa vai se espalhando, graças à fraqueza da crítica das pessoas interessadas, e mais do que à fraqueza, à covardia intelectual de que estamos apossados em face dos grandes nomes da Europa. Urge ver o perigo dessas idéias, para nossa felicidade individual e para nossa dignidade superior de homens. Atualmente, ainda não saíram dos gabinetes e laboratórios, mas, amanhã, espalhar-se-ão, ficarão à mão dos políticos, cairão sobre as rudes cabeças da massa, e talvez tenhamos que sofrer matanças, afastamentos humilhantes (...)<sup>553</sup>

Ao mesmo tempo em que observava a urgência em evitar que a ciência, que afiançava a superioridade racial, chegasse “à mão dos políticos”, denunciava de maneira clara e direta a dominação cultural imposta pela política externa norte-americana. “A brutalidade dos Estados Unidos, a sua grosseria mercantil, a sua desonestidade administrativa e o seu amor ao apressado estão nos fascinando e tirando de nós aquele pouco que nos era próprio e nos fazia bons”.<sup>554</sup> São inúmeros os artigos onde denuncia o nosso “ianquismo”, a assimilação passiva da cultura e dos valores norte-americanos.

Para finalizar este capítulo, em que procuramos percorrer a construção da desilusão de Lima Barreto, não podemos ignorar o “bovarismo” – sua preocupação de natureza psicológica, ao analisar comportamentos individuais e coletivos. No plano psicológico, “o bovarismo é o poder partilhado no homem de se conceber outro que não

---

<sup>553</sup> BARRETO, Lima. “Diário Intimo”. In: *Um Longo Sonho do Futuro – diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p.71.

<sup>554</sup> BARRETO, Lima. “Sobre o desastre”. In: *Toda Crônica*. Vol.1. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2004, p. 277.

é.”<sup>555</sup> Deixemos de lado o bovarismo individual – tratado em sua literatura, como no personagem major Policarpo – e vamos nos deter nos casos em que constata os mesmos sintomas na sociedade. “Nós, os brasileiros, somos como Robinsons: estamos sempre à espera do navio que nos venha buscar da ilha que um naufrágio nos atirou. Toda a nossa ânsia está em ir para a Europa (...)”<sup>556</sup>

Esta fugacidade que se projeta sobre nossas vidas, enquanto o navio não chega, faz com que, na análise de Lima Barreto, sejamos “obrigados” a viver uma realidade que nunca na verdade se realiza. Construimos, portanto, uma realidade conceitual, imaginária, sofisticada e formal, representação figurativa do real, mas que não representa a própria realidade. Pelo contrário, afasta-se a cada momento mais. Em suas palavras:

Armado, pois, desses binóculos de teatro que se pode definir como o poder que é dado ao homem de se conceber outro que ele não é, e de encaminhar para esse outro todas as energias de que é capaz – vamos experimentar no vulgar do dia-a-dia a força de suas lentes.<sup>557</sup>

E Lima Barreto passa a ver nas autoridades, nas leis, nas instituições e, principalmente, na auto-representação da cultura oficial, um caso institucionalizado de bovarismo. O país inteiro à espera do navio, mas, enquanto ele não aporta, sua elite vive como se estivéssemos no país de destino, na Europa, e não nesta ilha deserta. É por este olhar que ele observa a etiqueta e a moda francesa, os valores capitalistas importados dos Estados Unidos, a suntuosidade do Teatro Municipal, a imponência autoritária do doutor, o formalismo gramatical de Coelho Neto, a pose de todos para ocultar a miséria profunda de uma população abandonada em seu próprio esquecimento. Enfim, uma República construída “de carabina na mão” e formada pela “borra da sociedade”, vivendo de uma representação aparente e artificial do que gostaria de ter sido.

---

<sup>555</sup> O bovarismo é um termo de Jules de Gaultier, e consiste nos sintomas psicológicos da personagem principal do romance *Madame Bovary*, de Flaubert, ao trazer à realidade valores, idéias e ideais do mundo ficcional e o sujeito se mostra totalmente desprovido de autocrítica. BARRETO, Lima. “Diário Intimo”. In: *Um Longo Sonho do Futuro – diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 57.

<sup>556</sup> BARRETO, Lima. “Transatlantismo”. In: *Toda Crônica*. Vol. II. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2004, p. 533.

<sup>557</sup> BARRETO, Lima. “Casos de Bovarismo”. In: *Toda Crônica*. Vol. I. Org. Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2004, p.328.

## Capítulo 5

### **Precursores da crise: estado-nação e modernidade**

“O Brasil com sua fina armadura moderna colada sobre esse imenso continente fervilhante de forças naturais e primitivas, me faz pensar num edifício corroído cada vez mais de baixo para cima por traças invisíveis. Um dia o edifício desabará (...)”

(Anotações do *Diário de Viagem*, de Albert Camus, Rio de Janeiro, no dia 27 de Julho de 1949.)



## 5.1 REPÚBLICA: A VOZ DOS REBELDES

A partir da virada do século, quando o arranjo oligárquico se estabeleceu e a crise interna do republicanismo brasileiro foi parcialmente superada, a legitimação da nova ordem se tornou imprescindível para manutenção do equilíbrio social. É neste contexto que o intelectual se fez necessário para atender a demandas do “establishment” que necessitava de sua atuação na imprensa, nas revistas ilustradas, através de artigos, crônicas, conferências, discursos, elogios, artigos de fundo. Os tempos do desprezo pela figura do “homem de letras” haviam chegado ao fim. A política de valorização institucional da cultura começou a se fazer notar na metade da última década do século XIX e teve o auge nos anos que antecederam à Primeira Grande Guerra.

A figura do “homem-de-letras”, precursor do intelectual orgânico, foi desaparecendo do cenário cultural brasileiro. É claro que sua atividade na imprensa do século XIX, seja como crítico literário ou na figura do próprio escritor, foi uma forma de transmitir conhecimento e cultura para a classe não letrada e que, nos tempos de propaganda, tiveram uma atuação decisiva. Mas nada comparado com o intelectual que surge e se desenvolve no período republicano.

Antonio Gramsci escreveu – como sabemos – que o papel do intelectual é fundamental para garantir a hegemonia do discurso que o grupo dominante exerce sobre a sociedade. O papel atribuído ao intelectual da virada do século corresponde exatamente a esta definição. O prestígio que adquiriu e a força discursiva com que se jogou na legitimação da nova ordem encontrou pouca resistência num cenário precário de vida sociocultural independente. Sua atuação, nas esferas públicas e sociais, dentro e fora da máquina burocrática, tornou-se eixo central na definição da forma com que o grupo dominante passou a se relacionar com a sociedade brasileira.

(...) Os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas de hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social (...); 2) do aparato de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa e nem passivamente,

mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.<sup>558</sup>

Com o governo modernizador de aparências, que surgiu com o advento da República, renasceu o sentimento de nação e as condições objetivas para que os problemas estruturais, de fato, mostrassem-se aos olhos críticos dos intelectuais estudados neste trabalho. Durante a Guerra do Paraguai começou a surgir um nacionalismo que o ódio ao imigrante reforçou durante os primeiros anos de crise econômica e de afirmação do modelo republicano. A definição do nacional, que vinha dos tempos de combate à monarquia, dominou a pauta temática na afirmação do novo regime.

A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para construção da nação, seria a tarefa que iria perseguir a geração intelectual da primeira república (1899-1930). Tratava-se, na realidade, de uma busca das bases para a redefinição da República, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse uma caricatura de si mesmo.<sup>559</sup>

O projeto republicano vencedor passou a existir acima da multidão de analfabetos que era como se constituía a população brasileira aos olhos da elite. Aos arranjos políticos institucionais que deram continuidade ao mesmo modelo social excludente monarquista, seguiu-se a forte campanha de afirmação de uma brasilidade ufanista, de pouca consistência intelectual, mas de forte apelo formal e retórico. É comum pesquisadores atribuírem pouca importância à cultura oficial da “belle époque” porque seus modelos importados e afetados estavam longe de representar a cultura brasileira. Como verdade estética e cultural pode ter sido mera imitação, mas seu conteúdo ideológico era de importância inquestionável.

Os olhos da elite dirigente nunca estiveram tão postados no continente europeu como neste período. As reformas urbanas que representavam também uma forma de vida moderna e industrial – que de modo algum eram encontradas no Brasil – foram absorvidas com prazer e exagero. Para harmonizar hábitos e costumes populares com a

---

<sup>558</sup> GRAMISCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990, p.10-11.

<sup>559</sup> CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.32.

modernidade das reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro, a Prefeitura proibiu festas populares como Bumba-meu-boi e Malhação do Judas; censurou as fantasias de carnaval, principalmente as de índios, e os desfiles de cordões populares; estimulou o comedimento dos pierrôs e colombinas; proibiu o jogo do bicho. “O prefeito chega à demasia de importar pardais, pássaro-símbolo de Paris, para fazer coro às estátuas francesas que passaram a enfeitar as novas praças.”<sup>560</sup>

O papel desempenhado pelo indivíduo letrado, neste contexto de defesa de frágeis aparências, é, de maneira evidente, esvaziar-lhe a representação e transformar a vida social e a dureza pela sobrevivência num ato diletante e restrito a setores sociais com capacidade de organização. Assim deixa os círculos fechados da vida literária aristocrática, para lançar-se no jornal popular, nas conferências de salão, nas polêmicas na tentativa de justificar o papel e as atitudes do estado. Se o “homem de letras” teve papel fundamental para, no Romantismo, validar a existência da nação, a partir da Proclamação da República tocou a ele legitimar a formação do estado-nação e a sociedade burguesa que surgia.

A visão de uma existência nacional limitada à Rua do Ouvidor era útil politicamente na representação que o regime fazia de si mesmo, como também na exclusão a que submetia a população do país. Ou seja, os problemas do Brasil eram os problemas de sua elite. Daí a síntese representada na frase “com um sorriso levar a vida” e todas suas variáveis. Essa superficialidade, esse sorriso da sociedade era um discurso consistente e hegemônico produzido pela cultura oficial – era sua ideologia. Tende-se a pensar que era a ausência de discurso e se desconsidera as conduções, a pauta, que deu ao debate nacional. Falando de Lima Barreto, o crítico Alfredo Bosi observa:

Não o enganava a falsa oposição, tematizada na ‘belle époque’, entre cosmopolitismo e nacionalismo, degradados tantas vezes em formas sublitterárias de grã-finismo e caboclisto. Ambos os epifenômenos, comuns a cultura de extração neocolonial (...)<sup>561</sup>

---

<sup>560</sup> FISCHER, Luis Augusto. *Parnasianismo Brasileiro – entre ressonância e dissonância*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003, p.49.

<sup>561</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.268.

De maneira que, assim como temos Lima Barreto, Euclides da Cunha e Sílvio Romero, como intelectuais a denunciar as fissuras e as contradições na construção deste nacional, temos a grande maioria – para não dizer a quase totalidade – da intelectualidade da época engajada organicamente na construção de um discurso legitimador desta nova ordem nacional. O papel fundamental dos intelectuais era difundir conceitos políticos, vulgarizar valores burgueses e ajudar a construir a hegemonia junto à massa populacional não letrada.

Com relação à extensão, a hegemonia gramsciana (...) abarca, com suas entidades portadoras, não só o partido, mas todas as outras instituições da sociedade civil (...) que tenham um nexo qualquer com a elaboração e a difusão da cultura.<sup>562</sup>

O surgimento da imprensa comercial e de uma produção cultural incipiente (com conferências, revistas, teatro, folhetim) proporcionou o surgimento do intelectual profissional que passou a ter leitores (ou consumidores) e a sobreviver da atividade – como nem mesmo medalhões da geração anterior (Machado de Assis, Bernardo Guimarães ou José de Alencar) haviam conseguido. “(...) eram polígrafos que se esforçavam para satisfazer a todo tipo de demandas que lhe faziam a grande imprensa, as revistas mundanas, os dirigentes e mandatários políticos da oligarquia. (...)”<sup>563</sup>

É interessante observar que os intelectuais deste período têm origens sociais semelhantes. A maioria é pertencente a “parentes pobres de famílias ricas”, nas palavras de Sérgio Miceli, ou a famílias com larga tradição na gestão do aparelho político-jurídico-cultural do estado. Desta forma, o estado reservou a atividade intelectual como um refúgio a famílias em declínio ou com tradição da gestão cultural, mas em ambos os casos identificadas com o “status quo”. E Sérgio Miceli conclui: “Assim, as disposições manifestadas pelos diferentes tipos de intelectuais em termos de carreiras parecem indissociáveis da história social de suas famílias.”<sup>564</sup>

Junte-se ao monopólio temático elitista que foi se formando, o fato de durante a República Velha inexistir partido de oposição. Todas as forças sociais organizadas

---

<sup>562</sup> BOBBIO, Norberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987, p.48.

<sup>563</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo-Rio de Janeiro: DIFEL; 1979, p.130.

<sup>564</sup> *Ibidem*, p.xxi.

foram cooptadas naquele arranjo da “política dos governadores”, onde as oligarquias regionais garantiam suas autonomias locais e, em troca, apoiavam o frágil governo central. Daí a sobrevivência dos positivistas no estado gaúcho e dos liberais no estado paulista. Para Alfredo Bosi houve espaço até para os conservadores monarquistas:

O velho conservadorismo saquarema não morreu de todo: foi absorvido, com açúcar e café, pela rotina dos partidos republicanos estaduais durante a República velha. Para entendê-lo é preciso analisar o fenômeno do coronelismo em cada província.<sup>565</sup>

De modo que dois fatores circunstanciais são fundamentais para a compreensão do pensamento desenvolvido por estes três intelectuais, seus pontos em comum e seus desencontros. Em primeiro lugar, o conteúdo: a reação apresentada por eles ao discurso hegemônico que propunha a fundação do estado-nação. Os três contra-atacam com um nacionalismo pessimista, onde a sociedade brasileira é representada mais pelas fissuras do que por um campo harmônico. Em segundo, pela forma: a ausência de partidos políticos de oposição jogou sobre eles, objetos de estudo nesta tese, a responsabilidade de formular pensamentos e lançar as bases de uma leitura crítica da realidade nacional. Daí a produção carregada de utilitarismo político.

Do ponto de vista intelectual, a construção do discurso hegemônico tratou de dar autoridade ao grupo dominante no estabelecimento do estado-nação. Entenda-se estado-nação como a afirmação estável da nova ordem liberal burguesa num “pacto político” com a sociedade. O direito de escolher seus representantes na esfera de poder e elegê-los ou destituí-los periodicamente; a separação dos espaços públicos e privados nas garantias jurídicas; obrigações pecuniárias com o estado; usufruto comum de serviços estatais; enfim, desfrutar do convívio de uma coletividade sob direitos e deveres iguais no espaço definido de suas fronteiras.

Para a elite agrária exportadora que estava no poder, a aplicação deste “pacto social” republicano significava abrir mão do poder. A sociedade brasileira, recém saída do regime escravocrata e com números elevadíssimos de excluídos, foi sendo submetida a mecanismos de controle, de fraude e de repressão na tentativa de manter o

---

<sup>565</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.304.

ordenamento institucional e sua elite no poder. Para isso, o emprego do aparelho policial estatal na repressão dos setores descontentes e a utilização do intelectual na formulação de um discurso legitimador.

Portanto, a nova ordem institucional republicana, como vimos no primeiro capítulo, foi instituída num arranjo de suas elites, obedecendo ao novo momento de expansão do capitalismo internacional. A associação do capital cafeeiro com o capital comercial, o fortalecimento de uma burguesia urbana, o crescimento das cidades, tudo criava uma nova ordem social que necessitava de “explicação” e de controle consentido.<sup>566</sup> A busca, por parte deste grupo dirigente, da hegemonia justificou a urgência na divulgação desta nova ordem socioeconômica através da difusão da cultura. Com isso, o “establishment” pretendia esconder as fissuras do modelo que já se mostrava evidente, mas que tinha ainda papel fundamental na criação das novas relações de trabalho que o capitalismo impunha aos países periféricos.

É neste novo panorama que se desenvolverão mudanças fundamentais nas noções de civilidade, de vida urbana, no país. Tomemos dois marcos: a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1896, e a remodelação da cidade do Rio, promovida pelo prefeito Pereira Passos (...) Num caso e noutro, a marca principal será a de adequar a prática e o estatuto sociais da urbanidade às exigências do tempo (...) num processo que podemos definir como aristocratização da vida burguesa, mudança esta levada a efeito sob inspiração do grupo social que chegara ao poder político (...)<sup>567</sup>

Ao mesmo tempo em que o estado policial se fortalecia (são inúmeros os momentos de estado de sítio, guerras civis e a censura constante da imprensa), a ocupação dos espaços culturais pelo discurso oficial era absoluta (seja na criação de instituições de cultura, no rateio de cargos públicos ou na distribuição de verbas aos veículos de imprensa). A formulação de um discurso hegemônico tornou-se fundamental quanto maior eram os excluídos do novo projeto. Sua justificativa política

---

<sup>566</sup> O processo em que se realizou a revolução burguesa brasileira é tema de profundos estudos, com pontos de divergências e de conseqüências inúmeros. Não desconhecemos os pontos polêmicos, mas assumimos, para o objetivo deste trabalho, uma leitura relativamente consagrada nas interpretações sociológicas: FERNANDES, Floretan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 5ª. Edição. São Paulo, Ed. Globo, 2006.

<sup>567</sup> FISCHER, Luis Augusto. *Parnasianismo Brasileiro – entre ressonância e dissonância*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003, p.48.

para a legitimação do projeto, exigiu uma imprensa repetindo a voz única do partido único, um estado disposto a cooptar e intelectuais capazes de formular o discurso político coerente.

Ao se opor ao projeto, os personagens desta pesquisa passaram a desenvolver trabalhos de estudos, artigos em jornais, produções ensaísticas no sentido contrário ao pensamento dominante naqueles anos de ufanismo republicano. Como vimos, tentavam ocupar qualquer espaço: de uma cadeira na Câmara dos Deputados, aos livros e os pequenos jornais. Buscavam legitimações, na maioria das vezes inutilmente, mas sempre dispostos a se contrapor ao discurso hegemônico acenando com a existência de um “Brasil real”. Ou seja, salientavam o caráter artificial do discurso oficial associado ao desconhecimento completo da nação.

A oposição que fizeram tinha a representatividade, na sua origem, de setores diretamente envolvidos na propaganda republicana pré-Proclamação. De modo que falavam uma linguagem comum e, por muito tempo, representaram setores descontentes dentro do próprio republicanismo brasileiro. Sílvio Romero tornou-se um excluído do projeto vencedor, apesar de ter sido um dos ideólogos do liberalismo no Brasil. Depois das humilhantes tentativas de participação na política partidária – como vimos – acabou se afastando ao perceber o continuísmo do projeto econômico e social que havia combatido durante a Monarquia. Sílvio Romero foi a dissidência dentro do próprio liberalismo vencedor, daí sua desilusão com o povo que não reagiu à traição.

Euclides da Cunha tornou-se um excluído do projeto republicano na medida em que os positivistas foram os derrotados na disputa interna do poder. Suas inúmeras tentativas pessoais de interferir nos rumos e nos governos militares foram provas da esperança que depositou por muito tempo no novo regime. *Os Sertões* foi o gesto de sua desilusão e seu decreto de exclusão também das bases derrotadas do republicanismo – e seu livro talvez a última grande obra da produção intelectual positivista. O ataque de Euclides da Cunha foi contra governos “do litoral” que desconheciam a própria nação e aos militares que perderam a oportunidade de revelá-la.

Lima Barreto foi o excluído na origem: é o povo que assistiu “bestializado” a Proclamação. Em sua vida, a República chega quando ainda é uma criança, portanto, há

uma impossibilidade cronológica em localizar uma origem para sua representação. De qualquer modo, identifica-se na vida adulta com as novas forças sociais, operária e urbana, imigrante branco, ex-escravo negro, índios, as camadas populares alijadas da participação no novo regime. Era a cidadania traída em seu projeto de representação popular e expulsa de sua própria cidade, mas que se aglutinava de maneira incipiente nas associações anarquistas e socialistas que nasciam. Seu alvo foi a elite brasileira ao denunciar um projeto dirigido intencionalmente para a exclusão social e a marginalização da maioria do povo.

Cada um deles esboçou sua visão pessimista a partir de períodos sociais e temporais distintos e, embora distantes na origem, representaram críticas a momentos políticos diversos. De modo que durante mais de trinta anos (1890-1922) estes três intelectuais estiveram no núcleo opositor ao discurso hegemônico governamental, sucedendo-se uns aos outros, mas mantendo o fogo de uma oposição política perene.<sup>568</sup> Além do isolamento, uniu-os um horror ao discurso elitista importado que tentava esconder a natureza da república instalada, entregue a acordos e a negociações regionais que produzia a cada dia novos ricos a ostentar suas riquezas pelas ruas elegantes do Rio de Janeiro.

Sílvio Romero é a memória da propaganda e dos anos imediatamente seguintes à Proclamação. Sua oposição se deu nas bases do que a República prometeu e não cumpriu. Ou seja, um modo revolucionário que foi traído em sua concretização. O caráter cientificista, a crença genuína de que o estado deveria estimular a concorrência entre os homens (as empresas, as instituições) para que sobrevivessem os mais fortes e beneficiasse o todo social não se realizou. Sentiu-se traído porque acreditou “num grupo dirigente” capaz de comandar o país. No seu conceito liberal-darwiniano apostou que os “mais adaptados”, os mais “preparados” deveriam ser os líderes naturais na condução do processo institucional. Sinceramente acreditava na vanguarda como condutora do processo revolucionário de transformação que viria com a república. Seu último ato foi contra o povo que não se rebelava contra a condição social imposta pelo novo projeto político.

---

<sup>568</sup> É claro que outros intelectuais formaram o núcleo que viu e pensou o Brasil com pessimismo, durante este período. Podemos citar Manoel Bomfim e alguns outros. Mas nos detemos em Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto por detectar neles a mudança de rumos provocada pela desilusão política.



A tragicomédia da soberania dos Estados, dos impostos interestaduais e intermunicipais, dos exércitos sob os disfarçados títulos de brigadas provincianas, das magistraturas particularistas, da multiplicidade das leis do processo, da desagregação das tradições, das tiranias caudilhas, das roubalheiras descentralizantes e impunidas, essa tragicomédia, que é o federalismo oligárquico da atualidade nacional, deve acabar, ou ela matará o Brasil.<sup>569</sup>

Euclides da Cunha viveu a vida adulta no momento pós-Proclamação, os primeiros anos republicanos. Sua fé foi nas Forças Armadas e na imposição de um estado interventor, capaz de dobrar pela força as elites atrasadas e submete-las a um projeto social coletivo. Daí viria a construção do novo Estado, capaz de proporcionar igualdade de competir, ao mesmo tempo em que abrigava e protegia os mais fracos. A idéia do governo forte nunca encontrou nos anseios de Euclides da Cunha o personagem capaz de exercer este papel – também ele um crente de uma vanguarda revolucionária. Acreditava nos militares como força depuradora, única não contaminada pelas elites oligárquicas, capaz de impor (como havia feito) e conduzir o processo republicano. Embora defendesse os regimes militares em muitos momentos, não viu nenhum deles corresponder aos seus sonhos republicanos. Um sonho de república que também não se realizou.

[A nossa nacionalidade] não marcha, não progride, não civiliza, anarquiza-se no conflito assustador de interesses unicamente individuais, de ambições indisciplinadas que se digladiam, e os que arrebatados pela expansão das próprias idéias, tentam lutar fora do círculo isolador da individualidade, sem um só ponto de apoio às forças que o revigoram caem e extinguem-se na desilusão mais profunda.<sup>570</sup>

Lima Barreto assistiu o melhor momento daquela Primeira República, a “belle époque”, no período que vai até a Primeira Guerra Mundial. Tempo suficiente para mostrar por inteiro a fragilidade de um projeto que envolvia mais do que a mudança de regime. As condições mínimas de cidadania, com seus direitos respeitados e garantidos, espaços sociais de representação, dignidade na sobrevivência do trabalhador – foram os

---

<sup>569</sup> ROMERO, Sílvio. “Martins Pena”. In: *História da Literatura Brasileira*. 4º Volume. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980, p.333.

<sup>570</sup> CUNHA, Euclides. *Obra completa*. Vol.1. (Org) Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p.627. Parênteses acrescentados por nós.

sonhos de república de Lima Barreto. Mas pôde ver com entusiasmo as reações populares e as incipientes organizações populares – de reação ao projeto dominante. Também testemunhou a violência do estado contra a população e as inúmeras maneiras com que mecanismos legais “naturalizaram” a exclusão social. O sonho republicano de Lima Barreto carregava muito de um solidarismo comunitário, de vagos ideais socialistas, de um sentimento de irmandade.

Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividí-lo em duas cidades: uma será a européia e a outra, a indígena. É isso que se faz ou se fez na Índia, na China, em Java, etc.; e em geral, nos países conquistados e habitados por gente mais ou menos amarela ou negra... Municipalidades do mundo inteiro constroem casas populares; a nossa construindo hotéis chics, espera que, a vista do exemplo, os habitantes da Favela e do Salgueiro modifiquem o estilo de suas barracas.<sup>571</sup>

Como podemos ver nos capítulos anteriores, a crítica (no sentido de apontar elementos negativos) que eles exerceram e a maneira como atacaram o grupo dirigente era radical e profunda. E não deixa de ser curiosa a maneira como os intelectuais “do sistema” reagiam em defesa do discurso hegemônico. Não se contrapunham diretamente, não faziam o debate claro e aberto, como no passado discutiram republicanos contra monarquistas ou liberais contra conservadores. A saída nunca era o enfrentamento, muito ao contrário. Quando algum tema, proposto como crítica ao novo regime, conseguia vencer a barreira quase intransponível do discurso hegemônico, chegava até a população praticamente destruído. O próprio “establishment” tratava de institucionalizar a crítica dos opositores, tirando-lhes o caráter político-ideológico.

Assim, vimos Olavo Bilac tratar a condenação ao projeto republicano que não se realizava: “A República tem uma puberdade triste e apagada. Dizem alguns que a menina chegou à velhice, sem ter passado pela primavera e nem pelo outono.... ‘não era esta a república que sonhávamos.’”<sup>572</sup> Nota-se que ele retira a seriedade no trato de um debate que se mostrava importante. Há um clima de caçoadas, de distanciamento cínico, que o talento de Olavo Bilac enchia de brilho. No capítulo dois pudemos ver como a denúncia de Sílvio Romero de que o país era controlado por oligarquias regionais

---

<sup>571</sup> BARRETO, Lima. “As eleições”. In: *Os Bruzundangas*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1956, p.218.

<sup>572</sup> BILAC, Olavo. In: DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista: crônicas*. V1. São Paulo: Inesp, 2006, p.605.

acabou na capa da Revista *Fon Fon* (9-05-1908), uma das “ilustradas” mundanas de maior prestígio no país. Um homem seguro por uma bola de ferro onde se lê: “oligarquias”. Tudo muito colorido, em traços infantis e alegres. Euclides da Cunha foi institucionalizado na Academia Brasileira de Letras, ironicamente graças ao livro (“vingador”) *Os Sertões*. Em sua posse estava presente o próprio presidente da República, que compareceu como se o assunto tratasse de um conflito em outro país.<sup>573</sup> E com Lima Barreto se pode ver que, dado o radicalismo dos ataques, a personalização dos alvos e seu comportamento anti-social, a dificuldade em institucionalizá-lo foi completa. Por isso foi ignorado na sua existência física, política e intelectual.

A outra maneira de enfrentar as críticas ao projeto político foi “naturalizar” as causas. Utilizando-se de um cientificismo de forte viés ideológico, o discurso do poder passou a atribuir a natureza perversa do país (clima quente, acidez do solo) ou as origens raciais do povo como causadoras do atraso institucional, do baixo índice de alfabetização, da pouca produtividade nas lavouras, do pequeno desenvolvimento industrial – enfim, do atraso econômico e social brasileiro. É bem verdade que estes fatores foram utilizados até por Sílvio Romero e Euclides da Cunha nos estudos que fizeram da realidade brasileira. Mas a leitura deles vinha ao encontro da compreensão “científica” do país e as elites o utilizavam ideologicamente para justificar o fracasso de seu próprio projeto político.<sup>574</sup>

A institucionalização e a naturalização funcionavam como amortecedores das críticas e dos discursos sociais que buscavam o embate e o confronto. Apesar da verdade de seus estudos sociais e culturais sobre o Brasil e a coerência de suas críticas políticas, até mesmo a jovem “elite letrada”, com natural potencial renovador, vivia num mundo de encantamento bem resumidos nas palavras de Alceu Amoroso Lima:

---

<sup>573</sup> Foi na posse de Euclides da Cunha que Sílvio Romero promoveu o ataque furioso ao governo republicano – constringendo de maneira proposital o presidente Afonso Pena – e que “institucionalmente” foi estabelecida, pela direção da ABL, a censura aos discursos de posse dos novos membros.

<sup>574</sup> Neste trabalho, em que buscamos apontar o surgimento de uma visão sobre a sociedade brasileira profundamente associada à desilusão com o projeto político republicano, não deixa de ser irônico perceber que também as justificativas da elite para o fracasso sejam as mesmas até hoje. Institucionalizar opiniões ou quadros políticos de maneira a torná-los folclóricos ou exóticos é uma prática que chegou aos dias atuais. Ao mesmo tempo, o velho “problema racial” aparece quando se trata de justificar o baixo desenvolvimento econômico, a violência urbana, o pífio desempenho educacional e até apostas eleitorais criadas pela própria elite.

(...) Fomos todos, sobretudo a partir de 1918, levados a rever as nossas idéias e tudo aquilo que para nós passou a representar a configuração do que hoje chamamos de ‘belle époque’ (...) acabara para mim a fase da disponibilidade, do absenteísmo, da indiferença, do ceticismo e do intelectualismo puro (...)<sup>575</sup>

A oposição a este “tempo moderno” se manifesta também no palco geográfico e simbólico do embate: a cidade. Não vamos repetir aqui a importância que o projeto republicano atribuiu às reformas do Rio de Janeiro. Obras como a de Brito Broca, Jeffrey Needell, José Murilo de Carvalho, Nicolau Sevcenko - já citados neste trabalho - trataram das reformas urbanas do Rio de Janeiro e o valor simbólico (cultural) que adquiriram como discurso dominante. Sandra Pesavento observa com propriedade quando afirma:

Simbolicamente, a intenção era tornar o Rio uma metrópole moderna, aceitável, desejável, espécie de Paris à beira-mar, glamourizada pela ‘decoreção’ tropical do ambiente. Era, enfim, um projeto à feição das aspirações mais caras de uma elite educada à européia, inspirada em matrizes francesas, tendo por meta uma ‘cidade-ideal’ do tipo parisiense. O conjunto das intervenções urbanísticas não se resumiu ao traçado da cidade, mas pretendeu penetrar fundo nas socialidades e valores do povo.<sup>576</sup>

De maneira consciente ou não, também Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto partem de visões de mundo que sempre se mostram também lugares geográficos, onde o pensamento se estrutura e de onde as hierarquias se estabelecem. Também eles apresentam “lugares”, “suas cidades”, que se tornam também valores sociais e culturais relevantes no embate proposto com a cidade republicana. São as representações urbanas de valores ideológicos diversos, mas sempre apresentados como “mais” verdadeiros, “mais” genuínos.

De forma simbólica é possível afirmar que cada um deles falou de cidades distintas, mas que foram emblemas de suas formas de atuar e foco determinante de suas obras. Sílvio Romero parece nunca ter saído da cidade de Recife. Sempre magoado, ressentido com a capital federal, desenvolveu seus estudos na direção apontada na

---

<sup>575</sup> LIMA, Alceu Amoroso. *Memórias Improvisadas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1973, p.57.

<sup>576</sup> PESAVENTO, Sandra J. *O Imaginário da Cidade – Visões Literárias do Urbano*. Porto Alegre: Editorada UFRGS, 1999, p.176.

juventude com Tobias Barreto, na Faculdade de Direito. Seu olhar é a do nordestino – recifense em especial – depositário do rancor e das injustiças com a capital econômica dos tempos coloniais. Sempre dando a Recife a primazia, a vanguarda, nos assuntos intelectuais e nas ações políticas. O “bando de idéias novas” sobrevoou a cidade de Recife, não o Rio de Janeiro carola e conservador.

Euclides da Cunha nunca mais saiu de Canudos, da “cidade de taipas”. *Os Sertões* e toda sua visão política vão girar em torno da descrença num estado que se tornou estrangeiro em sua própria terra. O desconhecimento de seu território e a ignorância com relação ao seu povo (“o cerne” de nossa raça) tornou o estado brasileiro uma administração litorânea e irreal. A figura mítica do “cidadão” de sua cidade vai pairar na lenda do nordestino-forte, na superioridade vinda do isolamento e do passado. Euclides da Cunha vai ver o Brasil como um morador nascido e criado em Canudos, preferindo as picadas aos bulevares, sempre de dedo em riste denunciando o “grande massacre”.

Lima Barreto falava do Rio de Janeiro, da capital federal, cidade absolutamente desconhecida em sua periferia, em sua população pobre, em suas cantigas e em seus enterros no cemitério de Inhaúma. O Rio de Janeiro de Lima Barreto se aproxima muito de Canudos, de Euclides da Cunha, seja no caráter excludente de sua população miserável, seja na revelação que o governo se escondia de si próprio dentro de sua capital. Lima Barreto vai falar de um Rio de Janeiro definitivamente fragmentado (para usar a feliz expressão de Beatriz Resende), onde as reformas de embelezamento são artificiais, frágeis, e escondem a corrupção e o autoritarismo da administração republicana. O Rio de Janeiro de Lima Barreto é tão distante do oficial quanto a Recife de Sílvio Romero ou Canudos de Euclides da Cunha.

Há, sem dúvida, no papel dos três intelectuais, neste período republicano, um engajamento automático com “o outro lado” do discurso hegemônico. Este outro lado são as causas populares, que ainda incipientes na sociedade brasileira, se apresentam através de fracas ligas operárias, numa agricultura pequena e anônima do interior do país, nos sertanejos crentes, nos ex-escravos da periferia urbana, nos recentes profissionais autônomos. Todos são personagens pobres em um cenário geográfico -

apresentados cientificamente na constituição de seu solo, na geografia de seus espaços - e que formam para esses intelectuais a “realidade nacional”.

É importante relembrarmos que o Brasil era visto como um país sem povo. O olhar dos visitantes europeus solidificou no discurso hegemônico o conceito de que o povo brasileiro, na sua pobreza existencial e intelectual, tornara-se um problema para o desenvolvimento das instituições democráticas. O país só existia pela sua perseverança institucional e pelo esforço vanguardista de sua elite. “O Brasil foi visto, portanto, como um país despossuído de povo, ao qual faltava identidade para constituir uma nação moderna (...) não possuía face, não possuía identidade”.<sup>577</sup>

A vertente pessimista que surge do pensamento social desta vanguarda propôs um contraponto ao discurso hegemônico baseado na “realidade brasileira”. Desta forma, criavam uma “nação verdadeira” para se opor àquela “república artificial”. A dicotomia, a todo instante, reafirmada no discurso destes três intelectuais, retoma de inúmeras maneiras a estratégia oposicionista utilizada pelos próprios republicanos para combater a monarquia. Havia uma nação vivendo fora e além da Corte; agora havia uma nação vivendo fora e além da República. Daí o descobrimento das oligarquias, por Sílvio Romero, para revelar o caráter continuísta daquele regime; do “cerne de nossa nacionalidade”, de Euclides da Cunha; e da periferia das grandes cidades, por Lima Barreto, para mostrar a existência de um povo à margem da vida oficial.

Do lado da nova ordem instituída, em nome da modernidade, a elite agro-exportadora projetou seu republicanismo dentro de um modelo de exclusão social e usufruto do aparelho estatal. Daí a ambigüidade sempre presente na formação da sociedade brasileira moderna. A Avenida Central e a favela, o litoral e o interior, o sul/sudeste e o norte/nordeste, enfim, uma elite minúscula e uma massa gigantesca de pobres. Desiludidos com o projeto republicano, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto acabaram por identificar e tematizar a precariedade do processo de modernização do Brasil e de países periféricos que viveram o mesmo destino neocolonial. Desta forma, a crítica que poderia ser temporal e circunscrita tornou-se pioneira.

---

<sup>577</sup> NAXARA, Marica Regina Capelari. *Estrangeiro em sua Própria Terra - representações do brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2002, p.39.

## 5.2 BRASILIDADE: A VOZ DOS FUNDADORES

O deslumbramento causado pelo novo modo de vida proposto pelo regime republicano, que finalmente se mostrava aos olhos da população do Rio de Janeiro, resultou na euforia social e cultural das elites. É neste momento que vamos ter os surtos mais intensos de “parisina” e a capital federal remodelada, competindo com Buenos Aires por conferencistas europeus. A afetação por modelos culturais importados era intensa, atingia os pouquíssimos centros urbanos do país e fez - para se ter uma idéia - com que até Oswald de Andrade, que dez anos mais tarde mergulhava na antropofagia modernista, escrevesse peças teatrais em francês.<sup>578</sup>

É sabido que as bases econômicas e sociais do Brasil continuavam fortemente fincadas numa ordem pós-escravista, de relações trabalhistas ainda primárias; o latifúndio continuava como modelo agrícola; a monocultura de exportação ainda era a base econômica do país; e a industrialização modesta e incipiente. No entanto, vivia-se sob forte pressão internacional, num momento de expansão do capitalismo mundial: aumento de seu mercado de consumo com a ampliação de zonas periféricas como a América Latina. Portanto, o país estava no impasse entre a força agrária conservadora, base histórica de sua economia, e a pressão internacional de um capitalismo urbano e industrial que conquistava o mundo com seu modo de vida burguês.<sup>579</sup>

Por isso mesmo, a busca de um discurso que aplainasse as diferenças entre a realidade atrasada, clerical e de fortes traços rurais e o desejo de integrar uma ordem de consumo, de convívio urbano, de cientificismo, chamado de modernidade. Tarefa que tornava o discurso oficial – qualquer um deles – um exercício meramente ornamental, vazio de conteúdo e rico na forma. Nada parecia mudar a realidade ainda impregnada pelos tempos coloniais. Neste sentido, a leitura que Roberto Schwarz fez de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, detecta o acento satírico de Machado de Assis, diante da

---

<sup>578</sup> MARTINSS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vol. II. São Paulo, Ed. Cultrix, 1978, p.36.

<sup>579</sup> FERNANDES, Floretan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Op. Cit..

mesma questão, quando sugere que “ciência, política, filosofia etc. aqui não passavam de afetação”.<sup>580</sup>

Quando os serviços culturais foram solicitados pela elite hegemônica, os intelectuais vinham de um longo período de ostracismo e isolamento. Vimos que nos anos iniciais do novo regime – e na própria biografia de Sílvio Romero e Euclides da Cunha isso é transparente – como os intelectuais foram alijados de funções políticas e dirigentes. De modo que quando retornaram ao papel público de intelectuais, fizeram com aquele entusiasmo dos que regressam aos atributos do passado para desfrutar do prestígio que julgavam perdido para sempre.

Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto não aceitaram o papel de avalistas ideológicos do novo regime e a atribuição de intelectuais engajados na formulação do discurso hegemônico. Continuaram ilhados depois das inúteis tentativas de se inserirem – com seus próprios pensamentos e convicções – na estrutura institucional republicana. A cultura, vista pela maioria dos intelectuais da época, era o saber e o modismo que emanava da Europa, e política uma forma diletante de tratar os interesses da nação. Para os três intelectuais de olhar tão semelhante, no entanto, havia necessidade de revelar uma cultura popular que julgavam latente e desvendar os interesses da elite escondidos nas decisões políticas. Como vimos, há também nos três a tentativa frustrada de inserção e de influência na nova ordem social e econômica proposta pelo regime.

Deste isolamento resultou uma volta às pesquisas sobre a nação, como havia ocorrido durante os últimos anos do período monarquista. A novidade estava em estudar também as ações do novo regime e suas conseqüências na realidade nacional. Em Sílvio Romero vimos isso de forma aguda na quase totalidade dos textos produzidos após a Proclamação e principalmente na tipificação da natureza social da elite do novo regime; Euclides da Cunha faz de *Os Sertões* um livro de estudo botânico e geológico, sociológico e antropológico, mas cujo núcleo é a desastrosa ação governamental contra a população de Canudos; em Lima Barreto, sua literatura de personagens como Floriano Peixoto, Barão de Rio Branco, convivendo com o major

---

<sup>580</sup> SCHWARZ, Roberto. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo – Machado de Assis*. São Paulo: Editora Duas Cidades e Editora 34, 2000, p.64.



Quaresma ou Gonzaga de Sá. Em todos os casos, na ficção, na crítica literária, no ensaio sociológico ou no jornalismo, a aparição do poder institucional republicano - realista ou ficcional - é sempre desastrosa.

Desta postura engajada do intelectual brasileiro, a partir da metade do século XIX e começo do século XX, como detectou com precisão Antonio Candido, derivou o caráter missionário de suas produções em livro ou em jornais. De certa forma, os três se mantêm inserido dentro de uma normalidade comportamental que exigia do intelectual um olhar ácido e uma postura independente, mas que naquela circunstancia tornaram-se exceções.<sup>581</sup>

O resultado é que a ação política e a atividade intelectual vão se aproximando de maneira indissociável. A articulação entre o campo intelectual e a esfera política consistia em exaltar o caráter brasileiro das massas ao mesmo tempo em que denunciava o corte artificial e estrangeiro das ações e do pensamento hegemônico. Para Sílvio Romero e Euclides da Cunha a própria democracia representativa não era possível por fatores que variavam do analfabetismo ao baixo poder econômico da população. Para Lima Barreto a representação popular sequer existia no horizonte político dado o caráter desqualificado e excludente de sua elite. A contradição a que os três se submetem era de que aceitavam a hierarquia da ordem social (liberal ou darwiniana), mas não reconheciam o mérito “daquela” elite.

Não vamos repetir as opiniões, já expostas nos capítulos anteriores, do que pensavam das elites econômicas, políticas e intelectuais que dirigiam a nação. No entanto, é interessante observar que convergiam na idéia de que uma elite dirigente, progressista e iluminada pelo conhecimento, deveria agir “por cima” das massas ainda despreparadas. Esta competência vinha do conhecimento científico, da cultura, do saber que não era acessível a todos. Por isso a aproximação, para eles, “natural” entre a política e o intelectual. A idéia de vanguarda, veremos mais adiante, vai ser influente em todas as correntes surgidas a partir dos anos 20.

---

<sup>581</sup> Antonio Candido desenvolve a idéia do caráter empenhado do intelectual brasileiro no Capítulo 1 de sua *Formação da Literatura Brasileira – momentos decisivos (op.cit.)*. Também Nicolau Sevcenko, em *Literatura como Missão (op. cit.)* retoma este conceito.

De qualquer forma, a visão destes intelectuais, emparedados entre o conhecimento e a ação política efetiva, vai se refugiar na descoberta do “verdadeiro” Brasil. Durante este longo período, ajudaram a solidificar uma tradição pessimista ao contrapor o discurso oficial ao conceito de “Brasil verdadeiro”, “nação profunda”, “o país real” que servia tanto para denunciar a falsidade da fala oficial como também legitimar suas vozes apoiadas na “verdadeira”, na “profunda”, na “realidade” nacional. Em outras palavras: o eixo de suas denúncias foi no sentido de demonstrar que a ação estatal era de natureza artificial, atendia aos interesses elitistas e ignorava de maneira consciente a população.

O caráter excludente com que se formava a moderna sociedade brasileira foi se revelando aos olhos destes intelectuais de maneira inequívoca e clarividente. Todas as ações governamentais criticadas de maneira acintosa por eles, provinham da constatação que o estado nacional voltava-se para atender as dificuldades e os interesses da minoria que constituía a elite dirigente. A maneira como a educação, a saúde, a distribuição de cargos públicos eram utilizados como benesses pelos donos do estado, o acesso aos financiamentos, as condições de câmbio favoráveis, a nação colocada a serviço do café, o uso da máquina estatal, a corrupção; e de outro lado, a forma como os sertanejos e outras populações da nação longínqua foram eliminados pelas forças do estado; o abandono da massa ex-escrava; a indiferença para com a população periférica da grande cidade – por todos os ângulos a exclusão social era evidente aos olhos nacionalistas dos três intelectuais.

De maneira que podemos perceber como eles passaram a se outorgar uma representatividade vinda do conhecimento da realidade brasileira, da proximidade que julgavam ter das camadas populares excluídas do projeto de nação. Esta posição de exigir do Estado uma aproximação da “realidade” nacional emprestou a eles a autoridade de conhecedores do Brasil, domínio que passaram a cultivar como status social e intelectual. De muitas formas – e já dissemos aqui – deixavam evidente sua preocupação com o realismo do discurso, ou seja, com a correspondência do fato ao enunciado; da palavra à ação.

O isolamento brutal a que se submeteram e foram submetidos – como vimos – resultou na formulação do discurso que acenava com a existência de uma nação incapaz

de ser constituída por aquela República. A nacionalidade brandida pelos três se transformou num instrumento político contra o novo regime. Existia um duplo, um outro Brasil muito além do representado pela instituição republicana. Daí a aproximação e o caráter utilitário de suas pesquisas intelectuais sobre a nação no discurso político que se opunha àquela hegemonia. “Paradoxalmente, esses autores isolados e humilhados tornaram-se porta-vozes da nação, como se estivessem encarregados de lhe dar forma e preparados para colocar-se na posição do poder.”<sup>582</sup>

É interessante observar que os três partem para a busca de uma cultura “genuinamente” popular. O folclore de cantigas, da danças e de tradições vai aparecer em suas obras, embora os estudos e atenções fossem distintos. Sílvio Romero chegou a publicar livros onde encontrou e reconheceu a cultura africana como formadora de uma tradição no Brasil. Fez isso antes da chegada da República e fez isso depois de instalado o novo governo. Euclides da Cunha trouxe para as páginas de *Os Sertões* versos, rezas, e orações daquele povo crente do interior da Bahia. Fez até um inventário arqueológico da miséria daquela gente saqueada pelo exército vencedor. Em Lima Barreto, vamos observar sua atenção para a vida cultural suburbana e comunitária, com festas religiosas, com cantigas e serestas, o cancionero popular, o olhar sobre uma vida cultural construída a partir de uma lembrança rural e impregnada do sentimento de exclusão urbana.

Na busca de se legitimar como conhecedores qualificados da realidade brasileira, estas provas culturais que localizavam junto ao povo eram a demonstração inequívoca de suas capacidades de ver cultura porque tinham formação cultural, autoridade de conhecimento, para atribuir valor àquelas manifestações tão inexpressivas para as autoridades políticas constituídas. Ou seja, era na cultura que estava a nossa nacionalidade e, portanto, só o homem-culto era capaz de identificar o que era cultura legítima e o que era imitação; o que era brasilidade e o que era estrangeirismos. Exerciam uma prática que se tornou uma tradição entre os intelectuais até os dias de hoje: decifrar o país. Ou nas palavras de Octavio Ianni:

---

<sup>582</sup> PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil – entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990, p.24.

O Brasil pode ser visto como um país, uma sociedade nacional, uma nação ou um Estado-nação, em busca de conceito (...) Esse o estado de espírito ou a mentalidade, que permeia as muitas inquietações de uns e outros, levando-os a buscar a fisionomia, o modo de ser, a realidade, os dilemas e as perspectivas da sociedade brasileira (...) São muitos os que se perguntam qual pode ser a sua fisionomia, a sua explicação ou o seu conceito.

Para Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto a busca desta identidade brasileira tornou-se por si próprio também um discurso contra o governo instituído. A valorização dos fragmentos culturais, representados em uma dança típica de Alagoas, ou a simples oração resgatada no interior da Bahia, a seresta religiosa da Penha, tudo se constituiria na base da cultura brasileira que estava por se mostrar. Por isso do realismo, buscado por Sílvio Romero, em sua crítica literária e seu afã em saudar o escritor que representasse a realidade brasileira; por isso também os ares científicos de Euclides da Cunha ao tratar a “geografia e a botânica” ao lado dos retratos cruéis da guerra e dos sertanejos; e também a razão de Lima Barreto tratar do “nacional” em *Policarpo Quaresma* e em denunciar o “bovarismo” elitista de uma cultura estranha à realidade brasileira.

De muitas maneiras, procuravam pistas de uma nação pré-existente ao novo pacto estado-nação que propunha o poder hegemônico. Sílvio Romero havia nomeado, durante a propaganda republicana, o mulato como expressão da raça nacional e seu futuro branco pela freqüente e intensa imigração. Seu pessimismo fez que o negasse nos tempos republicanos. Mas a idéia estava latente e plantada na geração seguinte, a de Euclides da Cunha, que o encontrou no interior baiano. Em Lima Barreto esta nação existia na cultura popular, tomando como manifestação genuína tudo aquilo que não se afirmasse nem como elite e nem como exclusividade racial. Ou seja, cultura para ele estava num conceito próximo ao de classe social.

Da prática intelectual e política de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto resultou a autoridade advinda da capacidade de interpretar os sinais culturais do povo brasileiro. Tanto servindo para disciplinar e repreender a ação do Estado, como também para legitimar junto às massas o seu próprio saber e estimular a resistência à cultura oficial. As massas não possuíam a consciência de sua produção cultural formuladora da nacionalidade – eles estavam ali para ajudá-la a perceber sua força. Os

intelectuais são os que se apresentam junto ao povo dispostos a atribuir importância à cultura popular. Por último, eram também capazes de enxergar as forças políticas que atuavam na esfera de poder e que impunham as condições de sua sobrevivência. De modo que se apresentavam como quadros capazes de atuar na esfera social, cultural e política a partir de seus postos de intelectuais.

O caráter inovador com que desenvolveram os estudos da cultura brasileira e o corte político que lhe atribuíram, valeu-lhes a singularidade destoante percebida até os dias atuais. Há, sem dúvida, em suas respectivas áreas de pesquisa e de atenção, um novo ânimo, um olhar revigorado sobre questões que pareciam definitivamente postas e consagradas dentro de uma tradição conservadora com que os estudos brasileiros eram realizados até a chegada deles. A existência de um método de estudo, a proximidade com a realidade social do país e a capacidade de destruir tradições são as marcas inquestionáveis do caráter fundador destes intelectuais.

O isolamento intelectual a que foram submetidos foi, portanto, uma das razões de terem se refugiado num nacionalismo de valorização da cultura popular e de estudos da sociedade brasileira. Para acolher este conjunto de preocupações tiveram que desenvolver instrumentos teóricos e artísticos capazes de atender às necessidades de interpretação da sociedade. É neste momento que se tornam fundadores de uma nova maneira de pensar, estudar e expressar o Brasil nos estudos intelectuais. O caráter inovador e fundador foram constatados em Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto e também por isso seus estudos atravessaram o século XX.

O valor intelectual atribuído por Antonio Candido a Sílvio Romero é a de um inovador e inclui sua obra no contexto do esforço de “revisão ideológica” do pensamento moderno brasileiro:

Sílvio Romero foi, a falarmos com rigor, o primeiro grande crítico e fundador da crítica no Brasil (...) pode-se dizer sem medo que lançou as bases mais sólidas para a compreensão da nossa literatura. Antes de Sílvio, a crítica brasileira esboçava apenas os seus trabalhos, presos ainda a critérios obsoletos e incapazes de interpretar a realidade cultural do momento. Depois dele, esprou-se em várias direções e ganhou diversos contornos. De qualquer modo, ele permanece um grande marco,

ao qual é necessário voltar se quisermos compreender a formação do espírito crítico no Brasil.<sup>583</sup>

Florestan Fernandes também atribui a Euclides da Cunha o valor de um fundador pelas novas perspectivas de estudos inauguradas com o livro *Os Sertões*, a partir de 1902. Além disso, foi um dos avalistas da leitura litoral versus interior no entendimento da sociedade brasileira. Por essa razão escreveu que “a realidade cultural do Brasil é e será ainda durante alguns anos a descrita em *Os Sertões*”.<sup>584</sup> Sobre o valor da obra de Euclides da Cunha para a sociologia é esclarecedor: “Daí em diante, o pensamento sociológico pode ser considerado como uma técnica de consciência e de explicação do mundo, inserida no sistema sociocultural brasileiro”.<sup>585</sup>

Na literatura o caráter inaugural praticamente inexistente. Há tendências que são marcas, pegadas, que deixam caminhos que se abrem ou se fecham. Mas é possível constatar originalidades que justificam a sobrevivência de algumas obras e autores. Para Nelson Werneck Sodré a literatura de Lima Barreto representava uma ameaça e um sentido novo: “(...) Ora, isso é que tem importância em Lima Barreto. O novo, naquele momento, apresentado de maneira áspera, violenta, desmedida”.<sup>586</sup> Mas o que nos interessa de maneira mais relevante para este trabalho é Lima Barreto cronista. E para isso temos a opinião de Beatriz Resende destacando sua relevância:

Nas crônicas de Lima Barreto temos registro da ‘história dos vencidos’, para usarmos a expressão de Walter Benjamin, história construída não por vozes oficiais (...) mas por aqueles que não tinham voz própria.<sup>587</sup>

Este caráter fundador é, de fato, fiador da importância que os três tiveram para os estudos sobre o Brasil e inaugural em alguns aspectos culturais, científicos e artísticos que procuraram incorporar nas pesquisas sobre o objeto nação. Mas, como já se fazia tradicional, acabou em muitos sentidos sendo institucionalizado pelo discurso hegemônico. Foi dessa forma que a partir da Primeira Grande Guerra, em 1915, o

---

<sup>583</sup> CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988, p.9.

<sup>584</sup> FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979, p.125.

<sup>585</sup> FERNANDES, Florestan. *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*. São Paulo: Editora Anhembi, 1958, p.196.

<sup>586</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Difel, 1982, p.506.

<sup>587</sup> RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Raquel. “Profissão Jornalista”. In: *Lima Barreto: Toda Crônica*. Rio de Janeiro: Agir, 2004, p.11.

Estado também passou a se empenhar na construção institucional da nacionalidade. Incorporou o patriotismo e o sentimento de nação invadiu a cultura oficial e o discurso hegemônico.

O nacionalismo virou moda e modelos como o da Liga de Defesa Nacional, criado em São Paulo por Olavo Bilac, espalharam-se pelo país. A exaltação do “soldado-cidadão”, o aparecimento de publicações destinadas aos estudos do Brasil, o surgimento de novos intelectuais que vinham de setores religiosos, de segmentos conservadores como também progressista, foram – como todas as resistências do período – incorporando-se até se transformar num discurso que atendia a todos e a nenhum interesse.

Já foi dito que idéias são forças sociais e o pensamento defendido por Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto, continuou vivo à espera do momento de se manifestar. Se nos capítulos referentes a cada um, perseguimos a herança intelectual deixada nos estudos brasileiros é momento de buscarmos as manifestações sociais resultantes de suas convicções políticas. Como dissemos anteriormente, a exclusão dos três do projeto republicano foi também a supressão de forças políticas que haviam participado, direta ou indiretamente, da construção utópica do novo regime.

De maneira que essas forças não tardaram a se apresentar de maneira definida no palco político nacional. Nas duas décadas seguintes, a brasilidade, o Positivismo, a revolução estética, o sindicalismo, a exclusão social, o estado forte, a crise das oligarquias, saíram das páginas rebeldes destes intelectuais para disputar o campo político e institucional do Estado. A historicidade da década de 1920 pode ilustrar como as idéias defendidas por eles se expressaram no cenário brasileiro.

As fissuras do modelo republicano foram se agravando a partir das contradições entre o velho capital agrário exportador e uma classe urbana que exigia a industrialização do país. Isso ficou expresso no fortalecimento das manifestações de rua e na conseqüente organização política partidária que ocorre a partir de 1920.<sup>588</sup> E de

---

<sup>588</sup> Não vamos repetir aqui estudos profundos e competentes que atribuem à crise econômica desencadeada a partir da Primeira Grande Guerra ou aos movimentos socialistas e comunistas que

repente, o que vinha sendo dito há quarenta anos, desde Sílvio Romero, Euclides da Cunha até Lima Barreto, ganhou as ruas como bandeiras políticas que exigiam ações radicais para dar ao Brasil um rumo de nação em busca do desenvolvimento.

O Movimento Tenentista, expresso numa jovem e média oficialidade aliada a setores urbanos em formação, foi a primeira manifestação política abertamente contra a República. O descontentamento, deste baixo oficialato com o governo federal, fez com que atacassem as oligarquias, a corrupção eleitoral, a subserviência ao capital internacional. O ideário positivista do movimento deve muito às teses defendidas por Euclides da Cunha no que se refere ao papel depurador e interventor das Forças Armadas. É interessante observar que, como fiéis positivistas, desprezavam a participação popular e defendiam um governo militar forte, capaz de mudar as estruturas sociais arcaicas do Brasil. O nacionalismo se bastava na pureza política de sua elite dirigente e dispensava “temporariamente” – dado o despreparo intelectual do povo – sua legitimação popular.

A partir da “Revolta do Forte de Copacabana” inaugurou-se no país, pelas mãos dos militares positivistas, um debate sobre nacionalidade em termos muito além dos inseridos institucionalmente pelas Ligas de Defesa Nacional. O papel que se atribuíram os revoltosos, que em tudo lembrava as convicções de Euclides da Cunha, é também seguimento da mentalidade, ainda viva nas Forças Armadas Brasileiras (principalmente no Exército), de guardiões de uma nacionalidade genuína, semelhante e herdeira à dos “puros” de Floriano Peixoto. É por essa razão que na década de 1970, em plena ditadura militar, alguns artistas/intelectuais ainda procuravam por uma obscura brasilidade revolucionária escondida em algum lugar do interior da tropa.<sup>589</sup>

Outra força política a se apresentar como resultado do fortalecimento do movimento operário, também no ano de 1922, foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Era resultante das agitações dos trabalhadores nos anos anteriores, que se rebelaram contra as degradantes condições de trabalho, e que haviam sido violentamente reprimidas pelo Estado. Dirigentes do PCB (eles acreditavam numa

---

eclodiam pela Europa, como elementos da nova fase do capitalismo mundial. Pela natureza deste trabalho, interessa-nos a tensão gerada em países periféricos como o Brasil.

<sup>589</sup> Glauber Rocha foi um desses intelectuais a ver em segmentos do Exército a manifestação mais pura da brasilidade. Daí eleger o general Golbery do Couto e Silva como um “representante da raça”.



vanguarda ou num “grande timoneiro”) nunca esconderam a simpatia e o reconhecimento ao cronista Lima Barreto, o primeiro na imprensa a declarar apoio incondicional aos trabalhadores paulistas e adesão à Revolução Russa. Astrojildo Pereira, intelectual e dirigente histórico do “partidão”, definia o significado de Lima Barreto:

Nenhum dos outros [cronistas da época] soube como ele penetrar o sentido profundo dos acontecimentos que se desenrolavam aos olhos de todos. Nenhum dos outros foi capaz de perceber a importância histórica da Revolução Russa de 1917, e nenhum deles pode rivalizar com Lima Barreto no que se refere ao instinto seguro da sua visão relativamente aos problemas políticos e sociais do após-guerra.<sup>590</sup>

Uma terceira força política estava representada por intelectuais nacionalistas, de inserção no meio jurídico, envolvendo segmentos ligados à Igreja, setores econômicos que buscavam a proteção do estado, lumpem urbano que surgia e culpava o imigrante pelo seu destino e até monarquistas saudosos. Intelectuais como Alberto Torres, Alceu Amoroso Lima, Plínio Salgado representaram o pensamento nacionalista e antiliberal que via nas liberdades individuais, no Brasil, a soma anárquica de interesses particulares que se sobrepunha a uma população desorganizada e sem capacidade de se conduzir pelo caminho democrático. Por isso a necessidade de um governo forte capaz de impor um projeto ao povo e defender os interesses nacionais. É evidente a aproximação com o “estado forte” do pensamento de Sílvio Romero desenvolvido no período pós-Proclamação.

Outra aproximação importante com inserção na pauta nacional foi a preocupação muito viva na obra de Sílvio Romero com o imperialismo norte-americano e a imigração alemã. Estes dois temas surgem com força na década de 20 e ganharam atitudes e legislação durante o governo de Getúlio Vargas. A legislação, que na década seguinte, vai proibir o uso da língua alemã em regiões de imigração, o cuidado para com as idéias separatistas, o receio de uma dependência econômica que se configurasse uma neo-colonização por parte dos Estados Unidos – tudo isso foram temas marcadamente influenciados pelas idéias de Sílvio Romero.

---

<sup>590</sup> PEREIRA, Astrojildo. “Posições Políticas de Lima Barreto”. In: *Crítica Impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p.38. Parêntese acrescido por nós.

De certo modo, tanto o Movimento Tenentista, quanto a criação do Partido Comunista Brasileiro e o nacionalismo conservador expressaram a adesão de setores da sociedade brasileira dispostos a participar dos esforços de modernização do país. A inserção do Brasil na nova ordem mundial expunha as forças minimamente organizadas da sociedade à defesa de seus interesses numa esfera política em decadência. A proximidade dessas três forças e seus inúmeros pontos de convergências pode ser representada na mítica figura política de Luiz Carlos Prestes. Do ponto de vista cultural e estético, expressaram-se oficialmente com a realização da “Semana de Arte Moderna”.

Para todos os movimentos sociais e culturais da década de 1920 a temática central envolvia o descobrimento da “realidade” brasileira como forma de impor a modernidade cultural, social e econômica àquela República que não havia feito outra coisa do que ocultado a nação. A descoberta dessa nação, a ser desvendada na realidade, fortalecia um laço coletivo que as diferenças estaduais tendiam a agravar. Durante a República Velha, os estados viviam como nações independentes – com Justiça, Exércitos e alguns até emitindo moedas – daí o sucesso da política dos governadores. A idéia de afirmação de um único governo – estado forte –, a se sobrepor aos interesses estaduais, era a amálgama do discurso de afirmação da unidade nacional.

É neste momento conflituoso e de efervescência intelectual que surgem duas leituras interpretativas do atraso e da miséria do Brasil. Estas explicações, que sobrevivem no cenário intelectual e político até os dias atuais, são devedoras aos estudos inaugurais dos três personagens deste trabalho. A primeira delas, claramente originária no pensamento de Sílvio Romero e, em parte, de Euclides da Cunha, trata de entender o país através da “fábula das três raças”. A explicação e o entendimento do “atraso” brasileiro ocorrem nas pesquisas que apresentam como núcleo as heranças raciais que determinaram, ao fim e ao cabo, características antropológicas que definem o povo brasileiro. O que o Brasil é e, principalmente, o que deixou de ser torna-se um paradigma explicado pela matriz racial de sua formação.

Parece não haver dúvidas de que a ideologia de um Brasilcadinho começa a se forjar no final do século XIX. Procuramos

mostrar como a categoria de mestiço é, para autores como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, uma linguagem que exprime a realidade social deste momento histórico, e que ela corresponde, no nível simbólico, a uma busca da identidade.<sup>591</sup>

Não é objetivo desta pesquisa atribuir valor a esta teoria sobre a identidade nacional – que no campo da sociologia brasileira inúmeros trabalhos se sobressaem –, mas constatar a participação de Sílvio Romero e Euclides da Cunha na fundação de uma leitura sobre o Brasil que deixou marcas profundas em nossos estudos. Pelo menos três nomes trataram de, seguindo o caminho, desenvolver obras que muito influenciaram gerações de pesquisadores durante todo o século XX: Paulo Prado, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Tanto *Retrato do Brasil*<sup>592</sup>, *Casa-Grande & Senzala*<sup>593</sup> como *Raízes do Brasil*<sup>594</sup> fundamentam-se em singularidade antropológicas específicas da população brasileira. Daí derivaram as teses culturalistas, que atribuem à “índole”, ao “gênio”, à “alegria”, à “informalidade” singular do povo brasileiro, as razões do atraso e do subdesenvolvimento.

A segunda leitura enfatiza aspectos contraditórios de dois países distintos metidos no mesmo espaço geográfico. Foi a tese defendida por alguns autores nos anos de 1930, mas que teve seu leito por décadas nos intelectuais/economistas progressistas e/ou marxistas da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina)<sup>595</sup>. A idéia de que a modernização da sociedade brasileira, ou o desenvolvimento em países periféricos da América Latina, acontecia de maneira anômala porque “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo”.<sup>596</sup> A leitura crítica e contrária, realizada por Francisco Oliveira, demonstra como este entendimento sobre a sociedade brasileira teve perenidade e influência. O resultado era o surgimento de setores (ou regiões) altamente desenvolvidos convivendo com outros mergulhados no atraso e no

---

<sup>591</sup> ORTIZ, Renato. “Da Raça à Cultura: a mestiçagem e o nacional.” In: *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 37.

<sup>592</sup> PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Brasiliense Limitada, 1944.

<sup>593</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

<sup>594</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>595</sup> Era formada basicamente pelos intelectuais paulistas com amplos estudos sobre o desenvolvimento econômico brasileiro: começa com Celso Furtado, Raul Prebisch, Maria Conceição Tavares e, mais tarde, junta-se o grupo formado dentro do Departamento de Sociologia da USP, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso.

<sup>596</sup> OLIVEIRA, Francisco. “Crítica a Razão Dualista.” In: *O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Rditorial, 2003, p.60.

subdesenvolvimento. Era o conceito “dualista” para explicar as razões do subdesenvolvimento brasileiro.

De forma primitiva e sem a sofisticação que o instrumental teórico dos campos da economia e da sociologia desenvolveram no século XX, vamos encontrar o conceito “dualista”, no entendimento da sociedade brasileira, fincada nas páginas de Euclides da Cunha que viu o litoral contra o sertão; o país institucional e o país real se confrontando em Canudos. Vamos encontrá-lo também na cidade e no “bovarismo” de Lima Barreto, quando trata do “centro e da periferia”. Esta ambigüidade na formação da sociedade brasileira, constatada por Euclides da Cunha e reforçada no olhar de Lima Barreto, ambos enxergando uma elite (econômica ou institucional) poderosa se contrapondo à miséria popular, vai aparecer anos mais tarde no livro de Jacques de Lambert, *Os Dois Brasís*.<sup>597</sup> A amplitude desta idéia dos “dois brasís” atingiu a unanimidade e alcançou pensadores da vertente socialista como também membros do conservadorismo tradicional da inteligência brasileira – cada qual procurando seus ilimitados desdobramentos.<sup>598</sup>

Estas duas leituras clássicas da realidade brasileira, que tentam explicar a inserção do país numa “modernidade dependente”, é a herança datada da desilusão política com os desdobramentos da Proclamação. Da leitura que fizeram do fracasso do republicanismo brasileiro, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto descobriram um outro Brasil, pré-existente e oculto no mestiçamento do povo e no descaso das elites. Ao perceberem este outro país dentro do próprio país (a ambigüidade) ou ao atribuir características específicas ao povo (o Brasil cadinho) acabaram por plantar as bases para os estudos da modernização brasileira.

---

<sup>597</sup> LAMBERT, Jacques de. *Os Dois Brasís*. São Paulo: Brasiliana, 1973.

<sup>598</sup> “Este livro, ainda que escrito por um francês, foi publicado pelo Ministério da Educação do Brasil (...) sua edição foi recomendada por Florestan Fernandes, distinto sociólogo marxista brasileiro, que disse que ela era ‘uma das melhores sínteses sociológicas escritas até agora sobre a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira’. Da edição brasileira (...) disse Wilson Martins, três anos depois, que era ‘um dos estudos mais inteligentes até hoje escritos sobre o nosso país’. In: GUNDER, André Frank. *Capitalismo y Subdesarrollo em América Latina*. México: Siglo XXI Editores, 1978, p.219.

### 5.3 MODERNIDADE: A VOZ DOS CRÍTICOS

Até aqui procuramos demonstrar como a plataforma teórica e a estratégia política, desenvolvida para denunciar a farsa e explicar o fracasso do regime republicano, transformaram-se em leituras perenes e matriciais nos estudos sobre a sociedade brasileira. Outro aspecto, porém, também confere importância e atualidade às obras de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto. A temática, sobre a qual inseriram suas produções intelectuais, tornou-se, ao longo do século XX, o núcleo a revelar as fissuras de um projeto capitalista modernizador em sociedades periféricas como a brasileira.

Marshall Berman constatou na Rússia do século XIX um fenômeno muito semelhante ao ocorrido no Brasil no trato das expectativas geradas em torno da inserção do país na nova ordem mundial que se solidificava na Europa:

(...) os russos do século XIX experimentaram a modernização principalmente como algo que *não* estava ocorrendo, ou como algo que estava ocorrendo à distância, em regiões que, embora visitassem, experimentavam mais como fantásticos anti-mundos que realidades sociais; ou ainda, quando ocorresse no país, como algo que acontecia das formas mais irregulares, vacilantes, flagrantemente destinadas ao fracasso ou estranhamente distorcidas. A angústia do atraso e do subdesenvolvimento desempenhou um papel central na política e na cultura russa (...)<sup>599</sup>

Com a modernidade republicana brasileira aconteceu, em seus aspectos formais, um processo semelhante: a urbanidade decorativa da cidade do Rio de Janeiro, os restritos privilégios da classe dirigente e os costumes afetados de sua elite – como vimos nos capítulos anteriores – revelam um processo incapaz de se fazer abrangente e incluir a sociedade. De forma que o olhar de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto se espria por uma modernidade “que acontecia das formas mais irregulares, vacilantes, flagrantemente destinadas ao fracasso ou estranhamente distorcidas”, nas palavras de Marshall Berman.

---

<sup>599</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.170. (grifo do autor.)

É isto que se configurou numa visão pessimista sobre nosso nacionalismo ou sobre a construção da modernidade brasileira. Se de um lado temos a maioria dos intelectuais engajados na articulação de um otimista discurso hegemônico, que atribuía, por exemplo, à imigração de mão de obra européia um passo em direção ao desenvolvimento modernizador, eles denunciavam a deformidade do modelo social que se constituía a partir destas imigrações. Se o discurso otimista saudava os “bulevares esplêndidos” e condenava a presença do povo pobre<sup>600</sup>, eles tratavam de demonstrar a conseqüência social provocada com deslocamento de populações para a periferia. Ou nas palavras de Octavio Ianni:

Os prenúncios do Brasil moderno esbarravam em pesadas heranças do escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo. As linhas de castas, demarcando relações sociais e de trabalho, modo de ser e pensar, resistiam por dentro e por fora das linhas de classes em formação. O povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política.<sup>601</sup>

De modo que foram articulando discursos e alinhando pesquisas para atender ao direcionamento político/ideológico de oposição ao sistema instituído. Ao mesmo tempo, o caráter cientificista de uma época, obrigava-os a articulações intelectuais de outra ordem. Agora havia obrigatoriamente a utilização de um método de leitura e de proposição, existiam filiações e derivações doutrinárias a seguir. Eram oposições atuais e relevantes – principalmente em Sílvio Romero e Euclides da Cunha, e bem menos em Lima Barreto – derivativas do pensamento, como vimos, de Herbert Spencer, de August Comte, de John Stuart Mill. Ou seja, suas pretensões eram nitidamente políticas, mas em igual intensidade eram intelectuais.

E aqui temos outra característica comum aos três intelectuais: não há, em suas visões de mundo, espaço para o passado. O passado é a monarquia, é a escravidão. Diferente de outros pessimistas quanto ao futuro do Brasil, neles não encontramos a

---

<sup>600</sup> “Num dos últimos domingos, vi passar pela Avenida Central um carroção atulhado de romeiros da Penha; e naquele Boulevard esplêndido, sobre o asfalto polido, entre as fachadas ricas dos prédios altos, entre carruagens e os automóveis que desfilavam, o encontro do velho veículo, em que os devotos urravam, me deu a impressão de um monstruoso anacronismo; era a ressurreição da barbárie - era a idade selvagem que voltava, como uma alma de outro mundo, vindo perturbar e envergonhar a vida da cidade civilizada”. BILAC, Olavo. In: DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista*. Vol.2 Op cit, p. 370.

<sup>601</sup> IANNI, Octávio. *A Idéia do Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.33.

glorificação do passado. Da acuidade intelectual cientificista e do utilitarismo político de que eram impregnados, resultou um pensamento sobre o Brasil em termos de industrialização, desenvolvimento, formação social, representação da cidadania, urbanidade, conflitos internos, definições raciais, enfim, um conjunto de temas impregnados de futuro.

E é neste instante que eles se deparam com o projeto capitalista para o país e com a cultura moderna, urbana e consumista. Ao perceberem a anomalia que o projeto proposto provocava numa realidade que, a rigor, mudara muito pouco em suas bases socioeconômicas, concentraram esforços intelectuais no estudo de alguns temas que se revelaram grandes fissuras do projeto modernizador do Brasil. É importante salientar que só perceberam essas anomalias na constituição do novo modo de vida e na instituição do novo modelo econômico graças à desilusão política com o novo sistema de governo. É nisto também reside a sobrevivência, a atualidade e o valor dos estudos de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto.

Cem anos depois, andando pelas ruas das grandes cidades, é fácil apontar as deformações que a modernidade produziu no conjunto dos países periféricos e, em especial, nos frágeis tecidos sociais de nações como o Brasil. Mas na época era muito difícil ver aquela imigração “modernizadora”, por exemplo, e inseri-la numa discussão que questionava e ainda questiona as definições e as fronteiras do “caráter nacional”. Responder a questão o que é a nacionalidade brasileira (?) foi um dos desafios propostos por Sílvio Romero e que até os dias de hoje está entre os problemas de nossa modernidade.

A busca de uma definição racial para o povo brasileiro sempre esteve presente e sempre esteve oculta dos ambientes intelectuais e acadêmicos. A menção às características étnicas (seja na cor da pele ou na herança cultural) era e ainda é tratada com desconfiança e desconforto. Em alguns casos, são claras as acusações à obra de Gilberto Freyre, para citar o exemplo mais evidente.<sup>602</sup> Mas o tema continua vivo e um

---

<sup>602</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lucia G.. *Gilberto Freyre – Um Vitoriano dos Trópicos*. São Paulo, Ed. UNESP, 2005.

exemplo é a discussão que se travou quando da aprovação do sistema de cotas raciais para ingresso na universidade federal brasileira.<sup>603</sup>

A construção da nacionalidade brasileira, inserida com relevo na pauta temática de Sílvio Romero, tem implicações complexas. A demanda a que ele tenta atender está na esfera política, nos riscos de um neo-colonialismo por parte das nações ricas, e na descoberta de uma única identidade, baseada na cultura popular, capaz de responder às diversidades étnicas marcadas na origem da formação do povo brasileiro. Se até antes da Proclamação, o “mulato” parecia ser o amálgama que a tudo unia, depois de instalado o regime, a opinião de Sílvio Romero passou a ser de alerta quanto à construção dessa nacionalidade.

De qualquer forma, a edificação de uma identidade nacional foi o tema central da obra de Sílvio Romero e o inseriu de maneira integral nos debates sobre a modernidade<sup>604</sup> brasileira e também no movimento modernista da “semana”. No primeiro caso, como vimos, toda a ação política de Sílvio Romero é no sentido de buscar a inserção do Brasil na nova ordem capitalista mundial e sua filiação ideológica ocorre dentro do mais puro liberalismo. É interessante observar que, no caso do modernismo cultural, apesar da profunda preocupação em serem inéditos e inaugurais, os intelectuais de 1922 não conseguem esconder as pistas de uma “brasilidade” fundada por Sílvio Romero.

Se a aproximação de Sílvio Romero ao “modernismo regionalista” de Gilberto Freyre – como vimos – ocorre pelo viés de uma antropologia física, com os intelectuais da “Semana de Arte Moderna” o acostamento se dá na premissa da existência de uma cultura formada e perene na base da tradição popular. É bandeira de Sílvio Romero revelar uma “cultura popular” capaz de significar a existência de uma identidade vivendo além e independente das construções institucionais da nação brasileira. Daí as obras que publicou com ênfase no folclore, em raízes mais profundas de uma cultura

---

<sup>603</sup> A capa da revista *Veja*, de seis de junho de 2007, com o título “Raça Não Existe”, traz uma foto de dois irmãos gêmeos idênticos que foram considerados, no sistema de cotas, como sendo um branco e o outro negro. O destaque, apenas ilustrativo, dá a dimensão e a força do tema junto à sociedade.

<sup>604</sup> Como já dissemos anteriormente, usamos modernidade como “difusão dos produtos da atividade racional, científica, tecnológica, administrativa (...)”. Conceito de TOURAINE, A. In: *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, p.18.



formada. Mário de Andrade também segue esta vertente ao associar o popular com o nacional.

O período atual do Brasil, especialmente nas artes, é o de nacionalização. Estamos procurando conformar a produção humana do país com a realidade nacional. E é nesta ordem de idéias que se justifica o conceito de primitivismo aplicado às orientações de agora.<sup>605</sup>

Na sofisticação intelectual de Mário de Andrade parece haver um painel de fundo nacionalista onde fixava, com maior ou menor destaque, suas observações sobre música, crítica literária ou formação social. Quanto maior a identificação com a “brasilidade”, maior era o valor que atribuía à obra, ao autor – enfim, ao elemento portador dessa nacionalidade. Sua proximidade silenciosa com Sílvio Romero se dá na dimensão integral desta busca, onde vamos encontrar muito vivo o mito “das três raças” (“cabe lembrar mais uma vez aqui do que é feita a música brasileira ...ela provém de fontes estranhas: a ameríndia..., a africana.... e a portuguesa.”<sup>606</sup>) e até uma educada e nada sutil condenação a Machado de Assis nos mesmos parâmetros utilizados por Sílvio Romero (“... a pequena contribuição de alma brasileira existente no homem Machado de Assis”<sup>607</sup>).

A diferença mais relevante entre Sílvio Romero e Mário de Andrade – guardada as devidas proporções no que se refere à arte e aos estudos de cada um – está no utilitarismo político da atividade intelectual. Sílvio Romero sempre esteve no embate, colocou toda sua obra a serviço da ideologia que seguiu e – razão deste trabalho – impregnando sua produção de intelectual com as ilusões e as desilusões de suas paixões políticas. Já Mário de Andrade estuda as manifestações culturais populares com afincio e profundidade, mas nunca deu aos seus estudos a perspectiva política do engajamento. Num texto de sua maturidade, ele confessa que “minhas intenções me enganaram”:

Vítima do meu individualismo, procuro em vão nas minhas obras, e também na de meus companheiros, uma paixão mais temporânea, uma paixão mais viril na vida. Não tem. Tem mais

---

<sup>605</sup> ANDRADE, Mário de. “Ensaio sobre a música brasileira”. In: *Obras Completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1967, p.13.

<sup>606</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>607</sup> ANDRADE, Mário de. “Machado de Assis”. In: *Aspectos da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins Editora, s/d, p.105.

é uma antiquada ausência de realidade em muitos de nós (...) O engano é que nos pusemos combatendo lençóis superficiais de fantasmas. Deveríamos ter inundado a caducidade utilitária do nosso discurso, de maior angústia do tempo, de maior revolta contra a vida como está. (...) Não me imagino político de ação. Mas nós estamos vivendo uma idade política do homem, e a isso eu tinha que servir.<sup>608</sup>

Ao contrário de Mário de Andrade, Sílvio Romero serviu a política e talvez tenha enxergado através deste viés que os novos tempos traziam a globalização do capital e a conseqüente fragilização dos projetos nacionais. Com a memória viva de uma dependência econômica e cultural de ordem colonial, percebia que o domínio do capital ganhava formas semelhantes ao do passado não muito distante e a relação entre as nações, apesar dos novos tempos, restabeleciam laços que exigiam a afirmação de uma nacionalidade. De maneira muito objetiva advertia:

Dos ilustres povos, materialmente ricos, militarmente poderosos, industrialmente avançados, temos sim a aprender muito e não nos peja confessá-lo. Trabalhemos, lutemos para chegar aonde eles chegaram, já que o materialismo da fortuna, do dinheiro, da habilidade industrial, primado sobre a qualidade do caráter, invadiu as sociedades modernas e abastardou todos os surtos do ideal; mas não cheguemos ao aviltamento de deixar de ser nós mesmos, de renegar nossas origens, de apagar nosso passado, de escurecer nos altos predicados de nossa raça, de repetir os nossos maiores, última vilania a que pode descer um povo.<sup>609</sup>

A aceitação de que o “materialismo da fortuna” (leia-se, capitalismo) havia invadido “as sociedades modernas”, inseria-se na lógica de que na outra extremidade deste processo estavam “os países atrasados” com valores e idéias antigas. A racionalidade cientificista, embutida na segunda revolução industrial, proporcionava poucas alternativas às economias periféricas como a brasileira. A única opção era deixar-se levar pelos países industriais, mas criar valores nacionais robustos e executar reformas sociais para incorporar os avanços e o padrão de vida alcançado por estes povos. Mas a história demonstra que o processo não ocorreu desta forma e um abismo gigantesco se abriu entre a classe dirigente e a base da população.

---

<sup>608</sup> ANDRADE, Mário de. “O Movimento Modernista” In: *Aspectos da Literatura Brasileira*. Op. Cit., p.253.

<sup>609</sup> ROMERO, Sílvio. “O Elemento Português no Brasil” In: *Discursos*. Porto: Leilo & Irmãos Editores, 1904, p.166.

Todo este estudo tratou da mudança de rumo na produção de três intelectuais para entender e denunciar a formação deste abismo na sociedade brasileira, ao contrário do que esperavam com a mudança do regime. Evidentemente este fenômeno ocorreu em muitos países, onde a visão evolucionista (darwiniana) não se realizou contrariando expectativas. As sociedades locais não obtiveram um acúmulo de riquezas como julgavam “natural” e as explicações, como vimos, recaíram sobre a formação étnica do povo local. Num primeiro momento, a atribuição foi de caráter genético, e, mais tarde, cultural.

Se o problema, portanto, era cultural, o Estado tinha que interferir para atrair estas populações “atrasadas” para dentro do “processo civilizatório”<sup>610</sup>. Agora a idéia partia do princípio de que as sociedades eram diferentes em suas origens, mas poderiam evoluir do primitivo ao adiantado, ou do antigo para o moderno, se lhes fossem removidas crenças atrasadas, valores antigos, comportamentos inadequados. Em seu lugar, de maneira consentida ou de forma impositiva, assimilariam os valores baseados na liberdade pessoal e na propriedade privada – era a base do pensamento liberal. Estados se constituíram e ações militares violentas foram empregadas para que este projeto fosse implementado. Era a ação civilizatória que se impunha às populações que viviam submersas na “barbárie”.

O resultado, como sabemos, foi a utilização de um método de intervenção social, por parte do Estado modernizador, que até os dias atuais espalham morte e terror. Países periféricos - da Índia ao México até a Argentina<sup>611</sup> - oferecem histórias de holocaustos e massacres em nome do projeto democrático e igualitário, civilizador e moderno. Desta forma, “civilização e barbárie” se transformou, nos países periféricos, em um não-lema, a contra-senha para uma trágica troca de papéis. É em nome da civilização, com seus valores “de liberdade”, que exércitos foram usados para destruir

---

<sup>610</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *Uma Introdução ao Mundo Contemporâneo*. São Paulo: Augurium Editora. 2004, p.71.

<sup>611</sup> O escritor V.S. Naipaul, Prêmio Nobel de Literatura, tratou do embate entre a civilização ocidental e as tradições orientais na Índia. Octavio Paz narra a longa tradição de opressão sobre as civilizações pré-colombianas exercida pelos espanhóis no México. E escritor argentino Domingo Sarmiento escreveu o clássico *Facundo – Civilização e Barbárie* (1845), contando o processo “civilizatório” do pampa argentino. Os exemplos são muitos e incluem autores de todas as partes do mundo com vivos e significativos relatos de civilização e barbárie.

populações mergulhadas em “crenças retrógradas”. E a ação que traria o projeto modernizador transformou-se em mais um ato de barbárie.

O tema “civilização e barbárie” tornou-se também símbolo do projeto modernizador “por cima”, ou seja, através de um entendimento de elite, que perdura até os dias de hoje no epicentro de nossas modernidades não realizadas. Euclides da Cunha inseriu-se nesta temática com *Os Sertões*, e colocou o Brasil no mapa das nações que produziram uma das mais espetaculares chacinas da história humana em nome da civilização e de sua instituição política mais avançada: a república. O olhar de Euclides da Cunha se concentrou na ação reparadora que o estado pretendia exercer, em nome da “civilização”, no combate a setores “perigosos” da sociedade que atuavam na “barbárie” do culto à monarquia e ao misticismo religioso.

(...) quando as cidades desenvolveram a batalha frontal para se impor aos campos, utilizando o poderio militar de que haviam sido dotadas pela sua relação com as metrópoles externas, o brasileiro Euclides da Cunha, que pensava da mesma maneira que Sarmiento, começou a duvidar dessas premissas civilizadoras quando presenciou a carnificina da guerra no sertão de Canudos e o relatou de forma pessimista em *Os Sertões* (1902). O reverso da modernização capitaneada pelas cidades se havia mostrado nua e não era agradável.<sup>612</sup>

A incorporação de Euclides da Cunha aos que denunciaram esta prática é um fato inquestionável. Em muitos momentos de *Os Sertões* encontramos o próprio autor apresentando o cotejamento entre a “ação civilizadora” e os atores da barbárie. Eram iguais:

Os atores, de um ou de outro lado, (...) só podiam unificar-se sobre a base comum dos instintos inferiores e maus. A animalidade primitiva lentamente expungida pela civilização, ressurgiu, inteiriça. Desferrava-se afinal. Encontrou nas mãos ao invés do machado de diorito e do arpão de osso, a espada e a carabina. Mas a faca relembra-lhe melhor o antigo punhal de sílex lascado. Vibrou-a. Nada tinha a temer. Nem mesmo o juízo remoto do futuro.<sup>613</sup>

Mais adiante, atribui à barbárie as tropas do governo:

---

<sup>612</sup> RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.37.

<sup>613</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões – a campanha de Canudos*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p.445.

Era uma inversão de papéis. Uma antinomia vergonhosa (...) Aquilo não era realmente uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa das leis, era a vingança. Dente por dente. Naqueles ares pairava, ainda, a poeira de Moreira Cezar queimado; devia-se queimar. Adiante, o arcabouço decapitado de Tamarindo; devia-se degolar. A repressão tinha dois pólos – o incêndio e a faca.<sup>614</sup>

Em algumas ocasiões trata com sarcasmo e ironia a ação das tropas governamentais. Como no episódio, já citado, em que o Exército resolveu prestar uma homenagem à data histórica da França em meio a um ataque de assalto à cidade de Canudos:

O comboio chegou ao alto da Favela a 13 de julho (...) O dia seguinte era propício: uma data de festa nacional. Logo pela manhã uma salva de vinte e um tiros de bala a comemorara. Os matutos brancos foram varridos cedo, - surpreendidos, saltando estonteadamente das redes e dos catres miseráveis – porque havia pouco mais de cem anos um grupo de sonhadores falara nos direitos do homem e se debatera pela utopia maravilhosa da fraternidade humana (...) <sup>615</sup>

Episódios de “civilização e barbárie” se tornaram reveladores de outra limitação que o projeto modernizador capitalista trouxe à maioria dos países do mundo: a pobreza absoluta de grandes parcelas da população. Na linguagem revigorada do novo século, chama-se exclusão social e atingiu dimensões gigantescas da humanidade. Outros tempos também viveram a miséria, mas a novidade estava no fato da exclusão, no projeto recém instalado no Brasil, estar também na origem da grande cidade. De modo que, desde o início, o moderno espaço urbano brasileiro serviu de palco para a convivência da pobreza e do luxo. Assim como áreas distantes e isoladas sofreram com a exclusão social e a violência, também a cidade não ficou de fora de uma prática que estava na própria lógica do novo modelo.

O exemplo mais luminoso foi a reurbanização do Rio de Janeiro. A elite republicana definiu, naquele momento e naquele lugar, a forma de atuação da administração pública, o papel do povo no processo e o conceito e a prática de

---

<sup>614</sup> Ibidem, p. 444.

<sup>615</sup> Ibidem, p. 346.

modernização que o novo sistema se atribuía. Foi um modelo de atuação que mais tarde, solidificado e estabilizado, seria posto em prática nas relações entre as instituições e a vida das grandes cidades. Foram práticas autoritárias que se perpetuaram nas relações de enfrentamento entre o estado e os direitos dos cidadãos. Nas palavras de José Murilo de Carvalho:

A relação da República com a cidade só fez, em nosso caso, agravar o divórcio entre as duas e a cidadania. Primeiro, por ter a República neutralizado politicamente a cidade, impedindo que se autogovernasse e reprimindo política da população urbana (...) A castração política da cidade e sua transformação em vitrina, esta última efetivada nas reformas de Rodrigues Alves e na grande exposição nacional de 1908, inviabilizaram a incorporação do povo na vida política e cultural. Porque o povo não se enquadra nos padrões europeus nem pelo comportamento político, nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara. Na República que não era, a cidade não tinha cidadãos.<sup>616</sup>

Lima Barreto será o visionário desta fissura que se mostrou tão clara a ele, diante de nosso processo de modernização urbana. A cidade e a exclusão social foram os temas do escritor carioca que viu a cidade partida – de cima abaixo – no seu intento de convivência dos extremos. Na maioria de suas crônicas sobre a cidade, a República e os valores sociais, ou seja, nas crônicas de caráter criticamente ideológicas, esta dualidade de contrastes está presente. É desta contradição que parece nascer o que há de mais atual em sua obra. A miséria da favela já contrastando com a opulência de uma Copacabana de características nitidamente especulativas.

Há também nessa sua narrativa um componente novo e urbano na maneira de construir a representação sobre a cidade. Ao tentar uma aproximação – quase intimidade – com o leitor, Lima Barreto constrói uma narrativa coloquial para falar sobre a cidade. Ora, a disposição ao atribuir uma forma leve de linguagem e um conteúdo (a cidade) ao alcance de todos, trouxe para a crônica de Lima Barreto uma representação popular, muitas vezes marginal da vida do Rio de Janeiro. É por essa razão que Beatriz Resende, com propriedade, escreveu:

---

<sup>616</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Op. Cit., p. 162.

As ruas da cidade são o locus do cronista, seu posto de observação, espaço onde desenvolve todas as suas filosofias, de onde tira pedaços para construir suas crônicas (...) assemelhando-se ao boêmio que Walter Benjamin descreve (...)<sup>617</sup>

É na natureza absolutamente urbana e moderna de sua crônica que encontramos o escritor mais comprometido com os ares dos novos tempos. Seja na produção de folhetins ou no fazer de seu jornalismo – o primeiro mergulhado na representação satírica e irônica do mundo institucional e o segundo no anonimato popular da urbanidade carioca – Lima Barreto se aproxima de forma integral da figura do *flâneur*. O acostamento de Lima Barreto ao conceito de Walter Benjamin é total quando este último escreve: “A base social da *flânerie* é o jornalismo. É como *flâneur* que o literato se dirige ao mercado para se vender.”<sup>618</sup>

“Nacionalismo”, “civilização-barbárie” e “cidade” tornaram-se emblemas de fissuras na modernidade desigual e inalcançável dos países periféricos. Sobre este conjunto temático estruturou-se um discurso de resistência e denúncia – em muitos casos abrangendo também bandeiras de exclusões raciais, sexuais, religiosas e culturais. Ainda hoje é possível perceber ecos da vivacidade intelectual de Sílvio Romero ao apontar a necessidade e também a dificuldade de se formar parâmetros para a construção de uma identidade nacional; *Os Sertões*<sup>619</sup> continua sendo um documento importante a nos lembrar o resultado de ações governamentais, nascidas e pensadas dentro da máquina institucional, e que obedecem a uma lógica que não contribuem para o desenvolvimento de populações; e Lima Barreto ainda é o olhar crítico mais radicalmente revelador de uma urbanidade alegórica e improvisada que não integra a totalidade da população – e tem na ação policial de repressão a única presença reconhecível do Estado.

---

<sup>617</sup> RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto – e o rio de janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1993, p.98.

<sup>618</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.225.

<sup>619</sup> A força popular de um conceito nascido nas páginas de *Os Sertões* pode ser aferido ainda hoje, como, por exemplo, no segundo turno das eleições de 2006, durante a disputa entre o candidato Geraldo Alckmin e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A capa da revista *Veja*, de 1º de novembro de 2006, com o título: “Dois brasis depois do voto?” , com a foto dos candidatos e a legenda de que o vencedor teria que unir um país dividido entre o nordeste e o sul/sudeste. O segundo fato é um *slogan* do candidato do PT, de que *O Sertão vai derrotar a Daslu*, numa referência dupla à origem do presidente Lula e à população excluída (o sertão) de um lado; e as ligações da família de Alckmin com a sofisticada e caríssima casa de moda (as elites) de outro.

Estes temas se inserem na grande crise do pensamento liberal que, como vimos, expressou-se nos movimentos políticos na década de 1920, foram tratados por este três intelectuais com anos de antecedência. E se estamos sendo repetitivos ao procurar demonstrar a primazia e atualidade em suas formas de pensar é porque entendemos que há neles algo que vai além das razões políticas. Estamos tentando demonstrar uma perenidade que antecede as circunstâncias políticas ou os embates ideológicos de um tempo. Estamos procurando evidenciar que talvez o sentimento de desilusão de alguma forma se espraiou a ponto de constituir um novo olhar sobre o tempo que surgia diante deles.

A melancolia contida em suas produções intelectuais pós-Proclamação estão impregnadas de desilusão quanto à realização da utopia político-intelectual. Em “Luto e Melancolia”, Sigmund Freud estabelece a melancolia, a tristeza, a desilusão como uma reação à perda consagrada. No entanto, o luto se mantém fiel ao objeto da perda, mas é capaz de substituir o objeto perdido com o passar do tempo. Já com a desilusão, com a melancolia, a perda ocorre através de uma identificação do ego com o objeto perdido. Daí o caráter perene dos processos de melancolia.<sup>620</sup>

Fizemos esta citação não tanto para caracterizar a desilusão, mas pela proximidade de seu conceito com o de luto. Walter Benjamin utiliza o julgamento freudiano para caracterizar as perdas que o mundo barroco e o mundo moderno carregam no seu interior.<sup>621</sup> De fato o que ocorreu com Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto foi a perda de uma utopia, foi um luto, cujo resguardo tornou-se uma perene melancolia. No caso aqui estudado, esta urgência é pontual, datada e desesperadamente imperiosa, como é nossa maneira de viver. Todas as esperanças e ilusões jogadas na mudança do regime, na alfabetização, na industrialização, nas próximas eleições. Sempre o caráter messiânico de urgência e de salvação nos batendo à porta.

---

<sup>620</sup> FREUD, Sigmund. “Luto e Melancolia”. In: *Obras Completas*. Livro 11. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1974, p.169.

<sup>621</sup> BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.



O pensamento dominante, diante da sociedade despedaçada que se mostrava a sua frente, tratou de atribuir culpabilidade à vítima. E assim tivemos e ainda temos um “senso comum” – derivado do discurso dominante – de que a miséria e a ignorância são processos “naturais” dadas à índole (racial ou cultural) do povo. Há no pensamento nascido “da guinada”, nos percursos intelectuais dos três personagens estudados aqui, um firme propósito – a messiânica vontade – de infligir responsabilidades e reverter o eixo de acusações. O valor social nascido do pensamento deles reside exatamente na articulação de um discurso que valoriza o oposto. O “mulato”, de Sílvio Romero; o “sertanejo”, de Euclides da Cunha; e o “limabarreto”, de Lima Barreto, são muitos e é um só no conjunto dos derrotados da modernidade-não-realizada da sociedade brasileira.

Walter Benjamin em suas teses sobre a história escreveu sobre o contínuo do pensamento, de modelos mentais que viajam pelos tempos ao encontro de seus herdeiros. Assim, os vencedores de hoje são os herdeiros dos que venceram no passado. Assim como os derrotados de hoje são os que perderam no passado.<sup>622</sup> Esta leitura histórica resgata o movimento do pensar e o retira de uma imobilidade cadavérica. Este foi também a característica que encontramos e que procuramos valorizar no presente trabalho. Mais do que apontar contradições – componente natural do ato de pensar – o que buscamos foi mostrar o rio, o andar, o fluxo do pensamento, destes três intelectuais, transformando-se em busca da compreensão da realidade e do povo.

Nenhum dos três se preocupava com “coerência”, no sentido de repetir hoje o que havia dito anteontem. Sílvio Romero chegou a escrever um livro com o sugestivo nome de *Minhas Contradições*.<sup>623</sup> Havia neles uma idéia de fluxo, de movimento constante, que fica evidente diante dos arranjos teóricos – muitas vezes precários – que não tentam esconder. Procuramos lê-los também por este caminho e porque nos pareceu a maneira mais honesta intelectualmente de entendê-los.

---

<sup>622</sup> “Os dominadores num certo tempo histórico são, no entanto, os herdeiros de todos aqueles que alguma vez já venceram. Assim sendo, a identificação com o vencedor acaba toda vez beneficiando o detentor do poder. Com isso já se disse o suficiente para o materialismo histórico. Quem até esta data sempre obteve a vitória participa da grande marcha triunfal que o dominador de hoje celebra por cima daqueles que hoje estão atirados no chão. BENJAMIN, Walter. *Walter Benjamin – Sociologia*. (org) Flávio Kothe, Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 1991, p.157.

<sup>623</sup> ROMERO, Sílvio. *Minhas Contradições*. Bahia: Livraria Catilina, 1914.

Mais do que dar destaque às contradições, procuramos demonstrar que suas incoerências fazem parte de uma “mudança de lugar”, mudança de ponto de observação para melhor enxergar a paisagem presente e o tempo que vinha a frente. Esta transformação foi proporcionada pelo sentimento mais legítimo e mais genuíno dos tempos modernos: a desilusão. Foi deste lugar que eles escreveram a parte mais significativa de suas obras. E foi deste mesmo lugar que procuramos realizar o presente trabalho. Ou nas palavras encantadas de Walter Benjamin:

Será que não nos tange então uma lufada daquele vento que girou em torno de nossos ancestrais? Será que não há, em vozes a que prestamos atenção, um eco de vozes agora silenciadas? (...) Se assim é, então existe um acordo secreto entre as gerações passadas e a nossa. Então fomos esperados sobre a terra. Então foi-nos confiada, como a cada geração que nos precedeu, uma fraca força messiânica, sobre a qual o passado tem seus direitos. Tais direitos não são facilmente descartáveis.<sup>624</sup>

---

<sup>624</sup> BENJAMIN, Walter. *Walter Benjamin – Sociologia*. (org) Flávio Kothe, Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 1991, p.154.

## BIBLIOGRAFIA

### Capítulo 1:

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento – a geração de 1870 na crise do Brasil - Império**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

AMADO, Gilberto. **História da minha infância**. Aracaju: Universidade Federal do Sergipe, 1999.

\_\_\_\_\_. **Minha formação no Recife**. Aracaju: Universidade Federal do Sergipe, 1955.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república – das origens até 1889**. Rio de Janeiro: Ed. Livraria São José, 1957.

BELLO, José M. **História da república: 1889-1954**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1975.

BESOUCHET, Lídia. **José Maria Paranhos – visconde do Rio Branco: ensaio histórico-biográfico**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BRITO, Mário da Silva. **História do modernismo brasileiro. V.I – antecedentes da semana de arte moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_ **Brás Cubas em três versões.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira (1750-1836): momentos decisivos.** Belo Horizonte; Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975.

\_\_\_\_\_ **Educação pela noite e outros ensaios.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

CALMON, Pedro. **História social do Brasil – a época republicana.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

CARONE, Edgar. **A primeira república – texto e contexto.** São Paulo: DIFEL, 1976.

\_\_\_\_\_ **A República velha – instituições e classes sociais.** São Paulo: DIFEL, 1970.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados – O Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_ (org) **Nação e cidadania no império – novos horizontes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_ **A formação das almas – o imaginário da república no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Sertório de. **A república que a revolução destruiu.** Rio de Janeiro: Edição Freitas Bastos, 1932.

COSTA, Ângela Marques da. **Virando séculos – 1890 -1914: no tempo das certezas.** São Paulo, Companhia das Letras, 2002

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república – momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2000.

DARNTON, Robert (org). **Revolução impressa – a imprensa na França (1775-1800)**. São Paulo: Editora da USP, 1996.

DIMAS, Antônio. **Bilac, o jornalista: crônicas**. São Paulo: Imesp, 2006.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. (org) **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1970.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de república?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_ **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FERREIRA, Jorge. e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.) **O Brasil republicano – o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

FREITAS, Décio. **O homem que inventou a ditadura no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2000

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos – decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento urbano**. 1º Tomo. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1981.

\_\_\_\_\_ **Ordem e progresso**. São Paulo: Editora Global, 2004.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

HOBBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_ **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. Brasília: Editora UNB, 1966.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1974.

LAET, Carlos de. **Textos escolhidos**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1964.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo: Editora Pioneira, 1969.

LOBO, Aristides. “Cartas do Rio”, **Diário popular**, São Paulo, de 18 de novembro de 1889.

MENDES, Evelyse M. F. **Bibliografia do pensamento político republicano (1870-1970)**. Brasília: Editora da UnB, 1982.

MORAES, José Geraldo V. de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. São Paulo: Editora Atual, 1994.

MORAIS, Evaristo de. **Da monarquia para a república (1870-1889)**, Brasília: Editora UNB, 1985.

MOREIRA, Maria Eunice (org.). **Da abolição à república – a literatura conta a história**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1989.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 2004.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da literatura brasileira: prosa de ficção – de 1870 a 1920**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1988.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A Idéia republicana no Brasil através de documentos**. São Paulo: Ed. Alfa-omega, 1973.

POMPÉIA, Raul. **Obras completas**. Vol.IX. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

QUEIROZ, Eça de. **Notas contemporâneas**. Porto: Lello & Irmao, 1945.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Vol.2. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1954.

\_\_\_\_\_ “O Brasil Social de Euclides da Cunha”. **Realidades e ilusões no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso – a representação humorística na história brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, José Maria dos. **A política geral do Brasil**. J. Magalhães Editor. São Paulo: 1930.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_ (org.). **História da vida privada no Brasil – república: da belle époque à era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Hélio. **1889: a república não esperou o amanhecer**. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SILVEIRA, Rosa M. G. **Republicanism e federalismo**. Brasília: Senado Federal, 1978.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_ **História da literatura brasileira – fundamentos econômicos**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

THOMPSON, D. **Pequena história do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967.

VERÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira**, 4ª série. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo USP, 1977.

WEBER, João Hernesto. **A nação e o paraíso – a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

## **Capítulo 2:**

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento – a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.



BARRETO, Tobias. **A questão do poder moderador e outros ensaios brasileiros**. Seleção: Hilton Rocha. Petrópolis: Editora Vozes/ Brasília: INL, 1977.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo, Editora Cultrix. 1976.

\_\_\_\_\_. **O pré-modernismo – a literatura brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio, Academia Brasileira de Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Naturalistas, Parnasianos e Decadistas – Vida Literária do realismo ao pré-modernismo**. Campinas: Editora da Unicamp. 1991.

CANDIDO, Antonio. **Sílvio Romero – teoria crítica e história literária**. Edusp, São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: Ed. USP. 1988.

\_\_\_\_\_. **Formação da literatura brasileira – momentos decisivos (1750-1836)**. 1ºVol. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975.

\_\_\_\_\_. **Educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Editora da USP, 1989.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: n° 7,1991.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1984.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**. Porto Alegre: Editora Globo; São Paulo: Edusp, 1976.

COUTINHO, Afrânio. **Crítica e poética**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

CUNHA, Ciro Vieira da. **No tempo de Paula Ney**. São Paulo: Editora Saraiva, 1960.

DIMAS, Antônio. **Bilac, o jornalista: ensaios**. São Paulo: Imesp, 2006.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. V. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

FILHO, Evaristo de Moraes. **Medo à utopia – o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FISCHER, Luis Augusto. **Parnasianismo brasileiro – entre a ressonância e a dissonância**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

FREITAS, Décio. **O homem que inventou a ditadura no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: a decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981.

GUIMARÃES, Argeu. **Presença de Sílvio Romero**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1955.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Brasília: Editora UNB, 1966.

JACOBY, Russel. **Os últimos intelectuais**. São Paulo: Trajetória cultural; Edusp, 1990.

JÚNIOR, Araripe. “Sílvio Romero Polemista”. In: **Teoria, crítica e história literária**. Org. BOSI, Alfredo. São Paulo: Editora da USP, 1978.

LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora, Nacional, 1967.

MEDEIROS e Albuquerque. **Quando eu era vivo... - memórias - 1867-1934**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvio Romero – dilemas e combates no Brasil da virada do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NEEDELL, Jeffrey D.. **Belle Époque tropical – sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PRADO, Paulo. **Retratos do Brasil – ensaios sobre a tristeza brasileira**. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1981.

RABELO, Sílvio. **Itinerário de Sílvio Romero**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1944.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIO, João do. **O Momento literário**. São Paulo: Editora Criar, 2006.

ROMERO, Sílvio. **Provocações e debates**. Porto: Livraria Chardron, 1910.

\_\_\_\_\_. **Duelos no serpentário – uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950**. Org: BUENO, Alexei e ERMAKOFF, George. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. **Discursos**. Porto: Livraria Chardron, 1904.

\_\_\_\_\_. **Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios**. Petrópolis: Editora Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da literatura brasileira**; Tomo I. Rio de Janeiro: Editora Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001.

\_\_\_\_\_. **Introdução a doutrina contra doutrina**. Org. Alberto Venâncio Torres. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de crítica parlamentar**. Rio de Janeiro: Moreira, Maximino, 1883.

\_\_\_\_\_. **Provocações e debates**. Porto: livraria Chardron, 1910.

\_\_\_\_\_. **Obra filosófica**. Org. VITA, Luís Washington. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Editora da Usp, 1969.

\_\_\_\_\_. **O Brasil na primeira década do século XX**. Lisboa: Editora Limitada, 1912.

\_\_\_\_\_. **A bancarrota do regime federativo no Brasil: ação dissolvente das oligarquias, ação indispensável do exército**. Porto: Arthur José da Silva & Irmãos, 1912.

SALGADO, Plínio. **Doutrina do sigma**. Rio de Janeiro, Schmidt, 1937.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo – Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_ **Seqüências brasileiras**. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero – hermenêutica do Brasil**. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. São Paulo: Editora Difel. 1982.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical – história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

\_\_\_\_\_ **Últimos estudos de literatura brasileira: 7ª série**. Belo horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

\_\_\_\_\_ **Estudos da literatura brasileira: 5ª série**. Belo horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977.

\_\_\_\_\_ **Teoria, crítica e história literária.** São Paulo: EDUSP, 1977.

WEBER, João Hernesto. **A nação e o paraíso – a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

WILLIAMS. Raymond. **O campo e a cidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ZILBERMAN, Regina. **O berço do cânone.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. **A formação da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 1996.

### **Capítulo 3:**

ABREU. Modesto de. **Estilo de personalidade de Euclides da Cunha.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

ANDRADE, Olímpio de Souza. **História e Interpretação de Os Sertões.** Rio de Janeiro: Editora ABL, 2002.

ARARIPE JÚNIOR, **Teoria, crítica e história literária.** Org. Alfredo Bosi, Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978.

ASSIS, Machado de. **A semana, 3º Vol. 1895 – 1900.** Rio de Janeiro: Editor W.M. Jackson, 1938.

BOLLE, Willi. **grandesertão.br – o romance de formação do Brasil.** São Paulo: Duas Cidades; Editora34, 2004.

BOSI, Alfredo. **O Pré-Modernismo – a literatura brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

BRAIT, Beth (org.). **O sertão e os sertões**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. 4ªed. Rio de Janeiro: José Olympio/ Academia Brasileira de Letras, 2004.

\_\_\_\_\_ **Naturalistas, parnasianos e decadistas – vida literária do realismo ao pré-modernismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

\_\_\_\_\_ **Horas de leitura**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.

CALASANS, José. **No tempo de Antonio Conselheiro**. Salvador: Editora Progresso, 1957.

CAMPOS, Augusto e Haroldo de. **Os sertões dos campos**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção**. São Paulo: Editora 34, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CESAR, Guilhermino. **Euclides da Cunha**. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da Ufrgs, s/d.

CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque: 1808-1964: a história contada por jornais e jornalistas**, v.1. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CHALHOUB, Sidney (et al). **História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. Rio de Janeiro: Editora Lello Brasileira S.A., 1967.

\_\_\_\_\_. **Obras completas**, Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Aguillar, 1966.

\_\_\_\_\_. **Correspondência de Euclides da Cunha**. Org: GALOTTI, Oswaldo e GALVÃO, Walnice Nogueira. São Paulo: EDUSP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Diário de uma expedição**. Org: GALVÃO, Walnice Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Contastes e confrontos**. São Paulo: Editora Cultrix. 1975.

\_\_\_\_\_. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1976.

\_\_\_\_\_. **Caderneta de campo**. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder – formação do patronato político Brasileiro**. São Paulo: Ed. Globo, 2000.

FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1970.

FONSECA, Gondin da. **Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Quaresma, 1941.

FREYRE, Gilberto. “Introdução a Canudos”. In: **Diário de uma expedição**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.



\_\_\_\_\_. **No calor da hora – a guerra de Canudos nos jornais.** São Paulo: Editora Ática, 1977.

\_\_\_\_\_. **Saco de gatos – ensaios críticos.** São Paulo. Editora Duas Cidades, 1976.

\_\_\_\_\_. **Desconversa.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

GÁRATE, Miriam. **Civilização e barbárie n'Os Sertões.** Campinas: Ed. Fapesp; São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

LIMA, Alceu Amoroso. **Primeiros estudos: contribuição à história do modernismo literário. VI – O pré-modernismo de 1919 a 1920.** Rio de Janeiro: Agir, 1948.

LIMA, Luiz Costa. **Euclides da Cunha – contrastes e confrontos do Brasil.** Rio de Janeiro: Contraposto; Petrobras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. **As trapaças da sorte.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MAIO, Chor Marcos. e BÔAS, Gláudia Villas. **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiros em sua própria terra – representações do brasileiro 1870/1920.** São Paulo: Annablume, 1998.

NETO, A.L. Machado. **Estrutura social da república das letras.** São Paulo: Editora da USP/ Editorial Grijalbo, 1973.

OLIVEIRA, Franklin de. **Euclides: a espada e a letra.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

ORTEGA Y GASSET, José. **En torno de Galileo: esquema de las crisis**. Madrid: Espasa-Calpe. 1965.

PEREGRINO, Humberto. **Euclides da Cunha e outros estudos**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1968.

PONTES, Eloy. **A vida dramática de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1938.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

RABELO, Silvio. **Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Editora ECB, 1948.

REALI, Miguel. **Face oculta de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1993.

REIS, Irene Monteiro. **Biografia de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

ROMERO, Silvio. **Realidades e ilusões no Brasil – parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios**. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis: Editora Vozes.1979.

\_\_\_\_\_. **Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios**. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.

SCHWARZ, Roberto. “Valor Intelectual”, **Folha de São Paulo**, Caderno Mais! 25 de outubro de 1992.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Hélio. **1889: A República não esperou o amanhecer**. Porto Alegre: Ed. L&PM. 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. **História da literatura brasileira**. São Paulo: Editora Difel, 1982.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.

VENANCIO FILHO, Francisco. **Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha, esboço biográfico**. Org. Mario César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia da Letras. 2003.

VERÍSSIMO, José. **Últimos estudos de literatura brasileira -7ª série**. Minas Gerais: Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. USP, 1979.

\_\_\_\_\_. **Estudos de literatura brasileira, 5ª série**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos – o povo e a terra**. São Paulo: Editora Ática. 1999.

**Revista Outra Travessia** - Revista de Literatura - Dossiê Euclides da Cunha. Org. Susana Scramim. Curso de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

**Cadernos de literatura brasileira – Euclides da Cunha**. São Paulo: Inst. Moreira Salles, 2002.

#### **Capítulo 4:**

ANTONIO, João (org.) **Calvário e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.

ATANÁSIO, Enéas. **O mulato de todos os santos: ensaios**. Piraquara, P.R.: Gráfica Editora Veja, 1982.

ATHAYDE, Tristão de. **Quadro sintético da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1959.

BANDEIRA, Manuel. **Noções de história das literaturas**. São Paulo: Ed. Companhia Nacional, 1940.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

BARRETO, Lima. **Um longo sonho de futuro – diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.

\_\_\_\_\_ **Cemitério dos vivos**. Pará de Minas: Virtual Books Online M&M Editores Ltda, 2002.

\_\_\_\_\_ **Obras completas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1956.

BEIGUELMAN, Paula. **Por que Lima Barreto?** São Paul.: Ed. Brasiliense, 1981.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRAYNER, Sonia. **Labirinto do espaço romanesco**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_ **O pré-modernismo**. São Paulo: Ed. Cultrix, s/d.

\_\_\_\_\_ **História geral da civilização brasileira - o Brasil republicano**. Vol.2. Rio de Janeiro-São Paulo: Ed. Difel, 1978.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1964, Vol. VI.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados - o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Ed. Schwarcz, 1989.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril – cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel – escritores jornalistas no Brasil – 1904.2004**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1968.

DIMAS, Antônio. **Bilac, o jornalista: crônicas**. Vol.1. São Paulo: Imesp, 2006.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Oswaldo Cruz monumental histórico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1971.

FANTINATI, C. E. **O profeta e o escrivão. Estudo sobre Lima Barreto.** São Paulo: Ilpha-Hucitec, 1978.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920.** São Paulo: DIFEL, 1986.

GOMES, Eugenio. **Espelho contra espelho.** São Paulo: Progresso Editorial, s/d.

\_\_\_\_\_ **Aspectos do romance brasileiro.** Salvador: Livraria Progresso, 1958.

GRIECO, Agripino. **Evolução da prosa brasileira.** Rio de Janeiro: Ariel, 1933.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis.** São Paulo: Edusp, 2004.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco.** São Paulo: Ática, 1976.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência nacional.** São Paulo: Ed. USP, 1978.

MORAIS, Régis de. **Lima Barreto: o elogio da subversão.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

PEREIRA, Astrojildo. **Crítica impura.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_ **Interpretações.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1944.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Prosa de ficção (de 1870 a 1920)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade – visões literárias do urbano**. 2ª Ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

PRADO, Antônio A . **Lima Barreto - literatura comentada**. São Paulo: Ed. Abril Educação, 1980.

\_\_\_\_\_ **Lima Barreto – o crítico e a crise**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993.

RESENDE, Beatriz, VALENÇA, Raquel.(Org.) **Toda crônica**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2004.

SCHWARZ, Roberto (org.). **Os Pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_ **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Ed. Livraria Duas Cidades, 1981.

SENNA, Homero. **República das letras**. Rio de Janeiro: Editora Olímpica, 1968.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, H. Pereira. **Lima Barreto: escritor maldito**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1982.

SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras – literatura, técnica e modernização no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Revista: **100 anos de República: um retrato ilustrado da história do Brasil**. Vol.I. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1989.

### **Capítulo 5:**

ANDRADE, Mário de. **Obras Completas**. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

\_\_\_\_\_. **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Martins Editora, s/d.

BARRETO, Lima. **Os bruzundangas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1956.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Obras Escolhidas. Vol.5. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BENJAMIN, Walter; KOTHE, Flavio Rene; FERNANDES, Florestan (orgs). **Walter Benjamin: sociologia**. São Paulo: Atica, 1991.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.



BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMUS, Albert. **Diário de viagem**. Rio de Janeiro: Record, 1978.

CANDIDO, Antonio. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: Edusp, 1988.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados – o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUNHA, Euclides da. COUTINHO, Afrânio (org). **Obra completa**. Vol.1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões – a campanha de Canudos**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

DIMAS, Antonio. **Bilac, o jornalista: crônicas**. Vol.1. São Paulo: Inesp, 2006.

\_\_\_\_\_. **Bilac, o jornalista: crônicas**. Vol.2. São Paulo: Inesp, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_. **A etnologia e a sociologia no Brasil**. São Paulo: Editora Anhembi, 1958.

FISCHER, Luis Augusto. **Parnasianismo brasileiro – entre ressonância e dissonância**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Livro 11. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1974.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

GÁRATE, Miriam V. **Civilização e barbárie N'Os Sertões**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

GUNDER, André Frank. **Capitalismo y subdesarrollo em América Latina**. México: Siglo XXI Editores, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **A idéia do Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

LAMBERT, Jacques de. **Os dois Brasis**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

LIMA, Alceu Amoroso. **Memórias improvisadas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. Vol. II. São Paulo: Ed. Cultrix, 1978.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo-Rio de Janeiro: DIFEL; 1979.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Francisco. **O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia G. **Gilberto Freyre – um vitoriano dos trópicos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEREIRA, Astrojildo. **Crítica impura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade – visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**. São Paulo: Brasiliense Limitada, 1944.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Raquel. **Lima Barreto: toda crônica**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1993.

ROMERO, Sílvio. **Minhas contradições**. Bahia: Livraria Catilina, 1914.

\_\_\_\_\_. **História da literatura brasileira**. Vol.4. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.

\_\_\_\_\_. **Discursos**. Porto: Leilo & Irmãos Editores, 1904.

SCHWARTZMAN, Simon. **Uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium Editora. 2004.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo – Machado de Assis**. São Paulo: Editora Duas Cidades e Editora 34, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. São Paulo: Difel, 1982.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)